

**Universidade Católica de Santos**

**Mestrado em Educação**

**A Influência Política e o Poder nas Práticas  
Político-Pedagógicas dos Diretores da Escola  
de Ensino Fundamental e Médio Francisco de  
Assis de Souza no Município de São Rafael/RN**

**Francisco Pelonha Gonçalves Neto**

Santos  
2013

# **Universidade Católica de Santos**

## **Mestrado em Educação**

### **A Influência Política e o Poder nas Práticas Político-Pedagógicas dos Diretores da Escola de Ensino Fundamental e Médio Francisco de Assis de Souza no Município de São Rafael/RN**

**Francisco Pelonha Gonçalves Neto**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação e Formação  
Linha de Pesquisa II - Instituições Educacionais,  
História, Política e Processos de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira

Santos  
2013

Dados Internacionais de Catalogação  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

*SibiU*

---

P381i PELONHA GONÇALVES NETO, Francisco.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA E O PODER NAS PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICA DOS DIRETORES DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA EM SÃO RAFAEL – RN./ Francisco Pelonha Gonçalves Neto;

Orientador: Luis Carlos Barreira - Santos: [s.n.], 2013.

279 f. ; 30 cm. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Poder do Diretor. 2. Práticas Político-Pedagógicas. 3. Autoritarismo. 4. Relações de Poder. 5. Administração Escolar.

I. BARREIRA, Luis Carlos (Orientador).

II. Universidade Católica de Santos. III. Título.

CDU 37(043.3)

---

**ESTE TRABALHO CONTOU COM O  
FINANCIAMENTO DA DIOCESE DE SANTOS, DA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS E DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO RAFAEL – RIO GRANDE DO NORTE.**

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Santos, 30 de outubro de 2013.

Assinatura: \_\_\_\_\_

**COMISSÃO JULGADORA:**

---

Professor Dr. Luiz Carlos Barreira (membro nato)  
Universidade Católica de Santos - Unisantos

---

Professora Doutora Maria Aparecida Franco Pereira (titular)  
Universidade Católica de Santos - Unisantos

---

Professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves (titular)  
Universidade de Taubaté – SP e Pontifícia Universidade Católica - SP

Data aprovação \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

*Dedico este trabalho a minha saudosa mãe Iraci Gregório da Rocha Pelonha (in memoriam), por ter tido a humildade e perspicácia de me ensinar as primeiras letras.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e do meu sacerdócio.

Aos meus irmãos, que ao longo desta jornada foram pacientes e meus maiores incentivadores.

Aos meus colegas professores do município de São Rafael/RN, que ainda insistem na luta pela profissão de professor.

Aos colaboradores desta pesquisa, que com muita destreza e prontidão, fizeram parte deste projeto.

Aos professores do Programa, por toda a ajuda que me concederam.

Ao meu orientador Professor Doutor Luiz Carlos Barreira.

Aos meus colegas do Programa, pelas relevantes contribuições que deram em momentos de conversas e debates.

Agradeço à Prefeitura Municipal de São Rafael pela relevante colaboração na elaboração desta pesquisa.



*A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste. (THOMPSON, 1981, p. 54).*

## RESUMO

Pretende-se, nesta pesquisa, compreender os mecanismos políticos nas relações de poder dos diretores da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio, Francisco de Assis de Souza no Município de São Rafael, Rio Grande do Norte, em suas práticas políticopedagógicas em dois momentos distintos. No primeiro, refletiremos as práticas dos diretores abrangendo os anos de 1980 a 2010 e no segundo, minha experiência vivida nesta escola quando estive diretor durante os nos anos de 1998 a 2005. No intuito de compreendermos estas relações de poder em que estavam envolvidos os diretores, refletiremos a resistência política dos professores, suas culturas e a cultura política da escola, a partir dos conceitos de culturas: política, escolar e do professor em Escolano e Forquim, repensando a cultura em sua evolução em Raymond Willians, pensando a história em sua dinâmica nas análises documentais, com a compreensão de documento as luzes de E. P. Thompson e Maria do Pilar de Araújo Vieira e outros, evidenciando a relevante contribuição de Walter Benjamim a partir da noção de fragmento como “*o clarão que ilumina o todo*”, com a compreensão da história de aberta como experiência vivida, dando-nos a possibilidade de fazermos a história, não de forma pronta e acabada, mas, uma história que continua mesmo com suas contradições ou comprovações. Assim, pretendemos compreender o poder nas práticas políticopedagógicas dos diretores e professores a partir dos conceitos de poder em Michael Foucault “*A Microfísica do Poder*” e em Bourdieau, a noção de “*campo*” no “*Poder Simbólico*” e, para compreendermos, as resistências e rejeições, analisaremos as apropriações de “*táticas e estratégias*” em Michael de Certeau em “*A Invenção do Cotidiano*”.

**Palavras-Chave: Poder do diretor. Práticas político-pedagógicas. Administração escolar. Autoritarismo. Relações de poder.**

## RESUMEN

En esta investigación considerase comprender los mecanismos políticos en las relaciones de poder de los directores de la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental y Media *Francisco de Assis de Souza* en el municipio de São Rafael/Rio Grande do Norte en sus prácticas político-pedagógicas en dos distintos momentos. En el primer, reflejemos las prácticas de los directores abarcando el periodo de 1998 hasta 2005. Con el objetivo de comprender estas relaciones de poder en que estaban involucrados los directores, reflexionaremos la resistencia política de los profesores, sus culturas y la cultura política de la escuela, a partir de los conceptos de culturas: política, escolar y de lo profesor en Escolano y Forquim, repensando la cultura en su evolución en Raymond Willians, pensando la historia en su dinámica en las análisis documentales con la comprensión de documentos refiriendo a E.P. Thompson y Maria do Pilar de Araújo Vieira y otros. Evidenciando la relevante contribución de Walter Benjamin a partir de la noción de fragmentos como “el claridad que ilumina el todo”, con la comprensión de la historia de abierta como experiencia vivida dándonos la posibilidad de hacer la historia. No de manera pronta y de su forma final, pero una historia que continua mismo con sus contradicciones o comprobaciones. Del mismo modo, comprender el poder en las practicas político-pedagógicas de los directores y profesores a partir de los conceptos de poder en Michael Foucault “La Microfísica del Poder” y en Bourdieu, la noción de “campo” en “Poder Simbólico” y para comprender las resistencias y recusaciones analizaremos las apropiaciones de “tácticas y estrategias” en Michael de Certeau en “La invención de lo Cotidiano”.

**Palabras clave: Poder del director. Prácticas político-pedagógicas. Administración escolar. Autoritarismo. Relaciones de poder.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Caça F/A 18F Super Hornet.....	17
Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Norte .....	30
Figura 3 – Mapa do Brasil .....	30
Figura 4 – Forte dos Reis Magos .....	31
Figura 5 - Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Sul .....	32
Figura 6 - Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Norte.....	32
Figura 7 – Chacina de Cunhaú.....	34
Figura 8 - Chacina de Uruaçu. ....	35
Figura 9 - Leigo Mateus Moreira .....	35
Figura 10 – Monumento aos Martíres de Cunhaú e Uruaçu.....	36
Figura 11 - Capela de Uruaçu .....	37
Figura 12 - Basílica dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu .....	37
Figura 13 - Exportação de Roupas .....	38
Figura 14 – Exportação de Peixes .....	38
Figura 15 - Exportação de castanha de caju .....	38
Figura 16 - Exportação de sal .....	38
Figura 17 – Dunas e passeio de buggy.....	39
Figura 18 – Praia da Pipa.....	39
Figura 19 - Praia do Carneiro – São Miguel do Gostoso .....	39
Figura 20 - Parrachos de Maracajaú .....	40
Figura 21 - Morro do careca-Praia de Ponta negra .....	40
Figura 22 - Maior Cajueiro do Mundo-Rio Grande do Norte .....	40
Figura 23 – Mesorregiões .....	41
Figura 24 - Microrregiões .....	42
Figura 25 - Microrregião do Vale Açu .....	42
Figura 26 - Solo seco causado pela estiagem .....	44
Figura 27 - Cratera no solo provocada pela estiagem .....	45
Figura 28 - Secas no Nordeste .....	46
Figura 29 - Antiga São Rafael .....	46
Figura 30 – Antigo Mercado .....	46

Figura 31 - Antiga São Rafael .....	42
Figura 32 – Antigo Mercado Público .....	42
Figura 33 – Microrregião Vale do Açu .....	49
Figura 34 - Município de São Rafael .....	50
Figura 35 - Caatinga .....	51
Figura 36 - Mufumbeiro .....	51
Figura 37 - Faveleiro .....	51
Figura 38 - Marmeleiro .....	52
Figura 39 – Xique-xique .....	52
Figura 40 - Facheiro .....	52
Figura 41 - Carnaúba .....	52
Figura 42 - Artesanato feito com a palha da carnaúba .....	52
Figura 43 - Algodão .....	53
Figura 44 - Milho .....	53
Figura 45 - Feijão .....	54
Figura 46 - Trigo .....	54
Figura 47 - Criação Caprina .....	56
Figura 48 – Criação Bovina .....	56
Figura 49 - Símbolo da seca e da resistência do povo Nordestino .....	56
Figura 50 - Scheelita .....	57
Figura 51 - Mármore .....	57
Figura 52 - Farinha de mandioca .....	58
Figura 53 - Carnaubal .....	58
Figura 54 - A mineração para extração da scheelita .....	59
Figura 55 - Scheelita .....	59
Figura 56 – Moradora antiga .....	63
Figura 57 – Indignação dos moradores .....	63
Figura 58 - Parede interna da barragem .....	64
Figura 59 - Inauguração da Barragem .....	64
Figura 60 – Cidade antiga após a barragem .....	65
Figura 61 - Símbolo da resistência dos rafaélenses .....	66
Figura 62 – Casas de Taipa .....	68
Figura 63 - Indignação dos moradores .....	68
Figura 64 – Casa de Taipa .....	68

Figura 65 – Casa de Taipa.....	68
Figura 66 - A mudança para o exílio na nova cidade .....	71
Figura 67 - Desalento e Incerteza .....	71
Figura 68 - O Renascer da cidade .....	72
Figura 69 - Desolação .....	73
Figura 70 - A Nova cidade de São Rafael .....	74
Figura 71 - Antiga cidade de São Rafael .....	74
Figura 72 - Vista panorâmica da nova cidade de São Rafael .....	75
Figura 73 - Rio Piranhas- Açú .....	75
Figura 74 - Animais às margens da barragem .....	76
Figura 75 - Nova São Rafael .....	77
Figura 76 - Tucunaré, Tilápia, Carpa .....	80
Figura 77 - Cutia, Tamanduá, Tatu- verdadeiro Animais as margens da barragem	80
Figura 78 – Tatu-peba, Preá .....	80
Figura 79 - Fachada da EMFAS .....	82
Figura 80 - Visão Panorâmica da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza	83
Figura 81 - Comunidade nos Eventos da EMFAS .....	87
Figura 82 - Palestra em Eventos da EMFAS .....	87
Figura 83 - Comunidade nos eventos da EMFAS .....	88
Figura 84 - Participação da Comunidade nos eventos da EMFAS .....	88
Figura 85 - Incentivo do Diretor aos Professores com entrega de certificado de honra ao mérito e troféu ao professor Nota 10 (dez).....	89
Figura 86 - Incentivo do Diretor parabenizando os Professores Nota 10(dez) .....	89
Figura 87 - Semana Cultural e Desfiles .....	112
Figura 88 - Banda Marcial Prof. Pde. Pelonha da Escola Francisco de Assis .....	113
Figura 89 - Padre Francisco Pelonha Gonçalves Neto (Diretor) .....	122
Figura 90 - Desfile Sete de Setembro .....	139
Figura 91 – Semana Cultural.....	140
Figura 92 – Reunião com a comunidade.....	143

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os antigos e atuais Diretores da EMFAS: 1973-2013.....	83
Quadro 2 – Escolas do Município.....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Levantamento dos funcionários .....	233
Tabela 2- Levantamento dos alunos matriculados na EMFAS por segmento e turno, no período de 1998 .....	234



## LISTA DE ABREVIATURAS

CESA	Complexo Educacional Santo André
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EJA	Escola de Jovens e Adultos
EMFAS	Escola Municipal Francisco de Assis de Souza
ESER	Escola Superior de Ensino Religioso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
RN	Rio Grande do Norte
SAR	Serviço de Assistência Rural
SEDUC	Secretaria de Educação
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>PARTE I - O CENÁRIO</b>	
<b>1 O RIO GRANDE E SUA FORMAÇÃO</b> .....	30
<b>2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL</b> .....	43
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA ANTIGA SÃO RAFAEL</b> .....	43
<b>4 O PROJETO BAIXO-AÇU</b> .....	61
<b>5 A NOVA SÃO RAFAEL: DEPOIS DO NAUFRÁGIO, AS DESILUSÕES E O PESADELO NA CIDADE DOS SONHOS: UMA TERRA DE DESENCANTOS E INCERTEZAS</b> .....	73
<b>6 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA</b> .....	82
<b>PARTE II - OS ATORES: TESSITURA E URDIDURA DA TRAMA</b>	
<b>7 “FOI ASSIM QUE EU CHEGUEI NESTA CIDADE, DESTA JEITO”</b> .....	92
7.1 Pobreza, Analfabetismo, Política e Poder .....	96
<b>8 “MINHA DEPENDÊNCIA POLÍTICA, ASSIM COMO A DE MUITAS FAMÍLIAS DO RN, SE DEU EM FUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA”</b> .....	108
8.1 O Itinerário de Menina Pobre que de Inexperiente Professora, tornou-se Líder Política da Família .....	115
<b>9 “ESTOU NA PROFISSÃO, SOU PROFESSOR, MAS NÃO SABERIA DIZER EXATAMENTE SE FOI POR OPÇÃO OU FALTA DE OPÇÃO”</b> .....	125
9.1 A Frustração de ser Professor por falta de opção .....	130
<b>10 “EU ME TORNEI PROFESSORA AO CURSAR O MAGISTÉRIO, NÃO TINHA OUTRA OPÇÃO, ERA O ÚNICO CURSO OFERECIDO EM NÍVEL MÉDIO”</b> .....	136
10.1 Na Ausência de uma Profissão, ser Professor .....	145
<b>11 “O TRAMA QUE LEVO DA MINHA VIDA NA PROFISSÃO DE PROFESSORA É NÃO TER SIDO COMUNICADA COM ANTECEDÊNCIA DA MINHA EXONERAÇÃO”</b> .....	151
11.1 O Trauma e a Decepção de quem aos 16 anos iniciou na profissão para ajudar a família .....	157

<b>12 “EU PODERIA TER FEITO OUTRA OPÇÃO, MAS NÃO COMPENSAVA FINANCEIRAMENTE”</b> .....	163
12.1 Profissão Professor: uma alternativa ou uma necessidade.....	167
<b>13 “(...) PERCEBI QUE ESSA PAIXÃO PELA HISTÓRIA ESTAVA ENRAIZADA DENTRO DA MINHA PRÓPRIA CASA”</b> .....	178
13.1 Repressão e Censura a um Militante Professor .....	192
<b>PARTE III - A DIREÇÃO: ARTICULANDO HISTÓRIA E MEMÓRIA</b>	
<b>14 “DEPOIMENTO DO DIRETOR PADRE PELONHA”</b> .....	210
14.1 Entre as várias Histórias e Memórias, a compreensão daquele que viveu a trama como Padre, Diretor e Professor.....	221
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	265
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	270

## INTRODUÇÃO

Se experiência é o que acumulamos ao longo da vida, nascer já é uma experiência. Em nossas relações de sujeitos vivos e atuantes, apreendemos fatos que registramos na nossa memória, tornando-nos construtores de nossas próprias vidas, nas intrínsecas relações de experiência e memória, passadas e presentes.

Falar de nós mesmos, ainda que atinemos que nada temos para falar, pela complexidade de podermos abrir o livro da nossa própria vida, em cujas páginas, há registros que, normalmente, não nos sentimos à vontade para recordá-los, haja vista que recordar é interpretar.

Uma criança, na companhia dos pais, tem a experiência de perceber ser rompida a barreira do som, por caças<sup>1</sup> que voam os céus. Fica no seu imaginário, encantado com aquela cena, certamente, uma das mais belas e impressionantes para ela, que faz com que, em seguida, seus pais sejam importunados a comprar um brinquedo semelhante. Pelo contrário, para os pais, ficam sinais de preocupação, pelos atuais acontecimentos, e, o mesmo caça, lhes traz outro sentido: precaução.



**Figura 1** – Caça F/A-18F Super Hornet<sup>2</sup>  
**Fonte:** Site Abril.

Ainda que o ato de interpretar seja uma tarefa árdua e penosa, conduzindo-nos ao passado, não exatamente como aconteceu, por emergirem de nossas entranhas os sentimentos que se embaraçam, simplesmente, pelo ato de recordar.

---

<sup>1</sup> Um anel de vapor de água é criado ao redor do Caça F/A-18F Super Hornet, quando este ultrapassa a velocidade de 200 milhas por hora ( 3.210 km/h), rompendo a barreira do som.

A experiência se faz de acontecimentos, de lembranças e memórias. Presenciei a experiência do meu pai, estivador, no sindicato da categoria, reivindicando melhorias e, a cargo, em minhas práticas. Quando o via esbravejando, acreditava que ele estava certo, como também passei pela experiência de assistir trabalhador que vivia, dignamente, e quando lhe faltava o pão, humilhava-se, ao pedir esmola, para sustentar a família.

Minhas memórias e lembranças interpreto, às vezes, com a inocência de uma criança, outras vezes, com a nostalgia do ressentimento e, ainda, com a melancolia do desânimo, por me faltar a esperança, do olhar atento a quase tudo que passou e ficou apreendido pelos meus sentidos. Sendo assim, as histórias vividas e sentidas se transformam em experiências que, ao serem narradas, serão interpretadas.

Dessa maneira, pretende-se, nesta dissertação, fazer um itinerário histórico das práticas pedagógicas dos diretores da Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II e EJA Francisco de Assis de Souza, no Município de São Rafael, no estado do Rio Grande do Norte, com relevância numa experiência quando lá estive diretor, por um período de 7 (sete) anos. A Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, denominada a partir de agora como EMFAS, está situada na cidade de São Rafael/RN. É uma escola urbana e, no momento, uma Escola de Ensino Fundamental I e II e Escola de Jovens e Adultos (EJA), funcionando em três turnos.

Seus professores, coordenadores, supervisores e funcionários de apoio são todos concursados, exceção feita apenas ao diretor, que tem indicação política. A justificativa que se dá para a indicação do diretor pouco tem se diferenciado das motivações passadas: o clientelismo e o apadrinhamento políticos, além do nepotismo, ainda são fatores importantes e determinantes para a indicação dos mesmos, haja vista que o cargo de diretor é litigioso e, certamente, quem mais se empenhou, fez campanha política, teve a família mais numerosa em votos, ou mesmo, um candidato de oposição, que nos acordos tornou-se situação, é predominantemente considerado favorito a assumir a direção da escola. Eis aí a troca de favores políticos.

Com isso, propomos um estudo da educação no Município de São Rafael/RN, em que refletiremos as relações de poder nas práticas dos diretores e professores, advindas da influência política local na EMFAS, com recorte no projeto Baixo-Açu, dando início à construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves,

como divisor dessa trama que envolve duas cidades: antes e depois da barragem, que denominaremos: uma cidade e duas histórias.

A construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, nome dado em homenagem ao engenheiro da obra, teve início em junho de 1979, e foi inaugurada em 26 de maio de 1983. A nova cidade trocou suas características de cidade interiorana por aspectos que lembram os conjuntos habitacionais das grandes cidades. Das ruínas da antiga cidade, submersa pelas águas, continuou erguida a torre da igreja antiga, até 2010, o que era um marco para a história do município.

Isto posto, vale destacar que objetivamos, com esta pesquisa compreender as relações conflituosas entre professores e diretores da EMFAS, em duas diferentes situações: quando diretores, professores e funcionários eram indicados por forças políticas e, quando os diretores eram indicados, e professores e funcionários, concursados, analisando os mecanismos de força e poder nas práticas dos diretores. A relevância da nossa investigação tem como objeto de estudo compreender as relações conflituosas entre professores e diretores da EMFAS, analisando os mecanismos de força e poder nas práticas dos diretores.

Sendo assim, a problemática desta pesquisa pode ser assim enunciada:

O que faz desta instituição de ensino, Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, na cidade de São Rafael, no Estado do RN se estruturar em bases políticas? Como e por que a política, neste município, é tão influente e causa tantos abusos a professores e diretores, em suas funções?

Para a consecução do objetivo geral da pesquisa, vários outros, específicos, foram traçados, a saber:

- averiguar como os professores compreendiam e interpretavam as práticas político-pedagógicas dos diretores, com os quais protagonizaram a trama investigada;

- aferir e avaliar o grau de autonomia da ação político-pedagógica dos diretores e verificar como lidavam com os conflitos em relação à rejeição dos professores;

- conhecer e compreender as razões dos conflitos, por que os diretores eram rejeitados e o que faziam para permanecerem no cargo;

- compreender os motivos alegados para a exoneração de diretores.

Primeiramente, ao propormos um estudo para a compreensão das práticas político-pedagógicas dos diretores, percebemos que o objeto da pesquisa consistia nas práticas dos mesmos, por serem estas as consequências da influência política, tendo-se em vista dois fatores determinantes: de um lado, a dependência política e do outro, em função da primeira, a dependência econômica. No tocante à submissão e à fidelidade dos diretores que mais pareciam cabos eleitorais e fortes aliados da política partidária local, decidimos que faríamos um estudo para a compreensão desses fatos que ora se revelavam, nas intensas e conflituosas relações de poder entre diretores e professores. Enfatizam-se, aqui, as relações de poder em que estavam envolvidos os diretores e professores da EMFAS.

Ponderamos ainda relevante, a pesquisa na área acadêmica, e o valor social pela contribuição da mesma, podendo auxiliar outros diretores, em outras escolas, e em outras situações semelhantes, à reflexão de suas próprias práticas, dando às mesmas um caráter democrático de direção participativa.

Pensar a escola em seu dinamismo é, antes, pensar em seu espaço multidisciplinar, que se constrói a partir das relações pessoais, no estabelecimento de suas culturas, em seus movimentos, possibilitando, nesse espaço escolar, a inserção de valores e práticas que se articulam para que a escola cumpra o seu papel de transmissora e transformadora, a partir da relação social da cultura.

Neste sentido, estudar a escolarização é fazer o estudo que denota entender a forma como a escola é organizadora da cultura a ser transmitida, e a articulação da escola, para realizar tal diálogo, deve apreender os conflitos que marcam as relações dos sujeitos - alunos e famílias - com a instituição, já que estes não se submetem passivamente às lógicas que presidem a ação da escola. Não obstante, nos permite pensar a cultura escolar em ação, não de forma estática, pronta e acabada, mas articulada e representada pelos sujeitos escolares, nas dimensões tempo/espaço, em que os valores a serem transmitidos sejam reguladores da vida social, produzidos nesta relação.

Sobre isto, afirma Thompson (1981, p.194):

Os valores não são 'pensados', nem 'chamados'; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, as regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e 'aprendidas')

no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção ccessaria [...] os valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre terreno de contradição, de luta entre valores e visões de mundo alternativas. Se dizemos que os valores são aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações, não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral ou cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em suas escolhas alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meio racionais.

Aliás, não se poderão conceber as culturas escolares não passíveis de reforma, de mudanças e intervenções bruscas, justamente porque precisam ser construídas (e reconstruídas) nas experiências e nas práticas escolares. Portanto, pensar as culturas escolares é pensar, também, como os sujeitos escolares se apropriaram das tradições e das culturas nas quais estavam.

Na ausência de fontes escritas que evidenciassem tais relações de poder, após termos verificado nos arquivos da escola e da Secretaria de Educação, e nada encontrando, decidimos por buscar estas evidências a partir da compreensão e metodologia da história oral, com entrevistas abertas:

O que se pretende em estudos de história oral, e nesse em particular, é possibilitar ao entrevistado registrar a sua história de vida, como os fatos foram sentidos, compreendidos e mesmo reinterpretados por aquele que os viveu. Pretende-se não só reviver a experiência cotidiana, mas também analisar como essa foi sentida em relação aos acontecimentos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos em que estiveram inseridos. (MEIHY, 2007, p. 163).

Feita a opção pela metodologia em história oral, foram escolhidos os colaboradores, estabelecendo-se que estes deveriam ser envolvidos com a educação neste município. Foram realizadas 27 (vinte e sete) entrevistas com prefeitos e ex-prefeitos, secretários e ex-secretários de educação, diretores e ex-diretores de escola, professores e pessoas do município de São Rafael.



Coletadas as entrevistas dos colaboradores<sup>2</sup>, foram feitas as transcrições<sup>3</sup> e, posteriormente, as textualizações<sup>4</sup> e a escolha do “tom vital”<sup>5</sup> que foram estabelecidos e desenvolvidos em 3 (três) eixos temáticos, delineados distintamente na dissertação. Serão os eixos temáticos:

- a) história, cultura e sociedade no Rio Grande do Norte;
- b) relações de poder, política, submissão e dependência econômica;
- c) histórias de vidas, memórias e experiências;
- d) dependência política, herança coronelista e troca de favores políticos.

Feitas as entrevistas, foram selecionadas 7 (sete), após minucioso critério de escolha, ou seja, as que mais se aproximassem do objeto de pesquisa desta dissertação, para refletirem em suas falas: as relações de poder; o porquê da dependência política, bem como, da dependência econômica, a mudança geográfica da cidade, além da pobreza e da submissão política, em função do medo que tornava as pessoas presas no curral eleitoral. Decidimos, também, pelas entrevistas que mais explicitassem a compreensão para a pesquisa como “o clarão que ilumina o todo”. (Benjamin, apud Leite, 1997, p. 17).

A ordem de apresentação das mesmas foi feita a partir daqueles que do município foram prefeito, secretária de educação e diretor de escola, e dos que, nesse município, ainda estão lotados em seus cargos e funções dentro da educação. As entrevistas seguem a ordem abaixo, a saber:

- Os nomes citados nesta dissertação foram alterados, em função de se preservar a identidade dos colaboradores e daqueles que por eles foram mencionados.

1. Bruno Romão da Silva: ex-prefeito da cidade, que narra sua astúcia para se tornar popular e ganhar a confiança da comunidade em votos;

---

<sup>2</sup> Colaborador, por não se tratar de depoimento, no sentido estrito do termo, segundo José Carlos Sebe Bem Meihy (2007)

<sup>3</sup> Transcrição literal: é a passagem de todas as palavras de uma entrevista. Meihy (2006, p.151)

<sup>4</sup> Textualização: é a transcrição trabalhada, integrando as perguntas, estabelecendo a lista de palavras importantes e das expressões básicas das histórias. (Idem)

<sup>5</sup> Tom vital: é a frase escolhida para ser colocada na introdução da história de vida. Ela serve como guia para a leitura da entrevista, posto que representa uma síntese da moral da narrativa. (Ibidem)

2. Alice Costa Oliveira (Licinha): menina pobre, que fora usada para fins políticos eleitoreiros, e que superou a fome com um emprego cedido por um político, que barganhava os votos da família, fazendo da mesma, seu curral eleitoral;

3. Quirino Lons Costa: um jovem diretor que se frustrou ao assumir a direção da escola, ao perceber que era rejeitado pelos colegas professores, por não concordarem com suas ideias;

4. Paloma Marques dos Santos: o desencanto da professora que está presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, a qual postula a má qualidade do ensino à falta de compromisso dos professores;

5. Sebastiana Lins Pena: professora que exerceu todos os cargos dentro da educação no município e que, atualmente, está diretora da escola;

6. Severino Pereira Silva: professor que escolheu a profissão pela compensação financeira, através de dois concursos públicos;

7. Alonso Silveira Mota: professor de história que faz reflexões sobre a cultura, a política, a educação e a sociedade neste município.

Ao iniciar este trabalho, dedicamo-nos a procurar uma bibliografia que pudesse nos oferecer uma melhor compreensão do tema que proporcionasse a investigação. Ativemo-nos ao tema escolhido: As relações de poder nas práticas político-pedagógicas dos diretores, especificamente.

Para tanto, fizemos levantamento bibliográfico, pesquisas em Sites na Internet, averiguações nos bancos de dados da “CAPES” e “SCIELO”, lendo resumos de Teses e Dissertações, percebendo que, embora tivéssemos encontrado trabalhos relacionados ao poder dos diretores de escola, estes apresentavam focos diferentes do nosso objeto de pesquisa. No intuito de buscarmos através dos textos a compreensão das questões que nos possibilitaram o interesse por esta pesquisa, foi que esquadriamos teorias e compreensões ao que estava sendo investigado. Os autores aqui apresentados representam, apenas, parte dos que tiveram maior relevância e, por isso, os mais importantes e significativos.

Tendo como foco temático investigar as “relações de poder”, nos apropriamos do conceito de poder em Foucault, na tentativa de compreendermos estas relações, quando este afirma que o “poder não existe”, o que “existe são as relações” (Foucault, 2001, p. 302).

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos.

Assim, tivemos a compreensão de que sem as relações não se poderia compreender os mecanismos de funcionamento do poder. Por isso, explicar as relações de domínio nos comportamentos humanos faz-nos pensar em uma força que esteja apropriada em algum mortal. Na verdade, o que legitima o poder em sua forma enigmática são os que, indevidamente, se apossam dele, equivocados, quando buscam justificar esta posse na verdade como realidade absoluta. Daí o paralelismo de poder e forças nos campos de lutas forçados pela ideologia do saber e poder.

É neste contexto de forças e lutas que buscaremos compreender as relações de poder que acontecem fora dos espaços institucionais. Se para Foucault “o poder não existe, e sim, as apropriações”, tentaremos compreender o poder em suas relações, entendendo o poder como carisma. O poder visto como carisma está refletido em Foucault no Biopoder, que é a capacidade de transformar a forma bruta e cruel do uso do poder a serviço, ou seja, ser serviçal.

Apropriando-nos desta concepção de poder, tentaremos analisar de maneira mais segura as relações de poder exercidas nas práticas político-pedagógicas dos diretores da EMFAS, entre os anos de 1998 a 2005, exatamente, neste período, em que se deu início ao mais relevante e significativo processo de mudança na educação, rompendo a barreira do autoritarismo, do favor político, da exploração do sujeito na condição de miséria, a troca de favores políticos marcados pela cultura coronelista da compra de votos.

Costa (2010, p.290), referindo-se à mudança na educação deste município, faz alusão à experiência vivida por um diretor na escola em questão, e assim diz:

Em 1998, uma mudança na administração da EMFAS, a convite do então Prefeito, levou à direção da mesma, o Padre Francisco Pelonha Gonçalves Neto. Uma de suas ações foi formar uma equipe de professores com melhor nível pedagógico e profissional para o ensino médio; outra foi buscar algo que resultasse numa melhor compreensão por parte dos professores, alunos e comunidade da

realidade histórica da cidade. Daí nasceu as grandiosas semanas culturais, que envolveu não só a escola e a comunidade, mas também outras várias escolas da cidade que também promoveram semanas majestosas.

Nesta concepção, analiso minha própria experiência, na tentativa de compreender as práticas dos demais diretores, refletindo a legitimidade do poder nelas, quando nos perguntamos: quem legitimou o poder na prática do diretor, o Prefeito ou a Comunidade? E os demais diretores, como tiveram o poder legitimado em suas práticas?

Para compreender o poder nas relações sociais, no cotidiano das situações de sua apropriação, no exercício ou na execução do mesmo, buscaremos um novo conceito de poder em O Poder Simbólico, de Bourdieu (1992, p.7), para expressar, no simbolismo as apropriações que se faz do poder:

[...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Ao tentar compreender as relações de poder nas práticas político-pedagógicas dos diretores, com a compreensão da minha própria prática e história, percebemos que não existiria uma história, a minha história, mas as histórias, uma vez que decidimos que faríamos entrevistas com questões abertas e um modelo pré-estabelecido de perguntas roteiro.

A compreensão de “história aberta” em Walter Benjamin (2012, p.242) é de uma história que está sendo narrada e que continua: está aberta. Nisto afirma: “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.

Ao compartilhar suas vivências, rememorando momentos que marcaram suas trajetórias, os colaboradores nas entrevistas se redescobriram ao se referirem às suas memórias/histórias entendidas como experiências vividas na teia das relações de poder.

Trazendo as reflexões de Benjamin (2012, p. 243) para o âmbito de nossa investigação, temos a compreensão de que a experiência é o que acumulamos durante a vida e que nos remeterá ao passado: “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo, tal como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”.

Se repetirmos exatamente como aconteceu, poderá ser revivido no presente, apenas nas memórias narradas, acrescentando-se ou diminuindo-se fatos com a subjetividade que é inerente ao simples ato da memória. Indagamos se é possível, por meio das narrativas e memórias nas interpretações destes colaboradores, professores, educadores apreenderem os significados que daremos à trama do poder nas relações dos diretores. Quais os significados que atribuem às experiências vivenciadas em suas trajetórias? O que nos caberá descobrir em nossas investigações? Teremos de fato que provar/identificar/mostrar os atributos que facilitam os mecanismos? Por si só, não se revelariam nas falas dos colaboradores, permitindo que o leitor faça sua própria análise? As narrações das experiências, tão somente por elas, já não seriam o bastante para a compreensão das nossas investigações?

Vieira, Peixoto e Khouri (2002, p.11) ao pensarem a história como experiência humana em todas as suas possibilidades e contradições, assim afirmam:

Essas noções de totalidade, de cultura, nos levam a situar a história como um campo de possibilidades. (...) Imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado.

A história se caracteriza pela incansável luta do homem em querer compreender o próprio meio em que vive e suas circunstâncias. É de se perceber que, o momento atual, muito tem evidenciado numa intensa valorização da consciência dos fatos históricos. Deste modo, toda a manifestação humana, quer de cunho literário ou proveniente da herança de uma memória coletiva, estão predispostas ao estudo e à pesquisa. Sendo assim, toda e qualquer produção humana torna-se objeto de estudo e reflexão para o historiador.

No livro *A Pesquisa em História*, as autoras Vieira, Peixoto e Khouri (2012, p. 28) explicitam tal compreensão quando definem o papel do historiador frente aos fatos históricos, desde a descoberta cuidadosa e exaustiva das fontes, até a crítica da documentação, problematização e incorporação da mesma à interpretação da história. No que diz respeito à utilização das fontes históricas como objeto de estudo do historiador, as autoras dizem: “os registros da experiência humana não estão só nesses arquivos, museus e centros, mas por toda parte, ao alcance de todos”.

Obviamente, essa frase abrange a postura inovadora em relação ao documento histórico, permitindo ir além da concepção estreita de que as fontes históricas restringem-se a textos escritos, o que se subentende que ao pesquisador não apenas lhe é facultado, mas tem o direito de beneficiar-se de outros registros (literatura, cinema, música, etc.), como de fontes ou “materiais de suporte”, para bem desenvolver sua pesquisa. É possível pensar a história apenas como uma “experiência vivida integral e socialmente”, dentro de um “campo de possibilidades” e não um conhecimento pronto e acabado sobre fatos sujeitados pelos métodos de pesquisa e interpretação.

Para finalizar esta introdução, retomamos de forma sintética os objetivos desta dissertação que são compreender as relações de poder nas práticas dos diretores, querendo, assim, resgatar a memória dos diferentes atores que viveram suas histórias e experiências de vida nas “formas surdas” na educação do município de São Rafael/RN, com suas lutas, conflitos e resistências, sempre na condição de dominados e subordinados, à mercê das forças políticas e dos poderes dominantes que reprimem, massacram, excluem e marginalizam pela condição social dos menos favorecidos, fazendo-os submissos, onde, silenciosamente, fazem suas histórias de luta, militância, insistência e teimosia.

Ouvir as falas dos que fizeram suas histórias em silenciosas militâncias, impedidas e impelidas de não serem sujeitos participantes de suas próprias histórias, limitados pela condição social dos menos favorecidos, renegados em suas falas, nas vozes que gritam e reivindicam seus espaços, hibernados em suas memórias. Ao pesquisador, cabe-lhe a árdua e espinhosa missão de acordar esses estrategistas e sonolentos atores. Neste sentido, afirmam Vieira, Peixoto e Khouri (2002, p. 12):

Não só ao Poeta, mas também a historiadores incumbe recuperar lágrimas e risos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas.

Resgatar essas memórias é, antes, reconduzir a história em dinamismo para os seus devidos atores, dando-lhes vozes e reconstruindo-os em suas próprias histórias, em suas vidas que a historiografia não registrou. Por isso:

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é luta, e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então que a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processos de dominação e resistência. (Ibidem, p.17).

Após toda a explanação feita nessa introdução em relação ao objeto da dissertação, objetivos, metodologia e fontes utilizadas, cabe-nos apresentar o trabalho, que está dividido em 3 (três) partes, de acordo com seus respectivos eixos temáticos, e em 14 (quatorze) capítulos, a saber:

- PARTE I: O CENÁRIO – composta de 06 (seis) capítulos, apresenta a caracterização da formação do Estado do Rio Grande do Norte, do antigo município de São Rafael, uma abordagem do Projeto Baixo-Açu, chegando-se à história do novo município de São Rafael, sua formação após a mudança geográfica da cidade, e as características da Escola de Ensino Fundamental I e II e Escola de Jovens e Adultos (EJA), Francisco de Assis de Souza;

- PARTE II – OS ATORES: TESSITURA E URDIDURA DA TRAMA - composta por 07 (sete) capítulos traz as narrativas dos colaboradores da pesquisa;

- PARTE III – A DIREÇÃO: ARTICULANDO HISTÓRIA E MEMÓRIA: traz capítulo com depoimento do autor da dissertação e seu diálogo com os colaboradores da mesma.

## **PARTE I - O CENÁRIO**



## 1 O RIO GRANDE DO NORTE E SUA FORMAÇÃO<sup>6</sup>

Um dos menores Estados do Brasil em extensão territorial, o Estado do Rio Grande do Norte encontra-se historicamente inserido, desde os princípios da colonização portuguesa no Brasil, quando foram instauradas as Capitanias Hereditárias, por volta de 1530.



**Figura 2 – Mapa do RN**  
**Fonte:** Site Mapas Brasil



**Figura 3 – Mapa do Brasil**  
**Fonte:** Site GuiaGeo

A Capitania do Rio Grande surgiu com 100 léguas de extensão, começando da Baía da Traição (limite sul), onde terminavam as terras da Capitania de Itamaracá, até o Rio Jaguaribe, limite com o Ceará. Para consolidarem a conquista e posse da Capitania do Rio Grande, seus beneficiários organizaram uma expedição que partiu de Lisboa, em novembro de 1535. O resultado foi um completo fracasso, que culminou com o naufrágio da nau, nas águas do Maranhão, devido à forte resistência encontrada entre os índios potiguares aliados aos franceses. Uma segunda expedição também foi empreendida sem sucesso.

Embora a Capitania do Rio Grande tenha sido abandonada por muitos anos, em 1570, após a morte do seu donatário, o rei concedeu aos seus herdeiros uma

<sup>6</sup> Na dissertação desse capítulo foi feito uso das seguintes fontes: Lyra(1998), Medeiros(1998),Monteiro(2000),www.rn.gov.br/acesso em: 03 jul.2013

indenização, e a capitania voltou a pertencer à coroa, porém, seguindo completamente abandonada.

Com o desamparo da região, os invasores estrangeiros, em especial os franceses, se aliaram aos índios potiguares e passaram a contrabandear o pau-brasil que existia em abundância no litoral. Essa situação persistiu por quase 50 anos. Enquanto isso, na Europa, acontecia a união das coroas ibéricas, com a sucessão do trono português ao rei Felipe II da Espanha. Com a perda da independência política de Portugal e de suas colônias, sérias de alterações no processo de colonização no Brasil sucederam-se, entre elas, o esforço para reaver o controle das capitanias que estavam abandonadas, como a do Rio Grande.

Assim sendo, foram expedidas cartas régias em 1596 e 1597 ao Governador Geral D. Francisco de Souza, e aos capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, determinando e ordenando a conquista das terras potiguares, acrescentando que se fundasse uma cidade e que se construísse uma Fortaleza para sua defesa.

Para o cumprimento a essa carta régia, uma expedição de conquista foi organizada, comandada por Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, sendo dividida em dois grupos: um seguiu por mar, liderado por Mascarenhas Homem, e o outro, por terra, liderado por Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba. Desta vez, os colonizadores saíram-se vencedores nas lutas contra os indígenas, e iniciaram a construção da Fortaleza, seguindo a recomendação das cartas régias. Seu nome: “Fortaleza dos Reis Magos”, devido à sua construção ter sido iniciada no dia 6 de janeiro de 1598, Dia de Reis.



**Figura 4 –** Fonte dos Reis Magos  
**Fonte:** Net 10 Uol

O dia 24 de junho do mesmo ano é marcado como a data em que Mascarenhas Homem entregou as chaves da Fortaleza a Jerônimo de Albuquerque, índio mestiço que participou da expedição de conquista da Capitania, juntamente com o encargo de seu capitão. Igualmente, a Jerônimo de Albuquerque foi conferida a tarefa de articular um tratado de paz com os chefes indígenas Pau Seco e Sorobaré, solenemente ratificado na Paraíba, a 15 de junho de 1599.

Para finalizar a recomendação do Governo Geral, sobejou, apenas, a fundação da cidade. Ao que tudo indica, Natal, atual capital do Estado do Rio Grande do Norte, foi fundada por Jerônimo de Albuquerque que, saindo da Fortaleza dos Reis Magos, no dia 25 de dezembro de 1599, no sítio, onde hoje está localizada a praça André de Albuquerque, foi demarcado o espaço da cidade, que recebeu este nome - Natal - em homenagem à data festiva cristã, o nascimento de Jesus Cristo.



**Figura 5** – Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Sul  
**Fonte:** Site Congresso Abor2013.



**Figura 6** – Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Norte  
**Fonte:** Site Congresso Abor2013.

Os primeiros 30 anos da capitania caracterizaram-se pela lentidão e retardamento do seu processo de desenvolvimento, quando tanto o povoamento como o cultivo da terra acontecia vagarosamente. A grande maioria das famílias era indígena, sendo muito reduzido o número de europeus, que nessa fase inicial não ultrapassava 80 pessoas, quase todos militares e seus familiares.

A colonização caminhava em relativa paz com os índios, e o sertão era pouco a pouco desbravado. Os dois centros mais populosos eram Natal, com 30 a 35 casas, e os Engenhos de Ferreiro Torto e Cunhaú. As primeiras atividades econômicas da capitania eram caracteristicamente de subsistência, baseadas na pecuária, na pesca e na agricultura de mantimentos (especialmente a mandioca). No início do século XVII, estava instituído, portanto, o assentamento da administração da Capitania do Rio Grande, e definidos os limites dos novos distritos.

A conquista foi lenta, estabelecendo-se em 1611, com a passagem do Governador do Brasil, Diogo de Meneses, que fez as nomeações necessárias para a instituição da administração. Ao longo dos anos a Capitania do Rio Grande acrescentou o complemento do Norte, devido à existência de outra Capitania do Rio Grande, a do Sul.

Após a conquista holandesa das Capitanias da Bahia, sede do Governo geral, e Pernambuco, uma expedição para a conquista do Rio Grande partiu de Recife no dia 5 de dezembro de 1633, composta por 11 navios, desembarcando na Praia de Ponta Negra na manhã de 8 de dezembro de 1633. Chegando a Natal, parte da tropa rumou para a Fortaleza dos Reis Magos, que se rendeu no dia 12 de dezembro de 1633.

A Fortaleza passou a se chamar Castelo Keulen, sob o comando do capitão Joris Garstman, que deu início a um domínio que durou cerca de 20 anos. Natal recebeu o nome de Nova Amsterdã, e iniciou-se na Capitania do Rio Grande uma fase que se caracterizou pelo completo abandono, violência e atraso na colonização, uma vez que aos invasores somente interessava o fornecimento de gado para o consumo dos soldados e da população de Pernambuco. Além disso, o Rio Grande do Norte viveu ao mesmo tempo longo período de pobreza por conta de restrições da coroa portuguesa à comercialização do sal. Destaca-se, nessa época, o massacre cometido pelos indígenas tapuias, liderados pelos holandeses, aos



moradores das povoações de Cunhaú e Uruaçu<sup>7</sup>, atualmente tidos como mártires da resistência portuguesa no Estado.

Em 16 de junho de 1645, o Pe. André de Soveral e outros 70 fiéis foram cruelmente mortos por 200 soldados holandeses e índios potiguares. Os fiéis estavam participando da missa dominical, na Capela de Nossa Senhora das Candeias, no Engenho Cunhaú - no município de Canguaretama (RN). O que motivou a chacina foi a intolerância calvinista dos invasores, que não admitiam a prática da religião católica, o que lhes custou a própria vida.



**Figura 7 – Chacina de Cunhaú**  
**Fonte:** Site Rede no meu distrito.

O movimento de insurreição contra o domínio holandês já começara em Pernambuco, mas, na capitania do Rio Grande do Norte, tudo parecia normal. Bastou, porém, a presença de uma só pessoa para que o clima se tornasse tenso: Jacó Rabe, um alemão a serviço dos holandeses, que chegara a Cunhaú no dia 15 de julho de 1645, que já era muito conhecido pelos moradores da região por suas passagens por aqueles lugares, sempre acompanhado dos ferozes tapuias, semeando por toda parte ódio e destruição.

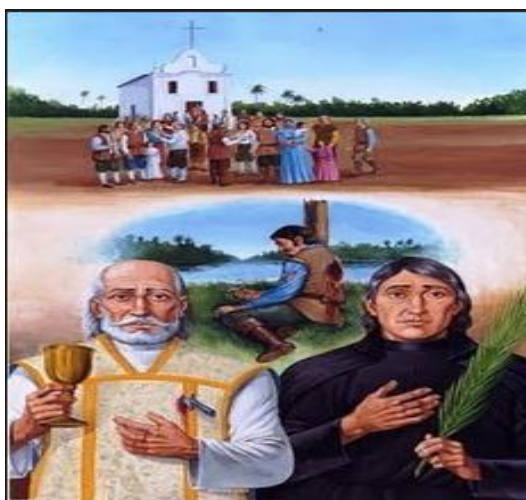
---

<sup>7</sup> Sobre os Mártires, consultar: Protomártires do Brasil, do Mons. Francisco de Assis Pereira; Terras de Mártires, da jornalista Auricéia Antunes de Lima; Mártires de Cunhaú e Uruaçu, do Pe. Eymard L.E. Monteiro.

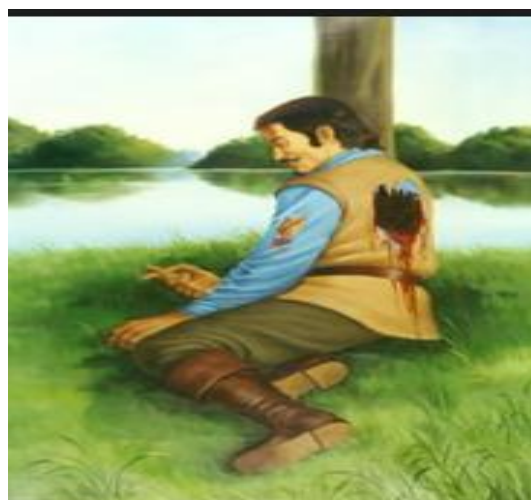
A simples presença de Rabe e dos tapuias era motivo para suspeitas e temores. Além dos tapuias, Jacó Rabe trazia, desta vez, alguns potiguares e soldados holandeses. Ele se dizia portador de uma mensagem do Supremo Conselho Holandês, do Recife, aos moradores de Cunhaú.

No dia 16 de julho, um grande número de colonos estava na igreja, para a missa dominical celebrada pelo Pároco, Pe. André de Soveral. Jacó Rabe havia mandado afixar nas portas da igreja um edital, convocando a todos para ouvirem as ordens do Supremo Conselho, que seriam dadas após a missa. Alguns dos fiéis, com medo do Rabe, preferiram ficar esperando na casa de engenho; outros se dirigiram à igreja de Nossa Senhora das Candeias, levados apenas por cumprir o preceito religioso.

O Pe. André iniciou a celebração, e após a elevação da hóstia e do cálice, ergueu o Corpo do Senhor, para a adoração dos presentes. A um sinal de Jacó Rabe, foram fechadas todas as portas da Igreja e se deu início à terrível carnificina. Foram cenas de grande atrocidade: os fiéis em oração, tomados de surpresa e completamente indefesos, foram covardemente atacados e mortos pelos flamengos com a ajuda dos tapuias e potiguares. Ao perceberem que iam ser sacrificados, os fiéis não se rebelaram. Ao contrário, entre mortais ânsias se confessaram ao sumo sacerdote Jesus Cristo, pedindo-lhe, com grande contrição, perdão de suas culpas, enquanto o Pe. André exortava-os a bem morrer, rezando apressadamente o ofício da agonia e, assim, todos foram sacrificados.



**Figura 8** – Chacina de Uruaçu



**Figura 9** – Leigo Mateus Moreira

**Fonte:** Site Canguaretama Nossa Terra.

Três meses depois aconteceu o martírio de mais 80 pessoas, e sempre pelas mãos dos calvinistas holandeses. Entre elas estava o camponês Mateus Moreira, que teve o coração arrancado pelas costas, enquanto repetia a frase: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". Isso aconteceu na Comunidade de Uruaçu, em São Gonçalo do Amarante (a 18 km de Natal).

Estes acontecimentos se espalharam rapidamente por toda a capitania do Rio Grande do Norte e capitanias vizinhas. A população ficou assustada e temia novos ataques dos tapuias e potiguares, instigados pelos holandeses. Também, desta vez, tudo aconteceu sob o comando de Rabe, ajudado pelo chefe potiguar Antônio Paraopaba.

Os índios já tinham sido avisados das intenções dos dois e lá estava o chefe potiguar com os seus comandados: mais de duzentos índios, bem armados. Logo que desceram dos batéis, os flamengos ordenaram aos moradores que se despissem e se ajoelhassem. A um sinal dado por eles, os índios, que estavam emboscados, saíram dos matos e cercaram os indefesos colonos, dando início a mais uma terrível carnificina. Segundo os relatos do Postulador da causa dos mártires, Monsenhor Francisco de Assis Pereira, a descrição da morte de Mateus Moreira é o ponto mais expressivo de toda a narrativa de Uruaçu e constitui um dos mais belos testemunhos de fé na Eucaristia, confessada na hora do martírio. Os algozes arrancaram-lhe o coração pelas costas, e ele morreu exclamando: "Louvado Seja o Santíssimo Sacramento".



**Figura 10** – Monumento aos mártires de Cunhaú e Uruaçu  
**Fonte:** Site Flickr



**Figura 11** – Capela de Uruaçu  
**Fonte:** Site Canguaretama Nossa Terra.



**Figura 12** – Basílica dos Mártires  
**Fonte:** Site Flickr.

Segundo Mons. Francisco de Assis Pereira, Postulador da Causa de beatificação desses Mártires, "a memória dos servos de Deus sacrificados em Cunhaú e Uruaçu, em 1645, permaneceu viva na alma do povo potiguar, que os venera como autênticos defensores da fé católica<sup>8</sup>". O processo de beatificação foi concedido pela Santa Sé, no dia 16 de junho de 1989, e, em 21 de dezembro de 1998, o Papa João Paulo II assinou o Decreto reconhecendo o martírio de 30 (trinta) brasileiros, sendo 2 (dois) sacerdotes e 28 (vinte e oito) leigos.

O domínio holandês no Rio Grande do Norte durou de 1633 até 25 de janeiro de 1654, com a capitulação dos invasores, que assinaram o acordo da Campina do Taborda, em Recife, pelo qual abandonavam o país. Com a expulsão dos holandeses, iniciou-se na Capitania do Rio Grande mais uma fase no seu processo histórico de desenvolvimento para recuperação do seu ritmo administrativo, social e econômico<sup>9</sup>.

O Rio Grande do Norte está localizado na Região Nordeste do Brasil, e sua economia se baseia, principalmente, no setor de comércio e de serviços. Outra fonte de recursos está ligada ao petróleo: o estado é o principal produtor nacional de petróleo em terra e o segundo em mar. A produção de grãos é insuficiente, obrigando a sua importação de outros estados, bem como de outros produtos, como

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.arquidiocesedenatal.org.br>> Acesso em: 29 ago. 2013

<sup>9</sup> Mariz, Marlene da Silva. O Rio Grande do Norte e o Descobrimento do Brasil. In: Terra potiguar: uma viagem pela beleza e pela cultura do RN. Barcelona: Bustamante, 1999, pp.40-65.



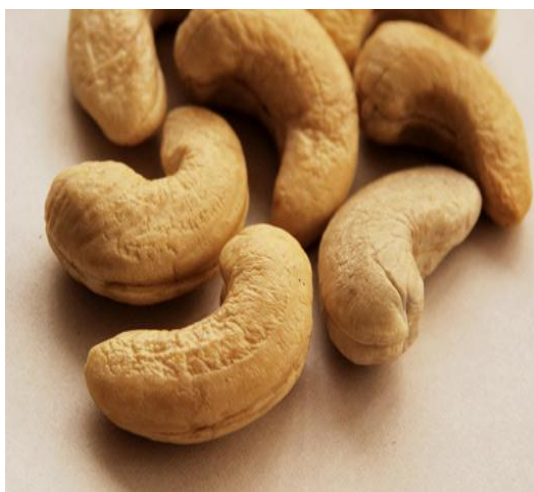
algodão e máquinas têxteis. Em contrapartida, exporta roupas, peixes, castanha de caju e sal marinho.



**Figura 13** – Exportação de roupas  
**Fonte:** Site O Jornal da Cidadania.



**Figura 14** – Exportação de peixes  
**Fonte:** Site Senarrn.



**Figura 15** – Exportação de castanha de caju  
**Fonte:** Site Jornal de Hoje.



**Figura 16** – Exportação de sal  
**Fonte:** Site Investir no Rio Grande do Norte.

O turismo é importante fonte arrecadadora de recursos. Com 410 km de praias, o Rio Grande do Norte recebe milhares de turistas do Brasil, principalmente de São Paulo, e de diversas partes do mundo. Na capital, Natal, dezenas de praias e lagoas esperam pelos visitantes. Mas a atração principal fica por conta das dunas de Genipabu, onde são feitos os já conhecidos passeios de buggy. As praias de Pipa, com suas falésias e baías de águas, São Miguel do Gostoso e Maracajaú são locais bastante procurados pelos turistas, durante todo o ano.



**Figura 17 – Passeio de Buggy**  
**Fonte:** Site Trilhas e Aventuras.



**Figura 18 – Praia da Pipa**  
**Fonte:** Site Seu Novo Destino.



**Figura 19 – Praia do Cardeiro – São Miguel do Gostoso**  
**Fonte:** Site São Miguel do Gostoso Brasil.

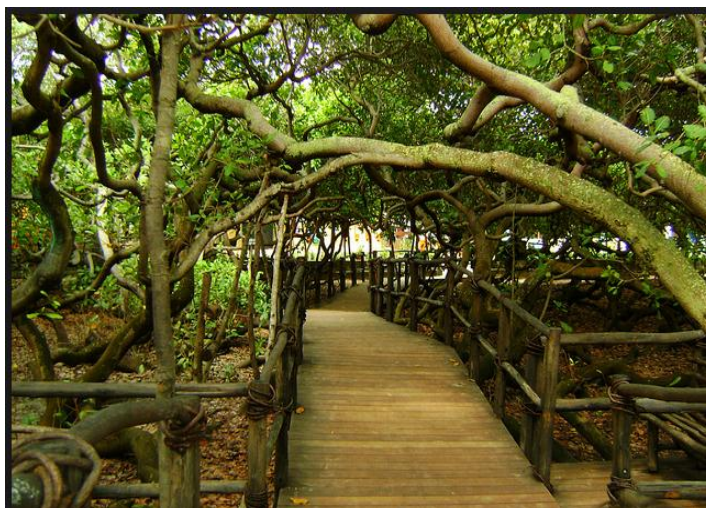




**Figura 20** – Parrachos de Maracajaú  
**Fonte:** Site Flickr.



**Figura 21** – Morro do Careca-Praia de Ponta Negra  
**Fonte:** Site MCidade do Sol.



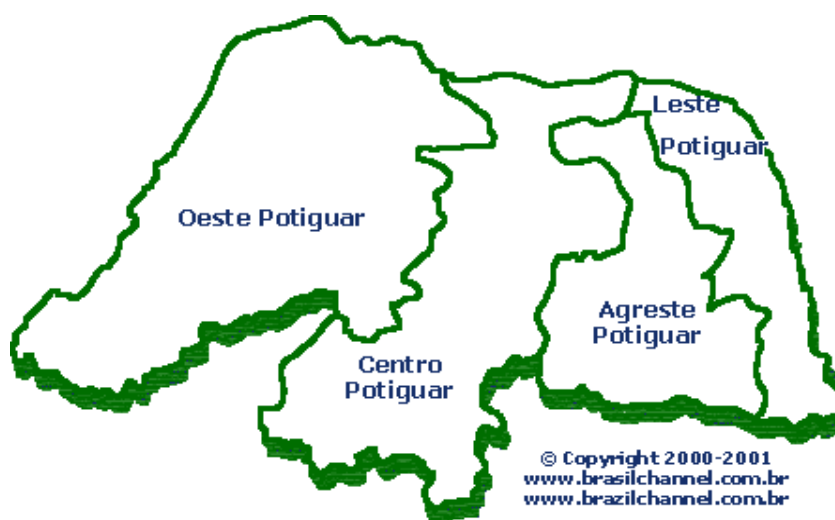
**Figura 22** – Maior Cajueiro do Mundo - RN  
**Fonte:** Site Oceaniumperium.

Apesar da seca, o Estado conseguiu alguns resultados com o plantio de algodão, a extração do sal e a produção de carne de sol. O clima é tropical no litoral e oeste e semiárido no centro, e seu relevo são de planície litorânea, com depressão na maior parte, e planaltos a Sul. O ponto mais elevado é a Serra do Coqueiro com 868m, e seus habitantes recebem o adjetivo gentílico de natalense.

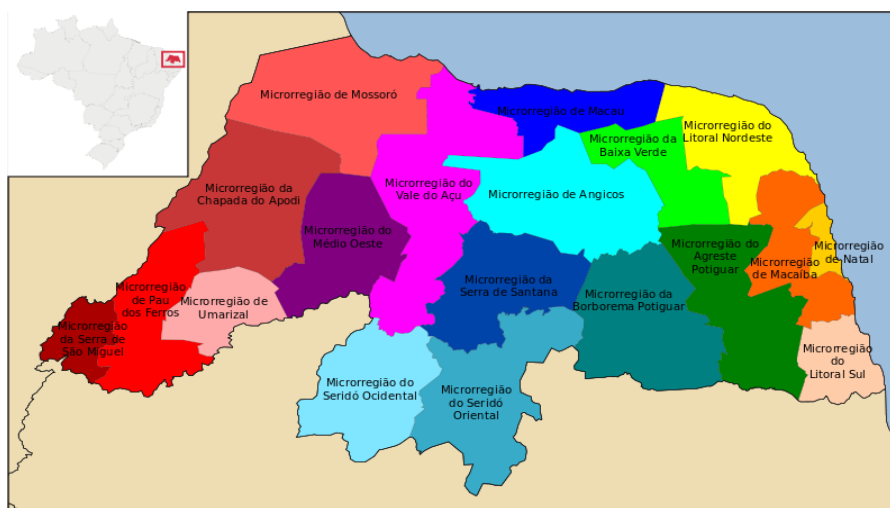
A vegetação característica é mangue no litoral, faixa de floresta tropical e caatinga a Oeste. Seus principais rios são: Mossoró, Apodi, Açu, Piranhas, Potengi, Trairi, Seridó, Jundiá, Jacu e Curimataú.

Quanto ao horário local, segue o horário de Brasília, já que na Região Nordeste, independente de verão ou inverno, o sol nasce e se põe sempre na mesma hora, ao contrário do que acontece com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde vigora o horário de verão, previsto em 2012 para iniciar no dia 21 de outubro, que corresponde ao terceiro domingo de mês de outubro, com o término no dia 17 de fevereiro de 2013, exatamente à zero hora do terceiro domingo de fevereiro.

De acordo com o censo de 2010, o Rio Grande do Norte possui uma população de aproximadamente 3.200.000 mil habitantes, numa área de 53.166,6 Km<sup>2</sup>, com 59,99 h/km<sup>2</sup> e é formado por 167 municípios. Sua sigla é RN e seu habitante recebe o adjetivo gentílico de: norte-rio-grandense, rio-grandense-do-norte ou Potiguar, que em Tupi significa “aquele que come camarão”. Em 1989, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dividiu o Estado em quatro Mesorregiões: Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar.



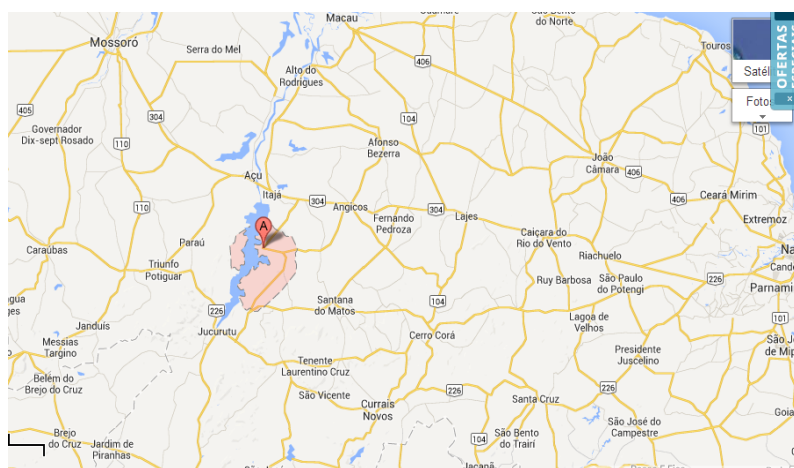
**Figura 23** – Mesorregiões  
**Fonte:** Site Brasil Channel.



**Figura 24 – Microrregiões**

**Fonte:** Site Wikipedia

Na mesorregião do Oeste Potiguar, está a Microrregião do Vale do Açu, formada por nove municípios, dentre eles São Rafael.



**Figura 25 – Microrregião do Vale Açu**

**Fonte:** Site Google Maps.

Assim sendo, concluímos que a formação do Estado do Rio Grande do norte, deu-se de forma conturbada pelas lutas e massacres dos que, desde o início, tiveram seu olhar dirigido à ganância, à exploração predatória, tornando-o pobre desde sua formação, fato este que será revelado com a colonização do seu interior, e dentro dele de maneira intensa e penosa a colonização do Município de São Rafael.

## 2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO RAFAEL/RN<sup>10</sup>

De acordo com Luis da Câmara Cascudo, o ano de 1765 marca o início da colonização do futuro município de São Rafael. Chamado “Caiçara”, que na linguagem indígena significa “entre cerco”, o território rafaélense foi ocupado pelo capitão português João Francisco da Costa, que usa o espaço interno de uma paliçada para construir a casa central da fazenda, daí o nome Caiçara.

Referindo-se à ocupação territorial do futuro município, Costa (2010, p.45), afirma:

Esse período era marcado pelo ‘desenvolvimento’ do povoado de Caiçara, seu crescimento em torno do rio Piranhas, tanto em população quanto em economia. O fazendeiro com a criação de gado e depois do algodão, utilizando-se da mão de obra escrava e esses mesmos escravos utilizando a cultura da subsistência na produção de feijão, milho, batata-doce, melancia e outros, aproveitando a fertilidade do solo das margens do Rio Piranhas, faz a região crescer dentro da visão colonizadora.

De acordo com o Censo do IBGE 2010, São Rafael, começou num aldeamento indígena, nas proximidades do rio Piranhas. Por estar nas vizinhanças do rio, logo suas terras foram aproveitadas para a criação de gado e para a plantação de lavouras, fazendo surgir um bom contingente populacional, em meados do século XVIII.

Entre os anos de 1845-50, havia neste povoado entre 10 e 12 casas. O pároco que frequentava a comunidade, o missionário capuchinho Frei Serafim de Catãnea, mudou o nome do povoado de Caiçara para São Rafael. Não se sabe, por falta de fontes, o porquê da mudança do nome, porém, somente a partir do século XX é que o nome veio a ser aceito.

Em 1858, foi criada uma escola de alfabetização chamada Cadeira de Primeiras Letras, que ensinava ao povo o nome Caiçara, ignorando a denominação imposta pelo frei capuchinho. Mas, São Rafael foi o nome que prevaleceu oficialmente.

---

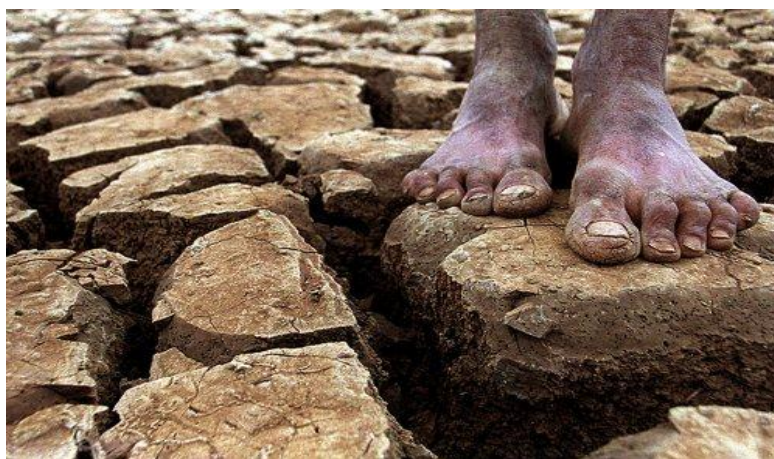
<sup>10</sup> Na redação deste capítulo utilizamos as seguintes fontes: Costa (2010), Cascudo (1968) e [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)



Das interpretações históricas desse município que foram encontradas, sabe-se que a primeira missa de festa, foi celebrada em 25 de dezembro de 1856, a primeira Escola de Primeiras Letras funcionou no dia 18 de agosto de 1858, e o primeiro comércio da comunidade foi aberto em 1890, por Joaquim Carneiro de Souza.

Em 1862, época em que o padre Ibiapina foi demarcando locais e construindo Igrejas, percorrendo o Nordeste, passou por São Rafael e fincou a pedra fundamental no local onde futuramente seria a Igreja Matriz que levaria o nome de Nossa Senhora da Sebastiana como padroeira da cidade.

O que hoje tão conhecidamente chamamos de “Indústria da Seca”, em que ainda prevalece a política de assistencialismo, muito evidente nas regiões de estiagem no Nordeste, em que as ações de combate à seca, usadas como exploração dos desassistidos e sofredores, é um problema de cunho meramente político. Apresentando suas raízes no ano de 1877, quando uma seca tirana assolou as terras nordestinas, o então imperador D. Pedro II criou uma ação em que medidas paliativas foram tomadas, com o objetivo de fortalecer o domínio local dos coronéis e, quem sabe, até o enriquecimento pessoal.



**Figura 26** – Solo seco causado pela estiagem

**Fonte:** Site Coletivo Claraboia.

Destacam-se abaixo, numa demonstração exaustiva de inconformidade e descontentamento com a situação da gente sofredora e desvalida por causa da

seca, partes do discurso<sup>11</sup> pronunciado pelo Deputado Federal Eloy de Souza, no Congresso Nacional, na Sessão de 28 de novembro de 1906, numa tentativa de mobilizar o Congresso quanto aos problemas da seca:



**Figura 27** – Cratera no solo provocada pela estiagem  
**Fonte:** Site Ecodebate.

“Relativamente às secas, as circunstâncias de representar um Estado dos mais flagelados pela visita periódica de crises climatéricas, altamente prejudiciais ao desenvolvimento e ao progresso de uma vasta região do norte, me fez vencer a natural timidez, reflexo de uma incompetência que não dissimulo, para vir dizer, sinceramente e sem paixão, o meu depoimento, na esperança de ver problema de tal relevância definitivamente resolvido [...]”. O padre Joaquim José Pereira, do Rio Grande do Norte, diz, em uma memória dirigida ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, que, além do flagelo da seca, apareceu nos sertões do Apodi tal quantidade de morcegos, que mesmo à luz solar atacavam as pessoas e os animais, já inanidos pela fome, não tendo mais força nem ânimo de afastá-los: homens, mulheres e crianças eram encontrados pelas estradas mortos e moribundos; a par de cadáveres em putrefação se achavam miseráveis ainda vivos prostrados no chão ou no leito, cobertos pelos vampiros, que as vítimas não podiam sequer enxotar.[...]

No Rio Grande do Norte, refere Ignácio Nunes Correa de Barros, morreram muitas criaturas humanas a fome a necessidade, e outras escaparam sustentando-se em couros e bichos imundos.

O Rio Grande do Norte, porém, sofreu os mais duros rigores, e não só a criação ali ficou muito reduzida, como no alto sertão, morreram muitas pessoas a fome e as moléstias próprias da miséria. [...]

---

<sup>11</sup> Discurso pronunciado pelo Deputado Federal Eloy de Souza no Congresso Nacional na sessão de 28/Nov/1906. Disponível em: <[http://ufrn.br/biblioteca/ext/bdtd/MariaCM\\_301\\_370.pdf.p.307](http://ufrn.br/biblioteca/ext/bdtd/MariaCM_301_370.pdf.p.307)> Acesso em: 28 jun. 2013.





**Figura 28 – Secas no Nordeste**  
**Fonte:** Site Horizonte Geográfico.

Porém, há que se voltar a São Rafael. Os moradores mais antigos destacaram a participação sempre otimista e desbravadora do grande incentivador Cel. Luiz Martins de Oliveira Barros, que teve decisiva participação na construção do cemitério público em 1908, na edificação do galpão feito para a realização de feiras, na construção da igreja, da casa paroquial e na instalação dos serviços postais.



**Figura 29 – Antiga São Rafael**  
**Fonte:** Site You Tube.



**Figura 30 – Antigo Mercado**  
**Fonte:** Site You Tube.



**Figura 31** – Antiga São Rafael (feira)

**Fonte:** Site Mapas Brasil.

Já bem estruturada, a localidade de São Rafael, porém, pertencendo ainda ao Distrito através do decreto Lei estadual nº 603, em 31 de outubro de 1938 e, em 23 de dezembro de 1948, através da Lei nº 146, São Rafael conquistou sua emancipação política, desmembrando-se de Santana do Matos e tornando-se município do Rio Grande do Norte.



**Figura 32** – Antigo Mercado Público

**Fonte:** Site You Tube

É neste contexto de desolação, sofrimento e pobreza que a pequena comunidade de São Rafael vai se desenvolver, aprendendo, desde então, a conviver

com a precariedade e as poucas condições de sobrevivência, catalogando no álbum das tragédias provocadas pelas estiagens e períodos escassos de chuva, a experiência acumulada pela fome e o descaso do poder público, com a ausência de políticas públicas eficazes e eficientes, que pudessem amenizar o sofrimento e prolongar a vida do sertanejo, que no horizonte das incertezas, jaziam as esperanças sem nunca abandoná-las, pois a vida insiste em ser vivida, mesmo sendo violentada e desrespeitada.

Esse município, que ora se desenvolvera, pouco ou quase nada tem mudado, nessa região, tratando-se das dificuldades enfrentadas por essa população desde sua formação com os problemas relacionados à seca, em virtude das baixas estiagens. Tendo nesse capítulo, a formação desse município em suas origens, vejamos no capítulo que se segue, sua caracterização, seu desenvolvimento e estruturação a partir de sua emancipação, bem como sua economia de subsistência que já oferecia em recursos naturais, como fonte de subsistência para a população.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA ANTIGA CIDADE DE SÃO RAFAEL <sup>12</sup>

O município de São Rafael foi criado pela Lei nº 146, de 23/12/1948, sendo assim, desmembrado da cidade de Santana do Matos. Segundo o censo de 2010, a população total residente é de 8.116 habitantes, dos quais 4.138 do sexo masculino (50,30) e 3.978 do sexo feminino (49,70%), dos quais 5.384 vivem na área urbana (65,70) e 2.817, na área rural (34,30%).

Situa-se na mesorregião Oeste Potiguar e na microrregião Vale do Açu, limitando-se com os municípios de Itajá, Açu, Santana do Matos e Jucurutu, abrangendo uma área de 430 Km<sup>2</sup>, sendo seu acesso efetuado através das rodovias pavimentadas BR-304 e RN-118, a partir de Natal.



**Figura 33** – Microrregião Vale do Açu  
**Fonte:** Site Brasil Turismo.

A densidade demográfica é de 19,09 hab./km<sup>2</sup>. A rede de saúde dispõe de 01 Hospital e 22 leitos. Na área educacional, o município possui 28 estabelecimentos de ensino, sendo 06 de ensino pré-escolar, 21 de ensino fundamental e 01 de ensino médio. Da população total, 63,90% são alfabetizados. O município possui 2.123 domicílios permanentes, sendo 1.441 na área urbana e 682 na área rural.

<sup>12</sup> Para a redação deste capítulo, utilizamos as seguintes fontes: Costa (2010). [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)



**Figura 34** – Município de São Rafael  
**Fonte:** Site Google Maps.

Existem ainda, 1.520 domicílios com abastecimento d' água através da rede geral, 375 através de poço ou nascente e 228 por outras fontes. Apenas 1.108 domicílios estão ligados à rede de esgotos e 1.334 têm coleta regular de lixo. As principais atividades econômicas são: agropecuária, extrativismo e comércio. Na infraestrutura existem: 01 Agência dos Correios, 01 Hotel, 01 Pensão, 01 Hospital, além de 86 empresas com CNPJ atuantes no comércio varejista. No ranking de desenvolvimento, São Rafael está em 69º lugar no estado (69/167 municípios) e em 3.979º lugar no Brasil (3.979/5.561 municípios) (Fonte: IDEMA – 2001).

Quanto aos aspectos fisiográficos, o clima é muito quente e semiárido, com estação chuvosa atrasando-se para o outono. Quando há chuva, o período é de fevereiro a maio, e a precipitação pluviométrica anual normal é de 634,9mm, com temperaturas médias anuais de aproximadamente: máxima: 32,0 °C, média: 27,7 °C e mínima: 21,0 °C.

Sua formação vegetal é a Caatinga Hiperxerófila - vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactácea e plantas de porte mais baixas e espalhadas.





**Figura 35 – Caatinga**  
**Fonte:** Site Wikipedia.

Entre outras espécies, destacam-se a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro. O carnaubal é a vegetação natural onde a espécie predominante é a palmeira e a carnaúba. Os carnaubais são espaçados e iluminados.



**Figura 36 – Mufumbeiro**  
**Fonte:** Site Tocandina



**Figura 37 - Faveleiro**  
**Fonte:** Site Deag UFG.



**Figura 38 – Marmeleiro**  
**Fonte:** Site BSAude R. Norte



**Figura 39 – Xique-xique**  
**Fonte:** Site Petrolandiape.



**Figura 40 – Facheiro**  
**Fonte:** Site Wikipedia.



**Figura 41 – Carnaúba**  
**Fonte:** Site Uol.



**Figura 42 – Artesanato feito com a palha de carnaúba**  
**Fonte:** Site Google.





As características principais dos solos predominantes são: Bruno não cálcico - fertilidade natural média a alta, textura arenoso-argilosa e médio-argilosa, fase pedregosa, relevo suave ondulado, bem drenado, relativamente raso e muito susceptível à erosão; Litólicos Eutróficos - fertilidade natural alta, textura argilo-arenosa e/ou média, fase pedregosa e rochosa, relevo ondulado, rasos, moderado a acentuadamente drenados; Aluviais Eutróficos - fertilidade natural alta, textura argilo-arenosa, argilosa ou arenosa, relevo plano, medianamente profundo, imperfeitamente a moderadamente drenados. Por isso, praticamente, não são cultivados.

A maior parte desses solos está ocupada pela vegetação natural que é aproveitada com pecuária extensiva, mas de modo precário. Em pequena escala, são cultivados com algodão arbóreo consorciado com milho e feijão e alguma cultura de palma forrageira. A principal limitação ao uso agrícola destes solos, diz respeito à falta d'água e à susceptibilidade à erosão, devendo ser intensificado o cultivo com culturas muito resistentes a um longo período de estiagem (palma forrageira e algodão arbóreo) e culturas de ciclo bem curto, na época chuvosa. As áreas de solos litólicos devem ser aproveitadas para conservação da flora e da fauna locais.

Nas áreas de ocorrência de solos aluviais, o aproveitamento agrícola é bastante intenso. São utilizados na maior parte com algodão, milho, feijão, arroz e árvores frutíferas diversas.



**Figura 43 – Algodão**  
**Fonte:** Site Meio Ambiente.



**Figura 44 - Milho**  
**Fonte:** Site Radio Vale do Apodiam.





**Figura 45 – Feijão**  
**Fonte:** Site Sindrof.



**Figura 46 – Trigo**  
**Fonte:** Site Brasil

O aproveitamento das carnaubeiras é muito intenso e as pastagens são constituídas pelas forrageiras nativas, destacando-se o rebanho caprino. O cultivo da agricultura é regular e restrita para lavouras, aptas para culturas de ciclo curto, nas áreas de várzeas. A capacidade é regular para pastagens naturais e aptas para culturas especiais de ciclo longo (algodão arbóreo, sisal, caju e coco).

O município de São Rafael encontra-se totalmente inserido nos domínios da bacia hidrográfica Piranhas-Açu, sendo banhado pelas sub-bacias dos rios Piranhas, Pindoba e da Serra Branca. Seus principais afluentes são os riachos das Carnaúbas, Cavalo Bravo, do Mineiro, Serra Branca e do Jatobá. Os principais corpos de acumulação são: os açudes Cavalo Bravo (100.000m<sup>3</sup>/público), Jobear (100.000m<sup>3</sup>/comunitário) e Serra Branca (100.000m<sup>3</sup>/comunitário). Todos os cursos d'água têm regime intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.

Está totalmente inserido no Domínio Hidrogeológico Fissural, composto de rochas do embasamento cristalino que englobam o subdomínio rochas metamórficas constituídas pelo Complexo Caicó, Formação Jucurutu e Formação Seridó, e o subdomínio rochas ígneas da Suíte calcialcalina Itaporanga, Suíte calcialcalina Sebastiana e da Suíte Poço da Cruz.

A despeito dos recursos naturais descritos até este ponto do capítulo, é de imensa importância ressaltar a percepção que se tem de um povo vivendo em condições de vida sub-humanas, estando desprovido e vulnerável diante dos que, espertamente, aprendem a levar vantagens em benefício próprio, em função da miséria e das péssimas condições onde se reside, quando, a luta por sobrevivência

é inerente a qualquer mortal. É a partir daí que surgem as enigmáticas figuras dos mal-intencionados e prestativos coronéis, no apoio em troca de grandes favores dos que a sorte tornou-os dependente da prestativa atenção de quem, desvalido, precisaria do mínimo para garantir sua sobrevivência.

Assim, começa a se desenvolver São Rafael: independente e ambiciosa, os já bastardos tiram proveito dos recursos naturais de que dispunham, com a vantagem da mão de obra barata, porém ainda escrava, daqueles que, economicamente dependentes, se não migrassem, só lhes restaria, como alternativa, o trabalho nas lavouras dos grandes latifundiários proprietários de grandes quantidades de terra.

Embora com uma estrutura simples de organização, a cidade não oferecia condições de trabalho para toda a população, dando-se início, então, a mais um doloroso caminho muitas vezes sem volta, quando trabalhadores, pais de famílias migram para os seringais do Norte do Brasil, onde a morte era uma das certezas, mais do que a de trabalho; e aos que da morte escapavam, contavam com o abandono.

Costa (2010, p.52), ao refletir a migração dos rafaélenses, assim relata:

Muitos filhos da população de São Rafael participaram de várias correntes migratórias em busca da sobrevivência, pois como se evidencia, a concentração de terras e de riquezas em nossa região colocava na obscuridade a qualidade de vida de muita gente que deveria ter sustento no próprio local onde nasceu.

A região do Vale do Açu e, claro, São Rafael, passam a se desenvolver e se estruturar, basicamente, da agricultura e da tradicional produção camponesa, da criação de bovinos e caprinos, e, nas vazantes, da exploração da maniçoba, das casas de farinha, da exploração da sheelita, da extração da carnaúba, extração do mármore, plantio de algodão e pecuária voltada para a sua subsistência e as salinas nas regiões de Macau, Areia Branca.



**Figura 47** – Criação Caprina  
**Fonte:** Site Skyscrapercity.



**Figura 48** – Criação Bovina  
**Fonte:** Site Rio Grande do Norte.

A princípio, São Rafael se desenvolve a partir dos seus recursos naturais. Cultivavam o plantio nas vazantes, aproveitando as margens do rio que baixava intensamente com a evaporação da água e deixava a terra úmida para o plantio de feijão, batata doce, jerimum, milho e outros; apenas para sua subsistência. Os grandes proprietários de terra cultivavam o plantio de algodão, feijão, milho, mandioca, macaxeira, melancia e jerimum que, além de utilizarem para sua subsistência, alimentavam o rebanho e comercializavam, em ano que fosse chuvoso.



**Figura 49** – Símbolo da seca e da resistência do povo Nordestino  
**Fonte:** Site Robson Pires.



Nos anos de seca, os grandes proprietários de terra se valiam de sua condição econômica e, mais recentemente, de empréstimos a fundo perdido dos bancos públicos cedidos pelo Governo Federal por meios de Programas como SUDENE(Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 e extinta em 2001) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária), autarquia federal, criado pelo Decreto nº 1.110 de 09 de julho de 1970.

Na fazenda Serra Branca, pertencente a Néri do Carvalho e Silva, o Barão de Serra Branca, desenvolveu-se a maniçoba, uma planta gomífera que produzia um líquido branco, idêntico ao látex. A partir dessa constatação, a família do Barão de Serra Branca inicia a expulsão dos ribeirinhos de todas as terras possíveis para a produção de maniçoba, numa distância que ia do Rio Piranhas, até encostar na Serra. (COSTA, 2010, p.50)

O advento dos anos 40 torna São Rafael mais próspero em dois aspectos: o político, com sua emancipação, e o econômico com a inserção da scheelita, da carnaúba e do mármore, por serem produtos em ascensão no mercado mundial, além da fruta da oiticica e de várias casas de farinha, que tinham seus produtos comercializados na feira.



**Figura 50 – Scheelita**  
**Fonte:** Site Wikipedia.



**Figura 51 – Mármore**  
**Fonte:** Site Comtas.



**Figura 52** – Farinha de mandioca  
**Fonte:** Site Luiz Berto.



**Figura 53** – Carnaubal  
**Fonte:** Site Brasil RN.

Com valiosa informação oral pelo saudoso João Pedro da Silva, o popular João do Sapato, se conseguiu fazer o levantamento da existência de 15 engenhos e 11 casas de farinhas. (COSTA, 2010, p.61)

A scheelita foi encontrada, pela primeira vez, em São Rafael, no ano de 1942, e trouxe esperança à população, como mais uma estratégia de sobrevivência no enfrentamento das péssimas condições de vida por causa das estiagens. O que era esperança para a população, com a descoberta de tal minério, como fonte de trabalho nas minas, e riquezas para os proprietários de terra, tornou-se num dos mais violentos confrontos pela posse da terra e pelo direito de trabalhar entre proprietários e trabalhadores que, traídos por questões jurídicas do subsolo e por influência política, sobretudo, os pequenos proprietários, viram suas terras serem invadidas e tomadas por pessoas de influência política e econômica do Estado do Rio Grande do Norte.



**Figura 54** – A mineração para extração da scheelita  
**Fonte:** Site O Globo.



**Figura 55** – Scheelita  
**Fonte:** Site Luiz Berto.

Com o desenvolvimento econômico da indústria química e elétrica ocorrido desde a 1ª guerra mundial (1914-18) e a 2ª guerra mundial (1939-45), a cera de carnaúba passa a ser utilizada na fabricação de tintas, vernizes, graxas lubrificantes, material fotográfico, linha cirúrgica, além de muitas outras utilidades que, com o advento da extração do petróleo, anos depois, perde seu valor econômico no mercado financeiro.

Outra fonte de renda e exploração, que ao longo dos anos tem sustentado a economia do município, é a extração de mármore iniciada na década de 50, atraindo pessoas de vários lugares com experiência nessa atividade, contando com rafaélenses, também contratados para tal serviço. O mármore extraído era comercializado até mesmo para fora do país, embora em precárias condições de transportes em caminhões, de São Rafael até o porto de Natal, tal como acontecia para os estados vizinhos.

Vale salientar que, quem conseguia superar a fome e não encontrava trabalho em São Rafael, migrava para as cidades de Macau, Areia Branca, Grossos e Mossoró onde existiam as salinas, nas quais serviam de mão de obra e da força física humana e animal na extração e manejo do sal, levando-se em conta que, apesar do ganho insuficiente por ser intensa a procura por trabalho, se garantiam com o pouco e estavam a algumas léguas de casa.

E assim, se desenvolvia o Município de São Rafael que, a partir do início da década de 30 do século passado, começa a escutar rumores a respeito de uma possível construção da barragem no Vale do Açu, no semiárido do Rio Grande do Norte, que viria acabar com o problema da seca na região, fato este que vem a se efetivar em 13 de julho de 1975, quando o então presidente, General Ernesto Geisel, assinou o Decreto nº 76.046, criando o Projeto Baixo-Açu, dando a esse município um novo desfecho em sua história, com a construção da barragem, desestruturando e desestabilizando toda a população, forçando-a ao exílio, naufragando suas histórias. O divisor de águas e de vidas dessa população está refletido nas páginas do capítulo a seguir.

## **4 O PROJETO BAIXO-AÇU E A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ENGENHEIRO ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES<sup>13</sup>**

O então município de São Rafael, que antes mesmo de sua formação fora palco de grandes tragédias e conseqüentes mudanças na sua historiografia, muito embora haja poucos documentos comprobatórios, porém, os encontrados, não obstante limitados, bastam para compreender a situação dessa região e de um povo que aprendera a ser bravo, forte, esperançoso e, acima de tudo, otimista. Quando tudo parecia estar no mar da calma e bem, os então rumores iniciados na década de 30 e em fins da década de 70 do século passado se efetivaram, quando, o que não seria surpresa para essa gente, em 13 de julho de 1975, a proposta saiu do papel, no momento em que o presidente General Ernesto Geisel assinou o Decreto nº 76.046, criando o Projeto Baixo-Açu, que veio para alterar o rumo das vidas de muitos sertanejos do Rio Grande do Norte.

Esse documento dava início à efetivação do Projeto Baixo-Açu, cujo ponto alto seria a construção da barragem Eng<sup>o</sup>. Armando Ribeiro Gonçalves, projetada para acumular 2,4 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Diante dessa iniciativa, o Governo Federal punha, novamente em prática, o que já vinha sendo um rentável negócio com a política das águas, desmembrado na “indústria da seca” por causa das sucessivas obras faraônicas que se sucediam em toda região nordeste, castigada pelas estiagens.

Facilmente são identificados os açudes que foram construídos em domínios de pessoas com influências políticas e econômicas, ou seja, em propriedades particulares, que em nada contribuiu para acabar com a seca, nem tampouco com o sofrimento do povo nordestino. No equívoco que prevalece até os dias atuais, entende-se que a seca era o fator que impedia o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro, dando início à execução de políticas de construção de grandes reservatórios de água que, em sua maioria, eram construídos em áreas de propriedades particulares.

---

<sup>13</sup> Para a redação deste capítulo, utilizamos as seguintes fontes: Costa(2010), Souza(2010), Vargas (1987;1991); [www.saorafael.org.com.br](http://www.saorafael.org.com.br)



Os estudos sobre o Projeto Baixo-Açu e a barragem Armando Ribeiro Gonçalves são muitos. Foi no governo do então Presidente General Ernesto Garrastazu Médici (30-10-1969 a 15-03-1974) criado o Programa de Integração Nacional-PIN, para as regiões Norte e Nordeste, que propunha a construção da Transamazônica, os projetos de colonização e o Plano de Irrigação para o Nordeste. Conhecido por Metas e Bases, nesse Plano, Médici já afirmava promover uma “revolução” na agricultura, o que foi reafirmado no I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND e o II-PND. No ainda governo do General Ernesto Garrastazu Médici, com o intuito de responder às questões sociais advindas do pensamento e da ação modernizadora, é lançado o tão faraônico Plano de Irrigação para o Nordeste, quanto o fizeram com as construções dos açudes, para atender a uma agricultura de mercado, como um grande “milagre econômico”, que não aconteceu.

É sabido e é fato, que questões relacionadas ao trabalhador rural foram sempre relegadas a projetos não acabados e, a falta de incentivo no campo, além de empobrecer e dificultar cada vez mais o pequeno e o médio agricultor, da mesma forma, fez migrar os sertanejos que abandonavam suas terras e suas casas, para grandes centros urbanos, em busca de sobrevivência. O que seria o Projeto Baixo-Açu, concluído em 1947, inicialmente recebeu o nome de Oiticica I, e a barragem seria construída entre a cidade de Jucurutu e o Distrito de Janúncio Afonso, conhecido como Barra de Santana. (COSTA, 2010, p.114).

Em 21 de outubro de 1954, através do decreto nº 36.370, o então presidente da República, o norte-rio-grandense, João Café Filho, declarava de utilidade pública, uma área de 143.062.500 m<sup>2</sup>, necessária à construção do açude público, Oiticica I, no município de Jucurutu/RN. No local foi iniciada a construção de uma pista de aviação e uma vila de casas para trabalhadores. O projeto foi inviabilizado devido à escassez de argila no local e ao alto preço do cimento para a construção em concreto. Entre os anos de 1967-71, a empresa Hidroservice desenvolveu estudos de reconhecimento da bacia do Rio-Piranhas, indicando como possíveis locais de aproveitamento hidráulico no Baixo-Açu, o já denominado Oiticica I e outro, denominado Oiticica II, entre São Rafael e o povoado de Itajá, que à época, ainda não era município, mas um Distrito do Município de Ipanguaçu.

Costa (2010, p.115), ao se referir à implantação do projeto para a construção da barragem, afirma que: “prevaleceu o Oiticica II, cujo nome foi mudado para ‘Engº

Armando Ribeiro Gonçalves a partir de 1972, em homenagem ao referido engenheiro que era funcionário do DNOCS, falecido, recentemente, à época”.

Souza (2010, p.3), afirma:

O *Projeto Baixo-Açu* foi, portanto, um exemplo típico em que o Estado, a partir de um planejamento racional, procura implementar o desenvolvimento econômico pela via da modernização. A ambição desse projeto era grande. Sua completa execução era dividida em três etapas: na primeira, seria construída uma barragem com uma capacidade de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, a qual seria a maior do nordeste e atingiria diretamente os municípios de Jucurutu, Assu, Ipanguaçu e São Rafael. A segunda fase previa o assentamento da população atingida e a instalação de um pólo pesqueiro para atender às suas necessidades de emprego e renda. Por fim, na terceira, seria criada, na bacia de irrigação, um perímetro irrigado em uma área de 22 mil hectares. Os estudos sobre os resultados desse projeto destacam que, exceto a construção da barragem, essas propostas não foram implementadas satisfatoriamente.

Após uma década de expectativas, depois de iniciada a construção da nova São Rafael, em 1979, houve prantos, protestos, descontentamento e desolação num cenário de revolta, medo e incertezas. Finalmente, o que não poderia ter acontecido, aconteceu; a inauguração da barragem. Com isso, para esse povo, sobejou a certeza de um forçado exílio, de um mundo obscuro e incerto, para quem na vida se tinha nada, agora nada teria.



**Figura 56** – Moradora antiga  
**Fonte:** Site You Tube.



**Figura 57** – Indignação dos moradores  
**Fonte:** Site You Tube.



**Figura 58** – Parede interna da barragem  
**Fonte:** Site Itaja Acontece.

Em um ensolarado dia de festa, para os que eram favoráveis e tinham interesses na barragem, e contando com a presença de autoridades políticas, civis e religiosas, em 25 de maio de 1983, é inaugurada a barragem Eng<sup>o</sup> Armando Ribeiro Gonçalves. Havia entre as autoridades a notória presença do ditador da presidência da República General João Baptista de Oliveira Figueiredo, oriundo, claro, da infeliz era militar; o Ministro do Interior Mário Andrezza, e o governador do Estado do Rio Grande do Norte, o atual Senador da República, José de Agripino Maia, além de prefeitos, vereadores e demais políticos da região do Vale do Açu, onde a maioria da população, afetada pelo projeto e ignorada pelos poucos ali representados, lá estava. Ao som da banda de música que, solenemente, tocava o Hino Nacional, os manifestantes populares, tiveram seus gritos de protestos abafados, pelos eloquentes discursos dos mais elevados, ou seja, daqueles que atingiram os píncaros da glória.



**Figura 59** – Inauguração da Barragem  
**Fonte:** Site BP.

Inaugurada a barragem, sem que a população, em sua maioria desassistida e afetada pelo projeto, fosse contemplada com as garantias propostas pelo governo com sua construção, Costa ( 2010, p.168), por ser personagem da trama, denuncia:

[...] face ao descaso do governo do Estado e do DNOCS, muitos, nem as minguadas indenizações receberam, por questões jurídicas, sem local digno para onde ir (...), assumiram posições de resistência: só saíram da área à medida que as águas fossem cobrindo as terras.



**Figura 60** – Cidade antiga após a barragem  
**Fonte:** Site You Tube.

Diante de tal descaso, mesmo durante a construção da barragem, eram intensas as oposições de alguns políticos, sindicalistas e membros da Igreja, e aqui,

ressalva-se a oposição feita pela Diocese de Mossoró, na pessoa do Excelentíssimo Bispo Diocesano D. José Freire, e pelo pároco Francisco Canindé, da paróquia São João Batista, na cidade do Açú. Durante a inauguração da barragem, o governador do Estado do Rio Grande do Norte, José Agripino Maia, em seu discurso, afirmou que:

[...] aqui começa uma nova história para este Vale do Açú e lançou um apelo ao Presidente da República e ao Ministro para que logo a partir de amanhã, comecemos a somar as nossas forças e os nossos esforços em transformar essa água em alimentos para saciar a fome dos norte-rio-grandenses.

Neste discurso, percebemos a cobiça e a desonesta intenção de ludibriar a população com o milagre das águas, para dar-lhe melhores condições de vida para sua sobrevivência. Esse discurso, nada mais é que a ambição interesseira em atender às necessidades dos grandes empresários e multinacionais. Neste sentido, Francisco das Chagas Silva Souza (2010, p.63) afirma: “A tão decantada ‘chegada do progresso’ fazia-se de forma irônica e contraditória. O *desenvolvimento* esperado para aquela região cobrava um preço alto: a extinção de uma cidade”.



**Figura 61** – Símbolo de resistência dos rafaenses  
**Fonte:** Site Skyscrapercity.



A historiografia registra essa contradição, quando Costa (2010, p.169), comenta que: “podemos compreender nas palavras do governador a continuidade secular do processo de dominação e exploração a que tem sido submetida a população rural e trabalhadora do vale desde a invasão portuguesa até a república atual”.

A construção da barragem, desde seu projeto inicial, foi marcada por decepções, traições, enganações, favorecimentos, politicagem, dor, choro e desencantos. Nisto consiste o papel primordial das Assistentes Sociais que foram contratadas, na década de 80, pela empresa Hidroservice, com a missão exclusiva de convencer a população de que a melhor opção era, de fato, saírem de suas terras, com garantias que lhes asseguravam qualidade e melhoria de vida.

Para isto, tais Assistentes Sociais foram fundamentais no contrabando das desonestidades. Neste sentido, Souza (2011, p.6), em uma de suas entrevistas, nos apresenta na fala de uma entrevistada a representação feita das assistentes sociais e afirma: “O povo não gostava das assistentes sociais”. E continua:

Não é só da perda dos ‘bons tempos’ que se queixam os mais velhos de São Rafael. Nos relatos dos entrevistados percebe-se claramente o ressentimento daquelas pessoas com do DNOCS e o trabalho de assistência social. Eles se sentem abandonados, lesados, ludibriados, pelos funcionários desse órgão, classificado por um entrevistado como ‘o órgão mais sem respeito nesse país’. Já, uma senhora diz que: ‘justiça contra o DNOCS? Eu acho que só Deus! Eu creio que é assim, porque o órgão mais sabido que eu já vi na minha vida, é chamado DNOCS. (ibidem)

As falsas promessas feitas pelas assistentes sociais no convencimento dos colonos e, inclusive, para aqueles, cujos barracos de tábuas lhes deram como moradia provisória, pois a desonestidade dos órgãos responsáveis pela construção da barragem e envolvidos no Projeto-Baixo-Açu, sequer tiveram a dignidade de a esses contemplarem, também, com uma casa.



**Figura 62 – Casas de Taipa**  
**Fonte:** Site You Tube.



**Figura 63 – Indignação dos moradores**  
**Fonte:** Site Sociedade Alternativa.



**Figura 64 – Casa de Taipa**  
**Fonte:** Site Sociedade Alternativa.



**Figura 65 – Casa de Taipa**  
**Fonte:** Site Sociedade Alternativa.

A pesquisadora Nazira Vargas, entre os meses de agosto a outubro de 1984, (in COSTA, 2010, p. 224), nas entrevistas que foram feitas com esses notáveis moradores de barracos de tábuas, traz as seguintes constatações: “O povo aqui é um clamor só de fome, pois vendo a chegada do inverno, plantou, depois de cinco anos de seca. A água veio cobrindo os terrenos, o que plantamos, perdemos, nada colhemos, e nem temos serviço de que arranjar o pão”. Nisto, consiste, ainda, o que a pesquisadora evidenciou:

O DNOCS não deu assistência a nós em nada no mundo. Ele nos trouxe para cá em outubro de 82 e disse que com dois anos levava as famílias para o Projeto de Irrigação. Até aqui esse Projeto não saiu, e ninguém ouve nem falar se esse Projeto sai. [...] Aqui nem



um pedaço de tabuleiro seco para trabalhar, nós não podemos. [...] Esse terreno que nós recebemos, esses vinte metros ali, disseram que estava na faixa da água cobrir. Como podemos viver aqui numa situação dessas? Aqui não morre ninguém de fome porque homem é muito resistente para morrer de fome. A gente só percebeu isso aqui. (ibidem)

Além dessas constatações e denúncias dos moradores desassistidos em barracos de tábuas, pode-se ler, também em Costa (2010, p.224):

Além dessas situações, é de valor impar, perceber que esta barragem trouxe grandes impactos para essa gente que de sertanejo de cidade pacata passou a ser subversiva junta aos movimentos sociais, entre outros o SAR, (Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal) e sindicatos, ao denunciarem junto ao Ministério Público as precárias e desumanas condições em que viviam os sertanejos enganados pelos órgãos públicos, que tinham interesses na barragem.

Diante das resistências, vale destacar a omissão da Arquidiocese de Natal sob o comando do falecido D. Nivaldo Monte, que em nada se envolveu junto aos órgãos públicos em seu papel social de defesa pela vida dos que se contentavam com as migalhas a eles servidas, pois que mais pareciam estar na iminência de assegurar seu prestígio e privilégios junto aos governos, preferindo a berlinda da proteção dos órgãos públicos, os quais, estranhamente, têm sua história alicerçada, aos movimentos sindicais.

Os impactos provocados pela barragem desestruturaram, modificam e mortificam toda essa população, intensificando a dependência política em função da dependência econômica que, agora, sente-se obrigada a viver dos minguados e desonestos favores políticos, com exceção daqueles que, como diz Costa (2010, p.172):

Os grandes proprietários certamente foram beneficiados, já que tiveram suas terras isentas do projeto, continuando assim, com direito a financiamentos, livres das minguadas indenizações e não sofrendo nenhum bloqueio cartorial [...] proteção às grandes empresas nacionais e internacionais que se apoderaram das principais áreas onde se concentram as regiões de maiores e melhores fertilidades.

As elites políticas, estadual e local, dos municípios diretamente atingidos, se beneficiaram do projeto por estreitarem ainda mais os laços de dependência política da população expropriada pelo projeto; dependência econômica acarretando no assistencialismo que serviria de base de sustentação política com os apoios dos governos federal, estadual e municipal; empobrecimento da população; desemprego; escassez das fontes de rendas; famílias deslocadas para áreas improdutivas; desaparecimento de grande parte de seus estabelecimentos rurais e de todos os imóveis urbanos; submersão das reservas naturais como fontes empregatícias; mármore, scheelita e areias monazíticas; submersão das várzeas e vazantes; desaparecimento da palha da carnaúba que proporcionava renda familiar no trabalho artesanal e o uso da cera; 10.000 hectares de caatinga inundadas; elevado processo de migração para cidades vizinhas e outros Estados; desespero das 270 famílias deportadas para os barracos de tábuas espalhados pelos rincões da caatinga; as indenizações não pagas pelo DNOCS às famílias; o desemprego e a falta de trabalho em massa.

O SAR (Serviço de Assistência Rural), a pedido da pesquisadora Nazira Vargas que foi para São Rafael, e só voltou depois que efetivamente foi feita a mudança da população, após a inauguração da barragem, para desenvolver um trabalho de base junto ao campesinato ribeirinho, no segundo semestre de 1984, notou o estado desolador da população à época da mudança geográfica da cidade, e denuncia, em 05 de outubro de 1984, aos jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal: - “Os agricultores vivem em São Rafael como se fosse num campo de concentração”.

É neste cenário de perdas e desalentos, de fome e miséria, que ao longo dos séculos essa região é castigada e coleciona no álbum da vida, passada e presente, da gente que carrega as mais cruéis desventuras, mas que resiste e insiste no seu direito viver, desde o nascer.

Tal circunstância é assemelhada, tão somente, às demais regiões do Nordeste, onde o povo, apesar de tudo bravo e lutador, mesmo castigado pela exasperação da seca, mas esperançoso, suplica ao governo políticas públicas eficazes, para acabar de uma vez por todas com sua miséria. Nisto, consiste a compreensão que teremos desta população a quem, nem mesmo resta, além da própria sorte, viver dependente da política partidária local, em função da dependência econômica.



**Figura 66** – A mudança para o exílio na nova cidade  
**Fonte:** Site You Tube.

Cessam as esperanças de permanência em suas terras quando o inevitável acontece; a mudança. Nesse cenário de desalento e incertezas, uma única certeza; deixar para traz, submersas pelas águas, suas histórias.

Tendo sido o ambicioso Projeto o divisor não apenas de águas, mas também, de vidas, que se deu a partir da construção da barragem, que pôs exilada uma população em consequência dos interesses políticos e econômicos, com falsas garantias de melhor qualidade de vida para os que viviam castigados pelas secas e abandonados pelas políticas públicas, agora, ainda vivem desiludidos, à mercê da própria sorte.



**Figura 67** – Desalento e incerteza  
**Fonte:** Site You Tube.

Coberta pelo azul das águas está naufragada, pela ganância política, as histórias de vidas dos vencidos pelo poderio econômico e, bem à vista dos olhos, como num emaranhado de uma cidade arquitetada, tão distante e incerta, o quanto era entender o naufrágio e o recomeço de uma nova vida, em uma nova cidade.



**Figura 68** – O renascer da cidade  
**Fonte:** Site Marcondes Gurgel.

A nova cidade, que em nada se parece com a anterior, traz desafios que são explícitos aos olhos lacrimejantes naqueles que, inconformados, sofrem a dor e o desalento, a frustração e desencanto em recomeçarem suas vidas e a refazerem suas histórias, desiludidos no pesadelo da nova cidade, como a cidade dos sonhos, numa terra de desencantos e incertezas que agora, obrigados, vão viver na nova cidade.

Neste sentido, abordaremos, no próximo capítulo, os impactos causados pela barragem, o novo modo de vida e a difícil adaptação dos moradores que, desassistidos, aceleram, pelas condições econômicas a que são submetidos, a intensa submissão política.

Delineando sobre a Escola Municipal de 1º e 2º Graus Francisco de Assis de Souza, apresentaremos, a seguir, as características da mesma, que será o cenário das intensas e conflituosas relações de poder entre diretores e professores, tornando-se mera servil do achado político em cabide de emprego e que, com isso, passa a ser mais importante em suas práticas para a política, do que mesmo, para educação, nesse município.

## 5 A NOVA SÃO RAFAEL: DEPOIS DO NAUFRÁGIO, AS DESILUSÕES E O PESADELO NA CIDADE DOS SONHOS: UMA TERRA DE DESENCANTOS E INCERTEZAS



**Figura 69** – Desolação  
**Fonte:** Site Sidryz.

A cidade de São Rafael, de forma sui generis, apresenta duas histórias distintas: uma referente a São Rafael Velha, que se desenvolveria como município autônomo, no período de 1948 a 1983, em um espaço geográfico; e a outra, relativa à nova São Rafael, erguida em outro território, devido à inundação que cobriu a velha cidade, em decorrência da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, por força de um projeto de captação de águas para o desenvolvimento de um plano de irrigação, administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), plano ainda elaborado no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), com o objetivo de expandir o processo agroindustrial em favor do desenvolvimento do País. (esta informação já está no capítulo anterior)





**Figura 70** – A nova cidade de São Rafael  
**Fonte:** Site Mapas Brasil.



**Figura 71** – A antiga cidade de São Rafael  
**Fonte:** Site You Tube.

O velho e o novo município de São Rafael nada têm em comum, senão a herança coronelista, cujos jagunços, fiéis cumpridores dos feitos dos seus senhores, agora transformados em devotados cabos eleitorais, agentes da exploração política das oligarquias, as quais, há décadas, famílias se revezam no poder, cuja dependência econômica e da cultura da troca de favores políticos, só fez se intensificar, em virtude do ambicioso projeto de irrigação, como solução para o problema da seca do Nordeste, que por causa das irregulares chuvas, ou de períodos pouco chuvosos, sofriam com a estiagem, não apenas neste município, mas em partes dos estados nordestinos. Após três décadas de um “forçado” exílio, esta população, ainda desassistida, reflete sua história “nafragada” nas águas da barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

O novo município de São Rafael tem sido objeto de inúmeros estudos sobre a região e de teses, transformados em livros, para a compreensão de uma cidade, que foi obrigada a naufragar sua história e ser expulsa de suas terras. Havia, também, “probabilidades” de riquezas ilícitas, contrabandeadas do capital estrangeiro, cujos principais interessados - políticos, empresários e os Estados Unidos - alegavam que, a gigantesca obra estava resolvendo, de uma vez por todas, os problemas da região do vale do Açu.



**Figura 72** – Vista panorâmica da nova cidade de São Rafael  
**Fonte:** Site Mapas Brasil

A “cidade dos sonhos”, tão bem arquitetada e planejada, construída pelo DNOCS para realocar a população, apesar de ser arborizada, com ruas largas e belas praças, em nada lembrava a antiga São Rafael que, ainda com a vida simples, a população tinha de onde tirar sua própria subsistência.



**Figura 73** – Rio Piranhas-Açu  
**Fonte:** Site Jarbas Rocha.



Às margens do rio e de açudes, plantavam e colhiam. Havia criações de pequenos rebanhos caprinos que garantiam o seu sustento, tendo como complemento a pesca e a caça. Quando baixavam as águas do rio, plantavam as lavouras de vazantes. Essas atividades garantiam a sobrevivência das famílias, não só através dos grãos guardados para o consumo em épocas de estiagem, bem como, pela renda que geravam com a venda do excedente da produção, nos mercados públicos de São Rafael e de cidades circunvizinhas.



**Figura 74** – Animais as margens da barragem  
**Fonte:** Site Skyscrapercity.

A população que fora levada à nova cidade, que se assemelhava a um conjunto habitacional como COHAB (Companhia de Habitação), perdeu sua base de sustentação – agricultura, pecuária, extração de minérios, e não houve projetos governamentais direcionados para viabilizarem outros meios de trabalho, para promover sua autossustentação. (COSTA, 2010, p.195)

Conforme afirma Carvalho (1999, p.46):

[...] na nova São Rafael instalou-se uma assepsia dos *conjuntos habitacionais*, com seu desenho igual, descaracterizador das pessoas, desprezando toda forma de identidade da população local, grande parte dela com hábitos rurais muito arraigados. A ausência de um fogão a lenha ou a carvão – à época tão comum nas residências rurais e urbanas nas pequenas cidades – e a localização da cozinha próxima à sala de estar, quando costumava-se construir nos fundos,

são exemplo disso. Daí tantas reformas feitas nessas casas visando adaptá-las ao que seus moradores julgavam melhor para eles.

Se a construção da barragem era sinal de desenvolvimento econômico para os que a idealizaram e tinham interesses, para essa população, estar nessa nova cidade de concreto era atraso e retrocesso, porque não estavam simplesmente recomeçando a vida, mas tinham que se adaptar às novas condições econômicas impostas pela ambição política dos governos.



**Figura 75** – Nova São Rafael  
**Fonte:** Site You Tube.

Há bastantes estudos com que muitos pesquisadores se preocuparam, para fazer uma estimativa dos efeitos do Projeto Baixo-Açu, quase trinta anos depois de instalados na nova São Rafael. No julgamento de muitos rafaenses, mormente os mais moços, a situação atual desta cidade permanece como que “parada no tempo”, nada tendo de benfeitorias com a construção da barragem. Eles receberam de seus pais e avós uma memória de um tempo ideado, apagado pela barragem, que cobriu a sua cidade, restando apenas a torre da igreja, como atestado da sua existência. Logo, as suas narrativas, sejam elas orais, escritas ou visuais expressam rancor e denúncias contra as injustiças que dizem terem vivido.

Francisco das Chagas Silva Souza, faz com que se saiba que de tais arrazoados não estão, obviamente, afastados o peso de uma reminiscência passada por aquela população, quando da execução do Projeto Baixo-Açu, e há muitos

estudos que se preocuparam em fazer uma avaliação dos efeitos do deste Projeto. Souza ( 2010, pp.10-11) afirma que suas ideias vão ao encontro das considerações tecidas pelo pensador francês Edgar Morin (2007, p.50):

[...] é necessário conceber, quando se faz um projeto técnico, as consequências humanas e sociais. [...] É preciso contextualizar e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo. Essa é a razão pela qual somos cada vez mais incapazes de pensar o planeta. (2007, p.49) [...] Dando continuidade ao seu raciocínio ele afirma que: [...] não podemos pensar que tudo que significa desenvolvimento e técnica tem que ser bom. É ambivalente. Esta ideia de ambivalência é muito difícil de entender porque muito do pensamento que temos é um modo de pensamento que quer a resposta, visão simples: bom ou mal.

Dessa forma, apesar de uma política de desenvolvimento que se queira “sustentável”, é necessário considerar uma série de critérios que se tecem em conjunto, daí a noção de complexidade tão cara a Morin. Ainda segundo o pensador:

[...] na elaboração e implementação desses projetos, além dos números, gráficos e tabelas, devem ser considerados aquilo que não se pode mensurar pelas estatísticas: as emoções, as culturas, as sociabilidades. É preciso levar em conta também o caráter de imponderabilidade que pode sofrer qualquer ação humana, pois não temos totalmente o controle sobre as nossas ações. Elas podem ser empregadas para ter resultados positivos e, no decorrer do tempo, gerar grandes problemas ambientais, por exemplo. [...] é necessário conceber, quando se faz um projeto técnico, as consequências humanas e sociais. [...] É preciso contextualizar e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo. Essa é a razão pela qual somos cada vez mais incapazes de pensar o planeta. (2007, pp. 49-50)

A cada dia, os sonhos deste povo eram distanciados de sua realidade pelo sentimento de revolta, quando perceberam que, mais uma vez, foram ludibriados, enganados, trapaceados pelas falsas promessas de que, com a mudança, a cartografia da nova cidade estaria nos moldes da antiga cidade. (COSTA, 2010, p.193).

Recém-chegadas, as pessoas, em sua maioria os mais idosos, se perdiam na brutal selva de pedra que, ao alcance dos olhos sem esperança, só percebiam o desolamento e a tristeza que se intensificavam, quando eram surpreendidas com a nova realidade: casas enfileiradas, geminadas, divididas apenas com uma parede, privadas de sentimentos que pudessem enaltecer a nova vida, acabavam por sonhar com os mais distantes pensamentos, na mais temerosa nostalgia.

A revolta desse povo não é apenas uma questão de adaptação, mas vai além de um simples modo de vida, a partir das casas que receberam, tão diferentes das que possuíam em condições anteriores, até ter que sobreviver numa terra sem fontes de renda, apenas com seus escassos ganhos da aposentadoria. Quanto às novas moradias construídas e a distribuição das mesmas, evidencia-se desonestidade, privilégios, politicagem e interesses pessoais. Eram três tipos de construções que se teriam, de acordo com o status, as condições sociais, os privilégios, o apadrinhamento político e a troca de animais, como presente às assistentes sociais. Costa (2010, p.193) ao descrever as casas construídas pelo DNOCS, diz:

As chamadas casas R-1(as menores, com dois quartos), as casas R-2 (com dois quartos maiores que da R-1), as casas R-3 (com um quarto a mais que as R-2) e casas especiais para 'os mais privilegiados' ou que 'tenham caído nas graças do pessoal do DNOCS'.

A área urbana da nova cidade tem um total de 38.276m<sup>2</sup> e foi doada ao DNOCS pelo poder público local. Suas principais atividades produtivas são:

- agricultura: batata doce, feijão, milho, coco-da-baía e algodão herbáceo em caroço nas poucas terras ainda cultiváveis;
- pecuária: bovinos, suínos, caprinos e galináceos, entre outras aves;
- indústria: produção de queijos e derivados, sabão em pedra, extrativismo, mineração, além das de transformação;
- pesqueira: pescado, tilápia, curimatã e tucunaré, entre outros;
- turismo: passeio de barco na barragem, serra de lágea formosa, serra branca, serra da pindoba e serra do bonito.

Além dessas atividades econômicas, essa população encontra sua subsistência na caça e na pesca.



**Figura 76 – Tucunaré**  
**Fonte:** Site Cultura Mix.



Tilápia



Carpa



**Figura 77 – Cutia**  
**Fonte:** Site Blog OPovo.



Tamanduá



Tatu-verdadeiro



**Figura 78 – Tatu-Peba    Preá**  
**Fonte:** Site Pesca Alternativa.

A partir das considerações acima, não se pode afirmar que o Projeto Baixo-Açu contemplou o desenvolvimento da nova São Rafael, tendo em vista que, dos municípios envolvidos às margens da Barragem, fora São Rafael antiga, o único a naufragar suas riquezas, potencialidades, subsistência, além do que tinha de mais importante: suas memórias.

As atuais condições econômicas dessa população, ainda hoje, são evidenciadas no seu modo de vida simples, marcado pela fúria da exploração

política em que, era nas escolas, onde mais se via percebido esse excesso, que amordaçava os que estavam ali, no espaço escolar, sendo este o único meio de sobrevivência. Nisto, é considerável, o fato de as escolas terem prestado relevante papel - contribuição para os desmandos da política partidária, nesse município, como veremos a seguir, no próximo e último capítulo, que compõe essa primeira parte da dissertação.

## 6 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º E 2º GRAUS FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA

A escola de 1º Grau Francisco de Assis de Souza foi criada em 30 de novembro de 1973, pela Lei nº 141, e o Curso de 2º Grau (atual Ensino Médio) foi instituído de acordo com o Projeto de Lei nº 03, de 03 de março de 1980.



**Figura 79** – Fachada da Escola  
**Fonte:** Site Mapas Brasil.

Desde sua criação, funcionou dentro das instalações da Escola Estadual Tristão de Barros, até o primeiro semestre de 1991, quando adquiriu prédio próprio. Era uma escola que funcionava desde a Alfabetização, até o Ensino Médio. Atualmente, é uma escola que possui quatorze salas de aula, secretaria, sala de vídeo, sala dos professores, sala de informática, biblioteca, cantina, galpão, refeitório, banheiros para portadores de deficiências, quadra de esportes e uma imensa área de lazer.

Funciona em três turnos: pela manhã, atende alunos da zona urbana do Ensino Fundamental I e II e alunos da Educação Infantil. À tarde, a prioridade na matrícula é para os alunos da zona rural do 6º ao 9º anos e, à noite, para os alunos do Ensino de Jovens e Adultos.



A equipe pedagógica é formada pelo diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, supervisor e professores. Também, há os funcionários de apoio: secretária, vigias, merendeiras e zeladores.

A escola está subordinada diretamente à Secretaria de Educação (SEDUC). Com a criação da Escola Estadual Claudeci Pinheiro Torres, de Ensino Médio, pelo Decreto nº 14.969 de 05.07.2000, a EMFAS deixou de ter essa modalidade.



**Figura 80** – Vista panorâmica da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza  
**Fonte:** Site Mapas Brasil.

### Quadro 1 - OS ANTIGOS E ATUAIS DIRETORES DA EMFAS: 1973-2013

Nome do diretor(a) indicado	Ano da nomeação	Ano da exoneração	Tempo na direção	Motivo da exoneração	Relação do indicado com a política	Função que exercia antes da nomeação	Era natural do município
Wildma de Araújo Coutinho	1973			Adversária política		Professora	Sim
Francisca Macedo				Adversário político		Professora	Não
Maria Selma Dantas Soares				Adversária política	Vereador a e Parente de político	Professora	Sim
Neuza F. da Silva Santos				Acordo político	Parente de político	Professora	Sim
Francisco Canindé Catunda Soares	1977	1982	06 anos	Adversário político	Filho de prefeito	Político	sim

Continuação do quadro 1:

João Ferreira da Silva	1983	1998	15 anos	Discórdia política	Parente de político	Professor	Sim
Francisco Pelonha Gonçalves Neto	1998	2005	07 anos	Mudança de domicílio	Não havia	Padre e professor	Não
Maria Rodrigues Neta	2005	2008	03 anos	Discórdia política	Política	Professora, Secretária de Educação e candidata a vereadora	Sim
Rosimeire Rodrigues de Assis Silva	2008	2008	Meses	Acordo político	Esposa de vereador	Professora	Sim
Wilma Barros	2008	2009	Meses	Acordo político	Família política	Professora	Sim
Paula Francinete de Araújo	2009	2009	Meses	Nomeada Secretária de Educação	Família política	Professora	Sim
Quirino dos Santos	2009	2010	07 meses	Acordo político	Apadrinhamento	Professor	Sim
Maria da Sebastiana Teixeira	2010	Atual diretora			Família envolvida na política	Professora	Sim

Fonte: EMFAS.

Quadro 2 - Escolas do Município

ZONA URBANA		
ESCOLA	QUANTIDADE	MODALIDADE
Estaduais	2	Ensino Médio
Municipais	2	Ensino Fundamental I
	1	Ensino Fundamental II
Particulares	2	Ensino Fundamental I e II

ZONA RURAL		
ESCOLA	QUANTIDADE	MODALIDADE
Municipais	13	Ensino Fundamental I

Fonte: EMFAS.

Na zona urbana, existem (07) sete Escolas, sendo: (02) duas Estaduais de Ensino Médio, (03) três municipais de Ensino Fundamental e (02) duas particulares de Ensino Fundamental. Além dessas Escolas urbanas, podemos contar com mais 13 Escolas das zonas rurais. Com exceção das Escolas Estaduais, nas demais, seus diretores podem ser indicados políticos. (Lei nº 290 que estabelece a gestão democrática).

Essa escola, desde sua criação, galgou sua importância no cenário político por causa dos diretores que foram indicados. Por serem políticos, fizeram da mesma, sua base de sustentação. Diante disso, pouco teve importância para a comunidade em suas práticas, haja vista, que sua relação com a família se deu por muitos anos dentro das conjecturas políticas, fato esse, que fez da mesma, ser a única do município a causar preocupações nos políticos por causa dos seus diretores.

A comunidade a que nos referimos está localizada na cidade de São Rafael/RN e é formada por pessoas simples, de hábitos e costumes próprios de sertanejos agricultores dessa região, com suas particularidades e especificidades. É uma comunidade de pescadores advinda da agricultura, sua população é, em sua maioria, desempregada e pobre, está no entorno dos rincões em um solo seco, castigado pelas baixas estiagens e ainda sofre a falta d'água. Suas terras, em virtude da seca são, em sua maioria, improdutivas, e o que se tem em comum nessa comunidade é o desemprego agregado às necessidades econômicas e ao sofrimento.

As famílias são numerosas e a maioria dos genitores e filhos é analfabeta, não sabem ler, nem escrever. Em sua maioria, prevalecem os valores de família em respeito e obediência aos mais velhos. Entre os mais jovens, é o contrário, agem em função da idade, na escola são rebeldes e trabalhadores e não têm o controle dos pais, mesmo os que ainda estão em idade escolar. Ao mesmo tempo em que é individualista, é solidária no que tem em comum: o sofrimento. Uma das únicas iniciativas de visita à escola é em relação à ausência dos filhos, por causa do corte no Bolsa Família.

A escola, por ser a maior do município é, conseqüentemente, nos desafios, considerando ainda, que no cenário político é a mais importante. Seus professores e funcionários têm suas raízes na agricultura sendo filhos, ou mesmo, agricultores. A clientela, ou seja, os alunos são divididos entre os que residem na zona urbana e

zona rural. Os da zona rural são alfabetizados em suas localidades, com isso, revela-se outro problema: são deficientes na alfabetização e só passam a frequentar essa escola, a EMFAS, a partir do 5º ano. Assim como os pais, que residem na zona urbana, os da zona rural, também, não costumam frequentar a escola. Os alunos da zona rural são categóricos, quando afirmam que só vão para a escola, para não terem que ajudar os pais na agricultura, e as moças, para não ajudarem as mães nos serviços domésticos típicos das famílias agricultoras. Os alunos da zona urbana, também, são obrigados, em sua maioria, a frequentarem a escola com a motivação do Bolsa Família; diante disso, o caos e descontrole da escola somado ao desinteresse dos professores.

Por estar numa região pobre e politicamente subordinada, desde sua criação em 1973, pouco se destacou diante da comunidade em suas ações, quer tenha sido pelas limitações de seus diretores, quer por falta de apoio político, quer pela falta de apoio pedagógico ou de um Projeto Político Pedagógico. Destacou-se diante e em função de sua importância política, sendo utilizada como cabide de emprego, troca de favores e pagamento de promessas de campanha. É neste cenário político que, até maio de 1998, esteve envolvida essa escola. Até então, não se tinha, na comunidade, um referencial de educação, nem mesmo, da secretaria de educação, que vivia em situação semelhante.

Embora fossem abertos os portões, essa escola os mantinha fechados para a comunidade, pois não havia participação, não se envolvia, e por isso, vivia alheia à escola, não reconhecendo nessa, sua importância fora das entranhas políticas. Não consta, nos registros da mesma, práticas que tivessem sido refletidas na comunidade que não fossem apenas, pequenas comemorações como a do dia das mães, do dia das crianças, ou outra data cívica em que o político, que estivesse no poder, dela participasse com entrega de lembranças, para os festejados naquele dia.

A comunidade reconhecia a escola pela estrutura física e pelos diretores que eram políticos e muito mais preocupados no respaldo político da mesma, do que com a educação. É sabido, neste município, o quanto a educação estava atrofiada à política e, diante disso, pouco ou quase nada a comunidade participou ou se envolveu com a escola. Sua importância era apenas política e, por isso, se renegou em seu papel de transformadora das consciências, continuando, o espaço escolar, sem sua função.

É a partir de maio de 1998, que esta escola terá a esperança de assumir seu papel de educadora. Os ventos sinalizam uma nova educação, uma nova história para essa escola e para a educação desse município. Nisto, proporcionamos uma aproximação entre escola e comunidade, com a abertura da escola para a comunidade, que a partir de então estava sendo convidada.

Essa escola passou a ter importância por causa do envolvimento da comunidade, de sua participação ativa, restabelecendo a parceria, a confiança e a credibilidade. As práticas político-pedagógicas também acenavam para uma educação em ascensão. A escola que não tinha o reconhecimento da comunidade, agora o tem, percebe, se envolve e participa dessas práticas. O envolvimento dos que estavam no espaço escolar, era refletido na comunidade extraescolar.



**Figura 81** – Comunidade nos eventos da EMFAS  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.



**Figura 82** – Palestra em eventos da EMFAS  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Compreender a história de vida da comunidade é essencial na compreensão dos pais, em que muitos deles acumularam histórias de fracasso, de exclusão e insucesso escolar, existindo nesses, medo e vergonha de trocarem ideias e de conversarem com os educadores, e não devemos partir do princípio de que a família precisa ser ajudada pela escola e, sim, de que a escola precisa da participação e envolvimento da família.





**Figura 83** – Comunidade nos eventos da EMFAS  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Diante disso, temos a certeza de que não apenas essa escola, mas toda escola seria de qualidade e importante para a comunidade, pois se sentiria responsável pelo sucesso e não permitiria, com a participação, o fracasso.



**Figura 84** – Participação da Comunidade nos eventos da EMFAS  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Sendo essa relação conflituosa, poucas vezes mostrou-se harmoniosa e, diante disso, vale salientar a importância que tem a escola em suas práticas no seu espaço escolar. Para isso, é de extrema e ímpar necessidade que seus professores se sintam apoiados pela mesma e não coagidos e limitados em suas práticas em função da dependência política e do medo de serem demitidos.





**Figura 85** – Incentivo do Diretor aos professores com entrega de certificado de Honra ao Mérito e troféu para o professor nota 10 (dez)  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.



**Figura 86** – Incentivo do Diretor parabenizando os professores nota 10 (dez)  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Nesta primeira parte, apreendemos as histórias da população que, exilada, em suas próprias terras, reaprendeu a viver, convivendo com as condições precárias em função da pobreza e da falta de políticas públicas que, possibilitassem a essa, melhoria na qualidade de vida. Na situação em que vive essa gente: presa às condições econômicas, são poucas as opções de trabalho e, com isso, a submissão.

A compreensão que aqui tivemos nos permitirá, também, entender a segunda parte dessa pesquisa, quando nas falas dos nossos colaboradores, por meio de entrevistas, refletem o evidenciado nas histórias de vida dessa população. Assim, serão refletidos: o coronelismo em suas raízes, o nepotismo, a pobreza, as relações de poder, o desmando com verbas públicas, corrupção, práticas políticas de

perseguição, práticas de poder, submissão, conflitos, práticas pedagógicas, poder dos diretores, diretores políticos, educação atrelada e dependente da política, traição, indicação política, voto de cabresto, pessoas presas no curral eleitoral, pessoas corrompidas, revolta, desilusão, professores infelizes e insatisfeitos, falta de perspectivas de emprego, professor por falta de opção, falta de compromisso com a profissão, entre outras tantas, que nos permitirão a compreensão das práticas de poder dos diretores e professores em suas relações e a influência política dentro do espaço escolar.

Nesta Parte II, evidenciaremos a história do sertanejo do interior do Estado, que lutava contra as péssimas condições de vida nesse município, desde sua formação, passando pela experiência da fome e da miséria por causa das baixas estiagens originadas no mais ambicioso e excludente Projeto Baixo-Açu, com a construção da barragem, com a falsa promessa de se acabar, de uma vez por todas, com os problemas causados pela seca nessa região do Estado.

No capítulo a seguir, serão evidenciadas, na fala deste nosso colaborador, as raízes do coronelismo e a astúcia de quem, na vida, sofrera com a pobreza, passando de menino pobre a prefeito desse município.

## **PARTE II – OS ATORES: TESSITURA E URDIDURA DA TRAMA**

## 7 FOI ASSIM QUE EU CHEGUEI NESTA CIDADE, DESSE JEITO

Sou padeiro de profissão e já fui prefeito nesta cidade. Sou natural da cidade de Santana do Matos. Quando eu nasci, São Rafael ainda pertencia a este município. Durante minha infância e parte da juventude, vivi na zona rural. Sou filho de pessoas humildes, quando digo humildes, economicamente pobres, pobres, sem nada. Meus pais não tiveram condições de colocar os filhos na escola. Vou lhe contar uma história, de que por sinal me recordo bem. Bruno Romão da Silva é o meu nome e tenho 76 anos de idade. Residindo na zona rural, eu ia trabalhar de enxada, nas cidades vizinhas: Pedro Avelino, Afonso Bezerra, Angicos e, até mesmo, em São Rafael.

Quando trabalhávamos, a gente formava uma turma e íamos. Certa vez, quando eu voltava do trabalho, fazendo o percurso a pé, com a enxadinha nas costas, pois a gente dormia no mato, já que não dava para fazer o trajeto em um só dia, eu passei pela cidade, São Rafael velha, onde havia dois cidadãos que eram meus parentes e padrinhos. Parei lá para conversar com eles e me perguntaram como estava a vida e de onde eu vinha, e eu historiei como estou dizendo aqui, eu disse: - minha madrinha, não tinha outro meio, tive que procurar alguma coisa para trabalhar, e ela me disse: - eu vou conversar com José (esposo), depois eu mando lhe chamar; fui embora.

Passados alguns dias, ela mandou me chamar e me deu a notícia com que eu tanto sonhava: - Mandeí lhe chamar, para saber se você quer vir para a cidade, trabalhar na padaria. Eu deveria ter uns 18 anos. Logo que ela me chamou, dando-me o emprego, imediatamente, comecei a trabalhar como servente de padeiro, puxando cilindro. Trabalhei um bom tempo. Passados alguns anos, decidiram arrendar-me a padaria, e estou neste ramo há mais de cinquenta anos. Foi assim que eu cheguei nesta cidade, deste jeito.

Sou analfabeto; há 70 anos, estudar, era um privilégio para poucos e eu não tive a oportunidade, pelo fato de a minha família ser pobre e não poder colocar a mim e aos meus irmãos numa escola. Quando já adulto e, trabalhando, pude participar de algumas aulas particulares nas casas de alguns professores. Eu nem me lembro do nome deles, tantos anos já se passaram. Lembro-me e compreendia

que a pessoa que queria ganhar seu dinheirinho, queria ter um meio para sua sobrevivência e sabia ensinar, alugava uma casa e colocava uma escola. Durante o dia eu trabalhava e, à noite, eu ia assistir a essas aulas. Foi assim que eu estudei. Foram as aulas mais importantes da minha vida.

Na padaria, era empregado, e depois de alguns anos, passei a ser rendeiro, tornando-me proprietário. Consegui arranjar um dinheirinho e aluguei dois prédios, comprei um terreno vizinho e construí um imóvel. Os fornos, naquela época, eram antigos e difíceis de serem manuseados, mas tinham que ser aqueles, porque eu não tinha como comprar novos fornos. Arregacei as mangas no trabalho, e o dinheiro que eu ganhava ia juntando e me tornando popular na cidade. Farreava muito nas horas vagas, claro, tomando uma cerveja, indo ao forró nos sítios, de que sempre gostei, e comecei a aparecer perante os amigos. Fretava carro para a gente ir às festas, e na festa da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, eu participava como pessoa e com o dinheiro, porque eu já estava com uma condição melhor do que os meus amigos e ia gastando, arrematando leilão, pagando uma cachaça para um, uma cachaça para outro, e aquele negócio todo, e ia conquistando.

Nas festas da padroeira, eu era um pouco vaidoso e lembro-me de que na época, eu doava um garrote para o leilão. Eu mesmo arrematava-o, eram poucas as pessoas que tinham condições e coragem de fazer isso que eu fazia. Quando eu ia a uma festa, eu ia para aparecer mesmo, era para fazer amizades e me tornar popular e conhecido por todos. Não tinha a pretensão de ser político, só depois passei a receber convite.

Quando eu já estava benquisto com os jovens, e com os amigos, eu recebi convite do cidadão, que hoje é falecido, o velho Leandro de Souza, que foi político, muitos anos, em São Rafael. Ele não era nada, inclusive, era igual a mim, analfabeto, diferente apenas, porque tinha prestígio na cidade, por causa da esposa, que era chefe do correio. Daí ele começou a aparecer, não trabalhava em nada, mas tinha do que viver, com o emprego da esposa. Este senhor se tornou político porque se encontrou com o deputado Benjamin Ferreira, em Santana do Matos, sua terra natal, que o jogou na política. Esse cidadão, ao ser jogado na política, foi crescendo e foi político durante muitos anos. Já bem no final de sua carreira, eu me candidatei a vereador, em meados dos anos 60 e ele surgiu na política, na década de 50. Fui duas vezes prefeito e vereador e fiz um sucessor, com o qual eu cheguei a me revezar, nos mandatos.

Na década de 60, quando me candidatei a vereador, ele teve um sério problema com a justiça, pensava em ser candidato a prefeito e desistiu, por estar sendo processado, por causa do apoio que recebeu do deputado Benjamin Ferreira. Primeiro, ele foi candidato a vice-prefeito, com o cidadão Gonzaga Gomes e, ao se elegerem, fizeram um acordo onde cada um tiraria dois anos de mandato. Quando o cidadão Gonzaga passou o governo para o Senhor Leandro de Souza, o deputado Benjamin tinha muita força política. O deputado era nosso chefe. Na cidade, existia um motor de luz para produzir energia, e o deputado Benjamin, que era doidão, fez o cidadão Leandro vender esse motor, o que, posteriormente, resultou num processo. Com isso, não pôde ser candidato a prefeito, nas eleições seguintes. Era ano de campanha para prefeito, nós fizemos a campanha com ele no comando, e depois deu tudo certo. Continuei ao lado dele, durante muitos anos.

Em 1976, o cidadão Leandro se desligou de mim e foi apoiar um cidadão que se chamava Garrote Torres. Traiu-me, depois de anos acompanhando-o na política. Estava sozinho e sem apoio, mas me candidatei a prefeito, sabendo que não ganharia. O chefe que eu tinha era ele e ele passou para o outro lado, com o compromisso de eleger Garrote. Minha pretensão era a de que ele cumprisse o acordo de me ajudar a me eleger na campanha seguinte. Eu me preparei e, em 1982, candidatei-me, novamente, e não teve quem me segurasse. O senhor Leandro que foi apoiar o candidato dele ficando contra mim, e ele perdeu. Em 1983, iniciei minha primeira administração nesta nova cidade; a eleição foi na cidade velha, mas com a mudança geográfica, assumi na nova São Rafael. Depois que ganhei a primeira campanha não saí mais da política. Quando eu não era candidato, estava apoiando o meu candidato. Parece que a gente pega o germe da política, ele se aloja no sangue e não sai mais. Depois do meu mandato, fiz prefeito o cidadão *Bueno Gama Filho, que se chama Rufino, eu o fiz prefeito*. No primeiro mandato eu tirei seis anos, que foi coincidência do mandato e, no segundo, ele tirou quatro anos.

Tive dois mandatos para prefeito nesta cidade e um para vereador. Quando fui eleito pela primeira vez, eu só contava com um vereador, e para me aproximar dos outros e tê-los ao meu lado, eu comecei a inventar umas coisas que deram certo. Fizemos uns campeonatos no estádio de futebol, eu enchia os ônibus com parte da população e com os meus eleitores, e íamos para o estádio. Convidava os vereadores, porque eles tinham interesses em participar, já que queriam ficar próximos às pessoas. Quando o jogo terminava, eu levava todos os vereadores,



com o povo, para uma churrascaria. Tomávamos cerveja e tudo mais, e a conta era paga por mim. Quando eu enchia os carros e íamos para as cidades de Serra do Mel, Macau, Areia Branca, Praia do Tibau, ou um balneário, todos iam, porque sabiam que a conta toda era paga por mim. Foi assim que eu conquistei os vereadores e eles ficaram meus amigos, ao meu lado.

Eu fui um bom prefeito. Eu ajudava os meus eleitores e correligionários. Sempre tive a preocupação de dar a oportunidade para os de casa; os que eram meus. Nomeava-os para as Secretarias e, aqui, para a educação, os meus correligionários, que eram as pessoas que me ajudavam na campanha. Uns eram nomeados por mim e outros eram indicados por amigos, que me ajudavam na campanha. Este cidadão, que hoje está prefeito, era meu Secretário de Finanças, e a irmã dele, a Secretária de Educação.

Lembro-me de que o primeiro diretor da maior escola do município foi nomeado, simultaneamente, para duas escolas: a do Município e a do Estado. Mesmo eu sendo prefeito do Município, eu interferia nas escolas do Estado. A minha força política, como prefeito, me permitia interferir nas demais repartições públicas, e não apenas na educação, porque eu estava comungando com o governo, e conceder emprego era a nossa garantia em votos para as eleições em campanhas seguintes, ou dos meus candidatos, os que eu indicava.

Esse senhor que eu indiquei diretor para as duas escolas era um forte aliado político, e tinha uma família numerosa em votos. Então, eu tinha que me garantir com o apoio dele e da família. A minha esposa chegou a ser Secretária de Educação, Diretora e outras coisas mais. Diretor, ou qualquer outro que fosse indicado por mim, ou por algum amigo político, tinha ser meu eleitor, caso contrário, não seria contratado. Eu não sou letrado, sou analfabeto, mas na minha ignorância, nunca levei em consideração a formação das pessoas que me pediam emprego. Eu conhecia todos na cidade, um a um, e sabia seus nomes.

Esforcei-me para fazer um filho prefeito, era mau político, perdia a campanha. Depois que deixei de candidatar-me a prefeito, continuei na política. Candidatei-me a vereador, e fui eleito. No meu mandato, esse cidadão que aí está prefeito, no momento, foi meu Secretário de Finanças durante 14 anos. Outros governos que entraram não o quiseram e ele foi seguir sua vida, indo morar em Natal. Quando foi no início desse mandato, que ele está agora, sabendo que ainda sou forte na política, me telefonou dizendo que tinha vontade de ser candidato a prefeito, mas

que não tinha votos, e que só se arriscaria, se eu o ajudasse. Eu não estava com pretensão, mas as coisas estavam dando certo comigo; mandei que ele viesse para a cidade, que eu o ajudaria, e entrei na luta. Ele trouxe três ou quatro ideias fortes e começamos a crescer. Quando o rapaz que era vice-prefeito, nosso adversário viu que a gente ia ganhar as eleições, não ficou mais onde estava como adversário e veio para o nosso lado, ser o vice-prefeito da gente.

Ele está aí, na prefeitura, até hoje. Ganhou as eleições, porque dependeu de mim. Ele me traiu e eu não gostei, por isso, me afastei. Como já disse, o germe não sai do sangue e agora fui procurado, novamente, e me encostei ao rapaz que era meu adversário, anteriormente. Estamos na luta, com perspectivas de ganhar as eleições. Há possibilidades de o atual prefeito perder a eleição, com a prefeitura e com tudo nas mãos. Meus eleitores são fiéis, porque foi um trabalho de muitos anos, eu era bom prefeito para os meus eleitores. Eu era um bom prefeito e havia em mim boa vontade para ajudar meus eleitores. Quando eu era prefeito, eu enchia a caminhonete e outros carros de gente e íamos para a praia, fazíamos churrasco e tinha muita cerveja, tudo pago por mim. Ajudei as pessoas que eram minhas eleitoras e que gostavam de mim, por isso me são fiéis até hoje, e tenho a certeza de que poderei contar, sempre que precisar, com o apoio delas.

## **7.1 Pobreza, Analfabetismo, Política e Poder**

O Estado do Rio Grande do Norte sempre foi marcado pela seca que arrasa o solo Potiguar, fato esse, que fez desse Estado, embora, com suas riquezas naturais, um dos estados do nordeste mais pobres e, conseqüentemente, um dos mais desiguais, economicamente. Vivendo a população em situação de extrema pobreza em sua maioria, ainda que castigada pela seca e pela omissão de apoio político, tornou-se mercadoria para barganha de votos nos currais eleitorais da capital, aos longínquos interiores, onde a indústria da seca tem se intensificado diante da desassistida população.

A pobreza, a desigualdade social, a injustiça, a corrupção, o nepotismo, a má distribuição de renda que possibilita muitos com pouco, ou quase nada, e poucos, com muito, a troca de favores políticos, o desemprego e o analfabetismo, são alguns

dos fatores que somados à dependência política, em função da situação econômica, estão relacionados a um velho e antigo problema que faz o nordestino viver à mercê de sua própria sorte, onde a indústria dos miseráveis se intensifica em seu poderio econômico para sustentar essas situações de promoção da pobreza e de dependência política, tendo em vista que a miséria tornou-se comercialmente rentável e lucrativa.

O termo começou a ser usado na década de 60 por Antônio Callado<sup>13</sup> que já denunciava no Correio da Manhã os problemas da região do semiárido brasileiro. Caroline Faria refere-se à indústria dos miseráveis que faz do nordestino um povo pobre e sofredor por causa da estiagem, dados da revista Info Escola<sup>14</sup>. Assim, define a indústria da seca que é um termo utilizado para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitam a tragédia na região do Nordeste do Brasil, para ganho próprio.

Os “industriais da seca” se utilizam da calamidade para conseguir mais verbas, incentivos fiscais, concessões de crédito e perdão de dívidas, valendo-se da propaganda de que o povo está morrendo de fome. Enquanto isso, o pouco dos recursos que realmente são empregados na construção de açudes e projetos de irrigação torna-se inútil, quando esses são construídos em propriedades privadas de grandes latifundiários, que os usam para fortalecer seu poder ou, então, quando por falta de planejamento adequado, se tornam imensas obras ineficazes. Diante de tal indústria, não deixaria de ser mais desassistido o empobrecido povo nordestino, ao se curvar da fome e do promissor poderio político, que pouco tem feito para mudar a situação, com políticas públicas que amenizassem, de fato, a fome e o desemprego.

Sendo assim, o desemprego e a falta de políticas públicas de assistência à população carente e desassistida, têm feito com que ao longo dos anos, trabalhadores tenham que se deslocar de sua região, como andarilhos perambulantes, em busca de trabalho para garantir suas necessidades básicas.

Em sentido geral, ser pobre é não ter o atendimento das necessidades biológicas, é não ter condições mínimas de habitação, vestuário, etc. É o não acesso aos bens e serviços necessários à existência humana. As abordagens, que consideram apenas o fator biológico das necessidades, configuram-se como uma

---

<sup>13</sup> Antônio Carlos Callado é jornalista, romancista, biógrafo e teatrólogo, nasceu em Niterói, RJ, em 26 de janeiro de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de janeiro de 1997. No Correio da Manhã foi redator-chefe do Correio da Manhã de 1954 a 1960, e colaborador de o Globo.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/industria-da-seca/>> Acesso em: 12 ago. 2013

investida limitada do fenômeno, atribuindo a condição de pobreza apenas aos aspectos nutricionais de existência humana.

No entanto, as necessidades socialmente construídas nas diferentes sociedades não se referem, apenas, à existência biológica, como nas sociedades primitivas, que ao sentir fome, o primitivo pescava e caçava e retirava sua alimentação da própria natureza. Na tentativa de se compreender a pobreza, faz-se necessário perguntar o porquê da pobreza. Neste sentido, D. Helder Câmara (1909-1999), quando Arcebispo de Recife e Olinda, afirmava: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista”.

É preciso considerar as causas da pobreza, pois, o atendimento das necessidades básicas depende da aquisição de renda, geralmente, proveniente do trabalho, nem sempre disponível no mercado. Henriques (2003, p. 68) aponta que “é fundamental reconhecer a desigualdade como principal fator explicativo do excessivo nível de pobreza no Brasil”. Há, na preocupação do autor, além da desigualdade de renda, subentendendo-se como má distribuição em tantos mais pobres e em poucos mais ricos, em que superar a desigualdade educacional, torna-se determinante na conscientização dos direitos de cidadania.

As indagações que postulam as desigualdades sociais como causas da pobreza entre o distanciamento dos mais ricos e os mais pobres, aproximam as discussões da temática à pobreza relativa, enquanto as explicações que consideram o atendimento das necessidades biológicas referem-se à pobreza absoluta. Silva (2009, p.157), por exemplo, define pobreza em dois aspectos: pobreza absoluta, relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica e pobreza relativa, que diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país: “O que significa dizer, que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”.

Na concepção de pobreza relativa, Rocha (2003) aponta o fenômeno como complexo, podendo ser definido de forma genérica, como a situação nas quais as necessidades a serem satisfeitas, em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, não são atendidas de forma adequada. Barros, Camargo e Mendonça (1993) consideram o fenômeno da pobreza em dois aspectos: pobreza estrutural - quando ao longo de um período a pobreza ainda persiste e o indivíduo

não consegue renda suficiente para atender suas necessidades básicas, e pobreza conjuntural - causas circunstanciais como doença temporária e desemprego, que colocam pessoas, temporariamente, abaixo da linha da pobreza.

Diante do sofrimento que priva o homem de suas necessidades básicas e essenciais, tendo como fator a pobreza, entendida aqui como carência e ausência de bens materiais limitada à condição mínima de sobrevivência. Nessa situação, cada um que espere a sorte; uma oportunidade de vida. Ao se referir à situação econômica da família, como se já estivesse desenganado da vida, afirma nosso colaborador Rafael: “Sou filho de pessoas humildes, quando digo, humildes, economicamente pobres, pobres, sem nada”.

A desigualdade social e as injustiças estimulam nas pessoas esse desejo por oportunidade de vida. O que desejam as pessoas, que vivem privadas de sua própria sorte, que não seja uma oportunidade para mudar de vida? Alguém que lhe ofereça uma melhor condição social tendo o mínimo para sua subsistência? Mesmo que não lhe seja garantia de mudança em sua totalidade? Com isso, tornam-se servis em troca de sua condição econômica, mesmo que sejam exploradas em falsas garantias. Pela exploração, descaracterizam-se em nome da fome e da miséria pela falta de trabalho como inserção na vida, como garantia de sobrevivência. É pela falta de perspectivas de vida, que o homem perde suas esperanças; humilha-se e mendiga.

Vejamos a citação a seguir, como esse colaborador aproveitou essa oportunidade e como galgou passos na vida atrás do que a sorte lhe proporcionava:

[...] eu disse:- minha madrinha, não tinha outro meio, tive que procurar alguma coisa para trabalhar, [...], mandou me chamar e me deu a notícia com que eu tanto sonhava: – Mandei-lhe chamar, para saber se você quer vir para a cidade trabalhar na padaria. (Ibidem).

Oportunidade e espaço geográfico são situações distintas e equivocadas quanto ao uso que ora se faz, com a compreensão de que seja necessário o êxodo, para se ter uma vida transformada em esperança e bonança. Não é necessário que nos tornemos migrantes, nem tampouco imigrantes, aumentando as estatísticas dos desempregados nos grandes centros urbanos, como se a simples imigração tivesse

que ser benção para todos. O cantor e compositor Luiz Gonzaga, que tão bem conhecia essa trama nordestina, ao cantar a música “Triste Partida” de autoria de “Patativa do Assaré” em seus versos lamenta: “Faz pena o nortista/ Tão forte, tão bravo/ Viver como escravo/ no Norte e no Sul”.

Ao ser abordada a saga do nordestino, no filme “O Auto da Compadecida”, de Guel Arraes, 1999<sup>14</sup>, retrata em uma de suas personagens, “João Grilo”, a bravura e a esperteza de quem na vida não teve oportunidade. A esperteza e a falcatrua tornaram-se armas de sobrevivência, ignorando-se os meios para alcançar os fins. Não é estranho que, em nossos caminhos, encontremos pessoas, que sonham com uma oportunidade, e que, quando a encontram, não pensam em nada mais que transformar sua realidade com esperteza e estratégias. Assim, fazem os que da pobreza nada esperam, mas que não desistem de lutar por melhores condições de vida. Esta esperteza poderá ser compreendida, quando narrada a astúcia para se tornar popular, em função da pretensão política:

Farreava muito nas horas vagas, claro, tomando uma cerveja, indo ao forró nos sítios de que sempre gostei e comecei a aparecer perante os amigos. Fretava carro para a gente ir às festas e, na festa da paróquia de Nossa Senhora da Sebastiana, eu participava como pessoa e com o dinheiro, porque eu já estava com uma condição melhor do que os meus amigos e ia gastando, arrematando leilão, pagando uma cachaça para um, uma cachaça pra outro, e aquele negócio todo, e ia conquistando. (Ibidem)

Para compreender a estratégia de esperteza acima descrita, faço-o novamente com uma referência ao filme “O Auto da Compadecida”<sup>15</sup>, apropriando-

---

<sup>14</sup> O Auto da Compadecida é um filme brasileiro de comédia e drama lançado em 2000. Dirigido por Guel Arraes e com roteiro de Adriana Falcão, o filme é baseado no romance homônimo de 1955 de Ariano Suassuna, com elementos de *O Santo e a Porca* e *Torturas de um Coração*, ambas do mesmo autor, e influências do clássico de Giovanni Boccaccio *Decameron*. A história é centrada na dupla João Grilo (Matheus Nachtergaele) e Chicó (Selton Mello), dois nordestinos sem eira nem beira que se valem da esperteza de Grilo para conseguirem sobreviver à dura vida no sertão. E assim os dois conduzem a trama provocando muitas confusões e enganando ricos e poderosos. Por trás disso, está uma severa crítica às relações díspares entre as camadas sociais, marca registrada de Ariano Suassuna, um dos mais engajados escritores brasileiros. Ariano Vilar Suassuna, advogado, professor, teatrólogo e romancista, desde 1990 ocupa a cadeira número 32 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Araújo Porto Alegre, o Barão de Santo Ângelo (1806-1879). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/ariano-suassuna.jhtm>> Acesso em: 06 mai. 2013.



me das palavras da “Compadecida”<sup>15</sup>, quando a mesma pede clemência ao seu “filho Jesus”<sup>16</sup>, intercedendo pelo espertalhão e trapaceiro “João Grilo”<sup>17</sup>. “A Compadecida”:

Você mentia para sobreviver, João. Mentia porque lhe exploravam, a esperteza é a coragem do pobre. A esperteza era a única arma que você dispunha contra os maus patrões. João foi um pobre como nós, teve que enfrentar as maiores dificuldades numa terra seca e pobre como a nossa pelejando pela vida desde pequeno. Passou sem sentir pela infância [...], comia macambira e bebia água de xique-xique, passava fome e quando não podia mais rezava, e quando a reza não dava, ia se juntar a um grupo de retirantes que ia tentar sobreviver no litoral, humilhado[...] derrotado e cheio de saudade, logo que tinha notícia da chuva, pegava o caminho de volta, anima-se de novo como se a esperança fosse uma planta que crescesse na chuva [...], pobre, mas corajoso e cheio de fé, peço-o que não o condene. (O Auto da Compadecida, 2000).

Se a cada um é dada a oportunidade, independentemente, de onde se esteja, vale salientar que não devemos desistir dos nossos objetivos, mesmo que os trabalhos não sejam dos mais favoráveis. Quando se percebe que a idade adulta está chegando, nada além de outra preocupação a não ser buscar o nosso próprio espaço. Na vida nada é fácil, é compreensível. Quem quiser vencer na vida terá que abraçar a oportunidade que surge: “Logo que ela me chamou dando-me o emprego, imediatamente, comecei a trabalhar como servente de padeiro, puxando cilindro e trabalhei um bom tempo”. O estado de pobreza em que vivem determinadas pessoas faz com que elas não tenham acesso à educação, compreendendo, aqui, a educação em sua conjectura respaldada na legislação.

Na condição de analfabetas, as pessoas conseguem superar suas dificuldades, quando percebem que urge a necessidade por sobrevivência e se dedicam ao trabalho, na tentativa de acumularem bens materiais, como compensação de outras perdas, onde ser pobre era o atestado de condenação à vida social, na chancelaria da exclusão:

---

<sup>15</sup> (Ibidem)

<sup>16</sup> Interpretado pelo ator Mauricio Gonçalves

<sup>17</sup> Matheus Nachtergaele como João Grilo

Sou analfabeto; há 70 anos, estudar, era um privilégio para poucos e eu não tive a oportunidade pelo fato de a minha família ser pobre e não poder colocar a mim e aos meus irmãos numa escola. Quando já adulto e, trabalhando, pude participar de algumas aulas particulares nas casas de alguns professores. (ibidem)

A trajetória de um homem se faz a partir das estratégias e, conseqüentemente, das determinações. É preciso que se tenham propósitos. Vejamos como se deu a história deste homem que de boia-fria se tornou Prefeito e líder político. As estratégias<sup>18</sup> entendidas aqui com a mesma compreensão que temos em Certeau, haja vista que o uso que se faz das mesmas, se dá pelo fato de se mostrar que economicamente se tem poder, por se estar em situação de privilégio econômico. Com isso, o dinheiro passa a ecoar naqueles que, economicamente, são desassistidos:

Na padaria, era empregado, e depois de alguns anos, passei a ser rendeiro, tornando-me proprietário. Consegui arranjar um dinheirinho e aluguei dois prédios, comprei um terreno vizinho e construí um imóvel. (ibidem)

A palavra política deriva de politikós, do grego, e diz respeito àquilo que é da cidade, da pólis (na Grécia Antiga), da sociedade, ou seja, que é de interesse do homem enquanto cidadão. Já na Grécia Antiga, um dos primeiros a tratar da política como uma prática intrínseca aos homens foi Aristóteles, pois sendo do conhecimento de todos que ao longo do tempo, o termo política deixou de ter o sentido de adjetivo (aquilo que é da cidade, sociedade) e passou a ser um modo de “saber lidar” com as coisas da cidade, da sociedade. Assim, fazer política pode estar associado às ações de governo e de administração do Estado. Por outro lado,

---

<sup>18</sup> Certeau (2002, p.99), “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...), pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...), como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um próprio, isto é, o lugar do poder e do que quer próprios”.

também diria respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado<sup>19</sup>.

Ainda que muito estranho e bizarro, é real o interesse dos que almejam a política como negócio, iniciarem suas investidas em prol da vida política, mostrando-se interessados e muito mal-intencionados, solícitos às pessoas, suas possíveis eleitoras, com pequenos favores, comparecendo a eventos, pagando não mais do que uma dose de cachaça, se fazendo de amigo e muito interessado pelos problemas do dia a dia, e com isso, firmando-se em sua popularidade com ações populistas e demagógicas.

Não muito diferente dos que trilham esse caminho, veremos na fala desse nosso colaborador, que esta prática, sendo velha, ainda é utilizada e tão má-intencionada como sempre fora, por aqueles que fizeram de suas práticas políticas um meio de galgar degraus na ascensão econômica, por meio do rentável e desonesto negócio dos que fazem da política, uma barganha e, do voto, mercadoria fácil e descartável, pela falta de compromissos dos que trapaceiam os que, cegamente, confiam em suas falsas promessas: “Quando eu ia a uma festa, eu ia para aparecer mesmo, era para fazer amizades e me tornar popular e conhecido por todos. Não tinha a pretensão de ser político, só depois passei a receber convite”.

Os que têm a pretensão de fazerem seus negócios pela política são pacientes e estrategistas, sabem a hora certa de como pedir de volta os favores prestados no âmbito da amizade e da aparente cordialidade que fora investida, movida pelos interesses pessoais, desconsiderando-se o devido sentido de política enquanto Pólis, no servir e estar a serviço do bem comum. Assim, compreendemos:

Quando eu já estava benquisto com os jovens, e com os amigos, eu recebi convite do cidadão, que hoje é falecido, o velho Leandro de Souza, que foi político muitos anos em São Rafael. Ele não era nada, inclusive era igual a mim, analfabeto, diferente apenas, porque tinha prestígio na cidade, por causa da esposa, que era chefe do correio. Daí ele começou a aparecer, não trabalhava em nada, mas tinha do que viver com o emprego da esposa. Este senhor se tornou político porque se encontrou com o deputado Benjamin Ferreira, em Santana do Matos, sua terra natal e o jogou

---

<sup>19</sup> Paulo Silvino Ribeiro. Colaborador Brasil Escola. Bacharel em Ciências Sociais pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Doutorando em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

na política. Esse cidadão, ao ser jogado na política, foi crescendo e foi político durante muitos anos. Já bem no final de sua carreira política, eu me candidatei a vereador, em meados dos anos 60 e ele surgiu na política, na década de 50. Fui duas vezes prefeito e vereador e fiz um sucessor, com o qual eu cheguei a me revezar com ele nos mandatos. (ibidem)

É muito comum e, principalmente nas eleições municipais, nos depararmos com traições de lideranças políticas. Nicolau Maquiavel (1496-1527), que escreveu “O Príncipe”, coloca que a traição política pouco tem a ver com a moral e com o ódio. A tendência a ser infiel está na busca pelo poder e na ganância pelo dinheiro, refletida nas trapaças e em desonestidades que, normalmente, aparecem nesses momentos.

O fator dinheiro se apresenta como responsável pela tendência de amigos, aliados ou companheiros se tornarem infiéis. As traições ocorrem com maior incidência dentro do mesmo grupo político. Reações hipócritas e interesseiras evidenciam-se, quando para subirem numa escada virtual, em que se agarram aos que vão à frente para empurrarem para trás, os que os ajudaram a subir. O mais agravante é a negação do anterior, ou seja, o traidor ainda se sente no dever de falar mal do traído, aonde chega.

Essa prática, embora não fosse assim, tornou-se dentro da vergonhosa política uma situação, aparentemente, normal e socialmente aceita, como se a desonestidade, no exercício da vida pública, tivesse intrinsecamente sua representatividade nas práticas corruptas e desonestas, a contar pela infidelidade nos grupos políticos, quando os acordos por maiores quantidades de percentuais fazem dos políticos, homens desonestos moralmente e sem caráter. Casos de traição política no Brasil não são recentes. No século 18, o delator Joaquim Silvério dos Reis levou à morte Tiradentes. O líder comunista Luís Carlos Prestes, preso pelo governo Vargas no Estado Novo (o mesmo que entregou sua mulher, Olga Benário, para os nazistas), depois apoiou Getúlio para as eleições presidenciais de 1950. Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Paulo Maluf e muitos outros colecionam histórias em que figuraram tanto como traídos, quanto como traidores.

Tratando-se de política, pouco importa o cenário, se a mesma está em contexto nacional, ou mesmo nos mais remotos e humildes locais. Nisto consiste a afirmação:

Em 1976, o cidadão Leandro se desligou de mim e foi apoiar um cidadão que se chamava Garrote Torres. Traiu-me, depois de anos acompanhando-o na política. Estava sozinho e sem apoio, mas me candidatei a prefeito, sabendo que não ganharia. O chefe que eu tinha era ele e ele passou para o outro lado com o compromisso de eleger Garrote. (ibidem)

Qual a compreensão que se tem de um bom Prefeito? Se perguntadas as pessoas que se beneficiam de tais favores, mesmo indiretos, em se tratando de cidades pobres e sem emprego, e se estas cidades estiverem localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, não seria de se estranhar, se tivéssemos que ouvir, repetidamente, que um bom Prefeito, sobretudo, os que estão nos rincões longínquos dos grandes centros urbanos, seria aquele que dá emprego, que paga papel de água e de energia, que paga doses de cachaça nas festas, que enche o transporte público com seus eleitores e, numa fanfarra irresponsável, gasta a verba pública, alicerçado na impunidade, prioriza apenas os seus eleitores e correligionários, perseguindo adversários, e levando em consideração a motivação política, com contratações para fortalecer suas bases de aliados, mesmo estando sob o rigor da Lei de responsabilidade Fiscal, que é tão branda e morosa quanto o é em sua execução. Não são poucos os escândalos que, ultimamente, são denunciados na mídia pela desonestidade com o bem público. Assim, poderemos compreender essa prática a partir de um político experiente, que se vangloria do uso que fazia do bem público:

Tive dois mandatos para prefeito nesta cidade e um para vereador. Quando fui eleito pela primeira vez, eu só contava com um vereador, e para me aproximar deles e tê-los ao meu lado, eu comecei a inventar umas coisas que deram certo. [...] Fizemos uns campeonatos no estádio de futebol, eu enchia os ônibus de gente e íamos para o estádio e convidava os vereadores, porque eles tinham interesses em participar, já que queriam ficar próximos às pessoas e quando o jogo terminava, eu levava todos eles, com o povo, para uma churrascaria, e tomávamos cerveja e tudo mais, e a conta era paga por mim. (ibidem)

Mesmo havendo concurso na administração pública, ainda há nestas repartições cargos comissionados, para os quais as pessoas são indicadas por

forças políticas locais, independentemente de serem nomeadas para o primeiro escalão da administração pública. A nomeação de pessoas para exercerem suas funções na administração pública, em cumplicidade com a Justiça, é o achado que milhares de prefeitos em todo território nacional ainda preservam como garantias de suas reeleições ou de seus sucessores; não, necessariamente, que sejam eleitos estando com a máquina nas mãos, mas, em sua maioria, é o que acontece: nomeações com motivações políticas. Neste sentido, compreendemos tais nomeações:

Sempre tive a preocupação de dar a oportunidade para os de casa: os que eram meus. Nomeava-os para as Secretarias e, especificamente aqui, para a educação, os meus correligionários, que eram as pessoas que me ajudavam na campanha. Uns eram nomeados por mim e outros eram indicados por amigos que me ajudavam na campanha. Este cidadão, que hoje está prefeito, era meu Secretário de Finanças, e a irmã dele, a Secretária de Educação. Lembro-me de que o primeiro diretor da maior escola do município foi nomeado, simultaneamente, para duas escolas: a do município e a do Estado. Mesmo eu sendo prefeito do município, eu interferia nas escolas do Estado. A minha força política, como prefeito, me permitia interferir nas demais repartições públicas, e não apenas na educação, porque eu estava comungando com o governo, e conceder emprego era a nossa garantia em votos para as eleições em campanhas seguintes ou, dos meus candidatos: os que eu indicava. (ibidem)

Entendemos a vida humana em suas contradições, e ainda que nos pareça absurda e atrapalhada, cada um de nós poderá olhar o outro da sua janela. Para tanto, basta direcionar o olhar para onde nada se veja. O que o olhar atento não for capaz de ver, passa despercebido e ignorado. Neste sentido, olhamos para os despercebidos que, com suas contradições, tornam-se visíveis, ao serem desvelados das nossas adormecidas consciências, com a possibilidade de serem ouvidos e, assim, torná-los sujeitos vivos e atuantes em suas histórias.

Possivelmente, durante a leitura deste capítulo, tenham surgido perguntas e, certamente, em sua maioria, sem respostas. Talvez, não tenha sido nossa intenção induzir o leitor a conclusões precoces, nem tampouco, fazê-lo responder às perguntas, mas, a perguntar, possibilitando-o a outras e outras, com a compreensão do “clarão que ilumina o todo”. São perguntas que nos ajudam a conhecer, em



primeiro lugar, o texto e a riqueza de sua mensagem para, só depois, extrair deles um conteúdo sólido, a ser utilizado em nossas inquietações.

Talvez, a compreensão para as perguntas que fizemos e as respostas que não obtivemos neste capítulo, seja provável, que no capítulo a seguir, nos faça mudar a posição em que estamos na janela, para melhor entendermos as relações humanas, sobretudo, quando estas nos amordaçam e entrelaçam, na desafiadora relação de submissão, dos economicamente desfavorecidos, que estão destinados a viver na contramão da história, fazendo da história de quem não se deu por vencido, na teimosia dos que não se conformam com a própria sorte, evidenciados nas histórias e memórias dos que, com as dificuldades, aprenderam a arte de viver. O capítulo a seguir, nos afrontará com suas histórias, apresentando-nos de um modo que não se convencionou em sua aceitação, por não ser a história manipulada e registrada em documentos oficiais.

## **8 MINHA DEPENDÊNCIA POLÍTICA, ASSIM COMO A DE MUITAS FAMÍLIAS DO RN, SE DEU EM FUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Meu nome é Alice Costa Oliveira, mas sou, popularmente, conhecida por Licinha. Eu e minha família somos naturais e residentes nesta cidade. Por sermos de origem humilde, fomos explorados, politicamente. Diante dessa exploração, logo entendi que deveria estar pronta para vencer os obstáculos da vida humilde, tendo que saber lidar com a nossa pobreza, no intuito de poder ajudar minha família. Estudar foi a minha prioridade. Mesmo com as dificuldades que tínhamos, consegui.

Em São Rafael, estudei o Ensino Fundamental; em Mossoró, o Ensino Médio; e a Faculdade, em Açu. Sou licenciada em História e estudei na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), de 1982 a 1986. Depois da faculdade, não tive mais disposição para continuar estudando, apenas trabalhava. Sou professora aposentada pela Rede Estadual de Ensino desde 2002. No Município, assumi a Secretaria de Educação por 12 (doze) anos. Na Rede Estadual de Ensino fui diretora e vice-diretora. Iniciei minha vida profissional, como professora, numa Escola do Estado, no ano de 1982, ensinando nas séries iniciais, hoje, o Ensino Fundamental. Embora, não tivesse o conhecimento necessário para ensinar determinadas disciplinas, era obrigada a fazê-lo, pela direção da escola. Entrei no Estado através do apelo a um político, por um emprego. Fui indicada por forças políticas que eram, e ainda são, práticas muito comuns dos políticos, na barganha por votos. Mesmo sendo aluna do Ensino Médio, eu já era professora, trabalhando em dois expedientes.

Fui indicada por este Senhor Político para a Secretaria de Educação e fiquei lotada na Escola Estadual Tristão de Barros, por onde fui aposentada. A motivação para a minha indicação foi política e interesseira. Esse Senhor Político sabia da minha necessidade e tinha amizade com o meu pai. Sendo a minha família numerosa, e o meu pai com todos seguindo-o na política, houve uma consideração interesseira dele para com o meu pai. Lembro-me de que naquele período, nove pessoas foram indicadas por políticos, com as mesmas motivações que as minhas. É evidente que, se meu pai, ou um de nossa família fosse adversário, eu não teria

sido indicada. Quando um político indicava alguém, favorecendo-o com um emprego, aquela pessoa tinha que ficar na dependência dele, sendo obrigada a declarar seu voto, publicamente, caso contrário, ele não confiava.

Àquela época, nós não éramos esclarecidos; hoje, a gente já tem outra visão. Antes, pela necessidade econômica, nós seguíamos o político, cegamente, tendo consideração, e agradecendo-lhe com o voto. Com a mudança geográfica da cidade, a única novidade foi a própria mudança. As práticas políticas continuaram as mesmas. Lembro-me de uma campanha política, já na nova cidade, durante a qual este político esteve lá em casa, pedindo votos. Eu tive a oportunidade de dizer-lhe que se ele continuava pedindo votos para pagar o favor do emprego, este já havia sido pago há muito tempo, porque papai desde que se entendia por gente, o seguia na política, sendo-lhe fiel no voto; papai e a família dele, mas eu não disse.

Deixamos de votar neste político, e o meu pai passou a me seguir na política, votando em quem eu votava. Eu dizia que ia votar em fulano, e o meu pai me acompanhava; eu passei a direcionar os votos da minha família, me tornando uma líder política, passando a determinar em quem meus familiares deveriam votar. Já tínhamos votado neste senhor, durante muitos anos. Quando ele não era o candidato, tinha o indicado dele, e queria que a gente o acompanhasse, e tínhamos que acompanhá-lo, porque devíamos favores. Geralmente, o político dizia para o candidato dele: - olha, eu tenho tantos votos; ele se baseava naquelas famílias e via o tanto de votos que tinha. Era o verdadeiro voto de curral, em que o candidato se sentia dono; era o meu gado. Curral, porque é no curral onde se prende e se domina o gado. Igualmente, era feito com os eleitores; meu curral, você me segue e eu sou seu dono; meu gado, você está preso no curral. Caso eu deva favor, estou presa no curral do político, sou o gado dele, e eu chamo a isso de cultura da troca de favores políticos, voto em troca de emprego. O setor que mais servia para essa troca de favores era a educação, fato esse, que ainda continua, não como era antes, porque hoje, já existe o concurso público.

Durante muitos anos, declaramos abertamente nosso voto, como garantia do meu emprego. Se, porventura, nos primeiros anos eu tivesse deixado de votar nessa pessoa, teria perdido o emprego, enquanto não me tornasse efetiva, por isso, tínhamos que segui-lo. Nós seguimos este político até o dia em que me efetivei no Estado, depois disso, eu disse: - estou livre e vou votar em quem eu quiser. Por falta de conhecimento e, muito mais, pela questão econômica, uma vez que vivíamos

necessitados, possibilitava essa fidelidade cega aos políticos. Hoje, eu quero que aquele político faça o melhor para o meu município, não só para mim, mas para toda a cidade. Antes, eu só queria o emprego e considerava que o político era bom.

Minha dependência política, assim como a de muitas famílias do RN, se deu em função da dependência econômica. Se essas pessoas, economicamente, não vivessem tão dependentes, tão maltratadas, seria diferente; as pessoas não viveriam encabrestadas. A minha vontade de vencer na vida fez com que eu fosse, simultaneamente, professora em duas escolas da rede estadual. Na Escola Francisco de Assis, trabalhei um ano contratada pelo município, em 1981. Em 1982, consegui o contrato na Escola Tristão de Barros, e por lá me aposentei. Fui vice-diretora nesta escola, não me lembro do ano, mas fui. Esse contrato pelo município foi por indicação política. Foi depois que veio a indicação para trabalhar na Escola do Estado. Novamente, fomos usados pelos políticos, quando me deram um contrato por indicação no município, pelo fato de a família ser numerosa e acompanhar aquele político. Fui Secretária de Educação no Município na primeira administração de Bueno Gama Filho, de 1989 a 1992 e, novamente, de 1997 a 2004, e 4 (quatro) anos, como Diretora na Gestão do Dr. Ernesto. Em 2004, fui candidata à Vereadora no Município, mas não fui eleita. Fui exonerada da Secretaria da Educação, mas por ter apoiado o atual candidato, que era o indicado do prefeito. Fui, então, para a Direção da Escola Francisco de Assis.

Ao ser indicada para assumir a Pasta da Educação, Bueno (prefeito), não tinha outro nome, tendo em vista que eu o ajudei na campanha, pedindo votos, e ele levou em consideração, já que eu havia feito um acordo com ele. O tempo nos ensina a virar o jogo na política e aproveitei a oportunidade; eu tinha popularidade. Nosso acordo foi uma troca, você me ajuda a ganhar a campanha e eu lhe dou a Secretaria de Educação. Durante os doze anos em que estive à frente desta Secretaria, nada pude fazer. Na verdade, eu nada fiz, porque eu não tinha espaço para desenvolver as ações, eu não tinha acesso aos recursos financeiros que vinham para a Secretaria; eram administrados, apenas, pelo Prefeito e pelo Secretário de Finanças.

Acredito que deveria haver desvio do dinheiro, uma vez que entravam os recursos na conta da Prefeitura, mas não eram repassados para a pasta; as escolas viviam sufocadas na mais absoluta miséria, abandonadas, e o prefeito, sequer, residia na cidade. Eu não tinha noção dos valores que eram destinados para a

educação. Nos últimos anos, com o auxílio da internet, e com a participação em encontros de formação para Secretários de Educação, foi que eu passei a ter uma pequena noção de como funcionava o mecanismo que dava acesso aos recursos da Educação. Durante muitos anos, minha atividade como Secretária de Educação, se limitava dentro da Secretaria e, no máximo, uma visita às escolas, e não participava das reuniões, em que pudesse me encontrar com outros Secretários. Ter sido Secretária de Educação nestas condições foi frustrante e, ainda hoje, sou frustrada. As dificuldades, o caos, não eram apenas na educação, a gente fala da educação porque é a Pasta que visivelmente capta mais recursos.

Por ter sido usada e explorada pelos políticos, hoje, sou atuante da política partidária; sou filiada a um grupo político, por isso, quando eu estava Secretária, eu agia com os professores e funcionários da mesma maneira como agiram comigo, no início: com a motivação política. Quando eu ia contratar uma pessoa, se ela tivesse capacidade ou não, não adiantava dizer que tal pessoa não tinha condições de ser professora, ou de assumir determinado cargo. Se fosse uma indicação política, eu considerava.

Já vivi momentos difíceis, enquanto estava Secretária, e o mais complicado foi o período em que as pessoas ficavam meses sem receber salários, porque o dinheiro era desviado, não para uma secretaria que estivesse mais necessitada, mas sabe lá Deus para onde. Era frustrante eu estar Secretária de Educação do Município e, mais ainda, para quem trabalhava. O funcionalismo não podia fazer manifestações, nada reivindicava às claras, mesmo estando com a razão. Ficavam quietos, calados. Ser dependente político, em função da dependência econômica, era a condição para se viver controlado pelo cabresto. Se foi contratado, foi indicado por forças políticas locais, você estava preso, estava no curral, e se você fizesse alguma manifestação, corria o risco de perder o emprego. Por mais que aquele funcionário quisesse fazer uma manifestação, reivindicando seus direitos, ele ficaria preso, porque ele tinha medo, medo de perder o emprego, medo de não receber os meses trabalhados, medo de questionar o prefeito, porque, simultaneamente, seria demitido.

Com o advento do concurso para o funcionalismo, alguns problemas foram resolvidos e muitos currais foram fechados. O concurso foi muito bom e é bom, evita toda essa situação de dependência política, em função da dependência econômica, porque você fica livre para seguir o seu próprio caminho. Os conflitos existiam,

porque diante das coisas erradas na administração, os que eram mais conscientes chamavam de fracos os demais que, por medo, não lutavam pelos seus direitos. Todos os Diretores eram indicados e continuam sendo. No Plano de Cargos e Carreira está estabelecido que o Diretor deveria ser eleito, e não indicado por forças políticas, mas há aí umas combinações e, com isso, não estão cumprindo o que está no plano. Se não colocaram o plano em prática, achando que, com isso, assegurava-os em votos, eu não acredito, porque se eu tenho uma convicção e recebo uma indicação política, eu posso até demonstrar que voto naquela pessoa que me indicou, mas independente de mim e de minha família, podemos não votar, mesmo que tenha sido indicada.

Tive um bom relacionamento com o funcionalismo; com os Diretores, apenas algumas dificuldades. Mesmo não estando exercendo o cargo de Secretária, há um reconhecimento pela minha pessoa e, por isso, continuo recebendo elogios dos alunos e dos pais. Não está em minha memória nenhum tipo de conflito com funcionários. Para salientar, o Pe. Pelonha foi diretor da EMFAS, à época em que eu estava Secretária, e a gente se relacionou muito bem; foi um diretor muito eficiente, aberto, inteligente. As Semanas Culturais e os desfiles que ele fazia, a comunidade ao lembrar, lamenta-se, por não haver mais nada referente àqueles projetos.



**Figura 87** – Semana Cultural e desfiles  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.





**Figura 88** – Banda marcial Professor Padre Pelonha da Escola Francisco de Assis  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

O Pe. Pelonha foi um dos diretores que contribuiu, significativamente, com a Secretaria de Educação, fazendo com que as coisas acontecessem. Os outros diretores tinham a mesma autonomia e o mesmo espaço, apesar de que eles achavam que era apenas a Francisco de Assis que tinha espaço para exercer sua autonomia. Eles tinham ciúme, alegando que eu dava cobertura apenas para a EMFAS, ao padre, e eu dizia: - não, era porque o Pe. Pelonha fazia acontecer, o Pe. Pelonha fazia acontecer, de verdade. Os conflitos que existiam com os diretores, entre eles e o Pe. Pelonha, eram diretamente relacionados com a Secretaria, eram por ciúme, por acharem que eu só dava valor ao diretor Pe. Pelonha e, por isso, as coisas aconteciam. O diretor Pe. Pelonha fazia acontecer, ele levava a solução. Era essa a diferença e eles não entendiam isso, como continuam não entendendo. Enquanto os demais diretores me levavam problemas, o Pe. Pelonha me levava a solução.

Tratando-se de práticas de poder, existiam diretores que perseguiram funcionários, porque eles sabiam que aqueles funcionários não seguiam o seu indicado político e havia aquela perseguição, ou seja, o voto de cabresto, por sua vez, existia dentro do espaço escolar. Os diretores aproveitavam-se da dependência econômica dos funcionários e, por isso, perseguiram-nos. O funcionário havia sido indicado e, por isso, teria que ler a cartilha do Diretor, obrigado a seguir suas orientações políticas. No exercício da Pasta da Educação, não me utilizei da prática de perseguição. Os conflitos existiam por irresponsabilidade de certos funcionários, que eram políticos partidários. Atualmente, só o Diretor é indicado; os demais

funcionários e professores, concursados. Com isso, existem diferenças entre esses funcionários e os do meu tempo, porque além de serem concursados, fizeram faculdade e são esclarecidos. Antes, tinha professor que lecionava na zona rural que não tinha sequer o primário, mesmo assim, os conflitos continuam. Cada um, ao pensar que é concursado, erroneamente, pensa que não poderá ser demitido, o que é uma ideia equivocada, de ser concursado e de se ter estabilidade, em que o professor tenha que estar isento de sua responsabilidade. Com o concurso, as táticas nas escolas mudaram.

Os conflitos que surgem nas escolas, em sua maioria, são por causa da irresponsabilidade dos professores, da falta de ética e da falta de compromisso pela divisão dos grupos, dentro da escola. Considero que nos dias atuais, não pode haver influência política dentro da escola, não deveria haver; são concursados, mas ainda há. Há casos em que se contratam funcionários, poucos, mas contratam. A maioria desses contratados vai para a escola, eis aí um dos motivos para tantos conflitos com os Diretores que são indicados, juntamente com estes que estão chegando contratados, enfrentando-se com os professores concursados. Não deveriam contratar funcionários, nem mesmo indicá-los, assim como os Diretores não deveriam mais ter indicação política. Deve-se pensar, urgentemente, numa forma de provimento para o cargo que seja mais democrática.

Diante da nossa realidade, eu considero que o Diretor, sendo eleito ou indicado, pouco adianta, pouco vai fazer a diferença, tendo em vista a força política que ainda influencia e interfere no processo de eleição do Diretor, que não se diferencia da política para eleger um prefeito, cujos mecanismos para as eleições, tanto de Diretor como de Prefeito, são bem parecidos. O cargo de Diretor preenchido por concurso seria democrático, livre de influência política. Enquanto eu estava na pasta, acompanhava todo esse processo e via que as nossas interferências nas escolas eram políticas. Igualmente, Diretores que eram indicados e submissos ao Prefeito, eram os conselheiros que tinham a missão de fiscalizarem os recursos que entravam na Pasta, e que deveriam participar e acompanhar. Isso não acontecia, porque os conselheiros eram manobrados pelo Prefeito, desde a indicação para o Conselho, com a ameaça de que se não fizessem bem o papel, o seu parente que estava empregado em um determinado setor, seria automaticamente desligado. O Conselho de Educação do FUNDEB não funcionava, era difícil. Quando eu

procurava saber algumas informações, não me eram repassadas, não davam as informações.

### **8.1 O Itinerário da Menina Pobre que de Inexperiente Professora, tornou-se Líder Política da Família**

Quando pensamos em dependentes econômicos, talvez estejamos dispostos a pensar o “MACRO” e o “MICRO” das balanças comerciais, os acordos economicamente internacionais ou, os desacordos, o superávit comercial em função do desequilíbrio entre exportação e importação, os altos índices nos impostos como estratégia de impedimento das exportações, enfim, forçando a circulação da mercadoria local. Há ainda outra razão para se pensar em dependentes econômicos que são os que emergem nas Teorias Políticas como salvadores da pátria, onde nada fazem para mudar a situação dos que, economicamente, são privados das condições mínimas de sobrevivência. Que mudanças teremos na mesa do pobre, com o aumento ou diminuição das exportações? Qual a influência do PIB (Produto Interno Bruto), como medidor de crescimento da economia nacional?

No que influi o crescimento ou a diminuição do PIB, na mesa dos pobres, que nem por isso deixaram sua condição de pobres? Outros, ao pensarem em dependentes econômicos, pensam naqueles que dependem de uma pensão alimentícia, de um auxílio doença do INSS, dos que, economicamente, ainda dependem dos pais, mesmo que na fase adulta, e, por fim, há os dependentes econômicos porque são pobres, privados de sua dignidade, desassistidos das políticas públicas como forma de erradicação da miséria, em vista da necessidade material como garantia de sobrevivência.

Partindo-se da perspectiva de Thompson, de que o ofício do historiador seria o de manter um permanente diálogo entre os conceitos de uma teoria, e as evidências pesquisadas nas fontes selecionadas, a entrevista que apresentaremos a seguir, nos conceberá a ideia de que:

[...] a evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinadas evidências[...]. (THOMPSON, 1991 p.50).

Se a relação com as evidências, não passam pela valorização do documento como garantia de objetividade, confundindo-se o real com o documento e o transformando em única e verdadeira fonte pressupondo-se, então, o conhecimento histórico, na compreensão de Walter Benjamin quando este afirma:

[...] articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele de fato foi como pressupõe o pensamento positivista, mas é pautada pela preocupação com a intencionalidade contida nos agentes históricos presentes nos documentos e no constante diálogo das evidências encontradas nos documentos oficiais com outras fontes de pesquisa como as iconografias [...] (BENJAMIN, 1994, p.224).

A seguir, apresentaremos fragmentos<sup>20</sup> da entrevista que, de início, revelamos laços de afinidades familiares, e como todo povo sofredor que carrega no obsequioso silêncio as cicatrizes de um passado sofrido, como consequência da ganância humana, convido o leitor a debruçar-se sobre mais uma história que o “progresso não naufragou”<sup>21</sup>.

Por sermos de origem humilde, fomos explorados, politicamente. Diante dessa exploração, logo entendi que deveria estar pronta para vencer os obstáculos da vida humilde, tendo que saber lidar com a nossa pobreza, no intuito de poder ajudar minha família. (Licinha)

Numa região de caatinga, seca e com muitas necessidades, onde a falta de água se igualava à preciosidade de um emprego, da mesma maneira que se pedia a

---

<sup>20</sup> Aproprio-me da mesma compreensão de fragmento que se apropriou Mirian Leite de Walter Benjamin, como “o clarão que ilumina o todo”.

<sup>21</sup> “A história da cidade que o progresso naufragou”, é uma referência ao livro de Alonso Arcanjo da Costa, 2010.

um político um caminhão d'água, se pedia um emprego. Os mesmos privilégios que tinham algumas pessoas que em casa tinham água, mesmo não sendo a melhor para o consumo, igualmente era detentora dos mesmos privilégios dos que tinham emprego. Esses pobres e infelizes foram explorados pelos gananciosos e desonestos políticos, durante muitos anos, vivendo à custa dos miseravelmente desassistidos das políticas de governos, tornando-se presas fáceis, para a sustentação e permanência da corrupção política, no Rio Grande do Norte, onde, se preferia a esmola, a um eficiente programa de governo para erradicar a fome. É a partir da exploração dos que, ilicitamente, enriqueciam da miséria de um povo, que a “cultura da troca de favores políticos” entra em cena, com a criação de currais eleitorais, votos de cabresto, dominação das famílias, ameaças e torturas psicológicas, para fazerem prosperar o “trem da alegria”<sup>22</sup> que se intensificava em período eleitoral, como estratégia de campanha política, na oferta de empregos; as numerosas famílias que tão logo estariam no curral eleitoral da dependência política, em detrimento da econômica.

[...] Entrei no Estado através do apelo a um político, por um emprego. Fui indicada por forças políticas que eram, e ainda são, práticas muito comuns dos políticos, na barganha por votos. [...] A motivação para a minha indicação foi política e interesseira. Esse Senhor Político sabia da minha necessidade e tinha amizade com o meu pai. Sendo a minha família numerosa, e o meu pai com todos seguindo-o na política, houve uma consideração interesseira dele para com o meu pai. (Ibidem)

Eis a razão pela qual, no Rio Grande do Norte, sobretudo, os políticos nada fizeram para erradicar a pobreza: as pessoas simples, em sua maioria, analfabetas não tinham esclarecimentos e o que prevalecia era a situação financeira ser resolvida. O voto de cabresto não era apenas para o tal político que deu o emprego, mas se estendia no compromisso forçado do eleitorado, na medida em que o político estivesse se comprometendo; se aquele político que deu o emprego não fosse o candidato naquela campanha, já havia o compromisso com o seu indicado, contando com o voto que estava no curral:

---

<sup>22</sup> Expressão usada no Rio Grande do Norte pra referir-se as pessoas que eram indicadas por políticos para as repartições públicas, mas principalmente para ficarem lotadas na educação como promessa de campanha.

[...] Já tínhamos votado neste senhor, durante muitos anos. Quando ele não era o candidato, tinha o indicado dele e queria que a gente o acompanhasse, e tínhamos que acompanhá-lo, porque devíamos favores. Geralmente, o político dizia para o candidato dele: - olha, eu tenho tantos votos; ele se baseava naquelas famílias e via o tanto de votos que tinha. Era o verdadeiro voto de curral, em que o candidato se sentia dono; era o seu gado. (ibidem)

Segundo Rousseau, que tão bem é estudado e refletido, o homem nasceu livre e por toda a parte vive acorrentado. Estaria Rousseau equivocado quanto à ideia de o homem ter nascido livre e por toda a parte viver acorrentado? Onde será que é mais visível ver os homens acorrentados? No nordeste brasileiro? Nos luxuosos condomínios? Nas favelas, onde a vida não se cansa de nascer e que ainda insiste em viver? Nas penitenciárias superlotadas com condições de vida sub-humanas? Nas escolas, sem condições dignas para professores, alunos e funcionários? Nas universidades, onde se negociam vidas acadêmicas em troca de títulos para suprir a necessidade do mercado econômico? Nas igrejas que surgem a cada esquina, com as falsas promessas de um Deus milagreiro? Nos professores que insistem na contramão do sistema desumano? No Congresso Nacional, nas manobras para burlarem e violentarem as leis, para impedirem a divulgação pública dos escândalos de corrupção? Onde não podemos encontrar acorrentados? Onde não encontraremos acorrentados e presos políticos desonestos e corruptos? Seria a penitenciária, onde não encontraríamos esta espécie rara, mas muito visível de corruptos desonestos? Sim, é exatamente na penitenciária, nos presos e acorrentados que não encontraremos tais políticos.

Rousseau<sup>23</sup> não pensou na possibilidade de uns nasceram livres e outros, por estarem fora das grades de uma penitenciária, mas serem considerados igualmente presos, que são os que estão acorrentados na ganância, nas injustiças, na corrupção, na falta de políticas públicas como garantia de melhores qualidades de vida, nos desempregados, na fome, na política de privilégios, na desigualdade

---

<sup>23</sup> A proposição que inicia o capítulo primeiro do *Contrato Social*, “o homem nasceu livre e por toda parte se encontra sob grilhões” (Rousseau, 1964b, p.351), encontra o seu exemplo no *Emílio*. Nesse “romance da natureza humana”, Rousseau tem como objetivo principal demonstrar que o homem da natureza, “saindo das mãos do Autor das coisas”, difere radicalmente do homem civil, que “nasce, vive e morre na escravidão” (Rousseau, 1969a, p.63).

social, dos que vivem embaixo das pontes e nos que ainda vivem na dependência política<sup>24</sup>, em função da dependência econômica?

Assim, os presos e acorrentados tornam-se alvos da política assistencialista, que gera e intensifica-se na mais miserável das situações humanas: a dependência do outro, sobretudo, do outro que detém as privilegiadas condições sociais. É a dependência econômica, vilã e responsável pela exploração dos mais fortes sobre os mais fracos e fragilizados nas condições sociais, é esta mesma dependência que fez surgir em séculos passados a figura do então “Coronel”, que se prestava a favores políticos, a manobras políticas, ao clientelismo e, claro, ao voto de cabresto.

Entre tantas pesquisas feitas sobre o tema em questão, foi encontrada uma abordando - Voto de Cabresto como característica coronelista: na República Velha, o sistema eleitoral era muito frágil e fácil de ser manipulado. Os coronéis compravam votos para seus candidatos ou trocavam votos por bens materiais (pares de sapatos, óculos, alimentos, etc.). Como o voto era aberto, os coronéis mandavam capangas para os locais de votação, com objetivo de intimidar os eleitores e ganhar votos. Assim, concebemos tal situação:

Minha dependência política, assim como a de muitas famílias do RN, se deu em função da dependência econômica. Se essas pessoas, economicamente, não vivessem tão dependentes, tão maltratadas, seria diferente; as pessoas não viveriam encabrestadas. (ibidem)

Para compreendermos esta figura enigmática: o “Coronel”, Voltaire Schilling diz: “No início do período republicano no Brasil (final do século XIX e começo do XX), vigorou um sistema conhecido, popularmente, como coronelismo”. Este nome foi dado, pois a política era controlada e comandada pelos coronéis (ricos fazendeiros). Apropriemo-nos da contribuição de Vítor Leal Nunes (1997, p. 40) que assim, define:

Coronelismo é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente

---

<sup>24</sup> Voltaire Schilling



influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.

Embora o conceito de coronelismo tenha passado por várias interpretações (Dantas 1987, Janoti, 1981), consideramos a definição de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), a que mais explicita de maneira clara e precisa, quem se valia da condição social relativamente estável, associava esta figura do coronel, à sua capacidade de barganha eleitoral:

[...] a exigência de um coronel para que seus apaniguados votem em determinado candidato- imposição muitas vezes sem apelo, tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto[...]. (QUEIROZ, 1997, p.163)

Diante das relações com os coronéis de quem as pessoas economicamente eram dependentes, entendemos, nestas relações de dependência, a pessoal, em que o indivíduo não vendia seu voto para o coronel, ele cedia o voto. Se entendermos o coronelismo como senhores proprietários de terras, grandes fazendeiros que defendiam e protegiam seus eleitores, nos moldes atuais, a figura do coronel não mais está atrelada em grandes latifundiários, mas em quem tem nas mãos a máquina pública, ou quem dela usufrui.

Dessa forma, o coronelismo que está em voga, está adjetivado de Prefeito, deputado, senador, vereador e a “importantes” autoridades do meio econômico e político, que com os mesmos moldes usados pelos coronéis do passado, continuam a mesma prática em função da exploração dos menos favorecidos, onde, não se cede apenas, o voto, como no passado.

Os coronéis de hoje, fortes, poderosos e economicamente bem-sucedidos fazem da política o mesmo negócio que se fazia no século passado, e pobre era a mercadoria presa no curral, que era reajustada a cada eleição. Aos atuais coronéis, além da troca de favores e a compra de votos, compram o silêncio, o caráter e a personalidade dos que se doam em campanhas políticas em troca de emprego, nem

que para isso, a frustração de se estar num cargo e ser usada pela confiança ou medo, a serviço exclusivo, das manobras eleitoreiras e corruptas de desonestos políticos, que impunes desviam recursos públicos:

Ao ser indicada para assumir a Pasta da Educação, Ribinha (prefeito), não tinha outro nome, tendo em vista que eu o ajudei na campanha, pedindo votos, e ele levou em consideração, já que eu havia feito um acordo com ele. Nosso acordo foi uma troca, você me ajuda a ganhar a campanha e eu lhe dou a Secretaria de Educação. (ibidem)

Na contramão dos fatos aqui expostos, a referência feita ao diretor Pe. Pelonha se diferencia das demais direções, e de todos os diretores, e vale salientar que este Diretor, a exemplo de todos os outros, foi indicado por forças políticas locais, mas se diferencia dos demais que ocupam a mesma função, no que diz respeito à dependência política. Embora fosse uma prática corriqueira e por isso, comum, pela repetição, quaisquer que fossem indicados para assumir uma função dentro da administração pública municipal, teria que obrigatoriamente ter passado pelos mesmos moldes de conquistas do emprego, tendo que fazer campanha política, pedindo votos para prefeito e vereador e ser apadrinhada por um político. Se, porventura, numa determinada campanha, emprego não tivesse conseguido, dava-se, tão logo, início a um novo processo de articulação para a campanha seguinte, sendo ela qual fosse:

O Pe. Pelonha foi um dos diretores que contribuiu, significativamente, com a Secretaria de Educação, fazendo com que as coisas acontecessem. Os outros diretores tinham a mesma autonomia e o mesmo espaço, apesar de que eles achavam que era apenas a Francisco de Assis que tinha espaço para exercer sua autonomia. Eles tinham ciúme, alegando que eu dava cobertura apenas para a EMFAS, ao padre, e eu dizia: - não, era porque o Pe. Pelonha fazia acontecer, de verdade. (ibidem)



**Figura 89** – Padre Francisco Pelonha Gonçalves Neto (Diretor)

**Fonte:** Arquivo Pessoal.

As práticas dos diretores eram mais em função da política local, do que mesmo da comunidade escolar. Havia nos diretores indicados por forças políticas, a extensão do poder executivo que inibia qualquer prática dentro do espaço escolar, que fosse contrária à orientação política do diretor. O poder nas práticas dos diretores era explicitamente manifestado e, visivelmente aceito pelo corpo da escola, por uma questão de medo, por causa da dependência econômica:

Tratando-se de práticas de poder, existiam diretores que perseguiram funcionários, eles sabiam que aqueles funcionários não seguiam o seu indicado político e havia aquela perseguição, ou seja, o voto de cabresto, por sua vez, existia dentro do espaço escolar. Os diretores aproveitavam-se da dependência econômica dos funcionários e, por isso, perseguiram-nos. (ibidem)

Os conflitos existentes no espaço escolar tinham suas motivações nas embaraçosas relações políticas, acordadas entre uma tragada e uma cartada de baralho: Os conflitos que surgem nas escolas, em sua maioria, são por causa da irresponsabilidade dos professores, da falta de ética e da falta de compromisso pela divisão dos grupos dentro da escola.

A administração escolar, neste município, ainda é um dos grandes desafios, muito mais que fazer a escola cumprir seu papel social e de ser alfabetizadora, é menos desafiadora do que fazer com que um aluno seja alfabetizado, logo no primeiro ano. As escolas municipais só conhecem uma forma de provimento para o

cargo de diretor: a indicação política, bem como conhecem, perfeitamente, os mecanismos e as motivações para a indicação. Por desacreditarem no atual modelo de administração escolar, onde as forças políticas influenciam nas práticas dos indicados diretores, acreditam na possibilidade de, urgentemente, encontrar uma saída para tal situação.

Em uma verdadeira contradição, se apressam e adiantam-se por não desejarem uma eleição para o provimento do cargo de diretor, tendo como exemplo, as escolas da rede estadual de ensino, que no cumprimento da Lei Nº 290, de 16 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a democratização da gestão escolar e que apresenta uma proposta de gestão democrática, que tem entre as suas estratégias de operacionalização o Projeto Político Pedagógico, que acena para a possibilidade da democracia, no interior das escolas, tendo por princípio, neste processo de gestão democrática, a coletividade e a participação como mecanismo inovador para a descentralização, deliberando a comunidade escolar a assumir o espaço da escola, socializando os segmentos ali existentes, no poder de decisão. Nesse tipo de gestão é estabelecida uma organização descentralizada, onde o apoio e a participação da comunidade torna relevante o processo de gestão democrática<sup>25</sup>. Considerando a influência política no processo de eleição do diretor, nossa colaboradora afirma:

Diante da nossa realidade, eu considero que o Diretor, sendo eleito ou indicado, pouco adianta, pouco vai fazer a diferença, tendo em vista a força política que ainda influencia e interfere no processo de eleição do Diretor, que não se diferencia da política para eleger um Prefeito, cujos mecanismos para as eleições, tanto de Diretor como de Prefeito, são bem parecidos. O cargo de diretor preenchido por concurso seria democrático, livre de influência política.

Se as perguntas que fizemos ainda não foram respondidas, e a estas, somam-se as anteriores, é porque o propósito de nossas inquietações é mais perguntar do que responder. As evidências aqui percebidas das relações de poder, vividas na trama da submissão dos que se beneficiam de favores políticos e,

---

<sup>25</sup> Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. 1989. Lei Complementar n. 290, de 16 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre a Democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública estadual de ensino. Natal/RN, 2005.

consequentemente, dos privilégios que, a princípio, pareciam ser uma regalia, por uma questão imediatista de se resolver o que mais fere a um mortal em sua dignidade: a falta de trabalho e o desejo de contribuir financeiramente com a família, tornando-se fáceis alvos, ou ainda, presas ingênuas da ganância de quem, também, depende da desfavorável situação econômica do outro.

Neste sentido, o capítulo a seguir, também evidencia a esses desafortunados, tais privilégios, que não são mais do que uma barganha dos interessados e bem-sucedidos desonestos, que vivem com a astúcia de uma raposa a, prontamente, atacar sua presa, quando esta lhe interessar, sem que, para isso, meçam-se as consequências dos seus próprios atos do jogar para ganhar, mesmo que sejam eticamente imorais, tendo como consequência desses atos, a precoce decepção daqueles que se iniciam na profissão professor. Da janela de onde estamos a perceber a vida, olhando as contradições, mais uma vez, somos obrigados a mudar de posição, para olharmos, mais de perto, o que era visto a distância.

## **9 ESTOU NA PROFISSÃO, SOU PROFESSOR, MAS NÃO SABERIA DIZER EXATAMENTE SE FOI POR OPÇÃO OU FALTA DE OPÇÃO**

Quirino Lons Costa é o meu nome. Sou natural de Caicó e resido em São Rafael/RN, há 14 anos. Não participei da mudança geográfica da cidade, não a conheci. Quando me mudei já era esta cidade; nova São Rafael. Iniciei meus estudos na zonal rural, e só a partir da 5ª série foi que eu vim para a Escola Francisco de Assis de Souza. Estudei o Ensino Médio, na Escola Estadual Claudeci, concluindo-o em 2002. Fiz vestibular para o Curso de Letras, na UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), em Açu, concluindo-o em 2007, após quatro anos de estudos. Tenho Licenciatura com habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa. Hoje em dia, atuo como professor numa Escola da Rede Privada de Ensino que, por sinal, foi por onde eu principiei na profissão em 2005. Estou na profissão, sou professor, mas não saberia dizer exatamente se foi por opção ou falta dela.

A princípio, quando se entra numa faculdade é por opção, mas quando se começa a trabalhar como professor, o fardo é tão grande, que se percebe que é falta de opção, as oportunidades não são das melhores, o respeito e o reconhecimento social também não são dos mais favoráveis e, o profissional de educação, em especial, o professor, é pouco valorizado na sociedade. O professor, como formador de opinião e facilitador, financeiramente, não ganha o que deveria, afinal, todas as profissões têm que passar pelo mestre, mesmo não tendo esse reconhecimento na sociedade brasileira. Não diria que eu esteja totalmente frustrado, mas sinto que sigo um caminho que, talvez, não me leva a nada, não há possibilidades de ir muito longe. É assim que penso, infelizmente, procuro não pensar, mas sou convicto de que é uma profissão que não me leva a lugar algum, e continuo na profissão, até que se abram outros horizontes.

Estou recente na profissão, se comparado com a maioria dos colegas. Trabalhei em algumas escolas e adquiri experiência; trabalhei contratado como estagiário nas Escolas da Rede Estadual de Ensino, durante os anos de 2008 e 2009, e na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, por sete meses. Fui contratado para lecionar nas Escolas do Estado, porque havia terminado os estudos

na Faculdade e, mesmo sabendo que não receberia um salário integral de professor, igualmente ao do professor efetivo, iniciei minha carreira, por não ter outra opção de trabalho. O salário do professor efetivo seria o dobro do salário de um estagiário. Tratando-se de emprego e, simultaneamente, de convite ou indicação, geralmente, tem motivação política, mas, no meu caso, não foi com essa motivação, foi por uma questão pessoal, aceitei o convite, e foi uma experiência significativa. Mas, só pude trabalhar dois anos, por causa da mudança de direção que, a princípio, não permitia no quadro, os professores provisórios.

Depois que eu saí da Escola do Estado, fui convidado pelo Prefeito para assumir a direção da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza. Por ser a maior Escola do Município e havendo muitas dificuldades nas relações pessoais, entre diretor e professores, fiquei com medo e fui pensar se aceitava ou não o convite. Nunca administrei uma escola ou qualquer outro espaço que eu tivesse que liderar, sendo a minha palavra, a última nas decisões. Não tive a experiência de atuar na escola como liderança, nem mesmo no Grêmio Estudantil ou no Conselho Escolar, que estivesse ligado à direção.

Ao chegar à escola e ter o contato com a comunidade, percebi que temos que ter quatro grandes desafios, quando assumimos um cargo público de direção por indicação política, que nunca saiu da minha cabeça esse pensamento: ou você agrada quem lhe colocou lá dentro, pela indicação política, ou agrada aos colegas de trabalho na escola, ou agrada aos pais ou aos alunos. É uma roleta russa, é um terreno minado que você não sabe onde pisar. Procurei focar os alunos, não sei se foi essa a questão.

Fiquei frustrado, mas não desviei meu foco, fui em frente. Durante os sete meses em que estive na direção da Escola, fiz tudo o que pude, para promover os alunos. Não sei se foi esse o motivo do meu afastamento. Simplesmente, me exoneraram. Talvez, politicamente, eu não tenha sido ideal para articular as forças políticas dentro da escola, sendo submisso. Considero que enquanto era diretor, a maior dificuldade que eu enfrentei foi a de encontrar parcerias, a direção só funciona se tiver um corpo de professores e funcionários que se deem as mãos, caso contrário, a direção puxa para um lado, os professores para o outro e, com isso, não chegamos a lugar algum.



Quando eu apresentava um projeto de trabalho para a escola, todos ficavam parados e diziam, não! Não davam credibilidade à minha maneira de pensar, talvez essa tenha sido a maior dificuldade, a pedra de tropeço da minha administração; dificuldade por não haver parceria entre direção e professores. Cada professor seguia seu próprio rumo, sua “ideologia”, e nem sempre essa era compatível com a ideologia do diretor. Eu ainda atribuo essa ausência de parceria em prol de um trabalho coletivo aos privilégios dos professores, à falta de compromisso com a Escola, à insatisfação na profissão. Não são professores porque tenham escolhido a profissão por opção, e atribuo ainda a influência política dentro da escola, o apadrinhamento político que protege maus professores. Esse foi o primeiro quebra-cabeça que encontrei como diretor.

Quando me percebi desapontado e que estava, visivelmente, sendo afrontado, tentei me reunir e conversar com os professores. Eles eram faltosos e dificultavam o andamento da escola. Eu solicitava professor à Secretaria e a mesma dizia que não tinha professor naquele período. Dizia que iria resolver, e enquanto isso, os pais questionavam o diretor: - diretor, não tem aula, contrata professor!

O caos e a desorganização da escola se dão em função dos privilégios que tem determinado professor, ao ficar lotado na biblioteca, enquanto o aluno está sem aula. Professor tal vai passar este ano na biblioteca, e eu não sabia o porquê desta determinação, já vinha da Secretaria de Educação. Como não entendia essa questão de se ter que beneficiar a uns e a outros não, tornou-se para mim, um grande obstáculo enfrentar essas pessoas, pois sabia que enfrentá-las era, na verdade, estar enfrentando as forças políticas locais, e tudo isso foi decepcionante e muito frustrante.

Não sei de fato, além do que já foi dito, a que mais atribuir toda essa resistência dos meus colegas professores. É uma pergunta para a qual, talvez, eu não tenha resposta; eu imagino que, por eu ser jovem, e estar chegando com um pensamento novo, não tenha agradado àqueles professores.

Uma ideologia nova, moderna, seria pelo fato de possibilitar à escola não se limitar ao quadro negro, ao giz e ao professor, mas sendo um lugar de interação, que fizesse com que o facilitador, interagisse com os alunos, e ambos devessem buscar meios, para formar o conhecimento.

Frustrrei-me, algumas vezes, quando tive a intenção de promover alguns eventos na escola e precisava contar com a presença e a participação de quinze professores; quando olhava, havia apenas três professores. Para a direção da escola, tudo era muito difícil. Lamento as estratégias dos professores quando não compareciam, era um protesto visível às minhas idéias.

Planejávamos uma semana estudantil, festa junina, e muitos não participavam, não colaboravam. Outra forma de protesto dos professores que, claramente, eu percebia, era quando chegavam as festividades tradicionais da escola, e eu traçava uma meta, combinava com eles em mais de uma reunião, e quando terminava a reunião, não tinha atividade combinada, nada acontecia.

Na tentativa de inibir esses professores que me faziam protestos, tomei posse do Regimento Interno da Escola, mas só foram encontrados apenas alguns fragmentos, sem êxito. Punir esses professores foi uma das primeiras atitudes que pensei, para assegurar-me diante dos protestos que eram intensos e se mostravam mais fortes do que eu.

Quando o professor faltava em seu horário, mandávamos um encaminhamento para a Secretaria de Educação, notificando que aquele professor não havia cumprido sua obrigação, e as providências seriam tomadas através da Secretaria, das quais, por sinal, nunca tomei conhecimento.

Eu não sentia claramente a rejeição, era um tanto camuflada, porque, quando se escolhe entender a psicologia humana, que não foi minha área de estudo, as pessoas tendem a camuflar quando seus chefes estão presentes, elas agem de maneira que, quando você não está presente, a situação é outra. Eu não sou testemunha dessa rejeição, não pude presenciar. Quando eu chegava a um determinado espaço dentro da escola, e os professores estavam conversando, paravam imediatamente. Enquanto direção, nós conversávamos, eu e o vice-diretor, numa tentativa de reunir parcerias para promover o ambiente escolar.

O trabalho em uma escola é, sem dúvida alguma, um trabalho de equipe. Não tenho dificuldade para trabalhar em equipe e respeito a opinião do outro. Minha prática pedagógica foi a de não impor as minhas ideias, como se as mesmas fossem absolutas. Esta consciência de trabalho em equipe foi uma das primeiras coisas de que falei quando cheguei à escola, quando me reuni com os professores. Alguns professores estavam há trinta anos naquela escola, e nada queriam, pois só aguardavam os últimos dias para a aposentadoria.

Diante dos conflitos e das resistências dos professores, eu me percebia fraco, pequeno e impotente. O poder, nesse momento, é pequeno diante do grupo, não me via com autoridade, me sentia frustrado. Chegava para conversar com a equipe de direção: o que, e como fazer? E ali, traçávamos uma meta escolar, na tentativa de o professor perceber que estava errado, que a escola não era apenas a direção, mas todo o grupo.

Eu acredito que durante o período em que fiquei na direção, não pude exercer a autoridade que eu gostaria de ter, me sentia atado, sem saber o que fazer, percebia que a minha autoridade, naquele momento, não era a que eu pensava que fosse: de um diretor. Percebi que a visão que eu tinha dos alunos, professores e diretor, ao exercer a função, era totalmente equivocada, sentia-me como um mero funcionário passageiro, que só assinava documentos e cuidava da burocracia. Foram sete meses difíceis para mim. O desgaste já estava visível e, moralmente, eu não tinha como continuar, acredito que saí no momento certo.

A influência política dentro da escola, na minha situação, da maneira como ela foi vivenciada, foi humilhante e decepcionante. A diferença em ser diretor indicado e ser eleito é muito grande. Você é indicado dos políticos. O grupo que está dentro da escola não entende o porquê de você ter sido indicado para esse cargo, e o grupo político que o indicou espera que você defenda seus interesses. Eu percebia que tinha que dar satisfação para a Secretaria de Educação, todos os dias, de tudo o que acontecia na escola, quer dizer: qual a liberdade que o diretor teria se você tinha a obrigação de falar com a Secretaria, informando-a, diariamente, sobre o andamento da escola?

Diante do que já foi dito, será que a democracia de uma escola se faz com essa falta de liberdade e autonomia, ainda que relativa? O que seria de fato uma escola democrática? Como seria essa escola? Como o diretor deveria chegar à escola, sendo indicado, como a velha prática que serviam e ainda são utilizadas: as motivações políticas? O diretor teria que ser indicado por forças políticas? Concursado? Eleito pela comunidade?

Se a escola escolher o diretor por eleição democrática, a própria escola terá muito mais o que cobrar dele, porque foi escolhido e acreditado. Quando você é indicado, você é colocado naquele lugar por alguém, e não por todos, e, certamente, só será aceito por alguns, porém, a escola deve ser administrada por toda a

comunidade escolar. Sendo assim, se o diretor for escolhido e eleito pela comunidade escolar, terá autonomia para administrar seu espaço.

Considero que as minhas capacidades e competências, na tentativa para administrar a escola, foi desprezada e ignorada em função da minha indicação política, por isso, a rejeição. Sou professor e continuo professor até que me surja outra profissão. Enquanto estiver atuando na profissão, sonho com uma escola ideal: que tenha parceria e que seja parceira.

A escola parceira é aquela em que todos se dão as mãos para que o grupo caminhe, tenha um objetivo e que tal seja cumprido, todos os anos, que o aluno tenha oportunidade de aprender, de expressar seu pensamento, ser importante na escola, e evoluir no período em que for estudante, que o professor tenha condições dignas de trabalho, com material de apoio pedagógico e financeiro, para poder chegar à sala e ministrar sua aula com dignidade, num espaço limpo, arejado, confortável, e que tenham respeito por ele, e o diretor seja essa fonte de inspiração, para que o professor e o aluno possam contar com ele. O que sonhei para escola, quando era diretor, foi isso. Percebi que sonhar está tão distante da realidade, quanto o céu está da terra.

### **9.1 A Frustração de ser Professor por falta de opção**

São vastos e amplamente dissertados os desabafos e porquês, senão os desafetos, dos que se desencantaram com a profissão professor. Embora sejam convincentes e tenham razões os que desafiam seus próprios ideais e os abandonam, a profissão professor é das mais encantadoras, ao mesmo tempo em que é desafiadora e surpreendente, é prazerosa quanto à arte de conduzir o outro na produção do conhecimento. Desencantar-se, decepcionar-se, desiludir-se são inerentes a qualquer ser humano, tendo em vista suas escolhas e por estarem em constante busca da profissão ideal.

É comum, e ao mesmo tempo, natural, que se mude de profissão, no entanto, professor, não é qualquer profissão, mesmo que, quem a escolheu, tenha-a escolhido, ainda que pela falta de opção. Refletindo esta temática, Flavinês Rebolo

Lapo<sup>26</sup>, referendando os autores Mark e Anderson (1985), verificaram que pelo menos um terço dos professores abandonam a profissão docente nos primeiros quatro anos de prática profissional, e acrescenta na discussão mais duas importantes contribuições acerca do tema em questão: da mesma forma, Schlechty e Vance (1983) estimaram que cerca de um terço dos professores, deixam o ensino durante os primeiros cinco anos e que 15% o fazem durante o primeiro ano de experiência profissional. A esse propósito, José Manuel Esteve (1995, p.51), afirma que:

[...] a atitude mais frequente, dadas as atuais expectativas de emprego, é a de manter mais ou menos assumido o desejo de abandonar a profissão docente, porém, sem chegar a um abandono real, recorrendo então a diferentes mecanismos de evasão dos problemas cotidianos.

Não duvidamos dos dados, ao contrário, confirmamos, pois as histórias de vida se constituem em relatos complexos, nos quais se entrelaçam a origem social, os valores, interesses e opiniões, os relacionamentos interpessoais, enfim, tudo o que, de uma forma ou de outra, contribui para a constituição do indivíduo e o seu modo singular de agir. Neste sentido, na citação a seguir, nosso colaborador afirma:

Estou na profissão, sou professor, mas não saberia dizer exatamente se foi por opção ou falta dela. A princípio, quando se entra numa faculdade é por opção, mas quando se começa a trabalhar como professor, o fardo é tão grande, que se percebe que é falta de opção, as oportunidades não são das melhores, o respeito e o reconhecimento social também não são dos mais favoráveis e o profissional da educação, em especial, o professor é pouco valorizado na sociedade. [...] Não diria que eu esteja totalmente frustrado, mas sinto que sigo um caminho que, talvez, não me leva a nada, não há possibilidades de ir muito longe. É assim que penso, infelizmente, procuro não pensar, mas sou convicto de que é uma profissão que não me leva a lugar algum e continuo na profissão, até que se abram outros horizontes. (Quirino)

---

<sup>26</sup> Doutoranda da Faculdade de Educação da USP e professora da Universidade de Sorocaba

Possivelmente, nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, em específico, por se tratar do município em questão, dificilmente um diretor é indicado sem a motivação política. Para tanto, é necessário que se tenha um padrinho político forte e que seja capaz de convencer os demais grupos políticos, e ainda, quando indicado, que não o seja pelo Prefeito, possivelmente, por alguém que tenha estreitos laços de amizade com o mesmo, que por forças dos acordos, aceite a indicação. Diante desta realidade de se indicar diretores com a mera e simples motivação política, sem que o indicado tenha experiência ou conheça os mecanismos de uma administração escolar, possibilita que os vulneráveis e rejeitados diretores sejam infelizes em suas administrações.

Depois que eu saí da Escola do Estado, fui convidado pelo Prefeito para assumir a Direção da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza. [...] Nunca administrei uma escola ou qualquer outro espaço que eu tivesse que liderar, sendo a minha palavra, a última nas decisões. Não tive a experiência de atuar na Escola como liderança, nem mesmo no Grêmio Estudantil ou no Conselho Escolar, que estivesse ligado à direção. (ibidem)

É sabido, que uma escola se administra com competência e dinamismo; para isso, faz-se necessário que bem se escolha o diretor, não considerando, apenas, a motivação política, mas, as competências. Que se estabeleçam critérios para a escolha do mesmo, que além das qualidades profissionais de formação acadêmica, seja, sobretudo, um diretor capaz de fazer do poder um carisma, colocando-se a serviço da comunidade escolar.

Misturados aos privilégios pelo apadrinhamento político, a rejeição, o caos e a desorganização da escola, está o desprestigiado e não ratificado poder do diretor que deveria, como fim último, ser capaz de unir competências com habilidades. Evidentemente, não assimilamos o poder como uma mercadoria de que alguém tenha a posse, não o é, em si, materializado e quantificado. O poder se revela nas relações e, visivelmente, sentimos a força propulsora do poder na ação versus reação. Washington Luís Souza<sup>27</sup>, ao analisar o poder referendando Foucault,

---

<sup>27</sup> Professor dos cursos de Filosofia e Direito da Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo. Doutorando em Filosofia pela PUC/SP. Mestre em Filosofia pela PUC/SP.

compreende que o poder deva ser entendido como uma matriz geral de forças, em determinado contexto histórico, pois traduz a ideia de que a proposta de análise foucaultiana pretende se debruçar sobre a sociedade determinada, em um momento histórico específico, levando em conta operações peculiares de disciplina e vigilância realizadas no interior de uma instituição específica como, por exemplo, aquelas desenvolvidas no perímetro de funcionamento de um presídio. Em outras palavras, essa localização é a premissa para que possamos construir algo como uma analítica do poder, ou seja, para Foucault, a menos que essas relações desiguais de poder sejam traçadas de acordo com o seu real funcionamento material, elas escapam à nossa análise e continuam a funcionar com uma autonomia não questionada, o que possibilitaria, ilusoriamente, que fosse afiançado um argumento – equivocado – segundo o qual ‘o poder é apenas aplicado de cima para baixo’, ou dito de outro modo, que o poder se exerceria somente em função dos dominantes, de modo a subjugar os dominados. Foucault, certamente, “não nega realidades da dominação de classe”<sup>28</sup>.

No entanto, argumenta que a dominação não seria a essência do poder. Isso porque, em que pese o fato de que diferentes grupos estejam emaranhados em relações de poder, desiguais e hierárquicas, nenhum desses grupos possui, realmente, o controle acerca dessas relações. A isso se liga a afirmação de que as relações de poder, segundo Foucault “são intencionais e não subjetivas”, de modo a caracterizar que não é necessário buscar pelas motivações secretas ou subliminares às ações dos atores e, tampouco, vislumbrar a ação dos políticos a partir da imagem de pessoas hipócritas ou de peões do poder, pois as práticas locais operadas por indivíduos e grupos não estão destituídas de consciência, visto que os atores sabem mais ou menos aquilo que eles estão fazendo, quando o fazem e podem. Não obstante, isso não significa que “as consequências mais amplas destas funções locais sejam coordenadas”<sup>29</sup>. Compreender essas relações que se legitimam nos porões da razão, intensifica-se pela frequência do sobe e desce destas relações nos definidos espaços de conquistas, onde a ordem dos acontecimentos já não mais importa. Nisto, consistem as afirmações:

---

<sup>28</sup> Dreyfus, Hubert e Rabinov, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*.<sup>3</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 205.



Considero que enquanto era diretor, a maior dificuldade que eu enfrentei foi a de encontrar parcerias, a direção só funciona se tiver um corpo de professores e funcionários que se deem as mãos, caso contrário, a direção puxa para um lado, os professores para o outro e, com isso, não chegamos a lugar algum. (ibidem)

Os “industriais da seca” se utilizam da calamidade para conseguir mais verbas, incentivos fiscais, concessões de crédito e perdão de dívidas, valendo-se da propaganda de que o povo está morrendo de fome. Enquanto isso, o pouco dos recursos que realmente são empregados na construção de açudes e projetos de irrigação torna-se inútil, quando esses são construídos em propriedades privadas de grandes latifundiários, que os usam para fortalecer seu poder ou, então, quando por falta de planejamento adequado, se tornam imensas obras ineficazes.

No entanto, as necessidades socialmente construídas nas diferentes sociedades não se referem, apenas, à existência biológica, como nas sociedades primitivas, que ao sentir fome, o primitivo pescava e caçava e retirava sua alimentação da própria natureza. Na tentativa de se compreender a pobreza, faz-se necessário perguntar o porquê da pobreza. Neste sentido, D. Helder Câmara (1909-1999), quando Arcebispo de Recife e Olinda, afirmava: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista”.

Na concepção de pobreza relativa, Rocha (2003, p.157) aponta o fenômeno como complexo, podendo ser definido de forma genérica, como a situação nas quais as necessidades a serem satisfeitas, em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, não são atendidas de forma adequada. Barros, Camargo e Mendonça (1993)<sup>30</sup> consideram o fenômeno da pobreza em dois aspectos: pobreza estrutural - quando ao longo de um período a pobreza ainda persiste e o indivíduo não consegue renda suficiente para atender suas necessidades básicas, e pobreza conjuntural - causas circunstanciais, como doença temporária e desemprego, que colocam pessoas, temporariamente, abaixo da linha da pobreza.

Oportunidade e espaço geográfico são situações distintas e equivocadas quanto ao uso que ora se faz, com a compreensão de que seja necessário o êxodo,

---

<sup>30</sup> Giselli Caetano dos Santos. Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ana Cristina Brito Arcoverde. Doutora. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pobreza Conceitos, Mensuração e Enfrentamento no Brasil

para se ter uma vida transformada em esperança e bonança. Não é necessário que nos tornemos migrantes, nem tampouco imigrantes, aumentando as estatísticas dos desempregados nos grandes centros urbanos, como se a simples imigração tivesse que ser bênção para todos.

O estado de pobreza em que vivem determinadas pessoas faz com que elas não tenham acesso à educação, compreendendo aqui a educação em sua conjectura respaldada na legislação, educação formal.

Não pretendo entrar em detalhes quanto aos conceitos de educação: formal e não formal. Se observarmos os espaços que a educação alcançou nos momentos atuais, e se comparada ao passado, pasmemo-nos por compreender que eram limitados os que tinham o privilégio do acesso à educação, na chancelaria da exclusão: mesmo ferindo a Constituição Federal em seu Artigo 5º, como garantia de educação para todos. Na condição de analfabetas, as pessoas conseguem superar suas dificuldades quando percebem que urge a necessidade por sobrevivência e se dedicam ao trabalho na tentativa de acumularem bens materiais, como compensação de outras perdas, onde ser pobre era o atestado de condenação.

Essa prática, embora não fosse assim, tornou-se dentro da vergonhosa política uma situação, aparentemente, é normal e socialmente aceita, como se a desonestidade, no exercício da vida pública, tivesse intrinsecamente sua representatividade nas práticas corruptas e desonestas, a contar pela infidelidade nos grupos políticos, quando os acordos por maiores quantidades de percentuais fazem dos políticos, homens desonestos moralmente e sem caráter. Casos de traição política no Brasil não são recentes. No século 18, o delator Joaquim Silvério dos Reis levou à morte Tiradentes. O líder comunista Luís Carlos Prestes, preso pelo governo Vargas no Estado Novo (o mesmo que entregou sua mulher, Olga Benário, para os nazistas), depois apoiou Getúlio para as eleições presidenciais de 1950. Carlos Lacerda, Jânio Quadros, Paulo Maluf e muitos outros colecionam histórias em que figuraram tanto como traídos, quanto como traidores.

Deixamos para o leitor, aqui, outros pontos para que reflitam e analisem as formas de governo e poder que tivemos, temos e ainda teremos em nosso país, mesmo que, com a esperança de condições de vida melhor para todos.

## **10 EU ME TORNEI PROFESSORA AO CURSAR O MAGISTÉRIO, NÃO TINHA OUTRA OPÇÃO, ERA O ÚNICO CURSO OFERECIDO EM NÍVEL MÉDIO**

Paloma Marques é o meu nome. Resido em São Rafael/RN, desde os quatro anos de idade, mas sou natural da cidade de Jucurutu/ RN. Sou professora concursada neste município, fui vice-diretora e atuo na função de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Iniciei meus estudos na antiga cidade de São Rafael. Até os 8 (oito) anos de idade, estudei na zona rural, no município de Jucurutu, retornando definitivamente para São Rafael, em 1979. No ano de 1999, fui aprovada no concurso público do Município para Professor, em nível de Magistério, para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental I.

Eu me tornei professora ao cursar o magistério, não tinha outra opção, era o único curso oferecido em nível médio. Fiz o curso e, a partir daí, tomei gosto pela profissão, iniciando minha vida profissional, como professora, em 1972, lecionando nas séries iniciais, através de um contrato por indicação política, permanecendo três anos numa sala de aula. Em 1977, voltei como vice-diretora na Escola Municipal Francisco Pinheiro e, em 1999, sendo aprovada no concurso e, posteriormente, convocada, fui efetivada e lotada na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza.

Antes do concurso, atuava no Município por indicação política. Procurei o Prefeito e lhe pedi o emprego. Ele, precisando do profissional, me deu o emprego. Por não ter sido um período eleitoral, eu não fiquei na dependência desse político, com isso, ele não chegou a interferir no meu trabalho. Geralmente, quando se indicava um funcionário para um cargo público, sobretudo para a Educação, como para qualquer outra Secretaria, gerava-se um compromisso da pessoa que era indicada, com o político. Dessa vez, nenhum compromisso. Não houve, e acabou se tornando necessário, porque eu perdi o emprego posteriormente, por não ter votado no candidato que era indicado pelo Prefeito, o que me deu o emprego, e quando ele ganhou a eleição, por eu não ter votado, fui demitida.

Era uma época em que os prefeitos botavam e tiravam as pessoas dos empregos, do jeito que eles queriam e entendiam. Era uma questão política. Meu pai

não gostava do prefeito e já tinha problemas com ele, e por seguir a orientação dos meus pais, eu não votei no candidato dele e, conseqüentemente, perdi o emprego.

Eu estava exercendo a função de vice-diretora, por indicação política, devido ao concurso, quando fui convocada e transferida para atuar na Escola Francisco de Assis de Souza. Então, perguntaram se eu queria ir para essa escola, ou se queria continuar na vice-direção da outra escola. Eu quis ser convocada para ser professora, pela incerteza de estar num cargo de confiança por indicação política, sem garantias e, sendo concursada, quis garantir minha estabilidade como professora, mesmo porque era muito conflitante minha relação com a diretora, era difícil e de muitos problemas. Eu não concordava com a submissão da diretora, que seguia as orientações políticas da Secretaria, aceitando-as ou não.

Acredito que foi a dependência política, que nos forçava a obedecer, cegamente, às orientações da Secretaria, que tenha me decepcionado, enquanto estava na vice-direção. O fato de a diretora ter sido indicada para um cargo de confiança, cegamente, comungava das práticas políticas. Com isso, a gente tinha atritos por causa da Secretária de Educação, e tudo convergia para a discórdia. Apesar de irem contra os meus princípios de educadora, eu tinha que aceitar as práticas abusivas e autoritárias da diretora.

Era extremamente difícil lidar com a diretora, pois ela era dependente política e econômica, e tendo suas limitações, seguia à risca o que a Secretaria da Educação determinava, e eu não concordava. Todos os funcionários tinham mais abertura comigo, era a minha pessoa a quem eles se dirigiam, e não a ela. Por causa do ciúme que ela tinha, dificultava a nossa relação profissional, alegando que sendo diretora, seria superior a mim. Ela não tomava decisão e nada fazia sem que antes consultasse a Secretaria de Educação. Diante dessas atitudes, eu percebia que ela agia com medo, com insegurança. Insegurança de não agradar e medo de perder o emprego.

Tratando-se da autonomia da diretora, ainda que relativa, fora o comando da Secretaria de Educação, ela não tinha. A autonomia dela se resumia em obedecer às determinações políticas que a Secretaria lhe dava. A escola era administrada pela Secretaria de Educação; ela só vivia lá perguntando o que deveria fazer ou deixar de fazer. Ela agia assim, porque, além da dependência que tinha, havia a falta de preparo. A Secretaria de Educação dava autonomia para os diretores e ela

não fazia uso dessa autonomia, em função do medo, ou por querer agradar à Secretaria, como garantia para não perder o emprego.

Os diretores da Rede Municipal de Ensino eram todos indicados, mas nem por isso agiam igualmente a essa diretora, veja a situação do Pe. Pelonha que, embora também fosse indicado, atuava diferentemente dela. Quando fui transferida para EMFAS, o Pe. Pelonha era o diretor e tinha autonomia, e a gente percebia sua independência, apesar de também obedecer às normas da Secretaria. Você tinha uma estrutura, e isso, para ela, era motivo de muita inveja e de muito ciúme, porque ela dizia: - “a EMFAS é isso, a EMFAS é aquilo, o Francisco é isso, o Francisco faz isso, os professores do Francisco fazem isso, o Diretor do Francisco faz assim”. Na verdade, criava-se um constrangimento entre os funcionários, por causa do despreparo dela.

Sendo duas escolas, eram duas direções, mas o que havia de mais relevante era a autonomia do Pe. Pelonha, da Francisco de Assis, porque ele não tinha medo de perder o emprego, e não tinha obediência cega à Secretaria de Educação. É claro que ele podia, porque tinha uma formação bem diferente da outra diretora. Apesar de ter formação universitária, não era formação específica pedagógica, ela tinha um curso superior.

Em relação aos conflitos que existiam nas duas escolas, foram amenizados em função do concurso público, com a renovação do quadro de pessoal. Foram poucos os professores dos que eram indicados que conseguiram aprovação no concurso, e dos que foram aprovados, poucos haviam trabalhado no Município, na profissão professor. Eu diria que a partir da convocação dos concursados, não existiam conflitos, mas existiam, sim, porque eram seres humanos e conflitantes. Mas até que havia um relacionamento amigável, entre a direção e os professores.

Havia discórdia, claro, porque entre pessoas, sempre há, mas não havia conflitos que pudessem provocar desarmonia no ambiente escolar, como havia antes. Havia os conflitos de ideias, mas que não prejudicavam o trabalho pedagógico, a gente conseguia dar conta e nos envolvíamos no projeto da Escola. Posso assegurar que, durante o período em que o Pe. Pelonha esteve na Direção da Escola, nós sabíamos o que era um Projeto Político-Pedagógico e havia planejamento. Quando se trabalha com projeto e planejamento, você tem práticas pedagógicas que estão diretamente relacionadas com a questão da aprendizagem, e passa a refletir em toda escola.

Trabalhamos na escola alguns projetos que ficaram marcados na mente e na história, como, por exemplo, os desfiles de Sete de Setembro. Eu me lembro de que trabalhamos um ano a história de São Rafael, com o tema: “São Rafael: uma cultura e duas histórias”, que contava a história da cidade antiga e da cidade nova, e isso ficou marcado na memória das pessoas que, atualmente, reclamam do porquê não terem continuado, de não se ter feito mais nada referente à história local e perguntam: - Cadê Pe. Pelonha que foi embora e nunca mais teve desfile?



**Figura 90** – Desfile de Sete de Setembro  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

O que mais despertou a escola para o engajamento foi o Projeto Político-Pedagógico. Continuo na escola, e percebo o quanto mudou essa questão pedagógica; está esfacelada, ninguém consegue mais elaborar nada, implantar e

finalizar um projeto na sua conjuntura, para que se possa dizer: esse aqui ficou na história, mais uma vez.

Desde a saída do Pe. Pelonha, nenhum diretor, dos vários que já passaram, conseguiu, sequer, elaborar um projeto político-pedagógico. Os desfiles, as semanas culturais que fazíamos, envolvendo a comunidade escolar e a comunidade, sobretudo, extraescola, com aqueles desfiles temáticos, não tiveram continuidade, porque exigiam preparo e determinação da direção.



**Figura 91** – Semana Cultural  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

A gente fala desses desfiles com ênfase, com emoção, com carinho, porque houve envolvimento de toda a comunidade, e é o que está faltando: envolvimento de toda a comunidade, e é o que está faltando: envolvimento da comunidade. Quando eu falo comunidade, não é a comunidade que está fora da escola, é a comunidade escolar como um todo. Não há compromisso com a escola, falta harmonia, força de vontade, companheirismo, hoje, é cada um por si e Deus por todos. Se não houver a



consciência de que o trabalho de uma escola deva ser coletivo, não se chegará a lugar algum. Se a escola não tiver como proposta trabalhar com projeto, com objetivo a ser seguido, continuará como está: perdida e sem rumo; solitária.

Claro que na época do Pe. Pelonha havia rejeição por parte de alguns, em relação aos projetos da escola, mas isso era por uma questão meramente política. Nós sabemos que a nossa cultura coronelista, atrelada à política dos privilégios, ainda está presente naquelas pessoas que, contrariamente aos interesses da comunidade, buscam benefícios para si mesmas. Alguns professores, sendo da situação, apoiam o modelo atual da Direção; os outros, pelo fato de desaprovarem, já significa dizer que não vão compartilhar com nada que venha a promover a escola. Em período de campanha política, a Escola vive momentos críticos, porque fica dividida pelos grupos adversários.

É nesta hora que a gente percebe, claramente, o quanto a escola precisa de um Diretor, alguém que tenha pulso, que entenda de educação. O grande problema é a diretora atual, que reclama da situação, mas sequer tem uma proposta de trabalho para a escola. Quando se trabalha com pessoas, é essencial que se tenha ou se procure mecanismos para contornar as situações vitais da escola, o mínimo possível deve estar funcionando a partir do diálogo. Eu percebo que a diretora é ausente, muito ausente. Se a diretora não se envolve com os problemas da escola, como é que se vai fazer um trabalho coletivo? A escola, como um todo, deve trabalhar conjuntamente.

A Direção, com o apoio pedagógico, é o coração da escola, se ela não trabalha conjuntamente com proposta significativa, que convença de que é preciso mudar a realidade, nada funcionará, se não tiver um encaminhamento, se não tiver um segmento, uma união, uma junção, e o corpo docente, se não estiver com o apoio da direção, não irá se organizar sozinho, precisará desse apoio. Acredito que essa realidade só mudaria se, urgentemente, se pensasse na maneira de como os diretores são indicados para o provimento do cargo, em que não considerassem apenas o fator político, não pelo fato de ser indicado, porque o Pe. Pelonha foi, e não agiu como agiram os demais diretores.

Tendo-se em vista o que acontece em outras escolas, os diretores são eleitos, mas nem por isso mudou a realidade da escola. Eu não sei se seria o caso de se ter uma eleição direta para o provimento do cargo de diretor, deixando-o de ser indicado. Eu não acredito na hipótese de o diretor ser eleito e, com isso, mudar

a realidade da escola, tendo-se em vista as experiências em algumas Escolas do Estado, neste município, de terem feito esse processo de eleição e ter sido um desastre. Contudo, não nego que gostaria de ter outra alternativa, que não fosse essa.

Exercendo a função de Presidente do Sindicato, percebo que o problema da EMFAS é uma questão de mau costume, estão acostumados ao apadrinhamento e aos privilégios políticos, por isso, a falta de compromisso. No tempo do Pe. Pelonha se percebia, visivelmente, o compromisso dos professores que não eram escandalosamente privilegiados, o quanto o é no momento.

O Município enfrenta sérios problemas de ordem prática com servidores que não querem trabalhar. É preocupante e lamentável a situação da atual diretora, por não estar preparada para assumir uma direção de escola e só saber se lamentar. Os funcionários são faltosos, ficam devendo aulas e não pagam, porque têm um apadrinhamento político por trás, na hora em que a diretora manda a falta, nada acontece, porque é um afilhado político. Antes se falava de apadrinhamento político que, por sinal, era a base de sustentação da política neste Município, porque o funcionário era indicado. Hoje, são todos concursados e o apadrinhamento continua do mesmo jeito.

Alguns professores, há tempos que não estão em sala de aula, porque votaram no Prefeito atual, ou porque são amigos ou amigas da Secretária de Educação e têm que ter lugar especial, vai para a sala de vídeo ou, biblioteca. Existem casos em que os professores são escolhidos para trabalharem em determinadas salas, antes mesmo de se fazer a distribuição de classe. O professor que não quer estar em sala de aula, então ele é mandado para a sala de vídeo ou, biblioteca.

Repudio esse apadrinhamento por duas razões: primeira, estas pessoas que ficam lotadas nestas salas não querem dar aula, e são colocadas na biblioteca porque sabem perfeitamente que ficarão ociosas, porque esta sala não é trabalhada. Segunda razão de repúdio, é porque estas pessoas que são colocadas nestas mesmas salas são apadrinhadas, usufruem de privilégios políticos. Esses espaços deveriam ser bem trabalhados, no entanto, não o são, porque servem apenas para acolher os afilhados políticos, e na sala de aula, eles têm trabalho. Na Escola, muito se reclama da falta de leitura dos alunos, e o lugar ideal para exercitar essa leitura seria a biblioteca, mas, no entanto, não o é, porque deveria ser ocupada por pessoa

habilitada para fazer o trabalho, e as pessoas que estão lá, são as indicadas e não as habilitadas.

Estes espaços foram criados pelo Pe. Pelonha, quando estava Diretor desta Escola, através do Projeto Político-Pedagógico, em que foram criadas as salas de leitura, sala de vídeo, sala de reforço, foi estruturada e reformada a biblioteca e tudo funcionava, as pessoas que eram selecionadas para estas salas, iam a partir de critérios rigorosos, nunca para serem acolhidos como afilhados políticos.



**Figura 92** – Reunião com a Comunidade  
**Fonte:** Arquivo Pessoal.

Existem as salas com seus representantes, apenas lotam os professores nessas salas, mas eles não desempenham suas funções. Na verdade, nada muda, o que está faltando é este Projeto Político-Pedagógico definido no papel, porque essa história que existia, mas que ninguém nunca viu, não tem, nem se faz, e ficam todos falando e repetindo a mesma coisa. Sem que se faça algo, nada vai mudar, tudo vai continuar como está, até quando, não sei. A Escola, desde que o Pe. Pelonha saiu da direção em 2005, não tem um Projeto Político-Pedagógico e, diante disso, tudo é esfacelado, cada um fazendo o que quer e como quer.

A diretora atual é advinda da falta de pessoas indicadas politicamente pelo Prefeito, na gestão atual. Ela não votou no Prefeito, mas a situação da Francisco de Assis chegou a tal ponto, que ele teve que pegar de qualquer lugar uma pessoa, para ver se contornava o desastre da escola. Ele a convidou, na tentativa de amenizar esta situação.

Politicamente, em relação ao poder da diretora, eu acho que ela tem até uma autonomia, o poder executivo não interfere no sentido de dizer:- olha, você só vai fazer o que eu mandar. A questão é que ela não tem domínio, manejo em lidar com estas pessoas. Digamos que ela não saiba lidar com estas dificuldades dentro desta divisão política. A diretora, como já disse, é limitada e, humanamente, não tem as condições mínimas para administrar uma escola, ela permanece, porque a questão financeira é levada em consideração, juntamente com a questão política. Foi unido o útil ao agradável.

Não existe a política da mudança, mas existe o problema que é antigo. Muito se fala e pouco se faz. O que está faltando? Um Projeto Político-Pedagógico que vise a melhorar a qualidade do ensino. Eu acredito que o problema da Escola esteja na desorganização profissional, na falta de compromisso, de responsabilidade e de consciência do professor.

Diante desta realidade que é assustadora, eu me pergunto constantemente: será que o fracasso da escola, neste Município, está relacionado à escolha da profissão, por estarmos em um lugar carente, sem perspectivas de vida, sem fontes de rendas alternativas para se ter o minimamente possível, para a sobrevivência dos indivíduos? Ser professor, nesta cidade, seria uma opção ou falta de opção? Para a maioria dos professores é falta de opção. A opção seria apenas para se fazer o concurso. Eu acredito que a maioria esteja na profissão por não ter outra renda. Eu já ouvi vários professores dizendo que se tivessem outra coisa para fazer, não seriam professores, então, não pode ser opção. É professor porque não tem outra profissão.

A autoridade de um diretor está na sua própria personalidade, não é aqui uma questão de autoridade para impor, mas autoridade para comandar, para coordenar, para orientar, para gerir. Uma escola pode ser democrática com o diretor indicado e pode não ser democrática, com o diretor eleito; vai depender da pessoa do diretor; ele sendo eleito, não significa que ele vá ser democrático, de forma nenhuma. Pode até ser um ditador, ou pode nem gerir. Nós já tivemos essa experiência neste município nas duas escolas da Rede Estadual de Ensino. Ele pode ser indicado e pode ser democrático. O processo democrático se faz através da participação. Sonho com uma escola onde todos participem e que haja, de fato, engajamento, envolvimento de toda a comunidade escolar, e que tenha a colaboração da sociedade, uma escola que funcione, com tudo o que nós já discutimos aqui.

## 10.1 Na Ausência de uma Profissão, ser Professor

Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. (Paulo Freire).

Considerando que a crise econômica gera desemprego, milhares de desempregados atraídos pelos anúncios que trazem ofertas de empregos oferecidos pela iniciativa privada, em todo território nacional, ficam aglomerados nos portões das mesmas, numa violenta batalha, a contar com os que madrugam ou pernoitam na garantia dos primeiros lugares, na tentativa de serem os contemplados com um novo emprego, submetendo-se às maratonas de exames, entrevistas, testes de aptidão e algo mais, ainda que a remuneração não seja das mais atraentes, mas, o estar desempregado, incomoda, e faz com que o cidadão busque através do seu trabalho uma remuneração que lhe seja capaz, pelo menos, de suprir com suas necessidades básicas para sua sobrevivência, onde na maioria das vezes, como garantia desta sobrevivência, aceite o primeiro emprego que lhe oferecem, mesmo que ainda lhe seja o primeiro emprego.

Parece-nos fácil compreender as profissões que são escolhidas nesta perspectiva, não? E os mesmos desempregados que se encaixam dentro dos critérios dos editais dos atraentes e buliçosos anúncios dos concursos públicos, que pleiteiam uma vaga para a profissão professor, também atraído pelo “público” que traz uma conotação mais atraente; público como sinônimo de estabilidade profissional.

Escolher a profissão professor, por este prisma, apenas, por falta de oportunidade de emprego, é um atestado, prévio, de garantia, para um possível fracasso e descontentamento da profissão, nos primeiros anos, com fortes possibilidades migratórias para outras áreas profissionais socialmente reconhecidas e economicamente rentáveis. A partir destes fatos, postulamos quando dizem:

“professor não é profissão, é bico”. Ainda que, referindo-se a um “povo” de outra nacionalidade, em nada se distancia da nossa realidade a discussão trazida por Nóvoa (1995), a respeito da questão discutida, afirma:

Inicialmente, a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ‘ocupação secundária de religiosos’, ou seja, desenvolveu-se de forma não especializada. Na segunda metade do século XVIII, na Europa, houve uma substituição desses professores religiosos por professores laicos, porém isso não significou grandes mudanças nos princípios originais da profissão, isto é, o professor ainda era visto como um padre. (NÓVOA, 1995, p.15).

Adorno (2006) concorda com essa afirmação ao citar que ‘os professores são heranças dos religiosos’. Ambos os autores relacionam essa origem com uma visão da profissão como um sacerdócio, ainda hoje disseminada na população. É bem verdade que, além desse passado primordial da profissão, o ensino sempre esteve, de alguma forma, ligado às instituições religiosas. Triviños (1998) ‘ressalta que as primeiras instituições de ensino da América Latina estavam ligadas à ordem religiosa Franciscana’.

Se considerarmos que ao fracasso da profissão está implícita a vocação por assumi-la como um sacerdócio, quando antes as ordens religiosas obrigavam seus padres, ou religiosos, a exercerem a profissão, que eram assumidos integralmente por suas congregações, o professor, hoje, não usufrui deste privilégio, pois está socialmente inserido em suas obrigações e necessidades pessoais e familiares, e quanto ao Sacerdote por vocação, nem ele mesmo, em sua maioria, assume a profissão professor, mesmo como “ocupação secundária de religioso”. A discussão acima é para mais uma vez trazer à reflexão quanto às motivações para a escolha da profissão professor. Quanto à escolha, assim afirma Paloma:

Eu me tornei professora ao cursar o magistério, não tinha outra opção, era o único curso oferecido em nível médio. Fiz o curso e a partir daí tomei gosto pela profissão, iniciando minha vida profissional como professora em 1972, lecionando nas séries iniciais. [...] Era extremamente difícil lidar com a Diretora [...]. Diante dessas atitudes, eu percebia que ela agia com medo, com

insegurança. Insegurança de não agradar e medo de perder o emprego.

Medo, o que é o medo? Do que temos medo? Não deixa de ser intensa e vasta a literatura que disserta sobre esta temática, onde quer que estejamos. Falar do medo é, antes, falar do medo social, das fobias sociais, como medo de perder o emprego, medo de passar fome, medo de ser desagradável com seus chefes, enfim. Tantos são os nossos medos que somos constantemente bombardeados pelos medos dos medos, deixando-nos fisicamente e emocionalmente debilitados e desequilibrados. Jean Delumeau em seu livro *História do medo no ocidente*, já havia afirmado:

[...] há um vazio historiográfico sobre o tema do medo nos estudos acadêmicos, um vácuo que até hoje não foi completado e cujas lacunas merecem ser preenchidas para que possam permitir uma nova interpretação dos fenômenos históricos, sociais e políticos que nos cercam um olhar a partir de um novo ângulo que leve em conta o poder do medo enquanto uma poderosa ferramenta de controle. Neste sentido, utiliza-se do poder para impor no outro o medo, sobretudo, se o outro é um subordinado, é desfavorecido em suas condições sociais e por razões quaisquer é coagido a um mero e desgraçado escravo do medo que lhe aprisiona e lhe encarcera na mendicância renegando a própria dignidade. A esse propósito justifica o medo imposto pelos que detinham o poder. (DELUMEAU, 2009, p. 17)

O medo em sua natureza, ainda é visivelmente vergonhoso e mediante as situações extremas descaracteriza-se em função das necessidades, mascara-se nos submissos e humilhantes constrangimentos quando se trata de perdas e, sobretudo, perda de emprego, e isto é característico para qualquer mortal, nas condições desfavoráveis do ponto de vista econômico, atrelado à dependência da mesma.

A dependência política atrelada às condições econômicas, à troca de favores, ao favorecimento, aos privilégios e às garantias de emprego, mediante o apadrinhamento político, faz com que, em qualquer repartição pública, os profissionais indicados pelas forças políticas locais, por serem subalternos das condições sociais, nada mais façam do que representarem seus senhores, na iminência de fazerem permanecer as ordens políticas, como garantias de seus



empregos, e o profissionalismo naufragado na melancolia da cega subserviência, passa a ser desconsiderado em seus compromissos profissionais, e o bem comum é sumariamente digerido pelos ambiciosos anseios pessoais. Neste sentido, compreendemos as insatisfações da Paloma, quando esta se lamenta diante da suposta chefe e diretora que vivia na dependência, pendurada em seu visível fracasso: “A Secretaria de Educação dava autonomia para os diretores e ela não fazia uso dessa autonomia em função do medo ou por querer agradar à Secretaria, como garantia para não perder o emprego”.

O homem, por sua natureza, é conflitante e resistente, simplesmente pelo ato de existir. As resistências são categorias humanas implícitas na vontade e no querer, diferentemente de outros animais que simplesmente querem, são detentores da vontade instintiva, o homem por sua vez, não lhe basta apenas a vontade, mas o querer que lhe aguça. Quando ao homem lhe são impostas vontades que não exatamente as suas, ele resiste. É a resistência o porvir dos conflitos pela inconveniência. Quem resiste está na condição de inconveniente. Contrariamente, a propósito da conveniência, Certeau (1999), ao lidar com o comportamento enquanto ação do indivíduo num lugar pré-estabelecido, em questão ao bairro, (que poderia ser outro lugar que fosse regulador dos comportamentos), ao dissertar sobre a definição do bairro, afirma:

[...] como uma ‘organização coletiva de trajetórias individuais: que ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ na proximidade para atender as suas necessidades cotidianas’ onde o indivíduo obrigado a respeitar as normas para o bom andamento. O indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí. Neste sentido o indivíduo tem a obrigação de se encaixar na rotina ou, ao que foi estabelecido como regra que não deverá ser transgredida. Mesmo que a resistência seja a não aceitação de uma regra ou uma norma que necessariamente não esteja vinculada a sua totalidade, é preciso paciência, ou melhor, conveniência. (CERTEAU, 1999, p.46-47).

Dos mecanismos de defesas, a conveniência é legitimada na arte de ser fria e oportunista no saber lidar com situações extremas, sobretudo, se a estas situações estiverem intrínsecas as relações de sobrevivência. Se assim estiverem, são

sinônimas de espertezas e falso bom senso na arte de se dar bem. Consideramos que neste sentido, conveniência poderia ser uma estratégia<sup>31</sup>.

Ainda, neste contexto de conveniência, (Certeau, 1999, p.55) adverte-nos que, para se manter “conveniente, é preciso saber jogar o perde-ganha, não exigir tudo imediatamente”. Se o bairro poderá também ser chamado de escola ou espaço escolar, igualmente ao bairro, há circulação de pessoas, as ideias contrabandeadas dos interesses particulares e a imposição de crenças e valores transformados em normas. É nos jogos de interesses, que nem sempre refletem a coletividade, que vemos emergir as resistências que se acentuam no câmbio negro dos conflitos de interesses de cunhos político-partidários. É preciso mudar as estratégias<sup>32</sup>, para calar os conflitos ou estes permanecem independentemente. Na fala da colaboradora Paloma, visivelmente, estão presentes as noções de estratégia e conveniência nas relações dos sujeitos em suas zonas de conflitos na luta pelos seus espaços:

Eu diria que a partir da convocação dos concursados não existiam conflitos, e existiam sim, porque eram seres humanos e são conflitantes, mas até que havia um relacionamento amigável. Havia discórdia, claro, porque entre pessoas, sempre há.

Se o fracasso da educação neste município está relacionado à influencia política da política partidária que “copula” a educação na velha e arcaica prática da troca de favores, do apadrinhamento, dos privilégios concedidos a correligionários, do nepotismo, das manobras políticas que favorecem a corrupção e a impunidade, do silêncio em troca de emprego, das indicações políticas como garantias de campanhas bem sucedidas, compra de votos, diretores submissos, testas de ferro, secretários omissos e coniventes, falta de emprego e políticas públicas para moradia e educação, melhores condições de vida para quem vive à mercê da própria sorte, naufragada, nos bilhões de metros cúbicos de água da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, urge por medidas radicais, na tentativa de se separar, divorciar, de uma vez por todas, a política partidária da educação. Neste âmbito, afirma Paloma:

---

<sup>31</sup> Estratégia aqui, entendida e compreendida com a noção que está em Certeau, 1999.

<sup>32</sup> Michel de Certeau, 1999, p.102.

O problema da Escola Francisco de Assis, é uma questão de mau costume, estão acostumados ao apadrinhamento e aos privilégios políticos, por isso, a falta de compromisso. [...] Alguns professores, há tempos que não estão em sala de aula, porque votaram no Prefeito atual ou porque são amigos ou amigas da Secretária de Educação e tem que ter lugar especial, vai para a sala de vídeo ou biblioteca. Existem casos em que os professores são escolhidos por apadrinhamentos políticos, para trabalharem em determinadas salas, antes mesmo de se fazer a distribuição de classe.

Não nos basta, tão somente viver a vida, sem que dela participemos ativamente com o intuito da conformidade, é preciso estar fora da janela para percebermos o que de fato somos, e qual a participação de cada um de nós, na construção de novos espaços. Precisamos estar atentos ao que devemos ser, frente às transformações que queremos de um mundo melhor, com a participação consciente dos que enveredam pelos caminhos da descontinuidade, fazendo surgir o novo, e o novo esperado será o diferencial que faz da mesmice, a possibilidade de novos olhares para onde, antes, não tivemos despertada nossa atenção, nos recantos sombrios da vida, sem percebermos que nestes, havia vida atenta ao nosso olhar.

Neste sentido, o capítulo a seguir, não nos deixa dúvidas de que urge o olhar para a descontinuidade, frente à subserviência de quem só aprendeu a se beneficiar dos meios que lhe eram convenientes, e a opção da convivência, uma estratégia, que deverá ser compreendida por quem não mais está na janela, mas fora dela.

## **11 O TRAUMA QUE LEVO DA MINHA VIDA NA PROFISSÃO DE PROFESSORA É NÃO TER SIDO COMUNICADA COM ANTECEDÊNCIA DA MINHA EXONERAÇÃO**

Sou Sebastiana Lins Pena, natural de São Rafael/ RN. Sempre morei nesta cidade, só na adolescência residi por um ano em Vitória/ ES. Estudei o 1º e o 2º Graus em Natal/RN. Minha família é natural de São Rafael. Atualmente, sou diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Francisco de Assis de Souza. Já assumi a pasta da Secretaria de Educação, fui diretora de uma Escola da Rede Estadual de Ensino, supervisora, professora e já trabalhei em vários cargos dentro da Educação, assumindo várias funções. Sou professora aposentada com 42 anos de profissão.

Por necessidade e por falta de opção de emprego, no município, e para ajudar a minha família, iniciei minha vida profissional quando adolescente, como professora leiga, aos 16 anos de idade, estudando o Ensino Fundamental I.

A primeira experiência em sala de aula foi no ano de 1970, por meio de uma seleção de candidatos. Para participar, era necessário apenas que a pessoa fosse alfabetizada. Cinco anos depois, fiz Ensino Fundamental II (ginásio), na cidade de Angicos/RN, e me submeti ao exame de admissão no ano de 1973.

Em 1974 foi inaugurada a Escola Francisco de Assis e lá continuei meus estudos. Estudava e lecionava na Escola Estadual Tristão de Barros e fui contemplada com uma bolsa de estudos; fui estudar o magistério, que na época chamava-se Curso de Habilitação; era um curso provisório de 8 (oito) horas diárias, durante um ano e meio. Sendo professora do Estado, a bolsa foi financiada pela Secretaria de Educação e por isso fui estudar na capital. Fui admitida como professora pelo Estado através de um convite da diretora que na época era uma parente, não foi por seleção, nem por concurso, que àquela época não havia. Entrei nesta Escola como Professora em 1973, e fiquei até 1998, quando fui aposentada.

Na época, uma pessoa, para assumir a direção de uma escola, tinha que ter alguém que tivesse afinidade com o Governador. Com a mudança geográfica da cidade, no primeiro mandato do Prefeito Bruno, o então Governador era José Agripino Maia que estava coligado com o Prefeito e a pessoa que estava na direção

era do outro partido, e para tirá-la, me indicaram. Quando um político fazia a indicação de alguém para um cargo público e, para a direção de uma escola havia, sem dúvida, por trás disso, a motivação política.

Obviamente, no Município, havia pessoas com qualidades e com as mesmas competências para assumirem a direção da escola, mas o que se levou em consideração para a minha indicação foi o fator político; minha família, por ser numerosa, e por ter um número maior de votos, teve influência, e isso foi levado em consideração em relação às demais pessoas, que poderiam também ser especificamente indicadas. Quando esse político me convidou para assumir a direção desta escola, eu cheguei a dizer que não queria, mas claro que eu desejava.

Como eu sabia das motivações para a indicação, eu me valorizei e, com isso, me foi feita outra proposta: assumir a direção da Escola do Estado e a Supervisão na Prefeitura. Foi assim que eu entrei no ano de 1983.

Nós chegamos aqui em janeiro, com a mudança geográfica da cidade, e a escola só passou a funcionar a partir de maio. Assim sendo, fui a primeira diretora da Escola Estadual Tristão de Barros, aqui na nova cidade. Sem entender o que era o trabalho de uma supervisão, eu orientava os professores da zona rural e me reunia com eles às segundas-feiras, no dia da feira, para fazer o planejamento das aulas. Se eu não entendia de planejamento, quem menos entendia eram os professores.

Embora tivesse sido indicada por forças políticas locais até acumulando funções, eu nunca me envolvi partidariamente na política, tendo que me declarar, publicamente, em quem eu iria votar. O Prefeito não tinha uma pessoa para indicar e me indicou para assumir a supervisão. Mesmo leiga, eu sabia fazer um plano de aula, daquela época, claro. Eu sempre fui uma pessoa que procurei lutar pelas minhas qualidades, mesmo que o povo me usasse para fins políticos. Fui Secretária e indicada por forças políticas para Direção da Escola Estadual Tristão de Barros e para a Direção da Escola Municipal Coronel Luiz de Barros. Fui Secretária de Educação, Coordenadora Pedagógica, Supervisora e para esta escola, EMFAS, não foi diferente. Segundo o Prefeito, eu seria indicada porque ele estava para ser chamado pela Justiça.

Era consciente de que não estava preparada para assumir uma direção de Escola, hoje em dia, tudo está mudado e diferente. A metodologia mudou e eu sou tradicional, eu não acompanhei a mudança; em 1997, fui demitida e em 1998 fui aposentada, ficando em casa durante cinco anos. Quando o atual Prefeito me

convidou para assumir esta escola, eu disse pra ele que só sabia administrar à moda antiga, essa moda de projeto, essas coisas eu não sei. Mas quem acompanha é quem faz, são os supervisores e coordenadores pedagógicos, eu só tenho que dar o apoio e as condições para que as coisas aconteçam. Eu assumo, a minha situação é essa; um pouco atípica da situação das outras escolas, onde a maioria dos cargos comissionados é por indicação política e que, às vezes, as pessoas não dão conta.

Como já disse, fui indicada para vários cargos comissionados, mas nunca fiz campanha para nenhum político; do jeito que eles querem, não. Eu vou para os comícios porque eu gosto do moído, da participação dentro dos movimentos, do frevo. Eu participo à minha maneira, não sou obrigada a participar, e se me chamarem obrigada, eu não vou, e só vou para o lado do meu partido, se tiver movimento do outro lado, eu não vou, porque nem tudo o que eles dizem no palanque se escreve, tanto é que não dou muita atenção à conversa deles. Eu não brigo por política, nem na minha adolescência que eu era ala-moça; a gente fardada, gritando e puxando as pessoas que estavam de fora para entrarem no frevo. Eu fui dessa época. Aliás, todas as minhas irmãs.

Depois do magistério, em 1978, me submeti ao vestibular. Fiz dois vestibulares para Pedagogia e não obtive êxito, na terceira tentativa, fiz para História e fui aprovada, tenho Licenciatura em História. Fiz a faculdade de História na UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), na cidade de Açu-RN, no período de 1981 a 1984.

No Município, fui Secretária de Educação, por indicação do antecessor; Armando Pereira, que ficou interinamente no lugar de sua esposa Helena. Quando ele deixou a Secretaria para se candidatar à vaga de Vereador, me indicou e dois meses depois o Prefeito me exonerou. Deste modo, voltei para a minha antiga função que era de Coordenadora Pedagógica. Fui exonerada da pasta da Secretaria de Educação por causa da indicação de outra Secretária. Houve uma negociação política e o outro que apontou a candidata era mais forte do que o que havia me indicado.

Os atuais acordos políticos favoreceram esta outra pessoa que indicou a outra Secretária. Foram dois meses apenas na pasta. Eu diria que tudo é experiência. Em parte, eu tinha autonomia para resolver os problemas internos da Secretaria. O que era externo à Secretaria era a quantidade de combustível para cada veículo, e o Secretário de Finanças autorizava. Em relação a outras coisas, eu

não tinha autonomia, e quando chegava alguma coisa era só para eu assinar. Não sei de fato se os recibos que vinham para eu assinar com o consumo do combustível eram de fato da Educação, eu não tinha acesso, não tinha como saber, apenas diziam e eu assinava.

Eu assumi a Secretaria em abril e fui exonerada em junho, só foram dois meses. Enquanto estava na pasta, considero que minha relação com os diretores era boa, eu me dava bem. Com o Prefeito era estritamente profissional. Eu tinha acesso aos recursos destinados à Educação, porque ele me dava a receita do mês e determinava em que eu poderia gastar. Eu fazia o processo das despesas, assinava os cheques e entregava ao Secretário de Finanças. Não tive acesso ao dinheiro, só às notas. Havia uma restrição para o combustível, eles destinavam uma quantia para ser usado nos transportes da Secretaria de Educação e, é claro, que a gente tinha noção da quantidade. Ou seja, a quantidade de combustível que cada veículo usava naquele período e que, às vezes, se excedia, a gente sabia que aquele combustível não tinha sido usado nos veículos da Secretaria, era muito combustível.

Eu cheguei a conversar com o Prefeito e disse a ele que assim, não! Mesmo que tivessem usado esse combustível para outra Secretaria ou para onde fosse. O acesso que eu tive a esta pasta, foi o do curto período que eu passei lá e mais nada. Depois que saí da Secretaria, me mandaram alguns cheques para eu assinar. Foi rápida minha permanência na Secretaria, o que eu queria fazer não deu; as reformas nas escolas. Se disser que foi frustrante essa experiência, não, eu acho válida. Tudo o que eu passei na minha vida me serviu de lição. Mas o que fica de frustrante, não foi o pouco tempo que eu passei como Secretária de Educação, mas a maneira como nos tratam, a gente é descartável, não servindo mais aos interesses políticos, mandam embora.

Eu sabia, sei e continuo sabendo que cargo comissionado é cargo provisório, mas se um político me convida para assumir um cargo, eu acho que ele, também, deveria me comunicar para deixá-lo. Eu acredito que o trauma que levo da minha vida, na profissão de professora, é não ter sido comunicada com antecedência da minha exoneração. O único trauma que levo da minha profissão é esse, porque quando fui convidada para assumir, foi com antecedência, me perguntaram se eu queria ou não. No momento de eu deixar, simplesmente, fui comunicada para levar um documento ao prefeito e não era nada disso, era a minha exoneração. Foi a



maior humilhação profissional dos meus 42 anos dedicados à educação nesse município.

Estou na direção desta escola desde o ano de 2010. Quando o atual Prefeito me convidou, eu já estava trabalhando na Secretaria da Escola, porque quando fui exonerada, me removeram da função e do local de onde eu estava que era a Secretaria de Educação, e me mandaram para esta Escola para ser Auxiliar de Secretaria, ou melhor, me mandaram para esta Escola e ao menos me disseram qual seria a minha função, nem mesmo a Diretora sabia.

O Prefeito me convidou para assumir a Direção, porque o devaneio do Diretor estava gerando denúncias junto ao Ministério Público e ele estava sendo intimado pela Justiça. Os pais dos alunos estavam denunciando porque percebiam que a administração do Diretor não estava coerente como deveria ser. O Prefeito não entrou em detalhes. Eu atribuo isso ao fato de ele ser muito jovem; era adolescente e fez preferência por um grupo de jovens.

A Escola era muito grande, muitos problemas e ele não sabia administrar; lidar com o pessoal. O vice-diretor também era muito jovem, e muitos problemas surgiram com ele, em momento de desespero, pegou um aluno que estava dando trabalho e levantou-o pelo pescoço, soltando-o bruscamente no chão. Esses dois jovens foram indicados para a Direção da Escola não por competência, mas pelos mesmos moldes anteriores, que serviam de critérios para a escolha, indicação e nomeação dos diretores: a motivação política.

Um dos jovens era sobrinho de Cabral de Melo que é uma das lideranças políticas deste Município, e o outro, é filho de Severina Torres que é uma forte aliada política e amiga de uma pessoa de confiança do Prefeito. Eram apadrinhados por Jovelino, que hoje é o “braço direito do Prefeito”. Não analisaram, nem levaram em consideração a imaturidade nem a incompetência que eles tinham. Por serem jovens demais, não tinham o amadurecimento para conviver com determinadas situações, que o Senhor que foi Diretor daqui, conhece mais do que ninguém a realidade. E agora está pior, por que aqui na Escola, já entraram: a droga, a prostituição e as gangues. Eu já fui pedir ajuda na Promotoria e na Polícia.

Tendo acompanhado a trajetória desses dois jovens e percebendo suas práticas e como eles lidavam no dia a dia na escola, tive a compreensão de que o Diretor, sobretudo, era possessivo, egoísta e muito fechado nas decisões, não juntava o grupo para discutir, ele chegava e dizia: é assim, e assim, e tudo deveria

acontecer como ele determinasse. Eu acho que a maioria via assim. Era autoritário e não percebia que a Escola não é o Diretor apenas, mas toda a Comunidade Escolar. Acredito que um Diretor seja autoritário porque seja próprio da pessoa. Eu às vezes sou autoritária porque a ordem exige, mas sei ser aberta quando preciso conversar e dialogar.

Esta é uma escola que se destaca no Município, por ser a maior entre as demais, com isso, são maiores os problemas e as dificuldades. Temos nesta Escola vários segmentos da Política Partidária local, com muito cuidado tento lidar com todos, procurando respeitá-los na medida do possível. Sinto que existe uma mistura de Política e Educação, como se necessariamente a Educação estivesse submissa à Política. Eu posso ser adversária e posso não comungar das ideias políticas, mas eu tenho que comungar dos objetivos comuns que é o funcionamento da minha Escola, e às vezes eles deixam a desejar.

Quando fazemos reunião pedagógica, em que planejamos as coisas para serem executadas na escola, na maioria das vezes, por pirraça, deixa de acontecer. Errar, eu erro, porque sou humana, mas com a minha longa experiência profissional, nunca deixei de fazer o meu trabalho. Tenho uma experiência de um vigia que vivia drogado pela rua, pediu licença e mandaram para cá, e eu disse que não queria esse funcionário aqui, junto a esses alunos adolescentes, que não daria certo, e se era para mandá-lo, podia deixar que o portão eu abria e fechava.

Diante do descaso gerado pela falta de compromisso dos professores, refletida nas resistências, eu não sei diferenciar e me fiz esta pergunta: - É a Diretora que os professores querem atingir? Porque como pessoa, eu não tenho nada contra nenhum deles. Acredito que as resistências se deem pela função de Diretora que exerço. Há muita gente que gostaria de estar na minha função, e por não ter sido indicada, se torna adversária. Existem pessoas que fazem e acontecem, mas quando assumem um cargo de confiança, mudam de tática.

Nos últimos dias, eu presenciei algo que foi extremamente decepcionante: um funcionário que era o cabeça das reivindicações me pediu para que convidasse o Prefeito para uma reunião na Escola, para mostrarem as necessidades da Escola, e fazia num tom de oposição; e na outra semana, já estava na situação, porque lhe deram um cargo de confiança. Acredito que os conflitos sejam políticos e em função do cargo que exerço, como também, acredito que haja influência política em toda a administração pública, e na prática pedagógica do Diretor, principalmente.

Diante da força ou do poder político do Diretor, é como se os professores na minha frente me respeitassem, de maneira que os conflitos não chegam diretamente, e sobre esse assunto, o senhor o conhece bem, pois já sentiu na pele, quando Diretor desta Escola. Existem muitos grupos políticos aqui dentro e não percebem que no espaço escolar a política é coletiva, é comum, e não partidária. Diante de tudo isso, acredito que no espaço escolar, deveria se pensar numa forma de administração que fosse mais democrática e participativa, por isso, acredito que se o Diretor fosse eleito, seria o correto.

Ainda não estamos preparados para uma escolha democrática, porque, mesmo que seja escolhido pelo voto, existem as facções que vêm para dentro da Escola e fazem acontecer a mesma coisa. Por exemplo: na Tristão de Barros e no Claudeci há eleição para Diretor, nem por isso mudou a escola, as pessoas não mudaram. Não é diferente de uma eleição do Poder Executivo, existem lá os dois grupos e a mesma divergência, como se fosse para um cargo eletivo político. A questão não está no fato de o Diretor ser eleito, indicado ou concursado, está na consciência de quem está sendo indicado de um lado e do outro de toda a comunidade escolar. Não vivenciei a eleição na Escola Tristão de Barros, acompanhei de fora, e percebo que a administração destas Escolas não é diferente da minha, em que sou indicada por forças políticas. Lá, a eleição existe, só que os conflitos continuam.

### **11.1 O Trauma e a Decepção de quem aos 16 (dezesseis) anos iniciou na Profissão para ajudar a família**

Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, pelas causas que comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isso não importa. Horrível seria Ter ficado ao lado dos que venceram nessas batalhas (Darcy Ribeiro)

Não será motivo de estranhamento a nenhum de nós, quando em contato com pessoas que tenham idade acima de 50 anos, nordestinas, do interior do

estado, do meio agrícola, dizerem que iniciaram cedo no trabalho duro para ajudar aos pais, mesmo que esse trabalho não tenha sido dos mais fáceis de ser executado, nem tampouco podemos considerar como uma atividade estritamente masculina, como se fosse privilégio de gênero.

Diante das dificuldades das numerosas e pobres famílias nordestinas, que se destacam em relação a outras partes do Brasil pela quantidade de filhos, é comum os relatos de mulheres que deram à luz 22 (vinte e dois) filhos e somados a estes, mais dois ou três abortos “espontâneos” e, na maioria das vezes, coagidas pelos “ignorantes esposos”, que tinham a compreensão de que a quantidade excessiva de filhos formava uma família, tendo seus patrões coronéis o controle da mesma, quando de posse do “Livro de Registro de Nascimento”, para seu controle pessoal da natalidade de seus potenciais eleitores. Igualmente “natural”, é encontrarmos pessoas com a data de nascimento alterada em seus “Registros”, para atenderem aos caprichos de desonestos patrões políticos que negociavam o voto do empregado mesmo que não tivesse a idade correta para votar como se o mesmo fosse mercadoria; e o era de fato.

Ainda que, economicamente, pobre, fosse a família, mas numerosa em filhos, aos olhos dos maldosos “patrões” e donos do gado que em potência no “curral”, em um futuro breve e abreviado, seriam seus rentáveis eleitores. Diante da ignorância e do acesso à informação, como dito acima, não estranho, ou mesmo de se estranhar com famílias a essa época, tão numerosas. Neste sentido, Miriam L. Moreira Leite, (1997, p. 27) ao refletir a “história da infância” no Brasil, a partir dos mais diversos relatos dos viajantes estrangeiros, que representavam a criança brasileira, ainda que equivocadamente e limitado, e, em se tratando da “fecundidade”, a autora nos apresenta um “fragmento” de um relato de viajante que se diz:

As brasileiras são extraordinariamente fecundas. Não raras famílias, têm 12 e até 16 filhos. Contaram-me que uma mulher teve 33! Os partos infelizes são verdadeiras exceções e geralmente de estrangeira. (Carl Schlichthorst, 1826, p. 92-3 Apud, Miriam Leite.).

Sendo tais famílias numerosas e, economicamente pobres, não tinham outra opção a não ser forçar os filhos mais velhos, embora, ainda crianças, ao trabalho duro, árduo e pesado, independentemente do gênero. Assim, compreendemos a

submissão e a humilhação, em sua raiz, tendo como berço, a própria família, que ensina a seus filhos, a arte de mendigarem favores políticos.

Situando-nos, especificamente à época, o porquê das jovens adolescentes alfabetizadoras, sem outra opção de trabalho, que não fosse ser professora, a profissão não fora escolhida, mas imposta pelas necessidades de ajudar a família. Acredito que, dificilmente, nestas condições, se tenha escolhido a profissão que não tenha tido como motivação as condições econômicas. A profissão professor, escolhida por falta de opção, é igualmente válido dizer que foi a profissão que escolheu a jovem professora. Desta forma, estar na profissão, é duplamente penoso; por ter havido motivação política, interesseira na fidelidade do voto como garantia da permanência e a responsabilidade precoce em ajudar financeiramente a empobrecida família. Nossa colaboradora, Sebastiana, assim, afirma:

Por necessidade e por falta de opção de emprego, no município, e para ajudar a minha família, iniciei minha vida profissional quando adolescente, como professora leiga, aos 16 anos de idade, estudando o Ensino Fundamental I.

Se a história dos vencedores é a história linear, a história da continuidade se faz pelos vencidos. Mas quem são vencedores e vencidos? A história dos vencedores é a que ganha notoriedade. A outra, por si só, nas contradições, perambula nas narrativas e nos imaginários, nos delírios e no romantismo dos sonhos de silenciados sonhadores. Se a compreensão que temos de estar ao lado dos que se dizem vencedores for, simplesmente, o fato de estarmos ao lado desses, na garantia de benefícios a nós mesmos e aos nossos, seremos decepcionados e traídos pelas nossas ambições. Na compreensão do termo “bajulador” ou, especificamente, o casual usado na linguagem nordestina “puxa-saco” refere-se aos oportunistas que se juntam, ou ficam ao lado dos que se dizem serem detentores do “poder”, com o propósito de privilégios pessoais. Contrariamente a estes, o Apóstolo Paulo, na Carta aos Coríntios, Capítulo 1,19-22, justificando sua opção de estar ao lado de quem quer que fosse, diz:

Porque, sendo livre para com todos, fiz-me servo de todos para ganhar ainda mais. E fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus; para os que estão debaixo da lei, como se estivesse

debaixo da lei, para ganhar os que estão debaixo da lei. Para os que estão sem lei, como se estivesse sem lei (não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo), para ganhar os que estão sem lei. Fiz-me como fraco para os fracos, para ganhar os fracos. Fiz-me tudo para todos, para por todos os meios chegar a salvar alguns. Não se trata aqui de privilégios ou merecimentos para si, pois o que está em evidencia é o bem comum, embora seja uma linguagem de cunho teológicoespiritual, em que o propósito é ganhar todos para Cristo.

Por que, igualmente, não o fazemos quando estamos ao lado dos detentores do poder? Nisto, afirma Sebastiana:

Fui Secretária de Educação, Coordenadora Pedagógica, Supervisora e para esta escola, EMFAS, não foi diferente. Segundo o Prefeito, eu estaria sendo indicada porque ele estava para ser chamado pela Justiça. Era consciente de que não estava preparada para assumir uma direção de escola, hoje em dia, tudo está mudado e diferente.

As motivações políticas e o apadrinhamento na indicação dos diretores deixam de considerar o básico do essencial que é o conhecimento que um diretor precisa ter, não bastando entender de educação, mas de gestão de recursos humanos e financeiros, além de demonstrar liderança. É lamentável o continuísmo de tal prática, e isto vai demonstrar a falta de vontade política das atuais administrações, em mudar uma cultura desfavorável para a transparência no interior de nossas escolas, como também, é lamentável essa prática que demonstra o velho fisiologismo (ato político em benefício próprio) praticado por políticos.

Se o diretor, por sua vez, é indicado por forças políticas por se tratar de um cargo de confiança do Prefeito, neste sentido, a polêmica ganha destaque mais acentuada quando Thaiz Gurgel<sup>33</sup>, justifica que “diretor é cargo de confiança, mas da comunidade”. Assim sendo, o que prevalece, neste município, é a indicação dos diretores, pela confiança dos seus apadrinhados:

---

<sup>33</sup>Thaís Gurgel Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/diretor-cargo-confianca-comunidade-423318.shtml>> Estabelecer critérios para a nomeação e exoneração de diretores nas escolas públicas agora é prioridade na agenda nacional. Entenda por que e participe do debate. Acesso em: 02 nov. 2012.

[...] Esses dois jovens foram indicados para a Direção da Escola não por competência, mas pelos mesmos moldes anteriores, que serviam de critérios para a escolha, indicação e nomeação dos Diretores: a motivação política. Um dos jovens era sobrinho de Cabral de Melo que é uma das lideranças políticas deste Município, e o outro, é filho de Severina Torres que é uma forte aliada política e amiga de uma pessoa de confiança do Prefeito. Eram apadrinhados por Jovelino, que hoje é o “braço direito do Prefeito”. Eram apadrinhados por Gilvan, que hoje é o ‘braço direito do Prefeito’.

A falta de opção para se escolher uma profissão, neste município, nos dias atuais, em nada tem se diferenciado de quatro décadas passadas. Ser professor nas reais e atuais condições é tão sofrido, o quanto é entrar em sala de aula. As resistências que fazem dentro do espaço escolar, poderíamos considerá-las como um desespero diante da situação desconfortável de ser professor. Acreditamos que diante da insatisfação com a profissão, não tendo como motivador principal o salário, mas o estar em sala de aula, com justificativas políticas partidárias que, por si só, não justificam as resistências, mas talvez pela insatisfação de não terem sido os indicados para direção.

A rede municipal de ensino nesta cidade, mantém a indicação política para o preenchimento do cargo de diretor e a única experiência de gestão democrática se deu em escolas da rede estadual de ensino, que dentro dos mesmos moldes da política partidária local, se fez a eleição para diretores com base na Lei complementar nº 290, de 16 de fevereiro de 2005, que em seu Art. 1º trata da gestão democrática das escolas da rede pública estadual de ensino. Com isso, dentre as três modalidades: diretor indicado, escolhido e eleito pelo voto, e concursado, a que menos aceitam e a que mais questionam é exatamente a que, aparentemente, parece ser a mais democrática. Nisto confirma nossa colaboradora:

Ainda não estamos preparados para uma escolha democrática, porque, mesmo que seja escolhido pelo voto, existem as facções que vêm para dentro da Escola e fazem acontecer a mesma coisa. Por exemplo: na Tristão de Barros e no Claudeci há eleição para Diretor, nem por isso mudou a escola, as pessoas não mudaram. Não é diferente de uma eleição do Poder Executivo, existem lá os dois grupos e a mesma divergência, como se fosse para um cargo eletivo político. A questão não está no fato de o diretor ser eleito, indicado ou concursado, está na consciência de quem está sendo indicado de um lado e do outro de toda a comunidade escolar. Não



vivenciei a eleição na Escola Tristão de Barros, acompanhei de fora, e percebo que a administração destas Escolas não é diferente da minha, em que sou indicada por forças políticas. Lá, a eleição existe, só que os conflitos continuam.

Para quem, na vida, só aprendeu a ser submissa, em troca de favores e vantagens políticas, em detrimento da desfavorável situação econômica, não galgou degraus na vida que não fossem humilhações e decepções, mesmo que tenha dedicado anos à profissão da qual sobrevivera. Se tentássemos compreender estas relações do ponto de vista da ciência social, não teríamos dúvida de que na arte da sobrevivência, arranjaríamos justificativas, ainda que não aceitas, como uma atitude eticamente correta. Na extremidade desta compreensão, está o que invalida tais atitudes, quando, ao custo da sobrevivência em vantagens individualistas, os meios passam a justificar os fins.

Neste contexto, as histórias que apreendemos na leitura deste capítulo, ainda que contraditórias, permitiu-nos acrescentar, outras tantas perguntas, mesmo que não tenhamos respondido a uma sequer. As evidências aqui explícitas das relações de poder, da autoridade incorporada às práticas da camaradagem, de submissão, das vantagens ilícitas, da decepção e da frustração a essa leitura, fizeram-se necessárias para que prestássemos atenção ao tipo de texto que foi lido: apresenta o texto, em sua forma, uma poesia, uma fábula, uma parábola, um relato “histórico”, uma carta, um canto de amor?

Em cada uma delas, a verdade é tratada de um modo que não é a verdade “histórica”, como gostariam os cientistas modernos e, sim, a verdade que se faz a partir da descontinuidade, do vir a ser, de milhares de histórias escondidas, porque não foram oficializadas em suas conjunturas; mas essa é a história que se faz a partir dos que não foram vencidos.

No entanto, com a pretensão de fornecer o entendimento necessário, porém parcial, para o desenvolvimento da trama que envolve práticas de poder, nas estratégias dos economicamente pobres, fazendo-nos compreender os meios de que se utilizam para a superação dos difíceis contrastes da pobreza, com a sutileza do entendimento e da compreensão dos atos dos que são protagonistas de suas histórias, nos possibilita que valorizemos suas experiências e estratégias de sobrevivência.

## **12 EU PODERIA TER FEITO OUTRA OPÇÃO, MAS NÃO COMPENSAVA FINANCEIRAMENTE**

Severino Pereira Silva é o meu nome e sou filho de migrantes rafaélenses, que como muitos, nesta cidade, foram para os grandes centros urbanos, no desespero de ter que sobreviver aqui como desempregados, e sem perspectivas, por causa das consequências da mudança geográfica da cidade que foi naufragada pelo ambicioso Projeto Baixo-Açu. Nasci e me criei na cidade de Natal/RN, em que vivi parte da minha infância e de onde tenho muita saudade.

Quando mudei, eu cursava a quarta série e fui matriculado na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, onde concluí o Ensino Fundamental, no ano de 1995. Nesta mesma Escola, iniciei o Ensino Médio no ano de 2000, e com a mudança do prédio e o término do convênio que havia entre as Secretarias, concluí na Escola Estadual Claudeci Ribeiro Torres, em 2002. Fui seu aluno enquanto você estava Diretor, não como meu professor. No ano de 2005, me formei em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Em 2006, prestei três concursos: um para professor neste Município e dois no Estado; um para professor e o outro para a polícia militar, e fui aprovado nos três. Decidi optar pela profissão professor em virtude da aprovação no concurso. Uma vez que eu fosse convocado por uma das duas aprovações, eu poderia acumular a função no Estado e no Município. Primeiramente, fui convocado pelo Estado e fiquei aguardando a convocação do Município, que aconteceu em 2010. Antes de trabalhar na EMFAS, eu já havia trabalhado numa escola particular com turmas de 5ª a 8ª séries, não havia a modalidade que hoje existe.

Tornei-me professor pela afinidade com a disciplina História, e quanto à escolha da profissão, foi pela possibilitasse de estabilidade de emprego. Considerando a escolha da profissão minha ascensão econômica, visei o fator financeiro, tendo em vista que estou num Município que não me oferece outra condição a não a ser a de ser Professor. Ao concluir os estudos, já estava clara a intenção de querer esta profissão, por considerar que seria uma área fácil para iniciar como profissional. Por isso, a escolha da profissão ligada à compensação financeira: dois contratos como Professor Efetivo.

Eu poderia ter feito outra opção, mas não compensava financeiramente. Se eu tivesse escolhido como profissão ser policial, eu não viria trabalhar nesta cidade, seria deslocado para qualquer cidade no Estado e, dificilmente, conseguiria conciliar outra profissão. Embora eu tenha prestado o concurso para lecionar história que é minha formação, não trabalho com essa disciplina, por uma questão financeira. Na distribuição das aulas optei ficar com Geografia porque a carga horária era maior. Trabalho em duas escolas com realidades bem diferentes; uma da Rede Estadual de Ensino e a outra, do Município. Estas escolas assemelham-se em suas dificuldades e problemas e, claro, nos conflitos. Contrariamente à Escola do Estado, na Escola do Município o diretor é indicado por forças políticas locais e os demais são concursados.

Sendo o diretor indicado, percebo que ainda estão inseridos, nesta Escola, os conflitos políticos, que quando alterados, envolvem a escola subdividindo os grupos dos que lá estão. São conflitos, em sua maioria, fincados no passado, e alicerçados nas bases da resistência, de maneira tal, que se tornaram comuns aos olhos de muitos pela maneira excessiva com que eles se fazem no dia a dia da escola. Se esses conflitos atrapalham ou não o andamento da Comunidade Escolar, é uma questão de visão do todo, sobretudo aqueles que provocam tais conflitos em suas práticas reprovativas de resistências.

Nós, professores concursados, nos posicionamos em relação ao diretor que é indicado de maneira respeitosa, até porque todos os indicados são taxativamente rejeitados. Essa rejeição se dá em virtude de determinada pessoa não ter sido indicada e manter-se silenciosa, não demonstrando essa intenção de querer ser uma administradora do espaço escolar. Pode ser que sendo implantado o processo de gestão democrática pela escolha do diretor, essas pessoas que se mantêm no silêncio, venham, livremente, candidatar-se dentro desse processo, já que não correriam o risco de pedirem para serem indicadas e lhes dizerem, não. A nomeação em si não causa problema, os que foram nomeados tiveram seus méritos. Claro que não vai haver unanimidade, se existir, é porque de alguma forma algo está errado. Entendo a unanimidade, porque nela se mostra estar escondido um suposto erro.

As críticas que se faziam aos que estavam na direção tinham caráter de inveja e por isso apontavam os supostos erros, não contribuía e se intensificavam nas críticas, porque o quanto antes as coisas dessem errado, melhor. Esse era um dos motivos mais explícitos pela antipatia que se tinha pelo diretor. Era um trabalho

coletivo para destruírem a administração daquele diretor, independentemente de quem estivesse na direção.

Geralmente, quando um diretor é indicado, nunca o é de dentro da escola, por causa das motivações políticas. Se porventura fosse do meio um professor, é possível que os conflitos e resistências fossem amenizados. É possível que o diretor fosse mais aceito e a escola mais democrática e dinâmica. Embora os diretores, quando indicados não sejam desconhecidos, e não pertençam ao quadro do funcionalismo efetivo, são todos do meio, da própria comunidade. Os mais conhecidos não chegam a causar tantos problemas. De qualquer forma, é preciso que para a escolha de um diretor, além de entender e estar envolvido com a educação, este tenha pulso, tenha as rédeas nas mãos para poder controlar os ânimos que são alterados, por falta de uma boa administração, de um bom diretor.

Atualmente, se reclama muito da família que está ausente da Escola, é necessário que se tenham práticas pedagógicas que possam refletir, tanto na comunidade escolar, quanto na que está fora dela. É preciso que se trabalhe com a comunidade escolar. No momento, estão fazendo parcerias com outros órgãos da administração pública e, nos últimos meses, tem havido aproximação entre os Secretários de Educação e Saúde, na tentativa de unir a comunidade com a Escola, através de ações que estão sendo desenvolvidas, unindo-se os pais aos filhos.

Ainda é visível a resistência que se faz à Direção da Escola, quando esta se propõe a realizar eventos. Há problemas que são crônicos: o envolvimento da comunidade escolar e sua participação. A direção, por não ter pulso firme com os professores, as tentativas de se fazer algo são frustradas, por não haver participação, nem envolvimento da comunidade escolar. Por não haver determinação da Direção da Escola, isto faz com que haja rejeição diante das propostas que não são convincentes e, simplesmente, são contrários a qualquer proposta, sem justificativa, mantendo-se resistentes à Direção da Escola. Por não assumirem seus compromissos, os Professores não se comprometem com a Escola, e não apoiá-la, é uma estratégia.

Há, na Escola, os que se fortalecem com a falha do outro e, por isso, torna-se necessária a imposição, o administrar, mostrar quem é que manda e quem é que está ali mandando. O autoritarismo se mostra com a necessidade de coibir a falta de comprometimento. Uma Direção que queira manter a ordem, ela tem que se impor, caso contrário, as coisas não funcionam. A bem da verdade é preciso diálogo, mas é

preciso que haja imposição. Dizer o que é para ser dito e fazer o que é para ser feito, mesmo com o uso da força, faz-se necessária essa imposição, para se vencer a resistência.

A prática de resistência mais usada no espaço escolar é o silêncio. O fato de discordarem é silencioso e depois respondem:- por mim, tanto faz. É nesse tanto faz que acabam empurrando com a barriga. Há ainda outra tática que se traduz em protesto, que é a ausência nas reuniões, e quando tentam justificar-se, dizem que não sabiam. Dizer que não sabiam e que por isso não fizeram é uma forma de resistência ainda muito usada pelos professores.

A equipe pedagógica que dá suporte à direção da escola é formada por Coordenadores Pedagógicos e Supervisores e são eles os que estão mais próximos dos professores, por não haver envolvimento da diretora, e isso faz com que algumas questões conflituosas sejam amenizadas, por não serem rebatidas diretamente com a diretora. Esta, por sua vez, se distancia dos professores como estratégia, com a alegação de que se envolverá apenas com as questões burocráticas. Mesmo com a aproximação de parte da equipe, impõe-se a necessidade de se combinar com a direção. Os Supervisores no espaço escolar lidam com os professores através do cansaço, aos empurrões. Da mesma forma que os Supervisores ficam preocupados, porque estão empurrando o problema dos professores com a barriga, estes, por sua vez, tentam empurrar uns aos outros na tentativa de que todos caminhem na mesma direção e no mesmo passo.

Sou um professor passível, compreensível, aberto para o diálogo, não sou de ficar combatendo com a direção, não sou o que está do contra, o questionador, o que está sempre refletindo as práticas do diretor; naquilo que interfere no meu trabalho eu falo, no geral, tento resolver as coisas no diálogo, não sou de ficar apontando os erros. Não represento os meus colegas com o meu ponto de vista. Eu sou mais de ficar observando, quando interferem na minha vida, discordo, quando não, é aquela velha questão, tanto faz, sou individualista.

Não acredito que uma escola seja democrática, simplesmente, por uma questão de modalidade sendo meramente o diretor indicado por forças políticas, eleito ou concursado. Para uma escola ser democrática, o ideal seria que o diretor fosse escolhido, eleito, considerando que a pessoa eleita queira exercer essa função. Há uma resistência de querer representar: apontam-se os erros, mas não se

aponta a solução. Apontar os erros é, certamente, tarefa fácil para qualquer um de nós, sobretudo, os erros dos diretores que são nomeados.

Sou crítico desta Administração Pública por causa das nomeações, dos apadrinhados políticos. O ideal seria que o diretor fosse eleito, desde que se colocasse à disposição da comunidade. O diretor concursado, não o vejo como ideal, por não estar ligado à comunidade; podendo vir de fora. Necessariamente ele não tem que ser residente na cidade, e o escolhido e nomeado é ligado à comunidade.

Vejo a eleição para o provimento do cargo de diretor de maneira muito negativa, por causa da interferência e da influência política partidária nas escolas. A democracia é autoritária quando o diretor é eleito e torna-se mais autoritário do que aquele que fora indicado por forças políticas. Se um administrador, o Prefeito, opta por nomear o diretor, que não seja um eleitor, que esta pessoa tenha seu histórico analisado e seja consultada sua aceitação junto à comunidade escolar.

A questão não é indicar, mas quem está sendo indicado. Quando o diretor é escolhido, ainda corre o risco de se criar atrito entre aqueles que o escolheram privilegiando a uns e prejudicando a outros; os que não o escolheram. Essa é a realidade das duas escolas do Estado nesse Município. Eleições não convêm. O real modelo de eleição para diretor não representa o ideal. Simplesmente com a escolha de uma das modalidades, não se tem de fato com isso, um bom diretor; que saiba conversar, que saiba levar em consideração a diferença, que seja humilde e capaz de reconhecer o seu próprio erro.

### **12.1 Profissão Professor: uma alternativa ou uma necessidade**

São Rafael é um município do Estado do Rio Grande do Norte, que está distante de sua capital 210 km e é marcado pela história dos vencidos, embora seja limitada a literatura que oficialize esta hipótese. A entrevista que foi apresentada é marcada por fortes conotações dos que viveram suas histórias distantes de sua terra natal, marcados pela dor que lhes consomem de saudades e, quaisquer que sejam os assuntos tratados, mesmo que em conversas informais com desconhecidos, logo

é retratado, nas falas dos que, silenciosamente, emudeceram-se a contar, dos mais velhos aos mais novos.

Severino, assim como seus pais, é um migrante que retorna saudoso à terra natal deles. Seus pais, por sua vez, fizeram o mesmo quando banidos de sua terra, por causa do milagroso e ambicioso projeto político que acabaria de uma vez por todas com o problema da seca no interior do Rio Grande do Norte, com a construção do maior reservatório d'água, que aos olhos dos gananciosos e desonestos políticos, seria a maior riqueza do Estado, a então barragem, que homenageia o engenheiro responsável pela engenhoca: Armando Ribeiro Gonçalves.

Com a construção da barragem, as famílias foram expulsas e a cidade naufragada, submersa. No cenário do município de São Rafael, além da dor, o isolamento. Desprovidos e desesperados, migraram obrigados ao exílio em sua própria região, não mais em suas terras, pois foram lesados pelos órgãos governamentais. Estamos nos referindo a um povo que se tornou migrante e andarilho, sem terra e sem teto, por causa de um ambicioso projeto de irrigação que, a princípio, seria para resolver um velho problema do povo nordestino que era a seca; a estiagem no semiárido do nordeste brasileiro: Projeto Baixo-Açu, que não será abordado aqui, mas em capítulos posteriores.

Este professor é migrante em função de seus pais que, primeiramente, foram migrantes e andarilhos dentro do próprio município, como todos os que tiveram decretada a sorte de viverem miseravelmente pedintes, restando-lhes viverem na incerteza de um futuro que não lhes pertencia, mas que, facilmente compreendiam que retornar às origens seria tarefa impossível, pois, até mesmo aos “santos” da igreja matriz foram-lhes imputada a mesma sorte. A estes, pelo menos, foi construída uma réplica da igreja matriz, diferentemente dos barracos de tábuas construídos, provisoriamente, para alojar os agora sem teto, quando, na verdade, não sabiam que por anos e anos, o que seria provisório, se tornaria definitivamente moradia fixa, a quem antes tinha casa para morar e tinha do que viver. Essa barragem é símbolo da ganância política que deixou desassistida toda uma população exilada e forçada ao êxodo.

É surpreendente que o êxodo deste povo, se comparado ao Êxodo, segundo livro da Bíblia (Pentateuco), que narra a história de um povo que esperançoso confiava na misericórdia de Deus para ser libertado, que não estava em sua própria terra, mas aguardava a terra da promessa: “A Terra Prometida”. Êxodo, que quer

dizer: saída. Na Bíblia Hebraica se chama *Shemôt* (“Os Nomes”), título que é tirado de uma palavra do primeiro versículo: “Estes são os nomes dos israelitas que entraram no Egito [...]”. O Livro do Êxodo é fundamental para o Antigo Testamento e para o judaísmo. Por isso, muitas vezes é chamado de “Evangelho do Antigo Testamento”: da mesma forma como um Evangelho, o Êxodo anuncia a “boa nova” fundamental da intervenção de Deus na existência de um grupo de pessoas (4,31), a fim de fazê-las nascer para a liberdade e congregá-las em uma nação santa (19,4-6).

O fato decisivo é a “saída do Egito”. Este é o fato considerado fundante, evento criador do povo de Israel e que terá continuidade nos demais fatos decisivos que se sucederão: a Aliança no Sinai; a entrada na Terra Prometida; a constituição das Doze Tribos; a instauração da realeza e a constituição de um estado; a construção do Templo; posteriormente, a divisão do Reino e, mais tarde, a dispersão de Israel no Exílio.

Assim, todos estes fatos importantes para Israel, nunca tiveram a importância como o Êxodo, pois este foi o período do nascimento de Israel e da sua “juventude”. Por isso, o Êxodo deverá sempre ser lembrado nas celebrações e ritos sucessivos, e é Deus quem dará esperança para enfrentar as demais dificuldades que irão surgir. O personagem principal deste Livro é Moisés. Ele foi chamado para a importante missão de libertar o povo do Egito e conduzi-lo para a Terra Prometida. Mas, também, Deus é personagem principal, pois é Ele mesmo quem caminha com o povo e com ele faz história. Desta forma, Souza<sup>34</sup> (2011, p.1) afirma que ao trazer-nos uma discussão teórica, a respeito da população de São Rafael, problematiza quando este, ao citar Costa (1998), poeta, nativo e defensor da história local e social, através de seus poemas em literatura de cordel, assim se manifestava: “A população da antiga São Rafael também teve que migrar”. O progresso, prometido pelo governo militar tinha, como custo, o exílio de centenas de famílias para uma nova cidade, que seria construída pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) ou, por outras, que melhor lhes aproovessem. Assim, semelhante

---

<sup>34</sup> Possui graduação em História (UFPB), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UERN) e doutorado em Educação (UFRN). É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus de Mossoró, e líder do Grupo de Estudos "Educação e Complexidade" (GEEDUC-IFRN). É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (IFRN/Natal). Desenvolve pesquisas nas áreas de História oral e memória, narrativas autobiográficas, história de vida e autoformação, Educação Profissional, saberes docentes, formação e desenvolvimento docente, saberes escolares.



a outros povos, o êxodo e a diáspora fazem parte das histórias de vida dos rafaélenses, pelo menos dos mais velhos. Alguns trechos do poema *Lamentos da Várzea Comprida*, de autoria de Rafael Arcanjo (Costa, 1998, pp.35-37), demonstram claramente isso:

O exílio forçado dos rafaélenses não lhes permitia suplicar a Deus uma volta à sua terra natal, como fez Gonçalves Dias no poema aludido. Para muitos deles, aquela partida era o fim de toda uma vida construída às margens de um rio que lhes permitia a sobrevivência e momentos de prazer. As pedras, as árvores, os locais de plantação, da pesca e dos banhos após as extenuantes jornadas de trabalho sob o sol do sertão seriam cobertos pelas águas. Desaparecer-lhes-iam para sempre. Outros sentiriam saudades de suas casas, suas paredes, seus cômodos e seus quintais que estavam impregnados de sentidos, traziam marcas de vida, de uma travessia existencial. (SOUZA, 2011, p.1).

Os rafaélenses não estavam em terras estranhas, mas em suas próprias terras, e foram obrigados ao êxodo, Deus sabe lá para onde, para uma nova cidade projetada na corrupção e na desonestidade das falsas promessas de novas moradias, tendo que viver, durante anos, em barracos de tábuas, sem emprego, sem recursos e, sem a mínima condição de sobrevivência, mesmo para as necessidades vitais. Este povo que fora expulso de suas próprias terras, agora vive migrando, andarilho, como qualquer desassistido, e para escapar da fome e da humilhante situação de miséria, se refugia nas favelas dos grandes centros urbanos deste território, com a esperança de um dia retornar a sua terra natal. Assim, aconteceu com esta família como a muitas, que migraram:

Severino Pereira Silva é o meu nome e sou filho de migrantes rafaélenses, que como muitos, nesta cidade, foram para os grandes centros urbanos, no desespero de ter que sobreviver aqui como desempregados, e sem perspectivas, por causa das consequências da mudança geográfica da cidade que foi naufragada pelo ambicioso Projeto Baixo-Açu. Nasci e me criei na cidade de Natal/RN, em que vivi parte da minha infância e de onde tenho muita saudade.

É relevante ao professor Severino ter sido alfabetizado na capital do Estado, se considerarmos que, crianças nesta idade, neste município, não são, em sua maioria, alfabetizadas. Ainda assim, consideramos que o estudo sequenciado do professor, a partir das primeiras séries, é um fato relevante se comparado com os muitos que começam nas séries iniciais e são evadidos. Limito-me a abordar a evasão escolar, por considerar que não é o foco da pesquisa. Aqui, pretende-se apenas acompanhar a sequência ininterrupta dos estudos do professor Severino que, à época, não recebia o incentivo do Programa Bolsa-Família, com a obrigatoriedade da permanência na escola. Para isso, afirma nosso colaborador:

Quando mudei, eu cursava a quarta série e fui matriculado na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, onde concluí o Ensino Fundamental, no ano de 1995. Nesta mesma Escola, iniciei o Ensino Médio no ano de 2000, e com a mudança do prédio e o término do convênio que havia entre as Secretarias, concluí na Escola Estadual Claudeci Ribeiro Torres, em 2002. Fui seu aluno enquanto você estava Diretor, não como meu professor. No ano de 2005, me formei em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Rio Grande do Norte, estado economicamente próspero em riquezas naturais é, também, imensamente rico em escândalos de corrupção política. Seu povo, nas mãos calejadas, traz a denúncia de um trabalho duro e ainda escravo e, nos rostos precocemente enrugados pela exposição ao sol dos 365 dias do ano, escondem a insatisfação da desonestidade, numa aparente tranquilidade em meios a gritos de horror, silenciados na mais cruel e perversa dependência econômica.

A nobreza deste povo está na arte de viver, driblando o desemprego, o analfabetismo e as injustiças políticas que faz desta gente pobre, cada vez mais pobre e sofredora, refletindo na juventude, que em sua maioria, divide-se em trabalhar no subemprego, ou migrar para a criminalidade, ausentando-se da escola, e, com isso, contribuindo para os alarmantes índices dos estudos estatísticos que apontam o fracasso da juventude potiguar, nos elevados índices de analfabetismo.

As oligarquias neste Estado revezam-se, as famílias “Alves e Maias”<sup>35</sup>, que ao longo de décadas controlam o poder e a política e, como consequência de tudo isso, o fracasso escolar dos que deveriam estar na escola e que, possivelmente, viessem através dos estudos a transformar tal façanha. Contrariamente a Severino, que é uma das poucas exceções entre os que têm pais agricultores ou, dos que a sorte reservou apenas o desconhecido submundo da pobreza, o jornal A Tribuna do Norte<sup>36</sup> destaca a dura realidade de escolas sem alunos:

Em 2011, a Escola Estadual Winston Churchill, fechou o turno noturno, por falta de alunos para o ensino médio. Agora, a mesma dificuldade bate à porta de um dos colégios mais tradicionais de Natal, o Atheneu Norte-rio-grandense, “Não tem aluno para esse turno”, disse a subcoordenadora, adiantando que há 15 dias, a direção da escola informou que tinha menos de 20 alunos matriculados para o turno da noite.

Escolher uma profissão que lhe dê ascensão econômica e estabilidade é tarefa penosa e um tanto árdua, na tentativa de se escolher a profissão certa ou, que tenha que se escolher, quando não há outra, mas há, a que está ao alcance, e nesta hora, a profissão é escolhida, apenas, como oportunidade e não por opção, vocação. Ione Ribeiro Valle<sup>37</sup>, numa discussão, afirma: A escolha de uma habilitação em questão, referendando Bourdieu:

A escolha de uma habilitação é sempre uma escolha de vida e representa das aspirações profissionais, mas presume-se que essa escolha não existe verdadeiramente quando se vem de uma classe desfavorecida. É importante considerar (a exemplo de Bourdieu, 1964) que a margem de escolha dos jovens dos meios populares é muito limitada.

---

<sup>35</sup> Tribuna do Norte. 01 de fevereiro de 2009 e outubro de 2010. <http://tribunadonorte.com.br/noticia/escolas-fecham-por-falta-de-alunos/99578>

<sup>36</sup> Ione Ribeiro Valle. Carreira do Magistério: Uma escolha profissional deliberada? Rev. bras. Est. pedag. Brasília. V.87. n.216. p. 178-187. Maio/ago. 2006.

<sup>37</sup> Idem.

Neste sentido, na escolha de uma profissão, devemos considerar vários fatores, nisto consiste o que afirma Furlani (1998), quanto às motivações e fatores que influem na escolha da profissão:

[...] a escolha profissional não consiste em uma decisão exclusivamente individual, mas vinculada a diversos fatores como o prestígio social da profissão, os resultados obtidos na trajetória escolar, o capital escolar, as condições sociais e culturais da família, a oferta educacional, etc. (FURLANI, 1998, p.184).

A vida do homem é uma trajetória feita de escolhas e renúncias, sejam elas de maior complexidade ou, simplesmente, simples, articuladas ou impulsivas, prazerosas ou, que decepcionem no futuro. A escolha do estudante quanto à profissão que deseja seguir, mesmo que a bateria de testes vocacionais tenha sido a mais completa possível, nisto diz Moretto (2002), é um processo de angústias, de indefinições, de projeções. Soares (2002), e, senão a mais importante, é algo indispensável em nossas vidas (Santos, 2005, pp.57-66). Este fato é marcado na adolescência, quando ocorre uma das transições mais marcantes: o início da busca por uma escolha profissional.

Pensar na profissão professor, logo nos remete ao Século XVIII, numa discussão trazida por Nóvoa, que a esse respeito contribui com a alteração, quando assim, diz:

[...] 'o processo histórico de profissionalização do professorado', que nos leva a reflexão da 'profissão professor' ao legado de algumas congregações religiosas onde a igreja tinha a tutela da educação, os professores estando sobre o processo de estatização, na substituição de um corpo de professores religiosos, por professores laicos, sem, que, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente, o modelo do professor continua muito próximo do modelo de padre. (Nóvoa, 1995, p. 13).

Não precisamos ir tão longe para entendermos a profissão como vocação, missão, mesmo que Nóvoa esteja referindo-se ao modelo de educação de Portugal,

onde nem tudo tem a ver com os nossos que escolheram a profissão professor. Com a profissionalização, Nóvoa (1995b, p.16) [...] “a missão de educar é substituída pela prática de um ofício e a vocação cede o lugar à profissão, as motivações originais não desaparecem”. Nesta acepção, a profissão continua sinônima de compromisso com o fazer. A discussão acima é apenas uma tentativa para compreender as motivações que se tem para a escolha da profissão, onde percebemos, claramente, o que motivou a escolha da carreira de nosso entrevistado, que não está refletida no que Nóvoa enfatiza. Assim, declarou Severino quanto à sua escolha:

Tornei-me professor pela afinidade com a disciplina História, e quanto à escolha da profissão, foi pela possibilidade de estabilidade de emprego. Considerando a escolha da profissão minha ascensão econômica, visei o fator financeiro, tendo em vista que estou num Município que não me oferece outra condição a não a ser a de ser Professor. Ao concluir os estudos, já estava clara a intenção de querer esta profissão, por considerar que seria uma área fácil para iniciar como profissional. Por isso, a escolha da profissão ligada à compensação financeira: dois contratos como Professor efetivo. Eu poderia ter feito outra opção, mas não compensava financeiramente. Se eu tivesse escolhido como profissão ser policial, eu não viria trabalhar nesta cidade, seria deslocado para qualquer cidade no Estado e, dificilmente, conseguiria conciliar outra profissão.

Sabemos o quanto a política interfere na educação, sobretudo, nas cidades do interior do Rio Grande do Norte, por serem cidades relativamente pequenas, onde há a política da boa vizinhança, em que os habitantes se conhecem e, com isso, o que poderia facilitar as relações sociais, acaba dificultando por causa da interferência política, em que a necessidade econômica faz desta população, em sua maioria, dependente política a qual, visivelmente, se mostra na figura do diretor, que é indicado por forças políticas locais como o é, na maioria das pequenas e grandes cidades brasileiras. Nas cidades onde o diretor ainda é indicado por forças políticas, tornam-se, em sua maioria, litigiosas, porque contrariamente aos que são indicados, os não indicados travam uma contínua batalha de rejeição e resistências à figura do diretor, tendo como motivação, ainda que “camuflada”, o desejo de também terem sido indicados. Assim revela o professor Severino em suas experiências:

Nós professores concursados, nos posicionamos em relação ao diretor que é indicado de maneira respeitosa, até porque todos os indicados são taxativamente rejeitados. Essa rejeição se dá em virtude de determinada pessoa não ter sido indicada e manter-se silenciosa, não demonstrando essa intenção de querer ser uma administradora do espaço escolar. Pode ser que sendo implantado o processo de gestão democrática pela escolha do diretor, essas pessoas que se mantêm no silêncio, venham livremente candidatar-se dentro desse processo, já que não correriam o risco de pedirem para serem indicadas e lhes dizerem, não.

É comum, dentro do espaço escolar, se falar de democracia, que a escola seja democrática, que o diretor não seja arbitrário em suas práticas, que não seja autoritário, que seja aberto ao diálogo e participativo, que seja incentivador e mediador, que seja dinâmico e flexível, e mais algumas exigências que se faz dele. Ao contrário do que se exige de um diretor, quando este não se posiciona firmemente, dentro do espaço escolar, logo se percebe e se sente a falta de um líder que conduza e coordene as atividades com determinação, que gerencie o espaço escolar, que tenha as qualidades de um diretor, que seja, sobretudo, um administrador da escola, de modo a aprimorá-la. Parece-nos contraditório que, ao mesmo tempo em que se queira um diretor que contemple, minimamente, os anseios da comunidade escolar, em suas práticas político-pedagógicas, se pense o contrário? Nosso colaborador afirma:

De qualquer forma, é preciso que para a escolha de um diretor, além de entender e estar envolvido com a educação, este tenha pulso, tenha as rédeas nas mãos para poder controlar os ânimos que são alterados, por falta de uma boa administração, de um bom diretor.

É inerente ao ser humano resistir? Contrapor-se? As práticas de resistências se dão em função dos descontentamentos:

A prática de resistência mais usada no espaço escolar é o silêncio. O fato de discordarem é silencioso e depois respondem:- por mim, tanto faz. É nesse tanto faz que acabam empurrando com a barriga. Há ainda outra tática que se traduz em protesto, que é a ausência nas reuniões, e quando tentam justificar-se, dizem que não sabiam.

Dizer que não sabiam e que por isso não fizeram é uma forma de resistência ainda muito usada pelos professores.(ibidem)

Ainda muito se discute o processo de gestão democrática como, se, para isso, se estivesse tentando validar a gestão democrática, pela forma equivocada com que se vem implantando nas escolas. Se a gestão democrática é o modelo mais discutido e sobre o qual se apresenta uma vasta bibliografia e pesquisa na área, é tão somente, por ainda não se viver de fato tal gestão, sem que se esteja politizado pelas lutas contra a ditadura nas escolas.

Dourado (2006, p.79) valida a gestão democrática, como processo de aprendizado e de luta política que não se inibe à prática educativa, mas emerge, nas especificidades dessa prática social, e de sua relativa autonomia, possibilitando uma efetiva participação, fazendo-nos repensar as estruturas de poder autoritário implícitas nas relações sociais e suas contradições:

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometida com a formação da cidadania. E, pensar na gestão democrática da escola pública nos remete obrigatoriamente, pensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição, delimitando os processos de organização dos segmentos escolares diante de seu papel enquanto escola pública. (FERREIRA 1999, p. 124)

Saviani afirma, neste contexto, que:

A gestão do mundo globalizado e a gestão educacional devem se alicerçar em ideais que necessitam ser firmados, explicitados, compreendidos e partilhados nas tomadas de decisões sobre a formação dos cidadãos, que estejam atuantes a dirigir o mundo e as instituições. Compreendendo a educação como uma mediação que se realiza num contexto social que se faz a partir das determinações da contemporaneidade e a partir do ser que aprende, necessário se faz a estes dois 'mundos' para cumprir com a responsabilidade de educador em formar mentes e corações. (SAVIANI, 1996, pp.120-122)

Destacamos a gestão democrática, como uma prática que se faz, porque está inserida nas decisões, nas afirmações do mundo globalizado, pelas diferenças e pela necessidade de se fazer, estando dentro do processo que media o fazer do homem social, num cidadão que se comprometa com as transformações deste mundo, pela busca do conhecimento, que se evidencia, no processo de gestão democrática, a morosidade dessas transformações.

Para tanto, uma gestão democrática, não se faz, apenas, por uma determinação, mas pela participação ativa das partes na formação do todo. Diante disso, não há credibilidade quanto à mudança de modalidade no fazer da escola, em tornar-se, simplesmente, democrática. Nessa gestão democrática, a escola deve ser acrescida de valores que enalteçam esta democratização, com participação e cooperação, numa mudança de estrutura do particular para o coletivo. Neste sentido, afirma nosso colaborador Severino:

Não acredito que uma escola seja democrática, simplesmente, por uma questão de modalidade sendo meramente o diretor indicado por forças políticas, eleito ou concursado. Para uma escola ser democrática, o ideal seria que o diretor fosse escolhido, eleito, considerando que a pessoa eleita queira exercer essa função. [...] Sou crítico desta Administração Pública por causa das nomeações, dos apadrinhados políticos. O ideal seria que o diretor fosse eleito, desde que se colocasse à disposição da comunidade. O diretor concursado, não o vejo como ideal, por não estar ligado à comunidade; podendo vir de fora. Necessariamente ele não tem que ser residente na cidade, e o escolhido e nomeado é ligado à comunidade.

Diante das escolhas que fazemos na vida, poderiam estar, agregadas a estas, necessariamente, os conceitos de felicidade ou satisfação pessoal, e quando tais escolhas são advindas da falta de opção, assumidas na profissão professor, é possível que não passem de fardos pesados e recheados de remorsos, pela ausência prazerosa no cumprimento de nossas atividades. No capítulo a seguir, percebemos que a falta de opção pela profissão, nesse município, não é generalizada.



## **13 [...] PERCEBI QUE ESSA PAIXÃO PELA HISTÓRIA ESTAVA ENRAIZADA DENTRO DA MINHA PRÓPRIA CASA**

Sou Alonso Silveira Silva, filho de poeta e militante da História Social. Por ser filho de poeta, militante através da literatura de cordel, e que se envolveu nas questões referentes à barragem e à nova cidade, percebi essa paixão pela história estar enraizada dentro da minha própria casa. Meu pai não teve condições de estudar, fazia poesia imaginando poder escrever seus poemas, iniciando seus escritos exatamente com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e com as consequências que ela trouxe para a cidade de São Rafael. Sou natural de Caicó- RN, principal cidade do Seridó, vizinha de Jucurutu.

Por vivermos numa região onde não se tinha perspectivas de emprego, logo comecei a ficar preocupado com os meus estudos e, por isso, escolhi vir para São Rafael. Eu diria que tudo teve início em 1976, quando vim definitivamente residir nesta cidade.

Na década de 80, com a questão do Projeto Baixo-Açu, a antiga cidade de São Rafael começou a sofrer com a transferência geográfica e, por causa da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, fui residir na cidade de Açu. A partir de 1991 retornei, e já era a nova cidade. Sou licenciado em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), que está no Campus da cidade de Açu/RN.

Iniciei minha vida no magistério, quando ainda residia em Jucurutu, minha cidade de origem, lecionando a disciplina de História, pela qual me apaixonei. Com o decorrer do tempo, eu disse que queria fazer História, porque era o que estava mais próximo da minha realidade. Quando entrei na Universidade, descobri que não havia oficialmente registro sobre a questão complexa do projeto Baixo-Açu, da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, na sede de São Rafael. Ao concluir a faculdade, fui para a capital do Estado fazer um curso de especialização em História da Cultura, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e em minha monografia trabalhei a temática da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Ao voltar para trabalhar em São Rafael, a História local entrou definitivamente na minha atividade Pedagógica.

No contexto dos anos 80, estive neste município uma pesquisadora do Rio de Janeiro, a senhora Nazira Vargas, que veio fazer uma pesquisa de mestrado e contou com o apoio do meu pai. Registrados esses fatos, ela concluiu sua pesquisa de mestrado que hoje é um livro: "História que o povo conta", no qual há muitos poemas do meu pai. Posteriormente, escreveu outro livro que ganhou o Prêmio Nacional Silvio Romero, em 1986 e que foi publicado em 1987, com o título "Beradeiros do Baixo-Açu", que conta canto e lamento de meu pai. Eu tinha essa forte ligação caseira com a história.

Depois que eu voltei da especialização, publiquei, em 1998, os versos inéditos do meu pai, já feitos no decorrer das consequências da barragem, com o apoio de toda a população de São Rafael, no livro "Poeta Veias Proféticas", que conta as consequências da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que mudou a cidade de São Rafael. Esse livro foi feito só com os poemas do meu pai.

Minha profissão de professor adveio do concurso que fiz na Rede Estadual de Ensino, em 1996, embora já houvesse trabalhado como tal na cidade de Jucurutu, na Escola Estadual Tristão de Barros, em 1991. Na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza, trabalhei de 1998 até 2003. Ensinei, também, na maior escola privada do vale do Açu, que é o Complexo Educacional Santo André (CESA), mas, na Escola de Ensino Médio de São Rafael, que era a Escola Municipal Francisco de Assis de Souza (EMFAS) nunca tive a oportunidade, nem a chance de ser chamado para trabalhar. Havia ingerência política e só se entrava nesse contexto caso, politicamente, se acompanhasse algum grupo político, sem que se fizesse nenhuma restrição. Por eu ter minha independência política e visão política em relação a isso, nunca tive oportunidade de entrar nesta Escola; havia reserva à minha presença, e censura à minha voz, até mesmo, para uma simples palestra.

Como é sabido, quando o Pe. Pelonha chegou para gerir a Paróquia local, recebeu o convite do então Prefeito para assumir a direção dessa Escola. Ao assumir, não conhecia os educadores nem o rumo da educação nesta cidade, mas em virtude de como recebeu a Escola e, percebendo o quadro de professores que estavam distribuídos nas disciplinas, inclusive no Ensino Médio, achou frágil a maneira como dirigiam o Ensino. Com isso, formou um grupo de professores independente de sua perspectiva ou de sua visão política, desde que tivesse capacidade pedagógica para tal. Foi neste contexto que eu entrei na escola

Francisco de Assis de Souza, pelo meu conhecimento de História, acredito eu, que as pessoas deram-lhe essas informações a meu respeito.

Com a minha contratação e, simultaneamente, a de outros professores à época, eram grandes os comentários na cidade sobre tal fato, porque era a primeira vez na história política que um funcionário era contratado, sem indicação política e sem fazer parte de nenhum esquema político, como era comum acontecer com qualquer funcionário da Repartição Pública de São Rafael.

Dentro do contexto político vigente, antes da chegada do Pe. Pelonha, não se poderia pensar nessa possibilidade, agiam dentro dos moldes que determinavam a indicação e contratação do funcionalismo, e só se entraria na Repartição Pública Municipal como qualquer funcionário, através do voto e não por sua bagagem de conhecimento.

A partir do Pe. Pelonha, os indícios ventilam para os novos rumos da educação, desatrelando-a da submissão política em que estava amordaçada. Para isso, ele levantou as informações pedagógicas das pessoas e, pela formação de cada uma, contratou e formou uma equipe pedagógica para a Escola Francisco de Assis de Souza, renovando o quadro de professores para os Ensinos Fundamental e Médio. Tudo isso aconteceu dentro de sua visão de Educador, sem compromisso político com quaisquer partidos ou lideranças, era sob essa ótica que as coisas aconteciam.

Com essa visão de administração e de participação, ao gerir o espaço público na Escola, é que fui contratado pelo Pe. Pelonha. Se o então diretor Pe. Pelonha não tivesse tido essa larga visão da Educação como docente, se não tivesse tido esse olhar, além de se considerar normal dentro da educação, neste município, nem eu, nem muitos dos professores que ele contratou teriam tido essa oportunidade de trabalhar nesta escola.

A prática que se tinha de fazer a educação com fins políticos eleitoreiros, considerando apenas quem era o fulano no quadro da Política, quem o havia indicado e a que grupo pertencia, sem os critérios pedagógicos e de conhecimento para trabalhar, se tivessem continuado dessa forma, eu não teria entrado, mesmo tendo todas as condições. A postura do Pe. Pelonha de buscar profissionais para fazerem parte do quadro de professores, que tivessem conhecimento, foi respeitada pela executiva, haja vista que contrataram todas as pessoas que foram indicadas por ele.

Claro que essa atitude, e com a ampla percepção que o Pe Pelonha tinha de Educação, tiveram suas implicâncias, sobretudo pela rejeição, e isso se deu pelo fato de que havia certos grupos políticos aos quais, inclusive, o atual diretor, antes de sua chegada, pertencia, e considerava-se que nunca seria substituído, que não seria destituído de nada e poderia fazer como bem entendia, porque pertencia ao grupo político do Prefeito.

Acredito que essa não tenha sido a principal rejeição, mas sim, pelo fato de sua gestão ter feito um levantamento dos funcionários que havia na escola, pois não os conhecia. Foi quando descobriu que havia muita gente que não trabalhava e recebia seus vencimentos, pessoas protegidas, blindadas, que tinham seus privilégios como funcionários, sem nunca darem um expediente sequer, na Escola. Sua cobrança em relação a isso, de constatar essas pessoas e colocarem-nas para trabalhar, criou nelas uma ira muito grande, pois que recebiam, sem irem à escola. Muita gente de São Rafael não sabia sequer que essas pessoas eram funcionárias da EMFAS, porque nunca foram vistas na Escola e com o decorrer do tempo, este grupo entrou em oposição com o Prefeito.

Atribuíram à pessoa do Diretor Pe. Pelonha, a culpa de essas pessoas terem sido exoneradas e demitidas, como se ele tivesse, ou sua gestão, colocado esses funcionários fantasmas para fora. Na verdade, eles foram demitidos por uma ação política do Prefeito que tinha o poder, de fato. Ele só indicou quem estava trabalhando e quem não saiu, mas por vontade do Prefeito, já que ele, como Diretor, não tinha nenhum poder de demitir ninguém da escola. Foi exatamente essa questão que gerou toda rejeição à administração, salientando que essa recusa nunca foi daqueles professores que ele contratou de forma independente.

A mágoa que esse grupo tinha do Diretor Pe. Pelonha era Política. A meu ver, todos aqueles indicados por ele de forma independente, que conversaram sobre isso, diziam que essa mágoa vinha de forma irônica, pois se houvesse mágoa, deveria ser em relação ao Prefeito e não a uma Gestão Escolar, nem à escola. Esse repúdio partiu dessas pessoas, até compreensível, visto por este prisma. Quando alguém dizia que o Pe. Pelonha estava contratando pessoas adversárias, que não pertenciam ao esquema político e que não tinham votado no Prefeito, isso não condizia com a verdade. Até hoje, eu não sou adversário de ninguém, eu era uma pessoa que tinha a minha visão e trabalhava com ela, mas não como adversário.

Os diretores da EMFAS tinham posições políticas alicerçadas na dependência pela troca de favores, com isso, não admitiam que entrasse um professor que não tivesse esta forte dependência política. Quando as pessoas me viram lá na EMFAS, nunca me colocaram essa questão: - se eu era adversário ou se era correligionário; sempre entenderam que eu era um professor adequado para trabalhar História naquela Escola. Ainda que eu tivesse uma vasta compreensão em qualquer área do conhecimento, pouco adiantaria para aqueles diretores que ainda viviam nos respingos da Ditadura - eram fortes politicamente e poderosos, mesmo na chamada Democracia.

Os diretores tinham medo de perder o poder, quando fossem questionados por pessoas que viviam independentes da política partidária, porque eram livres para questionar a prática da subserviência de cada diretor. Eles tinham medo de estarem diante de pessoas que questionassem. Essas questões eram trabalhadas com mãos de ferro, não havia nada para se pensar, e muita gente, por medo, não abria a boca, porque se soubessem, poderia virar uma celeuma. Nunca me questionaram ou me sondaram do porquê de o diretor da época, da EMFAS, ser, também, simultaneamente, o diretor da Escola do Estado, que era a escola em que eu trabalhava. Como eu era efetivo do Estado, me engoliam as duras penas, mas para entrar na EMFAS, onde estava Diretor, o mesmo da Escola do Estado, com esta visão de trabalho que eu tinha, de ir livre pra sala de aula, não havia nenhuma chance.

As pessoas insistem em não querer partir dessa ideia principal da mudança geográfica da cidade, porque muitos desses políticos apoiavam, não queriam partir dessa premissa, porque a participação política foi nula, todos eles diziam sim a tudo o que quisessem fazer com São Rafael; as áreas geográficas de São Rafael não pertencem a São Rafael e todo esse questionamento foi levado para sala de aula, e muitos desses políticos omissos e interesseiros ainda existem, cabos eleitorais ainda visam lidar com a Educação de São Rafael, com a mesma camisa de força em função de seus próprios interesses. Aqui se aprendeu a levar vantagem em tudo e, inclusive, a viver e se dar bem com a miséria dos outros.

Na antiga cidade de São Rafael, que tinha uma economia sólida, baseada na agropecuária, tinha extração de scheelita, tinha carnaubal, o mármore, além do artesanato; as mulheres eram ocupadas. Com a transferência da cidade, a água cobriu, sepultou todas essas riquezas ao ser inundada e nenhum político colocou

uma alternativa econômica para essas pessoas. Juntando o poder com a questão econômica e com o fator político, ninguém, na São Rafael Antiga, via fila de pessoas em casa de político, não viam pessoas pedindo nada, as pessoas tinham uma maneira própria para sobreviverem e não se via pessoas mendigando nada. Ninguém ia atrás de qualquer político que estivesse numa área de lazer, em um bar ou onde quer que fosse, pedindo para pagar nada.

Quando houve a mudança geográfica da cidade, a partir de 1983, essas pessoas que trabalhavam, ficaram sem emprego, sem renda. Agora, você imagina uma cidade perder toda sua renda e ninguém lhe dar alternativa de sobrevivência? Tal fato, para os políticos, foi um achado; e quanto mais necessitadas fossem as pessoas, mais dependentes seriam. Isso, durante muitos anos, serviu para os políticos implantarem seus currais eleitorais, através do voto de cabresto, enquanto as pessoas eram amarradas economicamente, tornando-se presas fáceis para a dominação política. A dupla humilhação das pessoas, na qual a necessidade as tornava presas fáceis para os políticos, fez com que, hoje, as pessoas ainda vivam enganadas e submissas às forças políticas locais. Podemos situar a questão política em São Rafael, em duas distintas situações: na antiga cidade não se fazia fila nas casas dos políticos como pedintes, mas, havia a questão que é própria do nosso Estado: as oligarquias entre Alves e Maias, as bandeiras que eram colocadas nas casas, era uma obrigação imposta pela ditadura dos políticos, era a dominância política na cidade.

Quando vim para São Rafael, a ditadura estava agonizando, e ao chegar ao fim, os políticos perceberam que a população estava desassistida economicamente, e o achado dado anteriormente é porque os políticos agora vão submeter à sociedade a conter-se aos meros favores políticos, em troca de votos. Daí, então, percebe-se que o dinheiro público não era para a população desassistida, mas para os eleitores do Prefeito e de seus Vereadores. A cidade viveu ou sobreviveu com essa mentalidade de se ter que estar apadrinhada e, ao mesmo tempo, dependente de um Político pela situação econômica, como ainda hoje isso é visível; assim, a educação sofreu em função do poder dos diretores. Estes eram cabos eleitorais firmes do Prefeito em questão.

Nessa situação, os poderes que os Políticos jogaram na sociedade desassistida, economicamente, com o problema Baixo-Açu, fez com que os diretores se encarregassem da tarefa de controlarem os professores dentro da escola,

mediante a leitura da lisura do verbo. Votou com o Prefeito, o diretor recebia aquele professor, sabendo que ele era submetido eleitoralmente ao Prefeito. Então, no enfoque desses fatos, os diretores eram orientados pelo Prefeito a reagirem com a comunidade e, por tabela, o diretor tinha que opor-se com mão de ferro com os Professores, fazendo com que eles cumprissem as determinações para o cumprimento de suas obrigações eleitorais, apoiando e sustentando a base política dentro da Escola. Ninguém poderia ter, de forma nenhuma, outra orientação política que não fosse a determinada pelo diretor. Qualquer um que criticasse o Prefeito ou o diretor, sumariamente, seria demitido.

Os diretores indicados eram tirados de dentro de sua base política e eram escolhidos por serem de famílias que se achavam importantes, de pessoas ligadas à Política, ou que estivessem no Executivo ou no Legislativo, e daí era que saíria a indicação. Por causa da pressão do grupo político, o Prefeito, muitas vezes, nomeava determinado diretor contra sua vontade. Neste caso, mesmo o diretor tendo o apoio do Prefeito pela indicação, dentro da Escola, havia pessoas também indicadas por forças políticas, que não pertenciam necessariamente ao grupo do Prefeito, mas das coligações.

Os diretores, em relação aos funcionários indicados por seus vereadores, agiam com o poder respaldado pelo Prefeito, diante de pessoas ligadas a outro grupo político. Se o Diretor agisse tendo que corrigir um funcionário ou professor, ou quem quer que fosse, existia o apadrinhamento. O diretor só agia com pessoas que não estavam ligadas totalmente a grupos políticos, e que não fossem fortemente apadrinhadas. Quando o diretor era indicado pelo Prefeito, ele tinha uma posição de poder muito forte e se utilizava da mesma para amedrontar os demais. E quando o diretor era indicado por um grupo político que, porventura, entrasse em discordância com o Prefeito, o diretor só tinha opção de seguir com seu grupo político ou, então, se aliava ao Prefeito para permanecer no cargo. A mudança de mentalidade de um diretor depende, exclusivamente, dele. Muita gente, com o pensamento de maioral, quer mandar de qualquer maneira, só porque foi uma indicação política. Eu estou aqui, porque o Prefeito mandou, e como as escolas serviam para atender às ordens e aos caprichos do Prefeito, elas tinham que estar abertas para receberem qualquer pessoa que fosse indicada e, para isso, as Escolas ainda servem.

Muitos dos professores que lecionavam e que não eram concursados vinham dessas práticas da época da ditadura, dessa prática de o diretor apenas mandar e

não ser em nada questionado. Fazendo uma referência, o Pe. Pelonha quando estava Diretor e trazia algo para ser discutido no grupo, as pessoas queriam que ele trouxesse concluído, pois isso já era uma prática convencional; quando se tinha uma reunião, já se sabia que o diretor levava tudo pronto e determinado. Se o diretor na reunião perguntasse algo a alguém, tinha gente que dizia que não servia para ser diretor, pois vinha nos perguntar o que deveria ser feito.

A herança coronelista que estava além de outras coisas, baseada na manutenção dos privilégios, aliada ao parentesco e ao nepotismo era muito forte, às vezes, até se colocavam pessoas lá dentro que nunca deram um dia de expediente, mas sempre recebiam seus vencimentos quando eram pagos; o clientelismo, o “amiguismo”, a situação familiar, o apadrinhamento político, dentro das Escolas, permitiam ao diretor lidar com esse grupo diretamente para dar todo respaldo em qualquer reunião que houvesse; se alguma coisa ali fosse falada, já havia professor que recebia orientações, antes da reunião, para se posicionar de tal maneira, para que as coisas não saíssem do controle do diretor que, por sua vez, tinha que se explicar com o Prefeito a respeito dos questionamentos que eram feitos.

O clientelismo não estava apenas na Escola, mas em todos os setores da administração pública, como forma de garantia da manutenção do controle absoluto das pessoas que, economicamente, eram dependentes do poder público, mesmo não aceitando aquela administração. No período da Ditadura Militar, um dos eventos considerados cívicos era o desfile de Sete de Setembro, no qual se colocavam os alunos para desfilarem como militares, obrigando-os a fazerem isso porque era uma orientação Nacional. Qual o sentido dos desfiles militares impostos nas Escolas?

Nós trabalhamos as Semanas Culturais com os desfiles de rua, porém com outra perspectiva, com outra visão, voltado para essas questões culturais ligadas à cidade, questões de interesses da sociedade, da comunidade escolar. Havia reflexão de toda ordem. Essas Semanas Culturais deixaram de existir desde a época em que o Pe. Pelonha deixou a Direção, porque os diretores que vieram depois dele eram limitados, travados por questões políticas e não tinham interesse em levar a comunidade escolar a refletir sua condição de cidadão atuante. Com o desinteresse desses diretores, a comunidade escolar, além de omissa, tornou-se passiva e atrofiada. Atualmente, quando muito, o que acontece dentro da escola é uma simples comemoração em virtude do dia do estudante ou do dia das mães e,



normalmente, as festinhas que acontecem nas escolas servem apenas para o favorecimento político, com entrega de lembrancinhas.

Não se estudam os acontecimentos locais. Por muitos anos, não se comemorou o dia da Emancipação Política, porque não se podia fazer nada que tivesse uma reflexão, para não vir à tona o descaso das corruptas autoridades políticas, que deixaram toda a cidade desassistida. Praticamente, não se valorizou a nossa cidade, aqui tem muitos recursos econômicos e em torno disso a história local poderia ser trabalhada.

Em 1987, uma pessoa do Banco do Brasil patrocinou uns trabalhos para serem desenvolvidos na cidade: São Rafael viu esse trabalho? Quem conhece esse trabalho? Ninguém! Foi feito? A pessoa que veio levou a sua parte e a Prefeitura ficou com a dela. Tudo isso está no meu mais recente livro “São Rafael e a história da cidade que o progresso naufragou”. Por que foi escolhido e comentado no livro? Porque achei importante contar como era São Rafael quando cheguei aqui, e contrapus com um documento do IDEC (Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte), de 1995, quando se levantam dados sociais sobre São Rafael. Eu vou fazer aquelas comparações, e faço as análises sobre isso. Nunca se teve conhecimento da realidade de São Rafael.

Neste contexto, quando se faz uma convocação de professores, especialmente dentro da sua área de formação, independente da sua posição política, vê-se refletir a mudança de visão cultural que havia nas diretrizes anteriores. Foi visível a maneira como o Pe. Pelonha influenciou a educação neste município na sua administração, com o passar dos anos, a partir de 1998. Outro fator importante foi o processo de conhecer e discutir a Escola, a educação em nível de escola, sua visão cultural, e a discussão que ele provocava para que, de fato, se conhecesse a escola, se discutisse a escola. A visão de educação e de cultura que tinha o Pe. Pelonha foi relevante para a formação cultural que a EMFAS teve nas semanas culturais, com o envolvimento e participação de professores e administração, sempre numa atitude aberta, onde as temáticas tinham uma reflexão central e vários assuntos eram explanados nas exposições feitas pelos alunos, que não só se envolviam, mas que participavam e faziam suas histórias.

É suficiente citarmos, que na comemoração do Brasil 500 anos, nós fizemos Desfile de Rua e, nas exposições, mostramos o que havia de mais bonito e significativo. Uma das Semanas Culturais mais lindas e reflexivas que nós fizemos,

foi: “São Rafael: uma cultura e duas histórias”, na rua e nas exposições. Nós dividimos a história da cidade e, mesmo sem haver livros na época, nós montamos a narrativa da cidade, colocando nas ruas. Houve grande emoção do povo que, a partir de então, começou a valorizar a sua própria história. Quando alocamos aqueles cenários da cidade antiga, cenários de mudança, as pessoas choravam e lembravam que tinham passado ou vivido tudo aquilo de forma desrespeitosa, sendo obrigadas a fazerem, contra a vontade, a mudança de uma cidade para outra, em que sua própria história seria naufragada, nas profundezas das águas.

Mostramos como essas pessoas chegaram à cidade, como passaram a viver nela, sem nenhum apelo de sabedoria, sem os espaços culturais que havia na antiga cidade, de onde nada foi aproveitado, muitos desses espaços sequer havia na nova cidade. Foi muito importante para a cidade nós fazermos esses cenários e depois alocá-los na Escola, já que as pessoas passaram a ter uma visão ampla, porque iam buscar conhecer a nossa história. Quem mais se beneficiou com tudo isso foi a comunidade extraescola. A escola desempenhou seu papel social, na opção de dar respaldo à sociedade. Em anos posteriores, nós fizemos outros desfiles e outras tantas exposições, e era um sucesso, porque a comunidade se sentia parte desse processo de construção do conhecimento. As pessoas passavam a acreditar e a dar credibilidade ao trabalho da EMFAS, na tarefa que a administração, com seus professores e funcionários faziam, fato esse que até então era inédito no município de São Rafael. A importância das Semanas Culturais foi algo que marcou a história da cidade de forma diferenciada, e deve ser um semblante de luz para quem quiser trabalhar a história local, respeitando seus aspectos culturais, porquanto é viável e, para o rafaélense, aceitável.

A dependência econômica neste município tem sido um fator gerador e causador de certas práticas políticas, sobretudo quando ela escraviza as pessoas e amordaça a própria consciência, tornando-as simples escravas, servis, chegando a negar sua própria identidade em função dessa cega submissão. Apesar de ter havido melhoria na qualidade de vida das pessoas, em função de projetos federal, municipal ou estadual, a dependência econômica fez com que as pessoas não tivessem altivez em cobrar esse tipo de ação naquele momento em que foram feitas.

Enquanto administrador, o Pe. Pelonha há de lembrar que ninguém cobrou dele que fizesse aquilo mediante a sua posição na cidade, mediante o que ele buscou com aqueles professores; inclusive, com o meu conhecimento dentro da

História é que foi possível a gente montar toda aquela estrutura das Semanas Culturais. O mais importante, para a comunidade, naquele momento, foi o fato de as pessoas terem visto, na oportunidade, que alguém teve a coragem de dar à sociedade aquela chance de mostrar aquilo tudo que os políticos atrelados aos diretores e vice-versa, sempre tentaram ocultar, porque todos eles apoiavam esse empreendimento de tirar as regiões geográficas da cidade e silenciarem quando essas pessoas ficassem sem os recursos econômicos, tornando-as dependentes financeiras.

Depois que o Pe. Pelonha deixou a administração da Escola, esses projetos saíram de cena, não insistiram pela continuidade e, ainda hoje, as pessoas cobram o porquê de terem parado com aqueles projetos. Muda o Prefeito, muda o diretor, e não dão a continuidade do que de bom havia e, o pior, não criaram outras opções para as Semanas Culturais, que resgatassem ou a que se desse a continuidade. A sociedade gostava do trabalho da Escola, porque reavivava a memória de um povo que foi traído e tirado do seu lugar de origem para ser organizado em outro local. A visão política e cultural do Pe. Pelonha, certamente, incomodou a muita gente que não gostou que o povo de São Rafael tivesse visto e refletido sobre tudo aquilo, que não se tivesse mostrado, porque iria gerar reflexões em muita gente que padeceu sob tudo aquilo e ficou desassistida.

Aqui ninguém lutou atrás de melhoria de vida para essas pessoas, quando vieram para cidade; passaram a viver à mercê das forças políticas. Os projetos da escola, em suas intensas reflexões, mostrou o que de fato tinha acontecido para aqueles que não estavam acostumados a ver refletida a negligência da população. Ficaram incomodados, porque se havia mexido no vespeiro, fato esse que a sequência da política, em São Rafael, quis tirar de cena. Os Projetos Políticos Pedagógicos de que se tem conhecimento, que se trabalham, nunca chegaram a esse avanço, não é aceitável delegar para as escolas uma autonomia em que possam escolher o que querem fazer; nas entrelinhas pode até existir, mas no momento da decisão, se não houver interesse do Executivo naquele projeto, com certeza ele não vai funcionar. Infelizmente, a situação é essa, e é assim que se vê a descontinuidade das ações culturais em São Rafael, tem sido assim; não há o interesse político, e essa é a grande diferença da época do Pe. Pelonha.

Nas Semanas Culturais, o que iria ser trabalhado internamente, dentro da escola, era de conhecimento do Executivo, que nunca fez nada para impedir e era

impossível ser contra tudo aquilo que acontecia, pois não eram as Semanas pelas Semanas, mas as Semanas pelo Conhecimento, pelo envolvimento, pela participação. O Pe. Pelonha, como administrador, sabia que sempre houve apoio, não da maneira como se queria, com recursos financeiros, mas existia autonomia. Seria, sem dúvida, a forma mais ideal e democrática de Administração Escolar, se o atual diretor fosse capaz de forçar a construção de um projeto para a Escola, onde se assegurasse ao próximo diretor dar continuidade aos trabalhos a serem desenvolvidos, independentemente do Prefeito que estivesse no comando, do diretor que estivesse na gerência ou, até mesmo, da Política ou, ainda, dos interesses eleitoreiros. Isso asseguraria com certeza a Escola na função educativa.

O Pe. Pelonha teve autonomia em um momento em que ninguém achava que teria, ele teve liberdade na maneira como trabalhava, pelo jeito como se colocava perante a Escola. Discutia ali o que se fazer, considerava o que era interessante para a Escola, debatia, passava a ser algo de suma importância, e nisto estava a autonomia dele como Diretor. Ele não estava Diretor para, simplesmente, fazer a vontade de determinadas pessoas, para contribuir com interesses políticos de quem quer que fosse, a não ser os interesses da comunidade escolar: com a sua autonomia fez a escola pensar, de fato, em Educação.

Hoje em dia, as pessoas querem cargo político, querem um cargo pela matéria financeira e, para estarem ao lado do poder Executivo, muitos entram na escola e, sequer, se reúnem com a comunidade escolar, simplesmente é o diretor e, naquele contexto, o Pe. Pelonha estava Diretor e fez surgir um novo conceito de educação participativa, sem estar atrelado aos fins políticos, nem tampouco à subserviência de práticas autoritárias que representassem o poder político, ele foi o Diretor. É fato que o Pe. Pelonha nunca teve independência financeira, mas sempre teve autonomia pedagógica e no contexto de sua autonomia pedagógica, teve um diálogo aberto com a comunidade escolar, todos os problemas da escola eram inseparáveis ali. Para se ter autonomia, é preciso se ter, também, bagagem de conhecimento cultural, que nem sempre os indicados para esses cargos tinham.

O Pe. Pelonha, quando estava Diretor, há de se lembrar de que foi ele quem criou a banda (FANFARRA) na EMFAS, e outra na Escola Estadual Claudeci; criou outra com crianças e adolescentes que tocavam flautas e que, inclusive, em sua homenagem, a fanfarra levava o seu nome: "Banda Marcial Prof. Pe. Pelonha", e muitos dos alunos não tinham recursos financeiros para adquirirem o fardamento da

banda, e o que foi que ele fez? Criou um sistema de apadrinhamento no qual o aluno, componente da banda, escolhia um padrinho para que lhe desse aquela roupa. Ele relacionou esses padrinhos e foi atrás, e conseguiu com que eles, de fato, assumissem esses alunos como se fossem afilhados, patrocinando o fardamento. Até hoje, pelo que eu saiba, todos os alunos que precisaram, tiveram seus fardamentos. Neste sentido, algo muito importante o Pe. Pelonha fez: ao divulgar os nomes desses padrinhos, todos foram agradecidos e receberam um mérito por causa disso; é por essa ação presente na escola, que muita gente diz: olha o diretor quer fazer isso, mas só quem leva o mérito é ele; e isso era fato, diretor sempre quis ter essa característica; isso aqui é mérito meu. O Pe. Pelonha sempre se colocou, falou e agradeceu em nome da EMFAS, dos professores e funcionários.

Existe um documento que ele fez com esses agradecimentos. Durante o período em que o Pe. Pelonha esteve Diretor, ele foi eficiente em suas ações, e, com isso, foi mais uma ação desarticulada e que não atingiram mais, isso é um exemplo de que, mesmo em não se tendo independência financeira, deve-se buscar outras maneiras para que os problemas tenham solução. Se não houvesse essa credibilidade da EMFAS, ele não teria feito o que fez, as pessoas acreditavam nos projetos da EMFAS. Era tanta credibilidade, que ninguém disse não, talvez ele não saiba disso, nunca tivesse ficado sabendo. Essas pessoas ficaram muito agradecidas ao terem recebido um mérito de agradecimento, por terem seus nomes agregados ao nome da Escola, algo que nunca tinha acontecido na história da Educação deste Município. Ele não fez nada em seu nome, sempre em nome da Escola; desarticulou uma prática que era comum aos diretores que gostavam de levar o mérito só pra si, e, ao longo do tempo em que esteve na Direção da Escola, fez questão de salientar que na EMFAS tudo poderia acontecer, e acontecia com a participação de todos e não apenas por causa dele, nem tampouco por seus méritos, mas por nossos méritos.

Muitos diretores não tiveram essa independência pedagógica, não tinham bagagem intelectual. Eles assumiam a direção e trabalhavam apenas com funções burocráticas, lidavam com documentos, nunca se dedicaram a construir um projeto para a Escola, no sentido de resgatar para a EMFAS os grandes movimentos culturais que havíamos tido, e isso se tornava inviável para esses diretores que, por

causa das limitações pessoais, não tinham formação, não eram pessoas preparadas, eram políticas e o Pe. Pelonha não era Político, era Padre e Educador.

Por ser Padre, Diretor e Educador, e por ter sido indicado, houve muita resistência e ao mesmo tempo como que num movimento contraditório, aceitação. As pessoas logo de início perceberam que ele era diferente dos demais, compreenderam suas qualidades e sua bagagem intelectual. O aceno do apadrinhamento foi uma confiança e respaldo da EMFAS, pelo seu trabalho na comunidade.

A grande rejeição ao Pe. Pelonha foi estimulada, inicialmente, por aquelas pessoas que tinham influência na Escola, e criam que tinham em nível de cidade. Quiseram puxar uma campanha contra ele, mas a maior parte da sociedade também entendeu que essas pessoas do poder político, do nepotismo, do poder de indicar quem elas queriam para trabalhar ou não, e quem dependia e estava muito próximo ao diretor, que sequer trabalhava, quando elas perderam tudo aquilo, quiseram jogar a culpa na sua pessoa. Mediante o que foi feito na EMFAS, com sua postura de uma administração democrática, em que se fazia acontecer as coisas, essas pessoas foram caindo no esquecimento da comunidade, das pessoas de modo geral. “As aves de rapina desaparecem quando cessam as carnes”. Não tendo mais como se sustentarem para denegrirem a imagem do Pe. Diretor, caíram no esquecimento mediante o apoio que ele recebeu da sociedade e da comunidade escolar; além de perderem a credibilidade só pelo fato de falarem; estavam moralmente desacreditadas.

O Pe. Pelonha, enquanto esteve Diretor, sempre deixou claro que o mérito dos trabalhos era da Escola; portanto, os problemas também eram da Escola. Era preciso que juntos buscássemos uma solução para nossas dificuldades, uma vez que éramos responsáveis pelos acertos, éramos, pelos erros. Neste sentido, eu acredito que, quando ocorrem problemas dentro da escola, ficando o diretor no impasse para resolvê-los, atribuo isso à fraqueza do diretor, à falta de preparo intelectual dele. É preciso que o diretor, uma vez que esteja à frente da Escola, saiba que tipo de projeto está sendo mais urgente para poder socializar. Com isso, diminuirão os conflitos pela bagagem pedagógica do diretor. Se ele tiver essa visão, melhora até sua autonomia. Se só tiver a visão de que está ali porque o Prefeito mandou, ele não tem responsabilidade com o Corpo Escolar e, com certeza, está fadado ao fracasso.

Existe uma inquietação a respeito de uma direção, administração democrática. Diretor teria que ser eleito, indicado, concursado? Eu acredito que toda escola gostaria de ter um Diretor indicado como o Pe. Pelonha, essa é minha visão, porque tive o prazer de conhecê-lo e de trabalhar com ele. Se hoje o Pe. Pelonha fosse um diretor indicado, seria aceito por todos. No momento em que você tem a confiança da comunidade, o poder executivo passa a compreender que você foi indicado pelo Prefeito, mas tem o respaldo da Comunidade e da Escola, então, você há de convir que o empenho foi satisfatório; neste sentido, o Pe. Pelonha teve o apoio da comunidade.

Acredito que se não fosse o envolvimento político das pessoas, a melhor maneira de se ter um diretor na Escola seria por eleição, desde que esse diretor não se submetesse aos devaneios dos políticos. Um diretor eleito, com certeza, não iria assinar cheques em branco, isso não seria mais possível porque teríamos um diretor que não estaria preso a nenhum Político. Seria muito bom se a eleição para o provimento do cargo de diretor viesse de fato resolver os problemas da Educação. Todavia, não fiquemos iludidos como as coisas acontecem neste município, a eleição só pioraria as coisas.

Não há uma crença em relação a estas escolhas, como os diretores são indicados, depois de sua participação: pessoas sem experiência na Educação. Não se pode ignorar que para se fazer a escolha de um diretor, deve-se levar em consideração sua bagagem pedagógica. Muitas dessas pessoas que foram indicadas, se o fossem para trabalhar numa gestão eleita, não teriam a menor condição. Dessas pessoas, não se pode esperar que façam alguma coisa, porque não possuem bagagem pedagógica. Se o Diretor for escolhido, o problema está na escolha e, com certeza, nos últimos 10 (dez) anos, nenhum dos Diretores escolhidos tinham condições de serem eleitos.

### **13.1 Repressão e Censura a um Militante Professor**

A bravura e a brevidade dos pobres sejam eles, nordestinos ou não, os que residem embaixo das pontes ou nas palafitas, nos retirantes pedintes ou nos pedintes migrantes, nos desassistidos das políticas públicas de emprego, moradia e

educação ou, em quaisquer das situações, onde se perceba a negação da vida, estão refletidos no migrante Severino do Filme “Morte e vida Severino” de João Cabral de Melo Neto, no retirante Severino, estão refletidas as vozes e o lamento dos muitos que, amordaçados, seja, pela condição social ou pela limitação da escrita, e, apenas, em sua memória, registram no seu imaginário, os fatos que contradizem e renegam a vida, nos silenciados e aparentes vencidos, frente ao poder opressor dos que, economicamente, manipulam, na tentativa de anularem a história dos descontentes, que continuam, insistentemente, em suas contradições, no inconformismo com a história que se tornou oficial.

Sua identidade é o seu nome: “Severino”. O que é um nome, diante de tantos nomes, senão apenas mais um? O que é um retirante, que misturado aos demais, é também, apenas, mais um? O que é a morte diante de tantas mortes que se vê? Qual a diferença ou, o que importa, se a morte do outro foi morte morrida ou morte matada? De que mais se morre, ou de que mais se mata? O que mais a pobreza tira do homem? O nome é apenas o que fica como identidade, pois é o nome que revela o caráter do sujeito, é através do nome que são identificados, mesmo misturados e embolados, nos aglomerados “Severinos”. Eis a típica identidade dos Severinos, Joões, Marias, Pedros, Franciscos e Josés. Qual a identidade do pobre, além das trazidas em suas características físicas?

A compreensão que teremos do retirante “Severino” nos possibilitará, a partir deste, direcionarmos o olhar cuidadoso das histórias que o nosso colaborador Alonso nos narrará, por serem, estas, as histórias que não foram oficializadas nos registros da história dos vencedores:

O meu nome é Severino, como não tenho outro de pia. Como há muitos Severinos, que é santo de romaria, deram então de me chamar Severino de Maria; como há muitos Severinos com mães chamadas Maria, fiquei sendo o da Maria do finado Zacarias. Mais isso ainda diz pouco: há muitos na freguesia, por causa de um coronel que se chamou Zacarias e que foi o mais antigo senhor desta sesmaria. Como então dizer quem falo ora a Vossas Senhorias? Vejamos: é o Severino da Maria do Zacarias, lá da serra da Costela, limites da Paraíba. Mas isso ainda diz pouco: se ao menos mais cinco havia com nome de Severino filhos de tantas Marias mulheres de outros tantos, já finados, Zacarias, vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia. Somos muitos Severinos iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as



mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue, que usamos tem pouca tinta. E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida). Somos muitos Severinos iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar alguns roçados da cinza. Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história de minha vida, passo a ser o Severino que em vossa presença emigra. (JOÃO CABRAL DE MELO NETO, 1994, p. 171).

Para iniciar suas histórias, nosso colaborador, Alonso, faz uma apresentação enaltecendo o nome do pai que era poeta, delimitando, com isso, a militância e o descontentamento, e assim, diz:

Sou Alonso Silveira Silva, filho de poeta e militante da História Social. Por ser filho do poeta, militante através da literatura de cordel, e que se envolveu nas questões referentes à barragem e à nova cidade, percebi essa paixão pela história estar enraizada dentro da minha própria casa. Meu pai não teve condições de estudar, fazia poesia imaginando poder escrever seus poemas, iniciando seus escritos exatamente com a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e com as consequências que ela trouxe para a cidade de São Rafael.

Para os que ainda não perderam as esperanças, por trazerem em suas experiências a bravura de quem não se deu por vencido e, em seus “cantos e lamentos”, manifestas a dor e a desilusão, dos muitos que não tiveram a audácia de denunciarem, através de suas militâncias, o poderio das esmagadoras forças que silenciavam e torturavam e, também, os muitos que não tiveram a altivez para a luta, com isso, fracassados pela exploração, negaram-se a própria sorte, e na fúria pela ganância econômica, faz com que os homens que detêm o poder percam seus referenciais e que seus limites sejam a própria vontade; nisto consistem as barbáries pelo uso do poder e das forças impostas pelos anseios de dominação e, tudo se tornará válido para o controle dos dominados: a repressão e a censura.

Compreendendo que a ditadura militar no Brasil tenha terminado em 1988, de acordo com a Constituição Federal, faz-se necessário revisar tal conceito, uma vez

que em muitos estados e cidades isto, de fato, não tenha ocorrido, já que uma década depois, ainda se tenha que conviver, mesmo num Estado democrático, com os respingos da ditadura, com a mesma prática de repressão, para silenciar os que ainda poderiam ter voz, pois, a censura, neste regime, foi um dos elementos mais marcantes do autoritarismo que governava este país e o povo brasileiro, que era controlado pelos órgãos do governo, tentava transparecer a paz e a estabilidade social.

Conceituando as noções de repressão e censura, segundo o dicionário Aurélio Online<sup>38</sup>, assim, define:

CENSURA s.f. Exame crítico de obras literárias ou artísticas; exame de livros e peças teatrais, jornais etc., feito antes da publicação, por agentes do poder público. / P. ext. Órgão que realiza esse trabalho. / Condenação eclesiástica de certas obras. / Corporação encarregada do exame de obras submetidas à censura. / Condenação, crítica. / Condenação proferida por uma assembleia contra um dos seus membros. / Repreensão, advertência. / Voto de condenação à política geral de um governo: moção de censura.

REPRESSÃO s.f. O governo, a autoridade do ditador. / Poder ou autoridade absoluta. / Governo em que os poderes do Estado se concentram nas mãos de um só homem.

Portanto, tais conceitos resultam de uma ação concreta, cujos contornos históricos e sociais podem-se aqui detectar e confrontar, detalhadamente, nos mecanismos de repressão e, ao mesmo tempo, medir as percepções de memória e expectativa, empregando uma perspectiva diacrônica daqueles que reprimem e dos que resistem.

Entendemos que a compreensão do termo censura está, implicitamente, aplicado à repressão que, por sua vez, traz-nos a noção de autoridade do Ditador/Poder ou, autoridade absoluta. Dos que viveram no obsequioso silêncio de um sistema de governo, assim chamado de ditadura, em nada é estranha a noção de repressão pela censura, a partir da própria experiência. Sendo assim, a censura era uma prática política dos governos militares para amedrontarem, reprimindo os

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Censura.html>> Acesso em 25 mai 2012.

que não se enquadravam dentro de um sistema fechado e coibido da própria cidadania.

A compreensão de censura é-nos possível apenas dentro de um regime autoritário, não na chamada democracia.

Com isso, perguntamo-nos: em que situação vivemos a censura? Como a mesma se aplica em plena democracia? Como a mesma se aplica em plena democracia? A bem da verdade, além das censuras feitas à literatura, cinema, peças de teatro e a tantas outras formas que havia, é de se refletir a censura prévia da voz e da imagem.

Em se tratando de censura de um professor, em o mesmo não ter acesso a uma determinada escola por uma questão de ingerência política, no cumprimento das determinações autoritárias como respingos da tal ditadura, nosso colaborador, assim, delimita a censura que lhe fora imposta, mesmo no longínquo interior do Rio Grande do Norte, onde as relações sociais são afinadas pelo compadrio numa estreita ligação parentesca, embasada nas amizades de famílias.

Neste sentido, nosso colaborador denuncia as práticas políticas autoritárias e controladoras que ainda vigoram, nos mesmos moldes da então ditadura do regime militar, em que a censura, imposta como castigo ou como repressão, é arma de domínio dos que detêm nas mãos o poder e controle da mesma, através destas práticas. A censura imposta por quem detém o poder e a pretensão absoluta de controle para fazer valer a permanência da prepotente opressão, pouco importa o local em que ela esteja vigente, até mesmo, se esta ainda seja validada nos atos de atrocidades com quem, também, possui o dever de informar ou, transmitir conhecimentos numa recíproca intencionalidade, entre professor e aluno. Nisto são afirmados os respingos da ditadura, pela censura, na voz do nosso colaborador Alonso:

[...] Ensinei, também, na maior escola privada do vale do Açu, que é o Complexo Educacional Santo André (CESA), mas na Escola de Ensino Médio de São Rafael, que era a Escola Municipal Francisco de Assis de Souza (EMFAS) nunca tive a oportunidade, nem a chance de ser chamado para trabalhar. Havia ingerência política e só se entrava nesse contexto caso, politicamente, se acompanhasse algum grupo político, sem que se fizesse nenhuma restrição. Por eu ter minha independência política e visão política em relação a isso, nunca tive oportunidade de entrar nesta Escola; havia reserva à

minha presença e censura à minha voz, até mesmo, para uma simples palestra.

A dependência econômica que, subitamente, aliena as pessoas e as submetem aos zelosos caprichos dos que detêm o poder e, estas, quando assumem cargos de confiança na administração pública é, tão somente, para impedir e impelir, os que, diferentemente, não apoiam práticas de atrocidades, mesmo que estes espaços sejam as escolas, com isso, faz-se necessário que a neutralidade, conduzida pelo bom senso, deva vir do profissionalismo, ainda que, nestas, sejam identificadas práticas de subserviência e, ao mesmo tempo, de dominação, sobre os mais desprovidos economicamente e, os politicamente convictos:

Como é sabido, quando o Pe. Pelonha chegou para gerir a Paróquia local, recebeu o convite do então Prefeito para assumir a direção dessa Escola. Ao assumir, não conhecia os educadores nem o rumo da educação nesta cidade, mas em virtude de como recebeu a Escola e, percebendo o quadro de professores que estavam distribuídos nas disciplinas, inclusive no Ensino Médio, achou frágil a maneira como dirigiam o Ensino. Com isso, formou um grupo de professores independente de sua perspectiva ou de sua visão política, desde que tivesse capacidade pedagógica para tal. Foi neste contexto que eu entrei na escola Francisco de Assis de Souza, pelo meu conhecimento de História, acredito eu, que as pessoas deram-lhe essas informações a meu respeito. (ibidem)

Compreender a dominação das forças políticas alicerçadas na submissão, aos que faziam valer seus interesses e se incumbiam, também, de manter, pela cega servidão, os privilégios dos que seriam advindos da fidelidade ao sistema vigente de contratação, em que os moldes que serviam para o favorecimento dos apadrinhados políticos não poderiam ser modificados, sob a rígida vigilância dos politicamente dependentes, com a aquiescência dos cúmplices diretores:

Com a minha contratação e, simultaneamente, a de outros professores à época, eram grandes os comentários na cidade sobre tal fato, porque era a primeira vez na história política que um funcionário era contratado, sem indicação política e sem fazer parte de nenhum esquema político, como era comum acontecer com

qualquer funcionário da Repartição Pública de São Rafael. Dentro do contexto político vigente, antes da chegada do Pe. Pelonha, não se poderia pensar nessa possibilidade, agiam dentro dos moldes que determinavam a indicação e contratação do funcionalismo, e só se entraria na Repartição Pública Municipal como qualquer funcionário, através do voto e não por sua bagagem de conhecimento. (ibidem)

Desde a criação da EMFAS, não se conhecia, neste município, um meio para contratação do funcionalismo, sobretudo para a educação, que não fosse o habitualmente apreendido, dentro da normalidade, dos que aprenderam pela omissão, imposta pela situação econômica ao conformismo, que era particularmente de um povo que dependia de favores, e que a partir da indicação do Diretor Pe. Pelonha viu-se que estaria acenando para novos rumos, a educação neste município. Nisto, afirma nosso experiente colaborador:

A partir do Pe. Pelonha, os indícios, ventilam, para os novos rumos da educação, desatrelando-a da submissão política em que estava amordaçada. [...] Com essa visão de administração e de participação, ao gerir o espaço público na Escola, é que fui contratado pelo Pe. Pelonha. Se o então diretor Pe. Pelonha não tivesse tido essa larga visão da Educação como docente, se não tivesse tido esse olhar, além de se considerar normal dentro da educação, neste município, nem eu, nem muitos dos professores que ele contratou teriam tido essa oportunidade de trabalhar nesta escola. (ibidem)

Se considerarmos que a educação, não deva estar atrelada à política partidária com fins eleitoreiros, como serva, no cumprimento de suas obrigações, apenas, convindo para a troca de favores, é de se entender que a mesma se faz com profissionais competentes e qualificados pelo conhecimento, e não pelo apadrinhamento político. Nisto, afirma Alonso:

A prática que se tinha de fazer a educação com fins políticos eleitoreiros, considerando apenas quem era o fulano no quadro da Política, quem o havia indicado e a que grupo pertencia, sem os critérios pedagógicos e de conhecimento para trabalhar, se tivessem continuado dessa forma, eu não teria entrado, mesmo tendo todas as condições. A postura do Pe. Pelonha de buscar profissionais para fazerem parte do quadro de professores, que tivessem

conhecimento, foi respeitada pela executiva, haja vista que contrataram todas as pessoas que foram indicadas por ele.

A instabilidade causada pela mudança não ocorre apenas pelo novo, que aí se instala, mas, sobretudo, pelas perdas de garantias. Neste contexto, a independência, e junto a esta, o compromisso advindo de uma formação humana, alicerçada em princípios de igualdade e justiça, contrapondo-se às relações de poder, na luta pela permanência de privilégios, isenta, ainda que, timidamente, dos que visam à soberania da coletividade, a agirem em função de seus próprios interesses, contrariando, aos que fazem da política partidária, meios para a estabilidade econômica e ascensão social:

Com a indicação do Pe. Pelonha, esse grupo foi destituído, e com isso, houve rejeição. Acredito que essa não tenha sido a principal rejeição, mas sim, pelo fato de sua gestão ter feito um levantamento dos funcionários que havia na escola, pois não os conhecia. Foi quando descobriu que havia muita gente que não trabalhava e recebia seus vencimentos, pessoas protegidas, blindadas, que tinham seus privilégios como funcionários, sem nunca darem um expediente sequer, na Escola. [...] Atribuíram à pessoa do Diretor Pe. Pelonha, a culpa de essas pessoas terem sido exoneradas e demitidas, como se ele tivesse, ou sua gestão, colocado esses funcionários fantasmas para fora.(ibidem)

O desemprego e as difíceis relações de poder dos diretores da EMFAS, que se submetiam, por medo de perderem seus empregos, aos que lhes faziam escravos em suas consciências, sendo manipulados, em função de interesses políticos, obrigando-os a mais desigual das situações de dependência, pela humilhação de representarem seus líderes, na garantia de se manterem nos cargos, para os quais foram indicados. Para compreendermos tal humilhação, afirma Alonso:

Os diretores tinham medo de perder o poder, quando fossem questionados por pessoas que viviam independentes da política partidária, porque eram livres para questionar a prática da subserviência de cada diretor. Eles tinham medo de estarem diante de pessoas que questionassem. Essas questões eram trabalhadas com mãos de ferro, não havia nada para se pensar, e muita gente, por medo, não abria a boca, porque se soubessem, poderia virar uma celeuma.

Compreender a submissão de um povo é, antes, compreender suas histórias, suas lutas e fracassos e apropriar-se do passado, no presente, deixando de ignorar os que hoje parecem vencidos e banidos de suas próprias vidas, mas que ainda insistem e lutam por ela, no enfrentamento dos que não se deram por vencidos, diante dos que ainda têm o poder de decisão, por serem considerados, pela situação econômica, os opressores e vencedores na história:

Na antiga cidade de São Rafael, que tinha uma economia sólida, baseada na agropecuária, tinha extração de xelita, tinha carnaubal, o mármore, além do artesanato; as mulheres eram ocupadas. Com a transferência da cidade, a água cobriu, sepultou todas essas riquezas ao ser inundada e nenhum político colocou uma alternativa econômica para essas pessoas. Juntando o poder com a questão econômica e com o fator político, ninguém, na São Rafael Antiga, via fila de pessoas em casa de político, não viam pessoas pedindo nada, as pessoas tinham uma maneira própria para sobreviverem e não se via pessoas mendigando nada. Ninguém ia atrás de qualquer político que estivesse numa área de lazer, em um bar ou onde quer que fosse, pedindo para pagar nada. Quando houve a mudança geográfica da cidade, a partir de 1983, essas pessoas que trabalhavam, ficaram sem emprego, sem renda. (ibidem)

A humilhação pelo desemprego, a falta de políticas públicas como garantias mínimas de sobrevivência, numa região em que uma população se viu obrigada a viver na passividade, em função, tão somente, de sua miserável situação econômica, que inconformada, no entanto, silenciada, após assistir serem banidos os meios de sua subsistência, tornando-as nas mais vulneráveis das criaturas, que passam, a partir de então, a viver de favores políticos em troca de sua garantias, nem que, para isto, tivessem que, fielmente, representar pela força, o poder de seus opressores:

A dupla humilhação das pessoas, na qual a necessidade as tornava presas fáceis para os políticos, fez com que, hoje, as pessoas ainda vivam enganadas e submissas às forças políticas locais. [...] A cidade viveu ou sobreviveu com essa mentalidade de se ter que estar apadrinhada e, ao mesmo tempo, dependente de um Político pela situação econômica, como ainda hoje isso é visível; assim, a educação sofreu em função do poder dos diretores. Estes eram cabos eleitorais firmes do Prefeito em questão. Nessa situação, os

poderes que os Políticos jogaram na sociedade desassistida, economicamente, com o problema Baixo-Açu, fez com que os diretores se encarregassem da tarefa de controlarem os professores dentro da escola, mediante a leitura da lisura do verbo. Votou com o Prefeito, o diretor recebia aquele professor, sabendo que ele era submetido eleitoralmente ao Prefeito. (ibidem)

No cumprimento das garantias dos que faziam permanecer o poder em suas bases, para a dominação dos obrigados a seguir as determinações dos diretores, como controle dos interesses dos que politicamente se beneficiavam, os diretores, fielmente, cumpriam seu papel, por isso:

Os diretores indicados eram tirados de dentro de sua base política e eram escolhidos por serem de famílias que se achavam importantes, de pessoas ligadas à Política, ou que estivessem no Executivo ou no Legislativo, de alguma forma ligados a um grupo Político, e daí era que saíria a indicação. (ibidem)

O poder era apenas legitimado e imposto pela legalidade dos diretores que representavam seus grupos políticos pela cumplicidade, mesmo que o poder destes, não fosse ratificado pela comunidade escolar, supostamente subordinada, o que prevalecia era tão somente a fidelidade dos mesmos, no cumprimento das determinações políticas. Neste contexto, é afirmado:

Os diretores, em relação aos funcionários indicados por seus vereadores, agiam com o poder respaldado pelo Prefeito, diante de pessoas ligadas a outro grupo político. Se o Diretor agisse tendo que corrigir um funcionário ou professor, ou quem quer que fosse, existia o apadrinhamento. O diretor só agia com pessoas que não estavam ligadas totalmente a grupos políticos, e que não fossem fortemente apadrinhadas. (ibidem)

Sendo os diretores indicados para um cargo de confiança do Executivo, em nada mudará as conflituosas relações de poder, se estes não mudarem a mentalidade de que diretor é cargo de confiança, sim, mas da comunidade.



Enquanto permanecer aquela mentalidade, diretor será apenas um mero cumpridor dos cruéis caprichos da política partidária:

A mudança de mentalidade de um diretor depende exclusivamente dele. Muita gente, com o pensamento de maioral, quer mandar de qualquer maneira, só porque foi uma indicação política. Eu estou aqui, porque o Prefeito mandou, e como as escolas serviam para atender às ordens e aos caprichos do Prefeito, elas tinham que estar abertas para receberem qualquer pessoa que fosse indicada e, para isso, as Escolas ainda servem. (ibidem)

Difícilmente, quando se vive atrelado à submissão pela dependência econômica, a liberdade de expressão e, claro, posicionamentos contrários, são inibidos pela mordada do poder:

Muitos dos professores que lecionavam e que não eram concursados vinham dessas práticas da época da ditadura, dessa prática de o diretor apenas mandar e não ser em nada questionado. Fazendo uma referência, o Pe. Pelonha quando estava Diretor e trazia algo para ser discutido no grupo, as pessoas queriam que ele trouxesse concluído, pois isso já era uma prática convencional; quando se tinha uma reunião, já se sabia que diretor levava tudo pronto e determinado. Se o diretor na reunião perguntasse algo a alguém, tinha gente que dizia que não servia para ser diretor, pois vinha nos perguntar o que deveria ser feito. (ibidem)

Ainda que muito estranho e dificilmente compreensível, pela desonestidade dos que estão na administração pública, visando seus reais interesses e o controle do poder, é comum, ainda que não seja normal, nem a forma justa e correta de gerir, valendo-se do nepotismo e clientelismo, para a manipulação e favorecimento das reais manobras políticas que, posteriormente, se tornaram impunes:

A herança coronelista que estava além de outras coisas, baseada na manutenção dos privilégios, aliada ao parentesco e ao nepotismo era muito forte, às vezes, até se colocavam pessoas lá dentro que nunca deram um dia de expediente, mas sempre recebiam seus vencimentos quando eram pagos; o clientelismo, o 'amiguismo', a

situação familiar, o apadrinhamento político, dentro das Escolas, permitiam ao diretor lidar com esse grupo diretamente para dar todo respaldo em qualquer reunião que houvesse; se alguma coisa ali fosse falada, já havia professor que recebia orientações, antes da reunião, para se posicionar de tal maneira, para que as coisas não saíssem do controle do diretor que, por sua vez, tinha que se explicar com o Prefeito a respeito dos questionamentos que eram feitos. (ibidem)

A influência do Pe. Pelonha na educação deste município possibilitou, pelas provocações que fazia na comunidade escolar, a se pensar em um novo conceito de administração e novos valores que, certamente, não estavam atrelados à política partidária:

Neste contexto, quando se faz uma convocação de professores, especialmente dentro da sua área de formação, independente da sua posição política, vê-se refletir a mudança de visão cultural que havia nas diretrizes anteriores. Foi visível a maneira como o Pe. Pelonha influenciou a educação neste município na sua administração, com o passar dos anos, a partir de 1998. Outro fator importante foi o processo de conhecer e discutir a Escola, a educação em nível de escola, sua visão cultural, e a discussão que ele provocava para que, de fato, se conhecesse a escola, se discutisse a escola.

Por ser Padre, Diretor e independente da política partidária, por não ter dependência econômica, e por não ter sido indicado com os mesmos moldes que eram indicados os demais diretores, foi possibilitado pela situação e formação do Padre Diretor a se ter um novo conceito de administração e educação que refletiam nas práticas político-pedagógicas, pela ampla e larga visão que tinha de educação, pelo envolvimento e participação da comunidade escolar:

A dependência econômica neste município tem sido um fator gerador e causador de certas práticas políticas, sobretudo quando ela escraviza as pessoas e amordaça a própria consciência, tornando-as simples escravas, servis, chegando a negar sua própria identidade em função dessa cega submissão. Apesar de ter havido melhoria na qualidade de vida das pessoas, em função de projetos federal, municipal ou estadual, a dependência econômica fez com

que as pessoas não tivessem altivez em cobrar esse tipo de ação naquele momento em que foram feitas. (ibidem)

Tratando-se de administração participativa ou, gestão democrática dentro da comunidade escolar, isto será possível, ainda que não em sua totalidade, a partir da elaboração de um Projeto Político Pedagógico. É através da elaboração deste, que a escola, juntamente com todo o corpo docente, funcionários e pessoal de apoio traçam suas metas e objetivos que desejam alcançar, objetivos a serem cumpridos e sonhos a serem realizados, com a participação efetiva, dinâmica e democrática de todos. Neste sentido, é assim denominado Projeto, porque une propostas, anseios e metas a serem executadas por um determinado fio condutor, sendo este, também, em sua forma dinâmica, flexível e aberta para as possíveis adaptações.

É Político, porque o espaço escolar é formado por cidadãos que atuam em suas individualidades sem perder de vista o foco da coletividade, tendo a sociedade como principal beneficiária, adaptando-se às necessidades que ora exigem mudanças em seu constante movimento. E é, por fim, Pedagógico, por organizar e definir as atividades educativas dentro do processo de ensino - aprendizagem.

As três dimensões do Projeto Político-Pedagógico torna-se um referencial que indica a direção a ser seguida pela escola, com o envolvimento de gestores, professores, funcionários, alunos e famílias. Para tanto, o PPP deve ser suficientemente o mais completo possível, claro e objetivo em sua compreensão.

Neste sentido, a falta de um Projeto Político Pedagógico torna a comunidade escolar, inibida de executar seu papel social, pelo envolvimento e participação de todos que estejam no espaço escolar. Sendo assim, afirma nosso colaborador, na proposta de um Projeto para a escola, como uma forma de dinamizá-la e fazê-la democrática que, assim, afirma:

Seria, sem dúvida, a forma mais ideal e democrática de Administração Escolar, se o atual diretor fosse capaz de forçar a construção de um projeto para a Escola, onde se assegurasse ao próximo diretor dar continuidade aos trabalhos a serem desenvolvidos, independentemente do Prefeito que estivesse no comando, do diretor que estivesse na gerência ou, até mesmo, da Política ou, ainda, dos interesses eleitorais. Isso asseguraria com certeza a Escola na função educativa. (ibidem)

Para André (2001, p. 188), o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve:

[...] expressar a reflexão e o trabalho realizados em conjunto, por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola; [...] ele é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade.

Segundo Libâneo (2001,p.125), o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola", tendo em conta as características do instituído e do instituinte. Segundo Vasconcellos (1995, p.143), o projeto pedagógico:

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Já para Veiga (1998, p.18):

[...] o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico, que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo, que a 'influencie e que pode ser por ela influenciado'. Portanto, trata-se de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional, em sua totalidade. O projeto pedagógico tem como propósito a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização, e das formas de implementação e de avaliação institucional.

O que torna um diretor aberto frente aos desafios e interesses da escola é seu conhecimento acerca das questões que envolvem a mesma, possibilitando no

espaço escolar a discussão consciente para o crescimento do todo pelas partes, sem estar preso a ideais que não sejam os da escola:

O Pe. Pelonha teve autonomia em um momento em que ninguém achava que teria, ele teve liberdade na maneira como trabalhava, pelo jeito como se colocava perante a Escola. Discutia ali o que se fazer, considerava o que era interessante para a Escola, debatia, passava a ser algo de sua importância, e nisto estava a autonomia dele como Diretor. Ele não estava Diretor para simplesmente fazer a vontade de determinadas pessoas, para contribuir com interesses políticos de quem quer que fosse, a não ser os interesses da comunidade escolar: com a sua autonomia fez a escola pensar, de fato, em Educação. (Alonso)

Se compreendermos que a educação não está atrelada aos fins da política partidária, o engajamento, em função da coletividade, virá a beneficiar os que à educação se dedicam:

Hoje em dia, as pessoas querem cargo político, querem um cargo pela matéria financeira e, para estarem ao lado do poder Executivo, muitos entram na escola e, sequer, se reúnem com a comunidade escolar, simplesmente é o diretor e, naquele contexto, o Pe. Pelonha estava Diretor e fez surgir um novo conceito de educação participativa, sem estar atrelado aos fins políticos, nem tampouco à subserviência de práticas autoritárias que representasse o poder político, ele foi o Diretor.(ibidem)

Estar diretor de escola em situações extremas, pela ausência de autonomia, por se estar preso às determinações e orientações das secretarias de educação, ainda que esta autonomia seja relativa, a mesma advém da compreensiva participação da comunidade escolar:

Muitos diretores não tiveram essa independência pedagógica, não tinham bagagem intelectual. Eles assumiam a direção e trabalhavam apenas com funções burocráticas, lidavam com documentos, nunca se dedicaram a construir um projeto para a Escola, no sentido de resgatar para a EMFAS os grandes movimentos culturais que havíamos tido, e isso se tornava inviável para esses diretores que, por causa das limitações pessoais, não tinham formação, não eram

peças preparadas, eram políticas e o Pe. Pelonha não era Político, era Padre e Educador. (ibidem)

No refazer da vida e nas esteiras das relações desses atores, revela-se o significado da memória como processo vivido, e pelas narrações, evidenciam-se as transformações, de maneira que o passado que é extraído da memória, não lhe é imposto que seja narrado tal qual como fora vivido. Neste sentido, as reflexões de Benjamin nas teses “Sobre o conceito de história” nos ajudam a analisar as potências da memória como reconstrução e reinterpretação do passado “e por esse motivo, a filosofia da história de Benjamin inclui uma teoria da memória e da experiência” e, para isto, afirma: “O historiador materialista não pretende dar uma descrição do passado ‘tal como ele ocorreu de fato’; pretende fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente”. (BENJAMIN, 1994, p.67).

Sendo assim, as histórias dos nossos atores e colaboradores, como afirma Benjamin, “reivindica a singularidade de cada momento da história humana, independentemente do seu lugar em um processo global, cujo fim não se pode prever”. Contrariamente a essa história inacabada, o autor ( pp.64-65), ainda afirma:

O historiador burguês não questiona nem sua posição, nem a maneira pela qual a história nos foi contada e transmitida, e ainda menos, a maneira pela qual ela se realizou. A história não é – como seu nome, no entanto parece indicar! [...] o conformismo da historiografia vigente, ela descreve o vasto espetáculo da história universal, mas não o questiona; está, conseqüentemente, bem longe de poder discernir por detrás da história dos vencedores as tentativas de outra história que fracassou; as causas desse fracasso não se constituem objeto de pesquisa, as vitórias são celebradas como manifestações do mais forte, sem que se indague a respeito das condições preestabelecidas de uma luta desigual.

Nessa segunda parte, foram refletidos, nas falas dos nossos colaboradores entrevistados, suas histórias, lutas e desafios dos ainda persistem e insistem em não deixarem renegadas suas histórias nos registros oficiais. Se a historiografia, apenas, registra a história dos vencedores, há que contrabandear dessa história, dita oficial, o direito dos que também a fizeram como vencidos.

Nesta terceira e última parte da dissertação, o capítulo 14 (quatorze), traz, entre as várias histórias e memórias, a compreensão daquele que viveu a trama como padre, diretor e professor, nesse município, em diálogos com aqueles que colaboraram para evidenciar o que fora proposto como objeto de estudo desse trabalho.

**PARTE III – A DIREÇÃO:  
ARTICULANDO HISTÓRIA E MEMÓRIA**



## 14 DEPOIMENTO DO PADRE PELONHA

Sou natural de Carnaubais/RN e fiz o Ensino Fundamental I na Escola Municipal Hildson R. Cacho, no município de Alto do Rodrigues/RN, e o Ensino Fundamental II, na Escola Municipal de I e II Graus Monsenhor Honório, no município de Pendências. Eu e minha família vivemos naquele Estado até o final da década de 70, período em que meus pais, fugindo das dificuldades determinadas pelas secas, assim como a maioria dos nordestinos, e em busca de uma vida melhor, vieram para a cidade de Santos, no Estado de São Paulo.

Eu e meu irmão mais velho ficamos na companhia da minha avó materna, por questões financeiras. Passados dois anos após o êxodo dos meus pais, no início dos anos 80, aos 14 anos de idade, viemos, eu e meu irmão, para a companhia deles e de meus outros 4 irmãos, para ficarmos todos juntos. Já estava na 8ª série, hoje 9º ano, quando aqui cheguei, na metade do 1º semestre.

Minha família residia no Morro do São Bento, portanto, logo fui matriculado na Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Octávio dos Santos, naquela comunidade, na qual cursei até o 2º ano colegial. Em 1981, recém-chegado do Rio Grande do Norte, consegui um emprego como repositor em um supermercado no Jardim São Manuel, Zona Noroeste da cidade. Levantava às quatro horas da manhã, trabalhava durante todo o dia e à noite ia para a escola. Por despertar muito cedo, dormia nas aulas e, por isso, fui reprovado.

Ao me sentir chamado à Vocação Sacerdotal, ingressei no seminário São José, na diocese de Santos, em 1986, quando fui estudar no Colégio Liceu Santista e concluí o Ensino Médio, mas, devido às dificuldades, retornei a trabalhar no comércio, para ajudar meus pais. Em 1990, entrei na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Santos - Unisantos - colando Grau em janeiro de 1993.

Logo em seguida, ainda no mesmo mês, retornei sozinho a Natal, ingressando no Seminário São Pedro, nesta Arquidiocese. Concluindo o curso de Teologia em 1996, em 1997 fui ordenado Sacerdote, pela imposição das mãos do Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Natal, D. Heitor de Araújo Sales. Em 2002, fiz Especialização em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos/PB, Fundação Francisco Mascarenhas. Após ter vivido durante dezessete

anos no Rio Grande do Norte, retornei em 2010 para a Diocese de Santos, onde estou incardinado, desde então, tendo recebido a provisão de pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Itanhaém.

Entre no magistério, iniciando minha vida profissional como professor no ano de 1991, no Estado de São Paulo, ainda como aluno do curso de Filosofia, trabalhando em Escolas do Estado, no Município de Cubatão, no bairro da Cota 200 e, na cidade de São Vicente, nos bairros de Humaitá e Parque das Bandeiras. Enquanto atuava no Estado de São Paulo, lembro-me das passeatas reivindicatórias promovidas pela APEOESP, na cidade de São Paulo, e de ter participado, ativamente, do movimento “fora Collor”<sup>39</sup> em Humaitá, promovido pela escola de 2º Grau, em que trabalhava. No meu retorno ao Rio Grande do Norte, durante os anos de 1993 a 1995, lecionei na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Ascendina Lustosa, na cidade de Vera Cruz R/N, as matérias: Prática de Ensino e Acompanhamento de Estágio e Estatística. De 1995 a 1997, ministrei na ESER (Escola Superior de Ensino Religioso), da Arquidiocese de Natal, nos Campus Avançados de Ceará Mirim, Nova Cruz e Santa Cruz, as disciplinas: Filosofia da Ciência, História da Filosofia, Introdução à Filosofia (distinção do pensamento filosófico do senso comum, estabelecendo relações com o cotidiano, além da compreensão do conceito de filosofia e sua importância na história da humanidade), Introdução à Bíblia, Sapienciais e Profetas.

Fui para São Rafael por ordem do ofício. Padre, e nomeado para a paróquia Nossa Senhora da Conceição, neste município, fui empossado em 28 de março de 1998.

Duas semanas após minha posse nessa paróquia, fui convidado pelo chefe do poder Executivo para assumir a direção da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Francisco de Assis de Souza (atual Ensinos Fundamental e EJA), substituindo o diretor que lá estava havia 15 (quinze) anos. Após algumas conversas, na iminência de que eu viesse a assumir a Escola, e conhecendo o mecanismo da força política

---

<sup>39</sup> Em 1985 chegou ao fim a ditadura militar, mas o presidente civil que assumiu o cargo não seria ainda eleito por voto direto. Em 1984 a população brasileira se mobilizou através da campanha *Diretas Já*, defendendo um projeto de lei que determinaria eleições diretas para presidente no país. O projeto foi votado no Congresso e acabou sendo vetado, o direito reivindicado pelo povo só viria alguns anos depois. Entretanto o governo de Fernando Collor de Melo foi cercado por escândalos e corrupção. [...] Mesmo renunciando, o presidente foi caçado e impedido de concorrer em eleições por muitos anos. Era a conquista do movimento **Fora Collor** que representou grande pressão exercida pela população em todos os níveis. O juiz-forano e vice-presidente **Itamar Franco** assumiu a presidência e terminou o mandato em vigor. [www.infoescola.com](http://www.infoescola.com)-acesso em 30 ago.2013.

local, em algumas cidades do interior do Estado, sobretudo, nas cidades onde já havia lecionado, em que os diretores eram verdadeiros cabos eleitorais a serviço do prefeito ou do grupo político, e estavam diretores por uma mera questão política, como pagamento de algum favor.

Sabendo disto, fiz junto ao mesmo algumas exigências que considerava relevantes para poder assumir tal função. As reivindicações foram: não ter a interferência política dele, ter autonomia para contratar, remover e transferir professores e funcionários e fazer as mudanças que fossem convenientes para o bem e o bom funcionamento da Escola, uma vez que havia uma prática comum de se fazer da educação um rentável negócio político, quando em período de campanha, os políticos, na barganha por votos, prometiam emprego. Ao aceitar as minhas requisições, fui contratado para a direção em maio de 1998, na qual permaneci durante 7 (sete) anos.

Não saberia responder, com exatidão, o porquê de o prefeito ter me convidado para a direção da escola, uma vez que não me encaixava no perfil político que, normalmente, era utilizado para indicar um simples funcionário ou, mesmo, um diretor, que é cargo de confiança direto do prefeito. Não havia votado em nenhum dos candidatos, fossem eles vitoriosos ou derrotados, nem mesmo fiz campanha política ou pedido de votos para quaisquer deles. Residia em Natal, e as eleições municipais já haviam acontecido, assim que cheguei à cidade, para assumir a paróquia.

Se as motivações para a indicação de pessoal para administração pública era política, tenho a absoluta certeza de que, na minha situação, não o foi, por não ser filiado e, sequer, pertencer a qualquer grupo político. Mas, a normalidade nas indicações políticas se dava a partir de alguns critérios políticos, entre eles, ter votado no candidato a prefeito ou a vereador que tivesse sido vitorioso na campanha, nunca no adversário, nem tampouco, naqueles que não tivessem votado nos candidatos. O que o prefeito queria de fato com a indicação feita a mim, não sei.

Posso ter conjecturas, nada além. Postulo como hipótese, o prefeito ter pensado que, embora eu não participasse da política local, uma vez indicado, ele teria sobre mim a mesma influência que exercia em relação aos demais diretores nomeados. Com isso, eu seria mais um dos diretores por ele recomendados.

Embora, o então prefeito estivesse na igreja matriz participando da cerimônia que me empossava para administrar aquela paróquia, foi inevitável sua atitude, ao ir ao ritual como autoridade política e chefe do poder executivo. Simultaneamente, mandou entregar na casa paroquial um ofício que trazia a seguinte mensagem: “a partir desta data, a prefeitura não pagará mais as contas de energia da casa paroquial, nem da igreja matriz”. O motivo para o cancelamento no pagamento das contas, acredita-se, tenha sido o fato de o pároco anterior, em seu discurso de despedida, na presença do prefeito, tê-lo ofendido, como se referiu às inúmeras vezes em que tinham cortado o fornecimento da energia da igreja. Esse fato me foi relatado pelo próprio prefeito, posteriormente.

Como Diretor da Escola Municipal de 1º e 2º Graus e EJA Francisco de Assis de Souza, acumulava a função de professor, trabalhando as seguintes disciplinas: Português, Economia do RN, Religião, História, Geografia e Artes, estando, no momento, licenciado por um período de 03 (três) anos. Nesta Escola, pude ter essas duas experiências: professor e diretor.

Reconhecendo a política para as indicações em outras cidades, não conhecia, de fato, a política local. Mas, rapidamente dela me inteirei, e logo percebi a dependência dos diretores que eram obrigados a seguirem politicamente as determinações do prefeito ou de seu grupo político, muito mais ferrenhos e enciumados cabos eleitorais, do que diretores, pois que nada administravam e de nada entendiam.

Eu não era apenas um diretor, eu era o diretor e não me sentia obrigado a ter quaisquer que fossem as obrigações políticas para com o prefeito, ou mesmo, seu grupo. Não era membro de um grupo de apoio político, e não pedi emprego, a exemplo dos demais indicados, por isso, em nada me sentia forçado, nem tampouco, recebia ordens para agir em minha prática, como um membro da política partidária que seguia e, fielmente, cumpria os caprichos do prefeito. É notório e sabido o cabide de empregos, como troca de favores políticos. Acredito que seja na educação e, especificamente, na escola, onde mais se paga por esses favores.

O descaso é maior com a educação, porque os governos não a levam a sério. Por que não empregam pessoas não habilitadas para serem auxiliares de enfermagem, para serem nutricionistas ou outras profissões que exijam um mínimo de conhecimento? Na educação, se para ser professor fossem exigidos nos

municípios esses conhecimentos, certamente, não seria nela onde se pagariam tais favores.

Quando é aberto um edital para concurso, mesmo que temporário, para médicos, só se inscrevem médicos; mas, para a educação, são inscritos outros, de áreas diversas, que não, professores.

Ao mesmo tempo em que assumi a direção, assumi a sala de aula. Fui indicado para a direção e como não havia concurso, eu mesmo me indiquei e me contratei e assumi as aulas de religião, embora, tivesse assumido outras matérias que não só esta e, mesmo quando saí da direção, fiquei apenas como professor, a partir de 2005.

Na direção da escola, fiquei por um período de 7 (sete) anos, de maio de 1998 a janeiro de 2005. Nesta ocasião, considero duas situações relevantes: primeiro, o prefeito que me indicou e contratou em 1998, já havia sido reeleito e, por isso, nas eleições de 2004, ele recomendou o seu candidato, que veio a ser eleito, assumindo a administração em janeiro de 2005. Em sendo assim, não saberia se com esta administração eu permaneceria na direção. Se fosse pelos moldes que serviam de base para as contratações, possivelmente, não ficaria no cargo, uma vez que não me envolvi na campanha, como os demais.

O fato de que eu não continuaria na direção se deu logo após as eleições, quando o então candidato a prefeito saiu-se vitorioso nas urnas, declarando-se contra o prefeito que o havia apoiado, discordando da então administração por causa dos desmandos e do seu arraso que, por sinal, seu governo foi de um único mandato e deixou marcas tão desastrosas de desonestidade, quanto as que ele havia se declarado contra, chegando a afirmar que não pagaria os meses de salários atrasados do funcionalismo. Logo que eu soube, fiz o que sempre fizera, mesmo estando na direção, em cargo comissionado: denunciei o então prefeito eleito, me articulando contra tal afirmação.

Depois da denúncia que fiz num comunicado, mesmo não tendo assumido ainda a prefeitura, este já me perseguia politicamente, e o maior exemplo disso está, exatamente, na escola, com o sumiço de todo material, de toda a documentação da época em que eu estava na direção.

Quanto a esse fato, desconfia-se de que tenha algo mais, como por exemplo: os conchavos políticos, relacionados a pessoas com as quais eu tive desafeto, porque, enquanto eu estava na direção, algumas famílias tornaram-se minhas

inimigas, como se estivessem lidando com um adversário político. Embora fossem numerosas, eram divididas - tática muito usada no interior do Estado para manter parentes no governo, pleiteando emprego. Houve negociação, em troca de apoio e, meses depois, tornaram-se as hipóteses evidentes.

A segunda situação que considero relevante, neste período, foi a minha transferência da paróquia onde estava, na região do Vale do Açu, para a região litorânea da grande Natal, mais precisamente para a cidade de Maxaranguape, onde assumi a direção da Escola Municipal Professor Germano Gregório da Silva Neto, por um ano.

Em 1999, mesmo estando na direção, prestei concurso, fui aprovado e convocado, mas já estava em sala de aula. Portanto, em nada mudou minha situação e, mesmo sendo transferido da paróquia, continuei professor.

Como sempre, o norteador das recomendações e contratações eram, continuamente, as motivações políticas, porque indicavam, protegiam e apadrinhavam seus comandados, na garantia da permanência. Esse fato é compreendido quando, primeiramente, açambarcamos a história desse povo que, necessitado e sem emprego, tinha como única alternativa viver dos favores e, por que não, das migalhas que os políticos ofereciam, ainda que, humanamente, seja uma humilhação.

O fato de a maioria dos diretores terem suas limitações, tornavam-nos arrogantes ao se mostrarem poderosos diante de seus subordinados, por duas razões: esses diretores tinham que se manter no cargo, por se tratar de sobrevivência e não dominavam a escola, por falta de bagagem pedagógica. Sabendo que os demais viviam a mesma situação, dependiam do emprego como única fonte de renda, pois não havia outra, se submetiam às práticas autoritárias dos seus diretores e, com isso, assinalava que eles, com a ameaça e a tortura psicológica, amedrontavam-nos, ameaçando-os que seriam entregues ao prefeito e demitidos. Com isso, desempenhavam em suas práticas, o poder.

A autonomia era relativa. Como é sabido, nessa e em qualquer outra administração, salvo poucas exceções, diretor não tem autonomia absoluta, mas, tratando-se dos diretores desse município, eles não tinham, sequer, autonomia pedagógica. Eu, de fato, não tinha autonomia financeira, mas a pedagógica tinha, fato esse que nenhum outro diretor apresentava. Porém, essa mesma autonomia, a Secretaria de Educação dava a todos. A questão é que os diretores não faziam uso

dessa autonomia em função do medo e da insegurança em fazer algo, todavia por desacatar a secretaria e ser demitido, ou seja, falta de competência atrelada à dependência política, em função da econômica.

Os diretores eram dependentes diretos da Secretaria Municipal de Educação e, embora essa não os limitasse em suas práticas, deveriam mostrar que estavam de acordo e caminhavam juntos no seguimento das determinações, fato esse que, mesmo eu cumprindo as determinações da Secretaria, nunca me prendi à mesma, limitando-me em minhas práticas, haja vista, as semanas culturais, as caminhadas de protesto que fazia, o dinamismo na escola, os recursos financeiros que conseguia através dos eventos constantes, feitos em parceria com a escola, e que sempre deram certo.

Olhando com os olhos da política partidária local, deve ter havido momentos conflituosos com alguns grupos políticos da ala de apoio ao prefeito e este deve ter sido pressionado por minha causa, mas não poderia afirmar. Lembro-me das caminhadas em solenidades de datas cívicas, como 1º de maio, em que se comemora o Dia do Trabalho, quando eu reunia as escolas, fazendo passeatas de protestos contra a má administração da cidade, finalizadas com a missa em ação de graças pelo dia do trabalhador e que, à hora do ato penitencial, durante o qual se fazia o pedido de perdão, solicitávamos por uma administração transparente e justa, e levávamos ao altar alguns objetos que, contrariamente, como é de costume, quando querem fazer uma alusão ao trabalhador professor, apresentam símbolos que refletem o dia a dia desse profissional que é o apagador e o giz. Entretanto, nós apresentávamos esses dois objetos para denunciar que, sequer, tínhamos giz para escrever e que um único apagador era dividido por vários professores em suas aulas.

Há de se compreender que as práticas dos diretores eram, na maioria das vezes, em função da política, mas é preciso entender esses diretores no conjunto, no todo. Um povo marcado por tragédias que, ao longo dos anos castigam toda essa região do Vale do Açu, em específico, este município, em que as pessoas aprenderam a conviver com a dor e a astúcia, vivendo na penumbra das políticas públicas, esperançosos por alternativas de sobrevivência para não viverem na continuidade do que a historiografia registra: viver na dependência de alguém para sobreviver.

Diante da dependência econômica, as pessoas se tornam dependentes politicamente, como meio mais urgente para sua sobrevivência, assim como os

políticos, em sua maioria, dependem da miséria de quem vive nas camadas mais pobres, cujo nível de conscientização não permite a uma população refletir sua condição de cidadão e a buscar uma solução que não seja paliativa, mas eficaz.

Contentam-se com pequenos favores os quais se tornam grandes, mediante as necessidades e, com isso, quem assume um cargo de confiança como o de diretor de escola, procura, de imediato, representar o poder dos seus, que estão no comando, como garantia da permanência no emprego, com a certeza de que, se não o fizer, há outro que vem e faz. Urge a necessidade de se deixar ser politizado, como garantias de forças para questionar, junto às autoridades governamentais, políticas públicas que possibilitem a dignidade da vida em todas as suas conjecturas, mais urgentes e necessárias do que as cestas básicas oferecidas como um programa de governo - mais uma enganação em troca de apoio.

De fato, essa é uma realidade a qual veio a mudar com o advento do concurso público para o funcionalismo, não que as modificações tenham acontecido em sua totalidade e todos os problemas de administração do espaço escolar tenham sido resolvidos, apenas foram amenizados, mas os conflitos, em sua maioria, continuam.

Do ponto de vista pedagógico, há divergência em relação à prática do diretor, confrontando-se o mesmo, por sua vez, com os professores. Isto se dá pelo fato de os professores terem vivido, durante muito tempo, amordaçados por seus diretores, à época em que todos eram indicados e o diretor prevalecia em suas práticas arbitrárias. Com o concurso, a categoria, que ainda tenta se organizar através do Sindicato, ganha forças políticas junto ao diretor e poder para enfrentá-lo, intensificando-se os conflitos iniciados dentro do espaço escolar.

Ao contrário do que se pensa, com o concurso, outros problemas de ordem política surgiram, aumentando a influência da política partidária dentro da escola, pelo apadrinhamento, limitando a ação do diretor.

Se antes do concurso o funcionalismo precisava de um padrinho político para fazê-lo manter-se no cargo, hoje, com o concurso, ficou mais evidente esse apadrinhamento para fazer determinado funcionário da administração pública manter-se funcionário concursado, mesmo que ausente de suas funções.

Antes do concurso, quando éramos indicados e o funcionalismo ficava com seus salários atrasados, fui solidário com todos, mesmo estando na mesma situação, assumindo simultaneamente duas funções: diretor e professor. Mas, além



de assumir essas duas funções, eu era padre da comunidade e, por isso, me pronunciava contrário aos atrasos nos pagamentos dos salários, hasteando uma bandeira preta no mastro da igreja matriz, em sinal de protesto, contra a má administração.

Mesmo que o funcionalismo estivesse protegido e, com suas razões, tinha medo de perder o emprego. Dentro da escola, sabendo eles que eu discordava dos desmandos da administração por parte do poder executivo, a única arma que eles tinham para enfrentar o prefeito eram as suas salas de aula. dentro das quais, relatavam aos alunos suas necessidades e suas indignações. Esse fato não ocorreu apenas quando eram indicados, mas, em pleno vigor do Plano de cargos e salários, que foi elaborado com o advento do concurso, período em que já estavam protegidos pelos recursos do FUNDEF.

Mesmo assumindo essa posição contrária à administração, e sendo solidário, minha relação com a escola, muitas vezes, era conflitante, pelo fato de o prefeito ter me indicado, mesmo sabendo do meu histórico que não era político. Lembro-me de que esses conflitos e a rejeição feita fora dos muros escolares, durante um bom tempo, desde que assumi o cargo, eram compreensíveis do ponto de vista humano, porque tinha havido um diretor durante 15 anos. Certamente, compreenderam que as coisas modificariam com a minha indicação, tendo sido, por sinal, o que ocorreu.

Para enfrentar os que me provocavam, eu agia com a autoridade inerente a qualquer administrador e exercia o poder em minhas práticas, quando elaborava os planejamentos para a escola e fazia-os dele participarem. Foi a partir de então que começaram a entender o que era uma administração participativa e, nesse sentido, eu era, sem dúvida alguma, autoritário e arrogante, porque fazia com que todos se envolvessem com a escola.

Exercendo o poder em minhas práticas por esta via, não me recorde de ter discutido com quem quer que seja, por ter aceitado as provocações, até mesmo, porque do jeito que a escola estava desorganizada e sem rumo, poucos sabiam, ao menos, o motivo de estarem em sala de aula. Foi a partir dos encontros realizados na escola, que os professores passaram a se envolver, e o resultado disso tudo foi a credibilidade que a escola passou a ter, diante da comunidade, no seu papel de educadora e formadora de opinião, haja vista a dinâmica da escola, motivo de orgulho para todos que nela trabalhavam.

Lembro-me ainda dos vários cursos e palestras, durante os quais refletíamos as relações humanas, em parceria com outras escolas da rede privada: escolas católicas como a Nossa Senhora das Vitórias, da cidade de Açú e Nossa Senhora das Neves, da capital do Estado, ambas da Congregação do Amor Divino. As semanas culturais, os eventos promovidos na escola com certificado de honra ao mérito para professores e funcionários, o professor nota 10, eventos com a comunidade, com a presença dos pais dos alunos, palestras para a comunidade, mutirão na escola com a comunidade, pais e alunos, e em muitas outras práticas em que exerci o meu poder, certamente, não eram iguais àquelas dos demais diretores, nem tampouco eram advindas da influência política partidária.

Há registro em áudio e vídeo na Câmara Municipal de uma audiência que os vereadores fizeram com a comunidade, para tratar das denúncias que me faziam, mas, eles estavam mesmo preocupados por não mais interferirem na escola, por isso seu intento em tal ato. Diante dos questionamentos que me fizeram, saíram envergonhados, porque lhes respondi que de educação eu entendia e, eles, nem de política, nem de educação. No desespero, os vereadores incitavam os alunos, os pais e a comunidade para me denunciarem junto ao Ministério Público e na Rádio Princesa do Vale, onde havia um programa, com notícias policiais, cujo nome era Caderno de Ocorrências.

A bem da verdade, outros traziam diferente proposta em sua programação. Convidado a dar entrevista, fui muito mais evidenciado na coluna policial, quando o sensacionalista locutor abria o programa com uma manchete a meu respeito, já que haviam me denunciado. Desesperado pela audiência, dizia que estava telefonando para a minha casa e eu não estava atendendo, pedindo, naquele momento, para alguém ir à minha casa para saber se eu estava. Das inúmeras vezes em que estive neste programa, foi sempre no plantão de notícias policiais e, uma única vez, falei ao vivo, não para responder às denúncias, mas para falar dos projetos da escola e da programação da paróquia. Sempre que os radialistas me procuravam para fazer entrevistas, voltavam revoltados, pelo fato de me perguntarem sobre as denúncias que me faziam de autoritário, prepotente e de abuso de poder, entre outras, e eu sempre respondia, falando dos projetos da escola.

A origem dos conflitos era sempre de cunho político, fosse pelo fato de não aceitarem o diretor indicado, pertencente a outro grupo, fosse porque entre os professores, eles se dividiam na política partidária e defendiam seus padrinhos

dentro da escola. Fora do espaço escolar, esses políticos exigiam ser lembrados por suas qualidades, uma maneira de estarem em constante campanha, motivo pelo qual, os professores, tendo seus familiares beneficiados com favores, por isso, dando-lhes respaldo às ações que aconteciam fora da escola.

É evidente que a influência da política partidária ainda esteja presente na escola, através dos sujeitos que lá estão. E que bom seria se essa influência política fosse entendida como cidadania, a partir da origem da palavra grega: - polis. Possivelmente, não se constitua tão influente nos dias de hoje, como fora no passado, mas ainda existe, considerando-se que os sujeitos que estão na escola têm vida, e suas relações não se restrinjam ao espaço escolar.

Temos o concurso público como divisor para esta influência, assim, como temos a barragem para as duas cidades. Antes do concurso, não só o prefeito indicava os seus para as repartições públicas e, sobretudo, para a escola, como, igualmente, faziam os vereadores e até os candidatos derrotados nas urnas, que estavam na base aliada do governo. Todavia, é óbvio que ainda são evidentes essas indicações, através das contratações, como promessas de campanha, quão intensamente, também, a indicação do diretor que nunca é recomendado por alguém de dentro da escola, mas, sempre, por um aliado político ou, no máximo, do quadro da educação.

A comunidade, a exemplo de outras regiões do país, delegava à escola a função de educadora e esperava nela o cumprimento de seu papel. Neste sentido, percebe-se que seja no espaço escolar, onde seus filhos devam aprimorar seu conhecimento. Acreditam na escola com essa função e, portanto, não se envolviam como deveriam, por entenderem que é ela que tem como principal função educar seus filhos; não percebiam que esta educação era iniciada no lar e continuada na escola. As famílias ainda precisam se conscientizar de seu papel de educadoras. Para esta compreensão, façamos um recorte anterior aos anos 80, onde se evidenciava esta compreensão e os pais, quando chamados à escola, eram sempre passivos, e apenas escutavam intensamente as reclamações e cobranças feitas aos filhos.

Com uma escola abrangida pelos movimentos sociais, professores e profissionais da área lutaram pela criação efetiva de espaços, onde os pais pudessem estar presentes, participando do dia a dia da escola, com pertinentes discussões de propostas de melhorias, bem como refletindo o fracasso da escola.

Claro que ainda contamos com o déficit da presença dessa comunidade, mas propostas e convites foram feitos, numa luta contínua pela permanência constante da comunidade no espaço escolar, responsabilizando-se pela escola que quer para os filhos.

#### **14.1 Entre as várias Histórias e Memórias, a Compreensão daquele que viveu a trama como Padre, Diretor e Professor**

A criação do cargo de Diretor de Escola no Brasil poderia ter sido, também, uma façanha dos Jesuítas (1549-1759), se estes, primeiramente, tivessem dado esse nome e, não outro, aos responsáveis encarregados de cuidarem da organização dos estudos dos que frequentavam o Colégio dos Jesuítas.

O *Ratio Studiorum*<sup>40</sup> ou Plano de Estudos – o método pedagógico dos jesuítas, publicado em 1599, foi sistematizado a partir das experiências pedagógicas, que tiveram início no Colégio de Messina, primeiro colégio aberto na Sicília, em 1548. Historicamente, foi no *Ratio Studiorum* que se pautaram a organização e as atividades dos numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante cerca de dois séculos, e que se expandiram rapidamente por toda a Europa e regiões do Novo Mundo, em fase de ocupação.

O *Ratio Studiorum* fora pensado para ordenar as instituições de ensino de uma única maneira, com vistas a permitir uma formação uniforme a todos que freqüentassem os colégios da Ordem Jesuítica em qualquer parte do mundo. No entanto, exceções se fizeram necessárias, principalmente no Brasil, para que as maiores diversidades fossem, minimamente, respeitadas.

O documento final, publicado em 1599, compõe-se de trinta conjuntos de regras. O *Ratio* é um detalhado manual com a indicação da responsabilidade, do desempenho, da subordinação e do relacionamento entre os membros da hierarquia, entre os professores e os alunos e é, também, um manual de organização e administração escolar. Além disso, apresenta no campo da

---

<sup>40</sup> Disponível em: <[http://histerdbr.fae Unicamp.br/navegando/fonte\\_escritas/1\\_Jesuítico/ratio%20studiorum.htm](http://histerdbr.fae Unicamp.br/navegando/fonte_escritas/1_Jesuítico/ratio%20studiorum.htm)> Acesso em: 26 ago 2013

metodologia sugestões de processos didáticos, para a aquisição de conhecimento e incentivo pedagógicos, para assegurar e consolidar a formação do aluno. Em suas regras gerais, encontramos as orientações a serem seguidas quanto ao comportamento mais aconselhável ao Provincial, ao Reitor, ao Prefeito de Estudos, aos Professores e até aos funcionários menos graduados, visando o bom funcionamento do estabelecimento e resultados positivos da educação. Por não ser *O Ratio Studiorum*, nem mesmo os Jesuítas, nosso objeto de estudo, limitamo-nos, apenas, ao estudo comparativo das regras do Provincial da Companhia, quanto à distribuição de funções e obrigações.

Objetivo dos estudos na Companhia: – Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho, para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda, plenamente, o fruto que exige a graça da nossa vocação.

Prefeito geral dos estudos: – Para este fim, ao Reitor não só o recomende insistentemente no Senhor, mas lhe dê, como Prefeito de Estudos ou Cancelário, um homem bem versado nas letras e nas ciências, qualificado pelo seu zelo e discrição para o desempenho das incumbências que lhe forem confiadas e cuja função será a de instrumento geral do Reitor na boa ordenação dos estudos. A ele, com a devida humildade, deverão obedecer os professores e todos os escolásticos, tanto os que se acham no mesmo Colégio, quanto os que porventura vivem em internatos ou seminários de alunos, e ainda os prefeitos de estudos nos seminários, em tudo quanto aos estudos se refere.

Se comparada, a função desempenhada pelo Reitor, na ordenação dos estudos aos dias atuais, é aproximada ao atual modelo de Diretor de Escola.

As reflexões que aqui faremos, dialogando com as fontes, em que as relações de poder, o autoritarismo, a indicação política, as práticas pedagógicas dos diretores, o papel do diretor no espaço escolar, a indicação política, e a representatividade do poder [...], estão intrinsecamente relacionadas na compreensão de Rosa Fátima de Souza, em *Templos de Civilização* (1998, pp. 77-78), quando esta, refletindo a educação no Estado de São Paulo, no início do século XVIII, traz-nos uma relevante contribuição, em um recorte de sua pesquisa, em que fala sobre a criação do cargo de diretor e vice de grupo escolar, suas indicações, a

relação política, a educação, o poder político nas práticas dos diretores presentes, entre outras temáticas, em nossos estudos. Quanto à figura do diretor, afirma a autora:

[...] 'assumiu um papel central na estrutura hierárquico-burocrática que ensinava os primeiros passos no ensino público paulista'. [...] Na visão organicista em voga na época, o diretor era o cabeça, o elemento fundamental para a organização da escola graduada do grupo escolar. A importância do diretor para uma boa organização do grupo escolar prevaleceu por muito tempo.

Sendo o diretor, o único responsável pela escola, perante o governo, dele se esperava tudo em suas atribuições: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário. Segundo a autora, (1998, p.77), “[...] os diretores deveriam ser nomeados pelo governo, escolhidos entre os professores das escolas reunidas, diplomados pela Escola Normal do Estado, continuando a reger uma classe, auxiliado por um adjunto”. Para o diretor que acumulava funções, havia a necessidade de um auxiliar, registrado nos relatórios de Tietê e São Luiz do Piratininga, no ano de 1899.

Apontado pela autora, o cargo de vice-diretor (professor adjunto), surge em 11 de janeiro de 1898, pelo Decreto nº 518, durando pouco tempo, eliminado em 1904. Em 1898, é modificado o critério de nomeação do diretor, prevalecendo a livre escolha do governador. O governo poderia considerar a indicação do inspetor, para a nomeação do respectivo diretor.

Ainda, a respeito do cargo de diretor, a autora acrescenta:

Dessa forma, o cargo de diretor tornou-se uma espécie de sinecura, um fator de honra e distinção. O diretor era visto como uma autoridade do governo. [...] O exercício do cargo entrelaçava as normas estabelecidas e os compromissos pessoais, além de tornar a estrutura administrativa muito frágil à interferência política (1998, p.78).

A autoridade do diretor foi construída sob a encarnação do poder do Estado, como legítimo representante do governo, no âmbito de sua competência. Dessa forma, ela deveria ser considerada por professores, alunos e comunidade local.

Além de outras questões, o diretor era legitimado pela indicação do governo e, forçosamente, imposto, obrigando, assim, todos a ratificarem o diretor e, conseqüentemente, seu poder, em nada diferenciando da autoridade e do poder representativo dos atuais diretores.

A nomeação de diretores, em escolas públicas no país, sempre foi motivo de polêmica. Mas, se na maioria das cidades e estados ainda não se chegou a um acordo definitivo, sobre como deve ocorrer o preenchimento desses cargos, agora, a discussão ganha caráter de urgência. O estabelecimento de critérios é um dos pontos do compromisso Todos Pela Educação, lançado pelo Ministério da Educação (MEC). O decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação e nele são apresentadas 28 (vinte e oito) diretrizes para a melhoria da qualidade do ensino a médio e longo prazo no Brasil. Uma delas determina que os gestores públicos devem "fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola".

No caso da nomeação, creio não haver consenso quanto à defesa da promoção da participação da comunidade escolar em decisões de natureza administrativa e pedagógica, e tê-la como principal fiscalizadora da gestão, são medidas fundamentais. Além disso, também é ponto pacífico que indicações políticas e simples concursos para o provimento do cargo são péssimas maneiras de se nomear uma direção, explica Vitor Henrique Paro, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador em gestão escolar. Sobre a exoneração, Paro defende que é importante também estabelecer as regras na Legislação Federal: "A lei pode definir, por exemplo, critérios para que o Conselho Escolar vote pela exoneração ou, ainda, deixar que a escola estabeleça isso em seu estatuto", diz.

Não é a indicação de diretor para o provimento do cargo uma prerrogativa do interior do Rio Grande do Norte, mas da maioria das regiões do Brasil, em que, na administração pública, o diretor de escola ocupa um cargo de confiança..

As indicações políticas, como sempre, recheadas de interesses partidários, se sobrepõem às necessidades e aos reais anseios da comunidade escolar que, sem participação efetiva, muitas vezes, tem de receber uma pessoa, cuja trajetória em nada se afina com a educação, tendo-se em vista que nos critérios de escolha para tal indicação, não sejam considerados os aspectos técnicos, e tão somente o caráter político que, por sua vez, não o legitima a assumir um cargo de liderança.

Considerando que diretor é cargo de confiança e está, por sua vez, ligado, diretamente, ao poder executivo, Bruno, um de nossos colaboradores, referindo-se às nomeações que fazia aos cargos comissionados, na condição de ex-prefeito desse município, afirma que: “Diretor ou qualquer outro que fosse indicado por mim ou por algum amigo político, tinha que ser meu eleitor, caso contrário, não seria contratado”.

Dessa forma, incide, aos diretores, viverem em função dos seus apadrinhados políticos e a educação, como moeda de troca, esfacela-se em função de o indicado ter outras preocupações, que não sejam os respaldos políticos nos espaços da escola.

Se o diretor é cargo de confiança, não deveria ser do prefeito, mas, da comunidade que espera deste, mesmo indicado, que assuma e cumpra com seu papel de fazer do espaço escolar um ambiente em que haja a produção do conhecimento e a transformação das consciências.

Embora as motivações para as indicações fossem políticas, havia um público alvo a que elas se destinavam, que em sua maioria eram as pessoas que economicamente viviam na dependência dos favores políticos, em função de suas necessidades econômicas e, agregadas a estas, a importância que tinha a família em votos.

Ocupar cargos e funções na administração pública em quaisquer das esferas, não é uma prerrogativa da modernidade, não são concomitantes as mais recentes e inovadoras descobertas científicas e não são advindas da honestidade e do senso de justiça e igualdade dos que, na escala hierárquica ocupam dos mais altos aos mais baixos cargos na administração. Atreladas a essas indicações estão os privilégios, a barganha, o favorecimento entre outras práticas de favorecimento.

Seria, de fato, um bom prefeito, aquele que com justiça e honestidade, não fizesse do cargo que ocupa na administração pública, degraus, para seu ilícito favorecimento. Na fala de um ex-prefeito que viveu desmedidamente as consequências dos que, equivocados e mal-intencionados foram desleais quando representantes de uma população, mesmo que tivessem sido, aos modos de uma época que não fosse a então democracia. Nisto, afirma nosso colaborador:



Tive dois mandatos para Prefeito nesta cidade e um para vereador. Quando fui eleito na primeira vez, eu só contava com um vereador, e para me aproximar deles e tê-los ao meu lado, eu comecei a inventar umas coisas que deram certo, como estratégia para atrair os vereadores a ficarem ao meu lado. Fizemos uns campeonatos no estádio de futebol, eu enchia o ônibus de gente, íamos para o estádio e convidava os vereadores, que tinham interesses em participar, porque queriam ficar próximos às pessoas e quando o jogo terminava, eu levava todos eles, com o povo, para uma churrascaria, e tomávamos cerveja e tudo mais, e a conta era paga por mim. [...]. Eu fui um bom Prefeito. (Bruno)

Demasiado em favorecer aos que eram os seus, esse nosso colaborador, afirma: “ Sempre tive a preocupação de dar a oportunidade para os de casa: os que eram meus. [...] Eu ajudava os meus eleitores e correligionários”.

Um fato relevante nessas indicações se dá, quando um chefe do executivo indica e nomeia um de seus subordinados, com a prerrogativa de que é bom prefeito e, que por isso, privilegia os seus, por haver interesses de sua parte: é o mesmo que, sem nenhuma explicação, exonera quando este deixa de ser o mais importante dentro do cenário político. Nisso, nossa colaboradora afirma:

Fui exonerada da pasta da Secretaria de Educação por causa da indicação de outra Secretária. Houve uma negociação política e o outro que apontou a candidata era mais forte do que o que havia me indicado. [...] Eu assumi a Secretaria em Abril e fui exonerada em Junho, só foram dois meses. (Sebastiana)

Quem eram esses que se beneficiavam com relevantes favores e como se tornavam os seus? Seria espontânea essa adesão política? Vejamos o que diz nossa entrevistada, quando esta afirma:

Geralmente, quando se indicava um funcionário para um cargo público, sobretudo para a Educação, como para qualquer outra Secretaria, gerava-se um compromisso da pessoa que era indicada, com o político. Dessa vez, nenhum compromisso. Não houve, e acabou se tornando necessário, porque eu perdi o emprego posteriormente, por não ter votado no candidato que era indicado pelo Prefeito, o que me deu o emprego, e quando ele ganhou a eleição, por eu não ter votado, fui demitida. (Paloma)

Os olhares atentos, dos que viam destinadas as verbas públicas, com o favorecimento de poucos, os então, correligionários, silenciosamente, se continham, em apenas, poder denunciar à sua inquieta consciência, os que impunemente detinham o poder de fazer amordaçar os desassistidos e descontentes. Ao nosso colaborador, coube a revelação, quando este afirma:

Quando vim para São Rafael, a ditadura estava agonizando, e ao chegar ao fim, os políticos perceberam que a população estava desassistida economicamente, e o achado dado anteriormente é porque os políticos agora vão submeter à sociedade a conter-se aos meros favores políticos, em troca de votos. Daí, então, percebe-se que o dinheiro público não era para a população desassistida, mas para os eleitores do Prefeito e de seus Vereadores. (Alonso)

Um fato comum tornou-se corriqueiro e rentável, para os que viviam solidários com a situação econômica da população e, sobretudo, se essa era formada por famílias numerosas, que tão logo encontravam e ofereciam, a um de seus membros, um emprego público por indicação política. Nossa colaboradora, assim, afirma:

Entrei no Estado através do apelo a um político, por um emprego. Fui indicada por forças políticas que eram, e ainda são, uma prática muito comum dos políticos na barganha por votos. Tendo sido indicada por este Senhor, político para a Secretaria de Educação fiquei lotada na Escola Estadual Tristão de Barros e por lá fui aposentada. [...]. A motivação para a minha indicação foi política e interesseira. Esse senhor político sabia da minha necessidade e tinha amizade com o meu pai, e sendo a minha família numerosa e o meu pai com toda a família seguindo-o na política, houve uma consideração do político para com o meu pai. (Licinha)

Sendo as indicações políticas e interesseiras, nos cenários da política partidária tudo é possível, mesmo que pareça estranho. Quando perguntado do porquê da indicação para assumir a direção da EMFAS, esse entrevistado, apenas diz: “[...] fui convidado pelo Prefeito para assumir a direção da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza. (Quirino)”

Mas, considerando o cenário da política local, não há casualidade e, nisto, afirma Sebastiana:

Esses dois jovens foram indicados para a Direção da Escola não por competência, mas pelos mesmos moldes anteriores, que serviam de critérios para a escolha, indicação e nomeação dos diretores; a motivação política. [...] Um dos jovens era sobrinho de João do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que é uma das lideranças políticas deste Município, e o outro, é filho de Maria Ferreira que é uma forte aliada política e amiga de uma pessoa de confiança do Prefeito. Eram apadrinhados por Gilvan, que hoje é o braço direito do Prefeito.

Neste caso, nossa colaboradora considera que fora atendida com a solicitação que fizera, tão somente, porque o prefeito precisava do profissional. Teria o prefeito o cuidado para não inflacionar os cofres públicos, limitando-se nas contratações de pessoal, apenas com o essencial?

“Antes do concurso, atuava no Município por indicação política; procurei o Prefeito e lhe pedi o emprego; ele, precisando do profissional, me deu o emprego. (Paloma)”

Se está se falando de uma determinada época, não apenas o diretor, mas qualquer pessoa que pleiteasse um emprego na administração nesse município, falo deste especificamente, e não de outros, em que além do apadrinhamento, havia nossa entrevistada, que segue:

Na época, uma pessoa, para assumir a direção de uma escola, tinha que ter alguém que tivesse afinidade com o Governador. Com a mudança geográfica da cidade, no primeiro mandato do Prefeito Bruno, o então Governador era José Agripino Maia que estava coligado com o Prefeito e a pessoa que estava na direção era do outro partido, e para tirá-la, me indicaram. Quando um político fazia a indicação de alguém para um cargo público e, a direção de uma escola havia, sem dúvida, por trás disso, a motivação política. Obviamente, no Município, havia pessoas com qualidades e com as mesmas competências para assumirem a direção da escola, mas o que se levou em consideração para a minha indicação foi o fator

político; minha família, por ser numerosa, e por ter um número maior de votos, teve influência, e isso foi levado em consideração em relação às demais pessoas, que poderiam também ser especificamente indicadas (Sebastiana)

Na trama das relações políticas, da dependência econômica, do poder e da perseguição aos que não se submetiam aos caprichos da política partidária, mesmo em situação econômica, de igualmente pobre, mas, com postura de cidadão e guardião de seus direitos, não eram contemplados com essas práticas, os que as mesmas refletiam. Nisso, configurava-se a visível perseguição que, claro, não era uma característica apenas desse município, mas, de praticamente, todas as regiões do Brasil e a qualquer cidadão descontente, que desafiava as duras leis de uma política que ainda resguardava-se na prática de silenciar, os supostamente contrários. Para tanto, afirma Alonso:

[...] na Escola de Ensino Médio de São Rafael, que era a Escola Municipal Francisco de Assis de Souza (EMFAS) nunca tive a oportunidade, nem a chance de ser chamado para trabalhar. Havia ingerência política e só se entrava nesse contexto caso, politicamente, se acompanhasse algum grupo político, sem que se fizesse nenhuma restrição. Por eu ter minha independência política e visão política em relação a isso, nunca tive oportunidade de entrar nesta Escola; havia reserva a minha presença e censura a minha voz, até mesmo, para uma simples palestra.

Considerando que tais indicações aconteciam com as motivações políticas, e que dela participavam em suas bases, um fato inovador norteou o rumo da política e da educação nesse município: a minha contratação, distante das entranhas políticas, embora tivesse sido um político do executivo que tivesse me contratado.

Se as motivações para a indicação de pessoal para administração pública era política, acredito que não tenha sido a minha situação, e não o foi, por não ser filiado e, sequer, pertencer a qualquer grupo político. Mas, a normalidade nas indicações políticas se dava a partir de alguns critérios políticos, entre eles, ter votado no candidato a prefeito ou a vereador que tivesse sido vitorioso na campanha, nunca no adversário, nem tampouco, naqueles que não tivessem votado nos candidatos. O

que o prefeito queria de fato com a indicação feita a mim, não sei. Nisto, nossos colaboradores afirmam:

Com a minha contratação e, simultaneamente, a de outros professores à época, eram grandes os comentários na cidade sobre tal fato, porque era a primeira vez na história política que um funcionário era contratado, sem indicação política e sem fazer parte de nenhum esquema político, como era comum acontecer com qualquer funcionário da Repartição Pública de São Rafael. (Alonso)

Se as contratações para o provimento do cargo de diretor tinham as motivações políticas, por que o Pe. Pelonha foi contratado? Quais as motivações para esta contratação? O que o prefeito queria com isso? Seria o padre, mais um diretor dos tantos indicados para a subserviência da política local? Outras pessoas, antes do padre Pelonha, haviam sido convidadas? E por que não aceitaram o convite do prefeito?

Em se tratando de uma prática tão antiga que servia de base para a sustentação política, em que a escola convinha para controlar os que nela barganhavam votos, seriam os diretores os detentores da missão de fazer tal controle e assegurar ao seu grupo político os votos negociados em campanhas, para as eleições futuras, fossem elas municipais ou não. Por se tratar de tal façanha, as perguntas são pertinentes em se abordando a trama que estabelece uma interrupção, no que se convencionou chamar de normal. Vejamos nas vozes dos entrevistados, como tratam essas questões.

Primeiramente, eu, Pe. Pelonha, considerando os mecanismos que serviam de critérios para as indicações antes de minha nomeação, não tinha o perfil para ser indicado. Não saberia responder, com exatidão, o porquê de o prefeito ter me convidado para a direção da escola, uma vez que não me encaixava dentro do perfil político que, normalmente, era utilizado para indicar um simples funcionário, ou mesmo um diretor, que é cargo de confiança direto do prefeito. Não havia votado em nenhum dos candidatos, fossem eles vitoriosos ou derrotados, nem mesmo fiz campanha política ou pedido votos para quaisquer deles. Residia em outro município, e as eleições municipais de 1996, já haviam acontecido, assim que cheguei à cidade para assumir a paróquia.

Considerar que já vinha sendo observado há controvérsia, pois, em duas semanas, apenas, após a chegada nessa cidade, não haveria condições de ser observado para perceber que o perfil do padre seria o da pessoa ideal para substituir um diretor político e eu não o era, político. A alegação de que era capacitado, competente, enfim, não contempla uma resposta, tendo em vista que essas qualidades foram percebidas ao longo da caminhada: quando estava na direção, portanto, posterior à indicação. Não é considerável que tenha inspirado confiança ao gestor público, por ser experiente político, nem tampouco, à comunidade. A confiança a esses, é posterior, também, à indicação. A liderança, bem como, a firmeza nas decisões, não podem ser consideradas devido ao pouco tempo na comunidade e às experiências em outras escolas que não foram como diretor e, sim, professor. Acredito que não tenha havido informações a meu respeito, haja vista que eu residia numa outra região do Estado: a região Trairi. Vejamos o que dizem os nossos colaboradores:

Quando você chegou a São Rafael, estava havendo sérias discordâncias políticas entre o prefeito José Ribamar e correligionários ligados à educação. Nesse contexto, evidentemente você já vinha sendo observado, por ser um padre e por não ser rafaélense, e como a educação da cidade vinha sendo há muito pulverizada em nepotismo e outros, você foi então convidado para ser diretor da EMFAS, pois, com certeza, e isso aconteceu, não permitiu os desmandos há muito acontecendo em tal escola, deu uma grande contribuição, não só ao poder executivo, mas a toda sociedade rafaélense, já que sua atitude administrativa e pedagógica ainda hoje é lembrada na cidade como de grande. (Alonso)

Por ser uma pessoa capacitada, competente, criativa, dominante e com boas ideias. (Licinha)

Geralmente cargo comissionado é atribuído por indicação política, quando o cidadão inspira confiança, para assumir o cargo, o qual foi indicado por alguém. Na situação pesquisada não foi diferente, o diretor foi contratado por ser uma pessoa confiável, não só pelo gestor público, mas por toda comunidade, para desempenhar tal função. Claro que junto a essa confiança, tem que ter formação e habilidade, para que possa cumprir as muitas atribuições, e fazer realmente um trabalho diferenciado e não apenas retribuir a confiança depositada. (Paloma)

O motivo principal da escolha foi o sentido de liderança e firmeza nas tomadas de decisão. (Severino)

Como vimos, as respostas são heterogêneas e se distanciam de um consenso. Para esta pesquisa, fora convidado a responder a estas perguntas o ex-prefeito desse município que me contratou, mas o mesmo se negou a respondê-las, não comparecendo aos lugares em que o próprio havia combinado. Diante disso, os indícios não poderão se transformar em evidências, mas apenas, em meras especulações. Contudo, o que não se cogitou nas falas dos colaboradores, lê-se, nas entrelinhas tal façanha.

Por se tratar de município economicamente pobre, onde as pessoas dependiam dos favores políticos que iam da compra de um botijão de 13 kg de gás, à necessidade de um transporte para uma consulta médica, numa cidade vizinha, ou mesmo na capital do Estado, porventura, tenha ponderado que a minha indicação não fosse diferente da dos demais diretores, dependentes economicamente; talvez, ainda, o prefeito me quisesse sob o seu domínio, me emudecendo com a indicação, para que não se tornassem públicas suas irregularidades e desmandos na administração pública, tendo em vista que o padre, meu antecessor, denunciava-o durante as missas, nos momentos em que fazia as reflexões nos sermões por causa da energia da casa paroquial e da igreja matriz, cortadas, constantemente, juntamente com outros prédios da administração pública. [...].

O motivo para o cancelamento no pagamento das contas acredita-se, tenha sido o fato de o pároco anterior, em seu discurso de despedida, na presença do prefeito, tê-lo ofendido, quando se referiu às inúmeras vezes em que tinham cortado o fornecimento da energia da igreja. Esse fato me foi relatado pelo próprio prefeito, posteriormente.

As hipóteses acima relacionadas não refletem, de fato, o verdadeiro interesse do então prefeito, pelo mesmo ter se negado a falar sobre esse assunto, quando procurado por este pesquisador. Diante da desmerecida situação, não deixou de ser evidenciada, nas vozes dos que colaboraram com esta pesquisa, a minha atuação. Minha ação como diretor está, intrinsecamente, relacionada às minhas práticas político-pedagógicas, assumidas, conscientemente, por mim, desde que fiz do magistério uma profissão, ainda que uma segunda, desde os primeiros anos em sala de aula. Sobre a minha atuação, afirma Alonso:

[...] educação, desatrelando-a da submissão política em que estava amordaçada. Para isso, ele levantou as informações pedagógicas das pessoas e, pela formação de cada uma, contratou e formou uma equipe pedagógica para a Escola Francisco de Assis de Souza; renovando o quadro de professores para os Ensinos Fundamental e Médio. Tudo isso aconteceu dentro de sua visão de Educador, sem compromisso político com quaisquer partidos ou lideranças, era sob essa ótica que as coisas aconteciam.

Para assumir a direção da EMFAS, atendendo ao convite do prefeito, fiz ao mesmo tempo algumas exigências que considerava importantes para o provimento do possível cargo que me seria confiado, entendendo, com isso, que tais reivindicações, uma vez aceitas, eu não incorreria em me submeter à subserviência política, na qual viviam os diretores com os quais eu já havia trabalhado, assegurando-me da autonomia, ainda que essa fosse relativa.

Tendo o prefeito pactuado com as minhas exigências, em maio de 1998, assumi a direção da EMFAS e, conseqüentemente, seus desafios, logo evidenciados nas calorosas manifestações dos professores e funcionários, descontentes com a exoneração do meu antecessor.

Por ser a maior escola do município e a mais importante no cenário político, tinha seu funcionamento dividido em três turnos: matutino, vespertino e noturno, com aproximadamente 846 alunos. Segundo dados levantados no ano de 1999, havia aproximadamente 93 funcionários contratados nesta Unidade. Seus desafios eram equivalentes, e logo me esforcei para conhecê-la, em sua real situação.

Levantamento dos funcionários, professores e pessoal de apoio no ano de 1998, conforme tabela 1 descreve:

**Tabela 1 – Levantamento dos funcionários**

ADMINISTRAÇÃO

Diretor	Vice-diretor	Secretária	Coord.Pedagógico	Supervisor
01	01	01	01	01

PESSOAL DE APOIO

Aux. de secretaria	Datilógrafa	Bibliotecárias
15	01	03

FUNCIONÁRIOS

Vigias	Zeladores	Merendeiras
03	07	02



## CORPO DOCENTE

Professores das séries iniciais	Professores das séries finais	Professores do Ensino Médio
17	19	57

Agendadas as primeiras reuniões pedagógicas e tão logo foi constatado que havia neste espaço escolar o apadrinhamento político e uma concessão de privilégios concedidos a algumas pessoas que eram contratadas, e nem mesmo sabiam, que determinados funcionários e professores faziam parte do quadro de pessoal, pois sequer, eram vistos na escola.

**Tabela 2** – Levantamento dos alunos matriculados na EMFAS por segmentos e turno, no período de 1998

EDUCAÇÃO INFANTIL	
TURMAS	ALUNOS
Pré 01	17
Pré 02	24
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>

SÉRIES INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL TURNO MATUTINO.	
TURMAS	ALUNOS
1ª Série	33
2ª Série 01	35
3ª Série 01	39
4ª Série 01	32
<b>TOTAL</b>	<b>139</b>

SÉRIES INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL TURNO VESPERTINO	
TURMAS	ALUNOS
2ª Série 02	30
3ª Série 02	24
4ª Série 02	21
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>

ANOS FINAIS ENSINO FUNDAMENTAL TURNO MATUTINO	
TURMAS	ALUNOS
5ª Série 01	45
6ª Série 01	25
7ª Série 01	36
8ª Série 01	23
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL TURNO VESPERTINO	
TURMAS	ALUNOS
5ª Série 02	
5ª Série 03	
6ª Série 02	
6ª Série 03	
7ª Série 02	
8ª Série 02	
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>

ENSINO MÉDIO CURSO CIENTÍFICO TURNO VESPERTINO	
TURMAS	ALUNOS
1º Ano 01	26
2º Ano 01	12
3º Ano 01	35
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

<b>ENSINO MÉDIO CURSO CIENTÍFICO TURNO NOTURNO</b>	
TURMAS	ALUNOS
1º Ano 02	39
2º Ano 02	39
3º Ano 02	38
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>

<b>ENSINO MÉDIO CURSO MAGISTÉRIO TURNO NOTURNO</b>	
TURMAS	ALUNOS
1º Ano	19
2º Ano	39
3º Ano	25
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>

Fonte: Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Francisco de Assis de Souza  
Diretora Maria Sebastiana da Silva Teixeira

Ao renovar o corpo docente, tudo nessa escola era prioridade e, entre tantas, priorizei os Cursos de Ensino Médio, substituindo os professores que havia nestes, com a contratação de novos docentes, e os substituídos, uns foram para o ginásio e os demais, relacionados e enviados à secretaria de educação de onde, posteriormente, foram demitidos. Quanto às primeiras mudanças, na escola, com as contratações dos por mim indicados, afirma esse colaborador:

Como é sabido, quando o Pe. Pelonha chegou para gerir a Paróquia local, recebeu o convite do então Prefeito para assumir a direção dessa Escola. Ao assumir, não conhecia os educadores nem o rumo da educação nesta cidade, mas em virtude de como recebeu a Escola e, percebendo o quadro de professores que estavam distribuídos nas disciplinas, inclusive no Ensino Médio, achou frágil a maneira como dirigiam o Ensino. Com isso, formou um grupo de professores independente de sua perspectiva ou de sua visão política, desde que tivesse capacidade pedagógica para tal. Foi neste contexto que eu entrei na escola Francisco de Assis de Souza, pelo meu conhecimento de História, acredito eu, que as pessoas deram-lhe essas informações a meu respeito. (Alonso)

É a partir dessa realidade que a educação, nesse município, passa a despertar, na comunidade, novas expectativas quanto à independência desta escola, que acenava novos rumos para a educação, desvinculando-se, ainda que parcialmente, da dominação política. Para essa compreensão, vejamos o texto:

Dentro do contexto político vigente, antes da chegada do Pe. Pelonha, não se poderia pensar nessa possibilidade, agiam dentro dos moldes que determinavam a indicação e contratação do funcionalismo, e só se entraria na Repartição Pública Municipal como qualquer funcionário, através do voto e não por sua bagagem de conhecimento. A partir do Pe. Pelonha, os indícios ventilam para os novos rumos da educação, desatrelando-a da submissão política em que estava amordaçada. Para isso, ele levantou as informações pedagógicas das pessoas e, pela formação de cada uma, contratou e formou uma equipe pedagógica para a Escola Francisco de Assis de Souza, renovando o quadro de professores para os Ensinos Fundamental e Médio. Tudo isso aconteceu dentro de sua visão de Educador, sem compromisso político com quaisquer partidos ou lideranças, era sob essa ótica que as coisas aconteciam. (Ibidem)

Os moldes pelos quais se indicavam e contratavam funcionários para exercerem suas funções na administração pública, a exemplo do que também acontecia em outras regiões do Brasil, por serem humilhantes, eram desumanos e excludentes, e não tendo a população outra opção, omissa, por se sentir acuada frente aos poderosos políticos, convencionou-se a chamar de normal, o que por si só, feria a dignidade humana.

Se as forças políticas, mesmo que fosse a local, amordaçavam a população em longas e demoradas filas para distribuírem cestas básicas, que de tão sucateadas, por dividirem uma única, em até três cestas, para o então político ser beneficiado diante da população pobre que mendigava, com a falsa imagem de que estaria condolente com a situação, igualmente, esmagava quantos desesperados lhes suplicavam um emprego.

Uma população, por mais pobre que seja, tem seu valor político por ser essa pobre e massacrada, que tem nas mãos o poder de mudar seu destino e, no entanto, não o faz, prefere o imediato que, de dois em dois anos, com as campanhas políticas, recebem as migalhas que são furtadas das máquinas públicas.

Não fui, nesse município, apenas o diretor da EMFAS, nem professor, antes de tudo fui e sou padre e, no uso do meu ministério, agindo, contrariamente, às forças políticas locais, não me traí, nem me permiti ser mais um a viver na dependência dos restos que eram sucateados e desviados dos cofres públicos. E, a partir daí, deu-se início a mais dolorosa peregrinação, no derramamento de lágrimas, choro ressentido e, muitas vezes, preso na garganta, superado pelas

alegrias de ver a comunidade paroquial e a escolar otimista e brava de entusiasmo, quando me acolhiam em minhas posições contrárias àquela situação de opressão.

Considero louvável e corajosa essa minha atitude, por não crer que a educação tenha que ser submissa à política, fazendo da mesma, moeda de troca em rentáveis negócios, mesmo que se esteja numa realidade onde as pessoas, em suas necessidades, vivam privadas das condições mínimas para sua sobrevivência. Não é com a troca de favores que se faz a educação, nem tampouco com quem na política vive, para galgar, através dos que economicamente dependiam de um emprego e, que desejavam, apenas, ter a garantia de seu sustento, mesmo sem suas habilidades inerentes, aos que se dedicam à produção do conhecimento.

A citação a seguir, não reflete, pela situação, que essas pessoas indicadas fossem políticas, no sentido pleno da palavra pólis; detentora de suas reflexões para a melhoria em suas vidas. Política ou grupo político a que pertencia, significa o grupo ao qual essa pessoa estava amordaçada. Por isso, a prática de privilegiar nas indicações aqueles, por sinal, a maioria, que se submetia à desonrosa humilhação. Nesse sentido, quem viveu na contramão desse sistema, afirma:

A prática que se tinha de fazer a educação com fins políticos eleitoreiros, considerando apenas quem era o fulano no quadro da Política, quem o havia indicado e a que grupo pertencia, sem os critérios pedagógicos e de conhecimento para trabalhar, se tivessem continuado dessa forma, eu não teria entrado, mesmo tendo todas as condições. A postura do Pe. Pelonha de buscar profissionais para fazerem parte do quadro de professores, que tivessem conhecimento, foi respeitada pela executiva, haja vista que contrataram todas as pessoas que foram indicadas por ele. (Alonso)

Enquanto estive diretor, minhas preocupações se pautavam na produção do conhecimento e no respaldo que a escola daria à comunidade, e não me submeti a trair meus objetivos, nem mesmo meus preciosos ideais de educação, por acreditar que escola boa e educação de qualidade deveriam existir na escola em que eu estava, mesmo que, para isso, houvesse de minha parte intensos esforços para superar as rejeições que me faziam dentro e fora do espaço escolar, pelos que dependiam e eram influenciados pelos desesperados e manipuladores políticos que

se sentiam ameaçados e amedrontados em seus próprios currais. A respeito dessa rejeição, afirma nosso colaborador:

Claro que essa atitude, e com a ampla percepção que o Pe Pelonha tinha de Educação, tiveram suas implicâncias, sobretudo pela rejeição, e isso se deu pelo fato de que havia certos grupos políticos aos quais, inclusive, o atual diretor, antes de sua chegada, pertencia, e considerava-se que nunca seria substituído, que não seria destituído de nada e poderia fazer como bem entendia, porque pertencia ao grupo político do Prefeito. (Alonso)

Na citação acima, destaco para essa rejeição o Legislativo desse município que, covardemente, como era o costume, manipulava e induzia a população, por se sentir ameaçado e amedrontado em seu próprio curral com as minhas atitudes: proibia severamente os vereadores de interferirem na escola, nem estava de acordo com as indicações que faziam, e por isso, reuniam a população dentro da Câmara Municipal, para juntos me provocarem com ofensas, em sua maioria, de prepotente e arrogante, e de abuso de poder.

Essas ofensas partiam das pessoas que eles induziam e estavam ali, apenas, em defesa da comunidade que estava sendo oprimida por mim. Participei uma única vez desse ato promovido por eles, as demais vezes, ficava em casa, comunicava à escola que teria mais um espetáculo e liberava todos. Vale salientar, que as reuniões mensais extras dos vereadores na Câmara, por muitas vezes, na pauta, estava o meu nome mas, nada além desses debates conseguiram fazer e, cansados, tiveram que me suportar, mesmo com o ódio em seus corações.

Diante de tudo isso, se pergunta: e o prefeito? Não fazia nada? Não! Sequer me perguntava algo, pois sabia que tudo o que estava acontecendo, era exatamente porque eu não estava diretor testa de ferro, tendo que dar respaldo político para quem quer que fosse. Com isso, as rejeições desse grupo, e para tanto, afirma Paloma:

Claro que na época do Pe. Pelonha havia rejeição por parte de alguns em relação aos projetos da escola, mas isso era por uma questão meramente política. Nós sabemos que a nossa cultura coronelista, atrelada à política dos privilégios, ainda está presente naquelas pessoas que, contrariamente aos interesses da comunidade, buscam benefícios para si mesmas. Alguns

professores, sendo da situação, apoiam o modelo atual da Direção; os outros, pelo fato de desaprovarem, já significa dizer que não vão compartilhar com nada que venha a promover a escola. Em período de campanha política, a Escola vive momentos críticos porque fica dividida pelos grupos adversários.

Considero que, a influência política dentro do espaço escolar, seja a mola propulsora das discórdias e dos conflitos, que dificultam o andamento da mesma, em função dos interesses dos que vivem da política partidária e dela se beneficiam. Numa tentativa de identificarmos a origem desses conflitos, vejamos abaixo os diferentes pontos de vista que discorrem sobre essa temática, em cada um dos nossos colaboradores:

“Os conflitos existiam, porque diante das coisas erradas na administração, os que eram mais conscientes chamavam de fracos os demais que, por medo, não lutavam pelos seus direitos.” (Licinha)

“Diante dos conflitos e das resistências dos professores, eu me percebia fraco, pequeno e impotente.” (Quirino)

“Em relação aos conflitos que existiam nas duas escolas, foram amenizados em função do concurso público com a renovação do quadro de pessoal.” (Paloma)

Diante da força ou do poder político do Diretor, é como se os professores na minha frente me respeitassem, de maneira que os conflitos não chegam diretamente, e sobre esse assunto, o senhor o conhece bem, pois já sentiu na pele quando Diretor desta Escola. Existem muitos grupos políticos aqui dentro e não percebem que no espaço escolar a política é coletiva, é comum, e não partidária. (Sebastiana)

Sendo o diretor indicado, percebo que ainda estão inseridos nesta Escola os conflitos políticos, que quando alterados, envolvem a escola subdividindo os grupos dos que lá estão. São conflitos em sua maioria fincados no passado, e alicerçados nas bases da resistência, de maneira tal, que se tornaram comuns aos olhos de muitos pela maneira excessiva com que eles se fazem no dia a dia da escola. Se esses conflitos atrapalham ou não o andamento da Comunidade Escolar, é uma questão de visão do todo, sobretudo aqueles que provocam tais conflitos em suas práticas reprovativas de resistências. (Severino)

Considero que nos dias atuais, não pudesse haver influência política dentro da escola, não deveria haver; são concursados, mas ainda existem. Há casos em que se contratam funcionários, poucos, mas contratam. A maioria desses contratados vai para a escola, eis aí

um dos motivos para tantos conflitos com os diretores que são indicados, juntamente com estes que estão chegando contratados, enfrentando-se com os professores concursados. (Licinha)

Se as relações conflituosas existentes no espaço escolar são advindas da política partidária, é porque há, ainda, muito que se fazer, para que as consciências adormecidas pelas práticas do conformismo, da submissão e do sofrimento, que ao longo dos anos limitaram o homem da sua condição de cidadão, impedindo-o de refletir pela subserviência involuntária, ficou a mercê de sua própria sorte, a sua condição social.

O legado de submissão deixado por quem foi detentor dos mandos e desmandos, no cenário político desse município, em função dos que, economicamente pobres e desassistidos pelas políticas de governos, reaprenderam a viver renegando suas potencialidades e capacidades como se, verdadeiramente, fossem incapazes e em nada pudessem ter autonomia em função de sua dependência econômica, vivendo esmagado com o peso da opressão, “comprimido” no meio em que vive.

Não deixa de ser evidente e, por isso, um dos males da educação nesse município, e em particular, nessa escola, a tão temida autonomia, ausente nas práticas dos diretores no espaço escolar. Dependentes e inescrupulosos se descaracterizam e despessoalizam-se ao assumirem uma nova identidade enquanto diretores. Para salientar a ausência dessa autonomia, nas práticas dos diretores, vejamos o que diz essa colaboradora:

Durante os doze anos em que estive à frente desta Secretaria, nada pude fazer. Na verdade, eu nada fiz, porque eu não tinha espaço para desenvolver as ações, eu não tinha acesso aos recursos financeiros que vinham para a Secretaria, eram administrados, apenas, pelo Prefeito e o Secretário de Finanças. [...]. Durante muitos anos, minha atividade como Secretária de Educação se limitava dentro da Secretaria e, no máximo, uma visita às escolas, e não participava das reuniões onde pudesse me encontrar com outros Secretários. Ter sido Secretária de Educação nestas condições foi frustrante e, ainda hoje, sou frustrada. (Licinha)

Ainda que pareça estranha e fuja da normalidade, ainda é, em sua maioria, dos que assumem cargos na administração pública por indicação, até os dias atuais, viverem nessa situação de terem apenas o nome em determinada pasta ou função, para justificar, diante de tais indicações, a formação de um governo. Como estão os indicados de hoje nas escolas? Seja lá qual for o Estado da Federação e em que esfera for, se é indicado, possivelmente, em nada muda sua situação de limitada e dependente dessa nossa colaboradora.

A citação a seguir, é de uma colaboradora, ex-secretária de educação que se refere à minha pessoa, o diretor Pe. Pelonha, como aquele que fazia com que as coisas acontecessem. Essa se refere à autonomia, e por que os demais diretores não faziam também acontecer? Não eram todos diretores?

O Pe. Pelonha foi um dos diretores que contribuiu significativamente com a Secretaria de Educação, fazendo com que as coisas acontecessem. Os outros diretores tinham a mesma autonomia e o mesmo espaço, apesar de que, eles achavam que era apenas a Francisco de Assis que tinha espaço para exercer sua autonomia. Eles tinham ciúmes alegando que eu dava cobertura apenas para a EMFAS, ao padre, e eu dizia: - não, era porque o Pe. Pelonha fazia acontecer de verdade. (Licinha)

Minha autonomia era relativa. Como é sabido, nessa e em qualquer outra administração, salvo poucas exceções, diretor não tem autonomia absoluta em sua administração, mas tratando-se dos diretores desse município, em sua maioria, não tinham apenas autonomia financeira, como também, não tinham a pedagógica. Eu, de fato, não tinha autonomia financeira, mas a pedagógica eu tinha, fato esse que nenhum outro diretor apresentava, embora, essa mesma autonomia, fosse dada pela Secretaria de Educação a todos os diretores. A questão é: os diretores não faziam uso dessa autonomia, em função do medo e da insegurança em fazer algo, todavia, por desacatar a secretaria e ser demitido, ou seja, falta de competência atrelada à dependência política, em função da econômica.

A citação a seguir, reflete a estratégia de uma diretora que, em função de sua dependência, almejava permanecer no cargo pela submissão, com a negação de si mesma, seguindo a risca os encaminhamentos da secretaria de educação. Vejamos o que diz a esse respeito, essa colaboradora:



Sendo a diretora dependente política e econômica e tendo suas limitações, era extremamente difícil de lidar, seguia a risca o que a Secretaria da Educação determinava, e eu não concordava. [...]. Tratando-se da autonomia da diretora, ainda que relativa, fora o comando da Secretaria de Educação, ela não tinha. A autonomia dela se resumia em obedecer às determinações políticas que a Secretaria lhe dava. A escola era administrada pela Secretaria de Educação; ela só vivia lá perguntando o que deveria fazer ou deixar de fazer. Ela agia assim, porque, além da dependência que tinha, havia a falta de preparo. A Secretaria de Educação dava autonomia para os diretores e ela não fazia uso dessa autonomia em função do medo ou por querer agradar à Secretária como garantia para não perder o emprego. (Paloma)

Esta situação, por mais que pareça bizarra, é a realidade da maioria que deveria administrar e destinar os recursos da educação. Por que será que não temos uma educação com mais investimentos materiais para sua melhoria? É a educação essa penumbra que conhecemos? Nisto, afirma quem deveria, com responsabilidade, fazer por onde a educação nesse município, não tão desacreditada o quanto ainda é. As afirmações de quem viveu a decepção de assumir tal função:

Eu tinha acesso aos recursos destinados à Educação, porque ele me dava a receita do mês e determinava em que eu poderia gastar. Eu fazia o processo das despesas, assinava os cheques e entregava ao Secretário de Finanças. Não tive acesso ao dinheiro, só às notas. [...] Em relação a outras coisas, eu não tinha autonomia, e quando chegava alguma coisa era só para eu assinar. (Sebastiana)

A ausência de autonomia de um diretor, mesmo que seja relativa, é condição primordial para o desenvolvimento de ações, no espaço escolar. Nisto, afirma Severino, nosso colaborador:

De qualquer forma, é preciso que para a escolha de um diretor, além de entender e estar envolvido com a educação, este tenha pulso, tenha as rédeas nas mãos para poder controlar os ânimos que são alterados, por falta de uma boa administração, de um bom diretor. [...]. Uma Direção que queira manter a ordem, ela tem que se impor, caso contrário, as coisas não funcionam. A bem da verdade é

preciso diálogo, mas é preciso que haja imposição. Dizer o que é para ser dito e fazer o que é para ser feito, mesmo com o uso da força, faz-se necessária essa imposição, para se vencer a resistência.

Esta é a real situação dos que vivem na submissão da dependência política e assumem funções de que, na maioria das vezes, não têm consciência. Para tanto, assim, compreendemos quando esse colaborador diz:

Eu percebia que tinha que dar satisfação para a Secretaria de Educação, todos os dias, de tudo o que acontecia na escola, quer dizer: qual a liberdade que o diretor teria se você tinha a obrigação de falar com a Secretaria, informando-a diariamente sobre o andamento da escola? (Quirino)

Contrariamente aos diretores que não faziam uso de sua autonomia, dentro do espaço escolar, considero relevante minha atuação no uso da mesma, que fora respaldado em confiança e credibilidade pela comunidade. Nisto, afirma nosso colaborador:

O Pe. Pelonha teve autonomia em um momento em que ninguém achava que teria, ele teve liberdade na maneira como trabalhava, pelo jeito como se colocava perante a Escola. Discutia ali o que se fazer, considerava o que era interessante para a Escola, debatia, passava a ser algo de sua importância, e nisto estava a autonomia dele como Diretor. Ele não estava Diretor para simplesmente fazer a vontade de determinadas pessoas, para contribuir com interesses políticos de quem quer que fosse a não ser os interesses da comunidade escolar; com a sua autonomia fez a escola pensar de fato, em Educação. [...]. É fato que o Pe. Pelonha nunca teve independência financeira, mas sempre teve autonomia pedagógica e no contexto de sua autonomia pedagógica, teve um diálogo aberto com a comunidade escolar, todos os problemas da escola eram inseparáveis ali. Para se ter autonomia, é preciso se ter, também, bagagem de conhecimento cultural, que nem sempre os indicados para esses cargos tinham. Existe um documento que ele fez com esses agradecimentos. Durante o período em que o Pe. Pelonha esteve Diretor, ele foi eficiente em suas ações, e, com isso, foi mais uma ação desarticulada e que não atingiram mais, isso é um exemplo de que, mesmo em não se tendo independência financeira, deve-se buscar outras maneiras para que os problemas tenham solução. Se não houvesse essa credibilidade da EMFAS, ele não

teria feito o que fez, as pessoas acreditavam nos projetos da EMFAS. Era tanta credibilidade, que ninguém disse não, talvez ele não saiba disso, nunca tivesse ficado sabendo. (Alonso)

E nem todos eram dependentes e limitados. Havia os diretores e o diretor padre Pelonha. Mais uma afirmação sobre um diretor, Pe. Pelonha, que fora diferente, entre tantos diretores. Na fala dessa entrevistada, ela afirma:

Os diretores da rede municipal de ensino eram todos indicados, mas, nem por isso, agiam igualmente a essa diretora, veja a situação do Padre Pelonha, que embora, também fosse indicado, atuava diferentemente dela. Quando fui transferida para a EMFAS, o Padre Pelonha era o diretor e tinha autonomia, e a gente percebia sua independência, apesar de ele também obedecer às normas da secretaria. O Padre Pelonha tinha uma estrutura, uma bagagem intelectual, e isso, para ela era motivo de muita inveja e de muito ciúme, porque ela dizia: a EMFAS é isso, a EMFAS é aquilo, o Francisco de Assis é isso, o Francisco de Assis faz isso, os professores da EMFAS fazem isso, o diretor da EMFAS faz assim. (Paloma)

Diante do acima exposto, há que se indagar: os diretores desse município foram e serão sempre assim? Dependerão do aval político, para exercerem suas práticas fazendo da educação mera servil na subserviência dos que estão de posse do poder político? O fato de a maioria dos diretores terem suas limitações, tornavam-nos arrogantes ao se mostrarem poderosos diante de seus subordinados, por duas razões: esses diretores tinham que se manter no cargo, por se tratar de sobrevivência e não dominavam a escola, por falta de bagagem pedagógica.

Sabendo que os demais viviam a mesma situação, dependiam do emprego como única fonte de renda, pois não havia outra, se submetiam às práticas autoritárias dos seus diretores e, com isso, assinalavam que eles, com a ameaça e a tortura psicológica, ameaçava-os de que seriam entregues ao prefeito e demitidos. Com isso, desempenhavam em suas práticas, o poder.

Com a compreensão de que poder é serviço, eu, exercendo o poder em minhas práticas por esta via, não me recordo de ter discutido com quem quer que fosse, por ter aceitado as provocações, até mesmo, porque do jeito que a escola estava desorganizada e sem rumo, poucos sabiam, sequer, o porquê de estarem em

sala de aula. Foi a partir dos encontros realizados na escola, que os professores passaram a se envolver, e o resultado disso tudo foi a credibilidade que a escola passou a ter, diante da comunidade, no seu papel de educadora e formadora de opinião, haja vista, a dinâmica da escola, motivo de orgulho para todos que nela trabalhavam.

Lembro-me, ainda, dos vários cursos e palestras, durante os quais refletíamos as relações humanas promovidas na escola, em parceria com outras escolas da rede privada: escolas católicas, como a Nossa Senhora das Vitórias, da cidade de Açu e Nossa Senhora das Neves, da capital do Estado, ambas da Congregação do Amor Divino. As semanas culturais, os eventos promovidos na escola com certificado de honra ao mérito para professores e funcionários, o professor nota 10, eventos com a comunidade, com a presença dos pais dos alunos, palestras para a comunidade, mutirão na escola com a comunidade, pais e alunos, e em muitas outras práticas em que exerci o meu poder, certamente, não eram iguais àquelas dos demais diretores, nem tampouco, eram advindas da influência política partidária.

Há registro em áudio e vídeo na Câmara Municipal, de uma audiência que fizeram com a comunidade e os vereadores, para tratar das denúncias infundadas que me faziam, mas os vereadores, preocupados por não interferirem na escola, saíram todos envergonhados, por me expor, questionando a todos de que de educação eu entendia, e eles, nem de política, nem de educação. No desespero, os vereadores incitavam os alunos, os pais e a comunidade para me denunciarem junto ao Ministério Público e na Rádio Princesa do Vale, onde havia, no caderno de ocorrências, um programa de rádio que trazia notícias policiais. (Pe. Pelonha)

O poder como serviço na compreensão desse colaborador, que afirma: “ A autoridade de um diretor está na sua própria personalidade, não é aqui uma questão de autoridade para impor, mas autoridade para comandar, para coordenar, para orientar, para gerir”. (Severino)

Contrariamente à noção de poder, enquanto serviço, torna-se prepotente, limitado e fechado em si mesmo. O poder de um diretor é legitimado com a indicação, mas é preciso ser ratificado pela comunidade dentro do espaço escolar, e quando isso não acontece, essa colaboradora afirma:

Tendo acompanhado a trajetória desses dois jovens e percebendo suas práticas e como eles lidavam no dia a dia na escola, tive a compreensão de que o Diretor, sobretudo, era possessivo, egoísta e muito fechado nas decisões, não juntava o grupo para discutir, ele chegava e dizia: é assim, e assim, e tudo deveria acontecer como ele determinasse. Eu acho que a maioria via assim. Era autoritário e não percebia que a Escola não é o Diretor apenas, mas toda a Comunidade Escolar. Acredito que um Diretor seja autoritário porque seja próprio da pessoa. Eu, às vezes, sou autoritária porque a ordem exige, mas sei ser aberta quando preciso conversar e dialogar. (Sebastiana)

Essa mesma compreensão que a colaboradora tem de um colega diretor, está refletida na fala de outra colaboradora, quando essa, se refere, também, a uma autoritária e despreparada diretora, quando afirma:

Politicamente, em relação ao poder da diretora, eu acho que ela tem até uma autonomia, o poder executivo não interfere no sentido de dizer:- olha, você só vai fazer o que eu mandar. A questão é que ela não tem domínio, manejo em lidar com estas pessoas. Digamos que ela não saiba lidar com estas dificuldades dentro desta divisão política. A diretora, como já disse, é limitada e humanamente não tem as condições mínimas para administrar uma escola, ela permanece, porque a questão financeira é levada em consideração, juntamente com a questão política. Foi unido o útil ao agradável. (Paloma)

A falta de preparo, aqui, entendido como experiência pedagógica e, junto a essa, a ausência de compromisso fazem dos que assumem cargos de direção sem a devida preocupação de fazer, com que a comunidade escolar, responda em atividades no bom desenvolvimento de suas funções, o que a comunidade espera de uma escola. Essa ausência de compromisso é refletida nessa colaboradora, quando afirma:

É nesta hora que a gente percebe, claramente, o quanto a escola precisa de um Diretor, alguém que tenha pulso, que entenda de educação. O grande problema é a diretora atual, que reclama da situação, mas sequer tem uma proposta de trabalho para a escola. Quando se trabalha com pessoas, é essencial que se tenha ou se procure mecanismos de contornar as situações vitais da escola, o mínimo possível deve estar funcionando a partir do diálogo. Eu

percebo que a diretora é ausente, muito ausente. Se a Diretora não se envolve com os problemas da escola, como é que se vai fazer um trabalho coletivo? A escola como um todo, deve trabalhar conjuntamente. (Paloma)

Contudo, a falta de compromisso e de envolvimento com a escola são evidenciados na ausência de políticas coletivas, com a criação de projetos, que venham a contemplar os anseios da comunidade. Nisto, ainda afirma essa colaboradora:

Não existe a política da mudança, mas existe o problema que é antigo. Muito se fala e pouco se faz. O que está faltando? Um Projeto Político- Pedagógico que vise a melhorar a qualidade do ensino. Eu acredito que o problema da Escola esteja na desorganização profissional, na falta de compromisso, de responsabilidade e de consciência do professor. [...]Na verdade, nada muda, o que está faltando é este Projeto Político Pedagógico definido no papel, porque essa história que existia, mas que ninguém nunca viu, não tem, nem se faz, e ficam todos falando e repetindo a mesma coisa. Sem que se faça algo, nada vai mudar, tudo vai continuar como está, até quando, não sei. A Escola, desde que o Pe. Pelonha saiu da direção em 2005, não tem um Projeto Político-Pedagógico e, diante disso, tudo é esfacelado, cada um fazendo o que quer e como quer. (ibidem)

Esta mesma compreensão, também, está refletida em outro colaborador, quando esse afirma:

Os Projetos Políticos Pedagógicos de que se tem conhecimento, que se trabalham, nunca chegaram a esse avanço, não é aceitável delegar para as escolas uma autonomia em que possam escolher o que querem fazer; nas entrelinhas pode até existir, mas no momento da decisão, se não houver interesse do Executivo naquele projeto, com certeza ele não vai funcionar. Infelizmente, a situação é essa, e é assim que se vê a descontinuidade das ações culturais em São Rafael, tem sido assim; não há o interesse político, e essa é a grande diferença da época do Pe. Pelonha. (Alonso)

Na inconformidade da não continuidade do Projeto Político Pedagógico elaborado na minha administração, em projetos a serem desenvolvidos na escola, afirma esse colaborador:

Depois que o Pe. Pelonha deixou a administração da Escola, esses projetos saíram de cena, não insistiram pela continuidade e, ainda hoje, as pessoas cobram o porquê de terem parado com aqueles projetos. Muda o Prefeito, muda o diretor, e não dão a continuidade do que de bom havia e, o pior, não criaram outras opções para as Semanas Culturais, que resgatassem ou a que se desse a continuidade. A sociedade gostava do trabalho da Escola, porque, reavivava a memória de um povo que foi traído e tirado do seu lugar de origem para ser organizado em outro local. (ibidem)

E, para tanto, ainda sugere:

Seria, sem dúvida, a forma mais ideal e democrática de Administração Escolar, se o atual diretor fosse capaz de forçar a construção de um projeto para a Escola, onde se assegurasse ao próximo diretor dar continuidade aos trabalhos a serem desenvolvidos, independentemente do Prefeito que estivesse no comando, do diretor que estivesse na gerência ou, até mesmo, da Política ou, ainda, dos interesses eleitoreiros. Isso asseguraria com certeza a Escola na função educativa.(ibidem)

A pergunta que a colaboradora diretora faz na citação abaixo é impertinente, se considerarmos que a ausência de projetos a serem trabalhados no espaço escolar, gera conflitos. Nisto, consiste a fala dessa colaboradora:

Diante do descaso gerado pela falta de compromisso dos professores, refletida nas resistências, eu não sei diferenciar e me fiz esta pergunta: - É a Diretora que os professores querem atingir? Porque como pessoa, eu não tenho nada contra nenhum deles. Acredito que as resistências se deem pela função de Diretora que exerço. Há muita gente que gostaria de estar na minha função, e por não ter sido indicada, se torna adversária. Existem pessoas que fazem e acontecem, mas quando assumem um cargo de confiança, mudam de tática. (Sebastiana)

A mesma falta de projeto para escola reflete na atuação de outro diretor, que era desapontado e rejeitado, não porque fosse jovem, mas, porque não tinha como convencer os que atuam no espaço escolar com práticas que fizessem refletir na maioria dos que se esforçavam para a transformação da realidade da educação. Em

vista disso, o autoritarismo, nada mais é, do que insegurança. Nisso, afirma essa colaboradora diretora:

A Escola era muito grande, muitos problemas, e ele não sabia administrar; lidar com o pessoal. O vice-diretor também era muito jovem, e muitos problemas surgiram com ele, em momento de desespero, pegou um aluno que estava dando trabalho e levantou-o pelo pescoço, soltando-o bruscamente no chão. Esses dois jovens foram indicados para a Direção da Escola, não por competência, mas pelos mesmos moldes anteriores, que serviam de critérios para a escolha, indicação e nomeação dos diretores; a motivação política. (ibidem)

Ser jovem, não pode ser sinônimo de incompetência. O problema está em ter se escolhido um jovem sem experiência em educação, levando-se em conta apenas, o fator político.

Neste sentido, eu trabalhava a escola com projetos pedagógicos elaborados pela mesma e orientados por mim. Se a escola se envolvia nesses projetos, era porque se sentia responsável pela elaboração das estratégias e objetivos. Eu discutia com a escola o que fazer, e não me permiti dar continuidade à prática anterior à minha indicação, em que prevalecia a imposição sobre o que fazer no espaço escolar, sem a devida participação da escola. Vejamos o que dizem esses colaboradores, referindo-se ao Projeto e às práticas da escola:

É preciso que o diretor, uma vez que ele esteja à frente da Escola, saiba que tipo de projeto está sendo mais urgente para poder socializar. Com isso, diminuirão os conflitos pela bagagem pedagógica do diretor. Se ele tiver essa visão, melhora até sua autonomia. Se só tiver a visão de que está ali porque o Prefeito mandou, ele não tem responsabilidade com o Corpo Escolar e, com certeza, está fadado ao fracasso. (Alonso)

As Semanas Culturais e os desfiles que ele fazia, a comunidade ao lembrar, lamentam-se, por não haver mais nada referente àqueles projetos. (Licina)

Posso assegurar que, durante o período em que o padre Pelonha esteve na Direção da Escola, nós sabíamos o que era um Projeto



Político- Pedagógico e havia planejamento. Quando se trabalha com projeto e planejamento, você tem práticas pedagógicas que estão diretamente relacionadas com a questão da aprendizagem, e passa a refletir em toda escola. (Paloma)

Quando uma escola não tem projeto, pouco ela tem a oferecer:

Era consciente de que não estava preparada para assumir uma direção de Escola, hoje em dia, tudo está mudado e diferente. A metodologia mudou e eu sou tradicional, eu não acompanhei a mudança; em 1997, fui demitida e em 1998 fui aposentada, e ficando em casa durante cinco anos. Quando o atual Prefeito me convidou para assumir esta escola, eu disse pra ele que só sabia administrar à moda antiga, essa moda de projeto, essas coisas eu não sei. Mas quem acompanha é quem faz, são os supervisores e coordenadores pedagógicos, eu só tenho que dar o apoio e as condições para que as coisas aconteçam. Eu assumo, a minha situação é essa; um pouco atípica da situação das outras escolas, onde a maioria dos cargos comissionados é por indicação política e que, às vezes, as pessoas não dão conta. (Sebastiana)

Projeto de escola se faz com participação e envolvimento dos segmentos e não de maneira solitária, mas, solidária. Não se impõe, se discute e faz. Nisto, afirmam nossos colaboradores:

Quando eu apresentava um projeto de trabalho para a escola, todos ficavam parados e diziam, não! Não davam credibilidade a minha maneira de pensar, talvez essa tenha sido a maior dificuldade, a pedra de tropeço da minha administração; dificuldade por não haver parceria entre direção e professores. Cada professor seguia seu próprio rumo, sua “ideologia”, e nem sempre essa era compatível com a ideologia do diretor. (Quirino)

Por não haver determinação da Direção da Escola, isto faz com que haja rejeição diante das propostas que não são convincentes e, simplesmente, são contrários a qualquer proposta sem justificativa, mantendo-se resistentes à Direção da Escola. Por não assumirem seus compromissos, os Professores não se comprometem com a Escola, não apoiá-la é uma estratégia. (Severino)

A citação abaixo explicita a experiência e a compreensão que esta colaboradora tem em suas práticas representativas de poder, e afirma:

Quando eu ia contratar uma pessoa, e se essa pessoa tivesse capacidade ou não, não adiantava dizer que tal pessoa não tinha condições de ser professora, ou de assumir determinado cargo se fosse uma indicação política, eu considerava. (Licinha)

A compreensão de uma ex-secretária de educação e ex-diretora que, durante anos, viveu solidariamente ao lado dos que exerciam o poder, ao se referir às práticas de perseguição de alguns diretores, mostra-se contraditória ao afirmar que:

Tratando-se de práticas de poder, existiam diretores que perseguiram funcionários, porque eles sabiam que aqueles funcionários não seguiam o seu indicado político e havia aquela perseguição, ou seja, o voto de cabresto, por sua vez, existia dentro do espaço escolar. Os diretores aproveitavam-se da dependência econômica dos funcionários e, por isso, perseguiram. [...]. No exercício da Pasta da Educação, não me utilizei da prática de perseguição. Os conflitos existiam por irresponsabilidade de certos funcionários, que eram políticos partidários. Atualmente, só o Diretor é indicado; os demais funcionários e professores, concursados. Com isso, existem diferenças entre esses funcionários e os do meu tempo, porque além de serem concursados, fizeram faculdade e são esclarecidos. Antes, tinha professor que lecionava na zona rural que não tinha sequer o primário, mesmo assim, os conflitos continuam. (Licinha)

Na visão de uma professora que foi vice-diretora e, atualmente, presidente do sindicato do funcionalismo municipal, evidenciam-se em sua fala, as práticas de uma diretora que fora indicada com as motivações políticas. Nisto, afirma essa colaboradora:

É preocupante e lamentável a situação da atual diretora, por não estar preparada para assumir uma direção de escola e só saber se lamentar. Os funcionários são faltosos, ficam devendo aulas e não pagam porque têm um apadrinhamento político por trás, na hora em que a diretora manda a falta, nada acontece porque é um afilhado político. [...]. Estes espaços foram criados por você, quando estava Diretor desta Escola, através do Projeto Político-Pedagógico, em que

foram criadas as salas de leitura, sala de vídeo, sala de reforço, foi estruturada e reformada a biblioteca, e tudo funcionava, as pessoas que eram selecionadas para estas salas iam a partir de critérios rigorosos, nunca para acolher afilhados políticos. Existem as salas com seus representantes, apenas lotam os professores nessas salas, mas eles não desempenham suas funções. Na verdade, nada muda, o que está faltando é este Projeto Político-Pedagógico definido no papel, porque essa história que existia, mas que ninguém nunca viu, não tem, nem se faz, e ficam todos falando e repetindo a mesma coisa. Sem que se faça algo, nada vai mudar, tudo vai continuar como está, até quando, não sei. A Escola, desde que o Pe. Pelonha saiu da direção em 2005, não tem um Projeto Político Pedagógico e, diante disso, tudo é esfacelado, cada um fazendo o que quer e como quer. (Paloma)

Das tantas dificuldades existentes no espaço escolar, nenhuma outra é tão refletida, quanto é o poder nas práticas políticas e pedagógicas dos diretores. São, tão somente, nas relações diretor e escola, no dia a dia do espaço escolar, onde são travadas as batalhas. O que se tenta refletir é a origem desse poder, e se os diretores o exercem, respaldados, apenas legitimados pelas indicações. Ou ainda, se o poder é apenas representativo, como interpretam esse poder? De onde é advindo o poder dos diretores? Como esses dele se utilizam, em função de seus subordinados? Quem tem o poder? O que manda, ou o que obedece? Ou seja, quem serve, ou quem se coloca a serviço do outro? Vejamos nas entrevistas a seguir, os diferentes e, ao mesmo tempo, homogêneos pontos de vista na fala de cada um dos nossos colaboradores, ao refletirem a temática que vivenciaram. As entrevistas:

Politicamente, em relação ao poder da diretora, eu acho que ela tem até uma autonomia, o poder executivo não interfere no sentido de dizer:- olha, você só vai fazer o que eu mandar. A questão é que ela não tem domínio, manejo em lidar com estas pessoas. Digamos que ela não saiba lidar com estas dificuldades dentro desta divisão política. A diretora, como já disse, é limitada e humanamente não tem as condições mínimas para administrar uma escola, ela permanece, porque a questão financeira é levada em consideração, juntamente com a questão política. Foi unido o útil ao agradável. (Paloma)

Na tentativa de inibir esses professores que me faziam protestos, tomei posse do Regimento Interno da Escola, mas só foram encontrados apenas alguns fragmentos, sem êxito. Punir esses

professores foi uma das primeiras atitudes que pensei para assegurar-me diante dos protestos que eram intensos e se mostravam mais fortes do que eu. [...] Eu acredito que durante o período em que fiquei na direção, não pude exercer a autoridade que eu gostaria de ter, me sentia atado, sem saber o que fazer, percebia que a minha autoridade, naquele momento, não era a que eu pensava que fosse: de um diretor. (Quirino)

Os diretores, em relação aos funcionários indicados por seus vereadores, agiam com o poder respaldado pelo Prefeito, diante de pessoas ligadas a outro grupo político. Se o Diretor agisse tendo que corrigir um funcionário ou professor, ou quem quer que fosse, existia o apadrinhamento. O diretor só agia com pessoas que não estavam ligadas totalmente a grupos políticos, e que não fossem fortemente apadrinhadas. Quando o diretor era indicado pelo Prefeito, ele tinha uma posição de poder muito forte e se utilizava da mesmo para amedrontar os demais. E quando o diretor era indicado por um grupo político que, porventura, entrasse em discordância com o Prefeito, o diretor só tinha opção de seguir com seu grupo político ou, então, se aliava ao Prefeito para permanecer no cargo. A mudança de mentalidade de um diretor depende exclusivamente dele. Muita gente, com o pensamento de maioral, quer mandar de qualquer maneira, só porque foi uma indicação política. Eu estou aqui, porque o Prefeito mandou, e como as escolas serviam para atender às ordens e aos caprichos do Prefeito, elas tinham que estar abertas para receberem qualquer pessoa que fosse indicada e, para isso, as Escolas ainda servem. (Alonso)

Tratando-se dessa temática poder, uma diretora ao refletir a prática autoritária de outro diretor, afirma:

Era autoritária e não percebia que a Escola não é o Diretor apenas, mas toda a Comunidade Escolar. Acredito que um Diretor seja autoritário porque seja próprio da pessoa. Eu, às vezes, sou autoritária porque a ordem exige, mas sei ser aberta quando preciso conversar e dialogar. (Sebastiana)

Se, para administrar o espaço escolar, o diretor precisa ter poder e, esse, é sinônimo de autoritarismo, podemos, com isso, inferir que esse poder só será verdadeiramente válido, se o mesmo estiver sendo exercido como carisma. Ou seja, quanto maior for o poder do diretor, mais serviçal e transformador ele será. Esse poder atrai e convence.

Sendo esse município pobre, com poucas possibilidades de emprego e, sem muitas alternativas de sobrevivência, a profissão professor poderia estar em

ascensão, não fossem as motivações diversas por sua escolha, em que foram poucos os que, de fato, escolheram-na. Em sua maioria, foram escolhidos. O caos da educação e a falta de compromisso dos profissionais que atuam nessa área têm influência no exercício da profissão? Convido o leitor a, mais uma vez, voltar seu olhar atento para esses que escolheram, ou que foram escolhidos pela profissão professor, como a única alternativa para sua sobrevivência.

Tornei-me professor pela afinidade com a disciplina História, e quanto à escolha da profissão, foi pela possibilidade de estabilidade de emprego. Considerando a escolha da profissão minha ascensão econômica, visei o fator financeiro, tendo em vista que estou num Município que não me oferece outra condição a não a ser a de ser Professor. Ao concluir os estudos, já estava clara a intenção de querer esta profissão, por considerar que seria uma área fácil para iniciar como profissional. Por isso, a escolha da profissão ligada à compensação financeira; dois contratos como Professor Efetivo. (Severino)

Iniciei minha vida profissional, como professora numa Escola do Estado no ano de 1982, ensinando nas séries iniciais, hoje, o Ensino Fundamental. Embora não tivesse o conhecimento necessário para ensinar determinadas disciplinas, era obrigada, a fazê-lo, pela direção da escola. Entrei no Estado através do apelo a um político, por um emprego. Fui indicada por forças políticas que eram, e ainda são práticas muito comuns dos políticos na barganha por votos. Fui indicada por este Senhor, Político, para a Secretaria de Educação e fiquei lotada na Escola Estadual Tristão de Barros e por lá fui aposentada. (Licinha)

Por necessidade e por falta de opção de emprego, no município, e para ajudar a minha família, iniciei minha vida profissional quando adolescente, como professora leiga, aos 16 anos de idade, estudando o Ensino Fundamental I. (Sebastiana)

Iniciei minha vida no magistério, quando ainda residia em Jucurutu, minha cidade de origem, lecionando a disciplina de História, pela qual me apaixonei. Com o decorrer do tempo, eu disse que queria fazer História, porque era o que estava mais próximo da minha realidade. (Alonso)

Estou recente na profissão se comparado com a maioria dos colegas. Trabalhei em algumas escolas e adquiri experiência; trabalhei contratado como estagiário nas Escolas da Rede Estadual de Ensino durante os anos de 2008 e 2009, e na Escola Municipal Francisco de Assis, por sete meses. (Quirino)

Eu me tornei professora ao cursar o magistério, não tinha outra opção, era o único curso oferecido em nível médio. Fiz o curso e a partir daí tomei gosto pela profissão, iniciando minha vida

profissional como professora em 1972, lecionando nas séries iniciais através de um contrato por indicação política e fiquei três anos numa sala de aula. Em 1977, voltei como vice-diretora na Escola Municipal Francisco Pinheiro e, em 1999, sendo aprovada no concurso e posteriormente convocada, fui efetivada e lotada na Escola Municipal Francisco de Assis de Souza. (Paloma)

A escolha de uma profissão nem sempre é acertada na primeira experiência e, tratando-se da ausência de outras profissões, ser professor, nesse município, na visão dos colaboradores, é:

Para a maioria dos professores é falta de opção. A opção seria apenas para se fazer o concurso. Eu acredito que a maioria esteja na profissão por não ter outra renda. Eu já ouvi vários professores dizendo que se tivessem outra coisa para fazer, não seriam professores, então, não pode ser opção. É professor porque não tem outra profissão. (Paloma)

Eu poderia ter feito outra opção, mas não compensava financeiramente. Se eu tivesse escolhido como profissão ser policial, eu não viria trabalhar nesta cidade, seria deslocado para qualquer cidade no Estado e, dificilmente, conseguiria conciliar outra profissão. (Severino)

A princípio, quando se entra numa faculdade é por opção, mas quando se começa a trabalhar como Professor, o fardo é tão grande que se percebe que é falta de opção, as oportunidades não são das melhores, o respeito e o reconhecimento social também não são dos mais favoráveis e, o profissional de educação, em especial, o Professor, é pouco valorizado na sociedade. (Quirino)

Com o decorrer do tempo, eu disse que queria fazer História, porque era o que estava mais próximo da minha realidade. (Alonso)

Por necessidade e por falta de opção de emprego, no município, e para ajudar a minha família, iniciei minha vida profissional quando adolescente, como professora leiga, aos 16 anos de idade, estudando o Ensino Fundamental I. (Sebastiana)

Diante desta exploração política, logo entendi que deveria estar pronta para vencer os obstáculos da vida humilde, tendo que saber lidar com a nossa pobreza, no intuito de poder ajudar minha família. (Licinha)

O município de São Rafael, por longos e duradouros anos, viveu a experiência da indicação política para quaisquer que fossem as funções, dentro da administração pública. Em se tratando da educação, os que nessa estavam, eram

verdadeiros escravos na profissão que exerciam por dependerem, exclusivamente, da vontade de seus chefes, para lhes retribuírem pela função que exerciam. Mas isso, nem sempre acontecia da maneira mais justa, quando seus superiores desviavam os recursos destinados à educação, deixando de honrar os compromissos de administrador em todas as pastas e, sobretudo, com os que exerciam a profissão professor na mais da irresponsável desonestidade, respaldado na impunidade advinda da força política, desonrando os que, nesta profissão, sobreviviam, mesmo que não a tivessem escolhido, como a profissão de sua realização pessoal.

Esse município, que desde sua formação, fora marcado em acontecimentos, pela chancela da pobreza que tiranizava a população em suas necessidades, assim como o dividimos em um antes e um depois da barragem, igualmente na educação, se faz a mesma divisão, tratando da educação antes e depois do concurso.

Vejamos nas falas dos nossos colaboradores a real situação do antes e do depois do concurso, os que, com o advento deste, acreditavam numa nova realidade de trabalho com garantias asseguradas na estabilidade profissional. No entanto, o concurso, que asseguraria o funcionalismo em garantias de trabalho, não foi capaz de banir dessa escola, como das demais repartições públicas, desse município, o privilégio, o apadrinhamento e as injustiças. Neste sentido, afirmam os nossos colaboradores:

Acredito que deveria haver desvio do dinheiro, uma vez que entravam os recursos na conta da Prefeitura, mas que não eram repassados para a pasta; as escolas viviam sufocadas na mais absoluta miséria, abandonadas e o Prefeito sequer residia na cidade. [...]. O funcionalismo não podia fazer manifestações, nada reivindicava às claras, mesmo estando com a razão, ficavam quietos, calados. [...]. Por mais que aquele funcionário quisesse fazer uma manifestação, reivindicando seus direitos, ele ficaria preso, ele tinha medo, medo de perder o emprego, medo de não receber os meses trabalhados, medo de questionar o Prefeito porque seria demitido, simultaneamente. [...]. Já vivi momentos difíceis quando eu era secretária, e o mais complicado e difícil foi o período em que as pessoas ficavam meses sem receber seus salários, o dinheiro era desviado, não para outra secretaria que tivesse mais necessitada, mas sabe lá Deus para onde, era frustrante eu ser secretária de educação nesse município e mais ainda para os funcionários. (Licinha)

Na época, uma pessoa, para assumir a direção de uma escola, tinha que ter alguém que tivesse afinidade com o Governador. Com a mudança geográfica da cidade, no primeiro mandato do Prefeito Bruno, o então Governador era José Agripino Maia que estava coligado com o Prefeito e a pessoa que estava na direção era do outro partido, e para tirá-la, me indicaram. Quando um político fazia a indicação de alguém para um cargo público e, a direção de uma escola havia, sem dúvida, por trás disso, a motivação política. (Sebastiana)

Ao chegar à escola e ter o contato com a comunidade, percebi que temos que ter quatro grandes desafios quando assumimos um cargo público de direção por indicação política, que nunca saiu da minha cabeça esse pensamento: ou você agrada quem lhe colocou lá dentro pela indicação política, ou agrada aos colegas de trabalho na Escola, ou agrada aos pais, ou aos alunos. É uma roleta russa, é um terreno minado que você não sabe onde pisar. Procurei focar os alunos, não sei se foi essa a questão. (Quirino)

Durante muitos anos, declaramos abertamente nosso voto como garantia do meu emprego. Se porventura, nos primeiros anos, eu tivesse deixado de votar nessa pessoa, teria perdido o emprego, enquanto não me tornasse efetiva, por isso tínhamos que segui-lo. (Licinha)

Quando o professor faltava dentro do seu horário, mandávamos um encaminhamento para a Secretaria de Educação, notificando aquele professor que não havia cumprido sua obrigação, e as providências seriam tomadas através da Secretaria, que por sinal, nunca tomei conhecimento de tais providências. (Quirino)

Quando ele não era o candidato, tinha o indicado dele e queria que a gente o acompanhasse e tínhamos que acompanhá-lo, porque devíamos favores. Geralmente, o político dizia para o candidato dele: - olha, eu tenho tantos votos, ele se baseava naquelas famílias e via o tanto de votos que ele tinha. Era o verdadeiro voto de curral, em que o candidato se sentia dono; era o seu gado. Eu chamo a isso de cultura da troca de favores políticos, voto em troca de emprego. (Licinha)

Dentro do contexto político vigente, antes da chegada do Pe. Pelonha, não se poderia pensar nessa possibilidade, agiam dentro dos moldes que determinavam a indicação e contratação do funcionalismo, e só se entraria na Repartição Pública Municipal como qualquer funcionário, através do voto e não por sua bagagem de conhecimento. [...]. A prática que se tinha de fazer a educação com fins políticos eleitorais, considerando apenas quem era o fulano no quadro da Política, quem o havia indicado e a que grupo pertencia, sem os critérios pedagógicos e de conhecimento para trabalhar, se que tivessem continuado dessa forma, eu não teria entrado, mesmo tendo todas as condições. A postura do Pe. Pelonha de buscar profissionais para fazerem parte do quadro de professores, que tivessem conhecimento, foi respeitada pela executiva, haja vista que contrataram todas as pessoas que foram indicadas por ele. (Alonso)



Embora tivesse sido indicada por forças políticas locais até acumulando funções, eu nunca me envolvi partidariamente na política, tendo que me declarar, publicamente, em quem eu iria votar. (Sebastiana)

Eu quis ser convocada para ser professora, pela incerteza de estar num cargo de confiança por indicação política sem garantias e, sendo concursada, quis garantir minha estabilidade como professora, mesmo porque era muito conflitante minha relação com a diretora, era uma relação difícil e de muitas dificuldades. Eu não concordava com a submissão da diretora que seguia as orientações políticas da Secretaria, aceitando-as ou não. (Paloma)

Cada um, ao pensar que é concursado, equivocadamente pensa que não poderá ser demitido, o que é uma ideia equivocada de ser concursado e de se ter estabilidade, em que o professor tenha que estar isento de sua responsabilidade. Com o concurso, as táticas nas escolas mudaram. Os conflitos que surgem nas escolas, em sua maioria, são por causa da irresponsabilidade dos professores, da falta de ética e da falta de compromisso pela divisão dos grupos dentro da escola. (Licinha)

Nós, professores concursados, nos posicionamos em relação ao diretor que é indicado de maneira respeitosa, até porque todos os indicados são taxativamente rejeitados. Essa rejeição se dá em virtude de determinada pessoa não ter sido indicada e manter-se silenciosa, não demonstrando essa intenção de querer ser uma administradora do espaço escolar. (Severino)

O funcionalismo não podia fazer manifestações, nada reivindicava às claras, mesmo estando com a razão. Ficavam quietos, calados. Ser dependente político em função da dependência econômica era a condição para se viver controlado pelo cabresto. Se foi contratado, foi indicado por forças políticas locais, você estava preso, estava no curral, e se você fizesse alguma manifestação, corria o risco de perder o emprego. Por mais que aquele funcionário quisesse fazer uma manifestação, reivindicando seus direitos, ele ficaria preso, ele tinha medo, medo de perder o emprego, medo de não receber os meses trabalhados, medo de questionar o Prefeito porque, simultaneamente, seria demitido, simultaneamente. Com o advento do concurso para o funcionalismo, alguns problemas foram resolvidos e muitos currais foram fechados. O concurso foi muito bom e é bom, evita toda essa situação de dependência política, em função da dependência econômica, porque você fica livre para seguir o seu próprio caminho (Licinha)

Eu diria que a partir da convocação dos concursados, não existiam conflitos, e existiam, sim, porque eram seres humanos e conflitantes. Mas até que havia um relacionamento amigável entre a direção e os professores. [...] Exercendo a função de Presidente do Sindicato, percebo que o problema da EMFAS, é uma questão de mau costume, estão acostumados ao apadrinhamento e aos privilégios políticos, por isso, a falta de compromisso. No seu tempo, se percebia visivelmente o compromisso dos professores que não eram escandalosamente privilegiados o quanto o é no momento. [...]

Antes se falava de apadrinhamento político que, por sinal, era a base de sustentação da política neste Município, porque o funcionário era indicado. Hoje são todos concursados e o apadrinhamento continua do mesmo jeito. Alguns professores, há tempos que não estão em sala de aula, porque votaram no Prefeito atual ou porque são amigos ou amigas da Secretária de Educação e têm que ter lugar especial, vai para a sala de vídeo ou biblioteca. Existem casos em que os professores são escolhidos para trabalharem em determinadas salas, antes mesmo de se fazer a distribuição de classe. O professor que não quer estar em sala de aula, então ele é mandado para sala de vídeo ou, biblioteca. [...] estas pessoas que são colocadas nestas mesmas salas são apadrinhadas, usufruem de privilégios políticos. Esses espaços deveriam ser bem trabalhados, no entanto, não o são, porque servem apenas para acolher os afilhados políticos, e na sala de aula, eles têm trabalho. (Paloma)

No Estado do Rio Grande do Norte, o provimento do cargo de diretor se dá de duas maneiras: na rede estadual de ensino, por eleição, através da Lei nº 290, que estabelece a gestão democrática e, nos municípios, pela indicação política. No momento, as reflexões que são feitas na rede municipal de ensino, são em virtude das modalidades para o provimento do cargo de diretor, quando os pontos de vista divergem quanto ao diretor ser eleito pela comunidade, concursado ou indicado. Temerosos com a influência da política partidária, os colaboradores divergem quanto à modalidade de provimento do cargo, como condição para a superação dos encaixes da educação, por não haver uma crença na melhoria da educação, com a aplicação de uma dessas modalidades. Portanto, afirmam:

Existe uma inquietação a respeito de uma direção, administração democrática. Diretor teria que ser eleito, indicado, concursado? Eu acredito que toda escola gostaria de ter Um Diretor indicado como o Pe. Pelonha, essa é minha visão, porque tive o prazer de conhecê-lo e de trabalhar com ele. Se hoje o Pe. Pelonha fosse um diretor indicado seria aceito por todos. No momento em que você tem a confiança da comunidade, o poder executivo passa a compreender que você foi indicado pelo Prefeito, mas tem o respaldo da Comunidade e da Escola, então, você há de convir que o empenho foi satisfatório; neste sentido, o Pe. Pelonha teve o apoio da comunidade. [...] Acredito que se não fosse o envolvimento político das pessoas, a melhor maneira de se ter um diretor na Escola seria por eleição, desde que esse diretor não se submetesse aos devaneios dos políticos. Um diretor eleito, com certeza, não iria assinar cheques em branco, isso não seria mais possível porque teríamos um diretor que não estaria preso a nenhum Político. Seria muito bom se a eleição para o provimento do cargo de diretor viesse

de fato resolver os problemas da Educação. Todavia, não fiquemos iludidos como as coisas acontecem neste município, a eleição só pioraria as coisas. (Alonso)

Uma escola pode ser democrática com o diretor indicado e pode não ser democrática com o diretor eleito; vai depender da pessoa do diretor; ele sendo eleito não significa que ele vá ser democrático, de forma nenhuma. Pode até ser um ditador ou pode nem gerir. (Paloma)

Se a escola escolher o diretor por eleição democrática, a própria escola terá muito mais o que cobrar desse diretor, porque foi escolhido e confiado, quando você é indicado, você é colocado naquele lugar por alguém e não por todos e, certamente, só será aceito por alguns, e a escola deve ser administrada por toda a comunidade escolar. Sendo assim, se o diretor for escolhido e eleito pela comunidade escolar, terá autonomia para administrar seu espaço. (Quirino)

Não acredito que uma escola seja democrática simplesmente por uma questão de modalidade sendo meramente o diretor indicado por forças políticas, eleito ou concursado. [...] Vejo a eleição para o provimento do cargo de diretor de maneira muito negativa, por causa da interferência e da influência política partidária nas escolas. A democracia é autoritária quando o diretor é eleito democraticamente e torna-se mais autoritário do que aquele que fora indicado por forças políticas. Se um administrador; o Prefeito opta por nomear o diretor, que não seja um eleitor, que esta pessoa tenha seu histórico analisado e seja consultada sua aceitação junto à comunidade escolar. A questão não é indicar, mas quem está sendo indicado. Quando o diretor é escolhido, ainda corre o risco de se criar atrito entre aqueles que o escolheram privilegiando a uns e prejudicando a outros; os que não o escolheram. Essa é a realidade das duas escolas do Estado nesse Município. Eleições não convêm. O real modelo de eleição para diretor não representa o ideal. Simplesmente com a escolha de uma das modalidades, não se tem de fato com isso, um bom diretor; que saiba conversar, que saiba levar em consideração a diferença, que seja humilde e capaz de reconhecer o seu próprio erro. (Severino)

Ainda não estamos preparados para uma escolha democrática, porque, mesmo que seja escolhido pelo voto, existem as facções que vêm para dentro da Escola e fazem acontecer a mesma coisa. Por exemplo: na Tristão de Barros e no Claudeci há eleição para Diretor, nem por isso mudou a escola, as pessoas não mudaram. Não é diferente de uma eleição do Poder Executivo, existem lá os dois grupos e a mesma divergência, como se fosse para um cargo eletivo político. A questão não está no fato de o Diretor ser eleito, indicado ou concursado, está na consciência de quem está sendo indicado de um lado e do outro de toda a comunidade escolar. (Sebastiana)

Você tinha uma estrutura, e isso, para ela era motivo de muita inveja e de muitos ciúmes, porque ela dizia: - "a EMFAS é isso, a EMFAS é aquilo, o Francisco é isso, o Francisco faz isso, os professores do Francisco fazem isso, o Diretor do Francisco faz assim". Na verdade,

criava-se um constrangimento entre os funcionários por causa do despreparo dela. [...] Diante da nossa realidade, eu considero que o diretor, sendo eleito ou indicado, pouco adianta, pouco vai fazer a diferença, tendo em vista a força política que ainda influencia e interfere no processo de eleição, que não se diferencia da política para eleger um Prefeito que, por sinal, os mecanismos para as eleições do diretor e do Prefeito são bem parecidos. (Licinha)

A influência política nas escolas poderia ser sinal de transformação do espaço escolar, com a implantação de políticas públicas eficazes para a educação, visando às melhorias do próprio espaço e condições dignas de trabalho para todos, se atreladas a essas influências, não estivessem a subserviência, o nepotismo, os privilégios e vantagens obtidos para fins eleitoreiros, que descaracteriza a escola e a impede de fazer seu papel, desenvolvendo ações que sejam respaldadas em respostas para a comunidade, nas práticas da escola, na harmoniosa relação diretor e professor. Diante de tais influências, não há muito que se crer numa escola transformadora de consciência, em sua legítima função de produzir conhecimento. A influência política que poderia ser um legado de prósperas transformações limita-se, retrocedendo as ações didáticas pedagógicas, no espaço escolar. Neste sentido, nossos colaboradores afirmam que:

Diante da nossa realidade, eu considero que o diretor, sendo eleito ou indicado, pouco adianta, pouco vai fazer a diferença tendo em vista a força política que ainda influencia e interfere no processo de eleição, que não se diferencia da política para eleger um Prefeito que, por sinal, os mecanismos para as eleições do diretor e do Prefeito são bem parecidos. (Licinha)

Sempre tive a preocupação de dar a oportunidade para os de casa: os que eram meus. Nomeava-os para as Secretarias e, especificamente aqui, para a educação, os meus correligionários, que eram as minhas pessoas que me ajudavam na campanha. Uns eram nomeados por mim e outros eram indicados por amigos que me ajudavam na campanha. Este cidadão que hoje é Prefeito era meu Secretário de Finanças, e a irmã dele, a Secretária de Educação. (Bruno)

A influência política dentro da escola, na minha situação, da maneira como ela foi vivenciada, foi humilhante e decepcionante. A diferença em ser diretor indicado e ser eleito é muito grande. Você é indicado dos políticos. O grupo que está dentro da escola não entende o porquê de você ter sido indicado para esse cargo e o grupo político que o indicou, espera que você defenda seus interesses. (Quirino)

O cargo de Diretor preenchido por concurso seria democrático, livre de influência política. Enquanto eu estava na pasta, acompanhava todo esse processo e via que as nossas interferências nas escolas eram políticas. (Licinha)

Lembro-me de que o primeiro diretor da maior escola do município foi nomeado, simultaneamente, para duas escolas: a do município e a do Estado. Mesmo eu sendo Prefeito, eu interferia nas escolas do Estado. A minha força política, como Prefeito, me permitia interferir nas demais repartições públicas, e não apenas na educação, porque eu estava coligado com o governo, e conceder emprego era a nossa garantia de votos para me eleger em campanhas seguintes ou, eleger o meu candidato, o que eu indicava. Esse senhor que eu indiquei diretor para as duas escolas era um forte aliado político, e tinha uma família numerosa em votos. Então eu tinha que me garantir com o apoio dele e da família. A minha esposa chegou a ser Secretária de Educação, Diretora e mais outras coisas. Diretor ou qualquer outro que fosse indicado por mim ou por algum amigo político, tinha que ser meu eleitor, caso contrário, não seria contratado. Eu não sou letrado, sou analfabeto, mas na minha inocência, nunca levei em consideração a formação das pessoas que me pediam emprego. Eu conhecia todos na cidade, um a um, e sabia o nome. (Bruno)

Os diretores tinham medo de perder o poder, quando fossem questionados por pessoas que viviam independentes da política partidária, porque eram livres para questionar a prática da subserviência de cada diretor. Eles tinham medo de estarem diante de pessoas que questionassem. Essas questões eram trabalhadas com mãos de ferro, não havia nada para se pensar, e muita gente, por medo, não abria a boca, porque se soubessem, poderia virar uma celeuma. Nunca me questionaram ou me sondaram do porquê de o diretor da época, da EMFAS, ser, também, simultaneamente, o diretor da Escola do Estado, que era a escola em que eu trabalhava. Como eu era efetivo do Estado, me engoliam as duras penas, mas para entrar na EMFAS, onde estava Diretor, o mesmo da Escola do Estado, com esta visão de trabalho que eu tinha, de ir livre pra sala de aula, não havia nenhuma chance. (Alonso)

Sendo o diretor indicado, percebo que ainda estão inseridos nesta Escola os conflitos políticos, que quando alterados, envolvem a escola subdividindo os grupos dos que lá estão. São conflitos em sua maioria fincados no passado, e alicerçados nas bases da resistência, de maneira tal, que se tornaram comuns aos olhos de muitos pela maneira excessiva com que eles se fazem no dia a dia da escola. Se esses conflitos atrapalham ou não o andamento da Comunidade Escolar, é uma questão de visão do todo, sobretudo aqueles que provocam tais conflitos em suas práticas reprovativas de resistências. (Severino)

É intenso o desejo por uma escola democrática, a partir da escolha de seus diretores; ao mesmo tempo, é imensamente desacreditada essa possibilidade,

tendo-se em vista a influência política partidária. Claro que uma escola, para ser democrática, não o será apenas por uma questão de modalidade, mas pelo envolvimento e participação de todos que estão dentro e fora do espaço escolar. Seria para esse município, um avanço para a democracia, se os diretores não fossem escolhidos e nomeados por políticos, com garantias de respaldo nas urnas eleitorais? Vejamos o que pensam os entrevistados:

Não há uma crença em relação a estas escolhas, como os diretores são indicados, depois de sua participação: pessoas sem experiência na Educação. Não se pode ignorar que para se fazer a escolha de um diretor, deve-se levar em consideração sua bagagem pedagógica. Muitas dessas pessoas que foram indicadas, se o fossem para trabalhar numa gestão eleita, não teriam a menor condição. Dessas pessoas, não se pode esperar que façam alguma coisa, porque não possuem bagagem pedagógica. Se o Diretor for escolhido, o problema está na escolha e, com certeza, nos últimos 10 anos, nenhum dos Diretores escolhidos tinham condições de serem eleitos. (Alonso)

Uma escola pode ser democrática com o diretor indicado e pode não ser democrática com o diretor eleito; vai depender da pessoa do diretor; ele sendo eleito não significa que ele vá ser democrático, de forma nenhuma. Pode até ser um ditador ou pode nem gerir. [...]. O processo democrático se faz através da participação. Sonho com uma escola onde todos participem e que haja de fato engajamento, envolvimento de toda a comunidade escolar, e que tenha a colaboração da sociedade, uma escola que funcione com tudo o que nós já discutimos aqui. (Paloma)

Para uma escola ser democrática, o ideal seria que o diretor fosse escolhido, eleito, considerando que a pessoa eleita queira exercer essa função. Há uma resistência de querer representar; apontam-se os erros, mas não se aponta a solução. Apontar os erros é, certamente, tarefa fácil para qualquer um de nós, sobretudo, os erros dos diretores que são nomeados. (Severino)

A questão não está no fato de o Diretor ser eleito, indicado ou concursado, está na consciência de quem está sendo indicado de um lado e do outro de toda a comunidade escolar. Não vivenciei a eleição na Escola Tristão de Barros, acompanhei de fora, e percebo que a administração destas Escolas, não é diferente da minha, em que sou indicada por forças políticas. Lá, a eleição existe, só que os conflitos continuam. (Sebastiana)

Em função dos desmandos dos políticos locais, que viviam da condição de pobreza dessa população, ao se sentirem ameaçados e percebendo que não tinham

mais espaço, dentro da escola, para favorecer sua política, por eu não ser o diretor conivente com a situação de exploração dessa população, promovem verdadeiras arruaças, me amedrontando e me confrontando com a comunidade e requeriam reuniões na Câmara Municipal, com o intuito de me inibirem em minhas práticas.

Qual o papel do poder Legislativo, se nesse município, era conivente com a imoralidade administrativa? Certamente, à época, não deveria essa casa exercer sua função de aprovar projetos que beneficiassem a população com políticas públicas de emprego e incentivos para atrair fontes de renda, bem como investimentos nos potenciais naturais como alternativa de sobrevivência? Ao invés disso, em suas pautas, agregavam o meu nome para ser discutido durante as sessões, como uma ameaça aos seus currais eleitorais.

Foram as atitudes covardes, omissas, prepotentes e desleais, que ao longo de muitos anos tornaram essa gente exposta à mercê de sua própria sorte e, à conivência para com esses era, tão somente, que sobejavam uma garantia de sobrevivência, mesmo que lhes restassem, apenas, as migalhas dos acordos espúrios, como esmola na garantia de votos e de permanência de pobres e miseráveis.

Não podemos cair na tentação da ingenuidade, em quisermos aceitar que o problema da seca, da estiagem que aflige o solo Nordeste, seja um problema da natureza, nem que a fome e a miséria estejam unicamente associadas ao problema da seca. Em ambos os casos, estão associadas à ausência de políticas públicas dos governos omissos, que se beneficiam dessa gente. Todos os problemas relacionados às estiagens do Nordeste fazem parte de um único problema político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Damos início a estas considerações, reportando-nos aos primeiros capítulos desta dissertação, quando falamos do Estado do Rio Grande do Norte, com a colonização portuguesa e de outros povos como os espanhóis, holandeses e franceses. Fizemos uma abordagem da formação do município de São Rafael, enfatizando neste, a velha e a nova cidade, para se melhor entender alguns dos enfoques aqui feitos. Nesses, consistiu o nosso objeto de pesquisa que foi desenvolvido na trama das relações de poder entre diretores e professores da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza.

Fizemos uma reflexão sobre o Projeto Baixo-Açu, como divisor de uma história, em histórias de vidas, a mudança geográfica da cidade em virtude da construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves e os problemas oriundos das baixas estiagens que castigam a região do Vale do Açu e assolam suas terras por falta d'água.

Por essa razão, a dependência política e a submissão da população que, economicamente, vive limitada em suas condições mínimas de sobrevivência, acentuando com isso a influência política em que, ao longo dos anos, tem despertado nessa gente a necessidade por políticas públicas na melhoria da qualidade de vida, desatrelando, assim, a submissão e a dependência em virtude das condições econômicas.

Refletir tais situações, nessa população, implica, necessariamente, apreender que as experiências desses homens e mulheres não acontecem num vazio denso e estático, mas em seus movimentos contraditórios e variáveis, cujos percursos de vida se imbricam à própria história da cidade, marcada pela experiência que carregam de um passado de lutas, dor e sofrimento, permutado nas esperanças de um tempo perdido e excluído dos registros oficiais em mais um dos achados, para quem, da miséria humana, galgou na vida o próprio enriquecimento no acúmulo de bens materiais.

A história oral por dar suas contribuições teóricas, possibilita a construção e a reconstituição da história da população de São Rafael que, por meio das narrativas dos colaboradores contribuem, especialmente, com a metodologia aqui empregada.



Observamos essa contribuição através dos estudos que trazem reflexões sobre as relações entre subordinados dependentes e os que detêm o uso do poder numa estreita relação entre pesquisador e os sujeitos entrevistados, discutindo seus resultados com base nas teorias dos próprios sujeitos.

Também, podemos afirmar que a crescente propagação da história oral nos centros acadêmicos, apesar de algumas diferenças em relação à sua utilização, parece-nos que vem estimulando seu uso por parte dos pesquisadores, entre eles os da área de educação em que esses, através dos relatos orais, têm realizado entrevistas com sujeitos que possam discorrer sobre experiências diretas ocorridas durante a vida.

No clarão das teorias e práticas da história da educação, a contribuição da história oral, nas academias, tanto quanto para a história local nesse município estudado, é de primordial apreço, considerando que o registro oral não se restringe a buscar informações, mas a perceber o significado dos acontecimentos, no âmbito subjetivo da experiência humana. A visão que mais se aproxima das escolhas e percursos delineados nesta investigação, é aquela que concebe a história oral como metodologia. Neste sentido, Meihy (2007, p.165), ao justificar o peso e a credibilidade da história oral, afirma: [...] “história oral não é só entrevista, ainda que entrevistas façam parte de uma abordagem da história oral”.

Outra questão que perpassou esse estudo foi compreender os motivos pelos quais fizeram essa escola se estruturar em bases políticas, refletindo o porquê da influência política, nesse município, causar tantos abusos a diretores e professores em suas práticas.

Essa questão nos reportou à compreensão das relações de poder nos espaços da escola. Bem melhor teria desenvolvido este estudo se, juntamente com as fontes orais, pudéssemos ter tido acesso às fontes escritas, não encontradas nos registros da escola, não se sabendo por que, evidenciando essas práticas.

Considero ainda, muito relevantes as outras vinte entrevistas que não colocamos, não que não tivessem em seu conteúdo importância, mas por não se aproximarem tanto do objeto desta pesquisa. Portanto, tivemos, com isso, desconsideradas outras falas de acentuado valor em outras temáticas, que necessariamente não fossem as relações de poder, mas de relevância para a história desse município. Devemos ainda lembrar os questionamentos feitos ao

prefeito que me indicou, e que durante a elaboração dessa pesquisa, não se dispôs a respondê-los.

Nessa dissertação há vários questionamentos feitos e não respondidos, propositadamente, pois o intuito foi que ficassem, apenas, para a reflexão dos leitores.

As entrevistas revelaram que embora cada trajetória tenha sua singularidade, há traços comuns que as aproximam. Nascidos entre meados das décadas de 40 e 60, essa geração, pelas condições econômicas em que vivia, nasceu e cresceu em seu espaço de origem, ali aprendeu a viver e a ter suas experiências fincadas na solidariedade, na partilha e na fraternidade, que são próprias das pequenas cidades do interior do Estado do Rio Grande do Norte, fato esse, que lhe tiraria a calma com os primeiros boatos da construção de uma barragem, nos anos 70, que veio a concretizar-se na década de 80, com a mudança geográfica da cidade. Com isso, essa população que, agora é obrigada a reaprender a viver, exilada, em suas próprias terras, também, agoniza-se nas esperanças e expectativas de uma nova vida e na luta por sobrevivência e, nesta luta, sem perspectivas, a alternativa: submeter-se à dependência política em função da econômica.

Destacamos, como descobertas realizadas pelos educadores, a fé na capacidade de pensar do povo, a importância da participação popular, o diálogo como neutralizador de conflitos na relação educador/educando, a aprendizagem como ato criativo do sujeito e a compreensão da educação como um objeto político.

Embora a conjuntura da política de assistência à seca dos anos 70, tenha se caracterizado pela indústria da mesma, algumas experiências voltadas para as lutas e resistências na formação de classes, no surgimento dos movimentos sociais, não foram suficientes para esta população sobreviver em suas terras quando outros, migraram para outras terras, até mesmo que fossem os grandes centros urbanos. Os que ainda permanecem, resistem, insistem e lutam em seus espaços por sobrevivência.

Na compreensão dos que nas entrevistas narraram suas histórias, percebemos o movimento de resistência que se produziu nessa comunidade/população, ao longo de 4 (quatro) décadas de desencantos, desrespeito e de uma violenta negação do outro em função das condições de pobreza, na humilhante situação da dependência de viver de pequenos favores, até mesmo, descaracterizando-se, ora para garantir seus privilégios políticos pelo

apadrinhamento, ora na garantia de sua sobrevivência nos empregos conquistados, pela troca de favores políticos.

Um dos objetivos deste estudo foi conhecer e compreender as razões e os conflitos, e o porquê de os diretores serem rejeitados no espaço escolar e o que faziam para permanecerem nos cargos que ocupavam, nas intrínsecas relações de poder e submissão, nos padrões desumanos que emergiam de suas representações, face às indicações que recebiam dos seus grupos políticos, na condição de sempre, subordinados e dependentes economicamente.

Neste trabalho, foram ressaltados, também, pontos relevantes que ora elencamos abaixo:

- Que os diretores não fossem, simplesmente, indicados por motivações políticas, já que não entendiam das práticas pedagógicas, pela falta de formação e da sua dependência e submissão ao político que lhe fez a indicação;
- A falta de autonomia nas escolas e da Secretaria de Educação se dá pelos mesmos motivos acima expostos;
- Os professores são insatisfeitos na profissão porque não tiveram a opção de escolherem sua carreira profissional em outras áreas do mercado de trabalho, pela falta de oportunidades, que não lhes era oferecida pelos governos;
- A falta de compromisso dos professores se dava pelos motivos acima expostos e, com isso, o desinteresse com a escola;
- .A ausência de envolvimento da família na escola, em virtude de as práticas da mesma não refletirem nelas o interesse pela participação;
- O anseio por uma escola democrática, validada com a participação da comunidade em Projetos desenvolvidos pela mesma;
- A urgência de Projetos Político-Pedagógicos para o dinamismo do espaço escolar, em consonância com os segmentos da comunidade, no desempenho de suas práticas;
- Os conflitos entre professores concursados e os, ainda, indicados por forças políticas;
- A influência política e o apadrinhamento dentro do espaço escolar que geravam conflitos ao isentá-los de suas responsabilidades.

Ao finalizar este trabalho, podemos afirmar que o estudo das relações de poder nas práticas político-pedagógicas dos diretores da EMFAS, revelaram nas experiências desses educadores uma visão negativa da educação nesse município, pela descontinuidade acerca das possibilidades de políticas de educação, voltadas para esta realidade específica.

As narrativas de Bruno, ex-prefeito; Licinha, ex-secretária de educação e ex-diretora; Quirino, ex-diretor; Paloma, professora, exercendo a presidência do Sindicato do Funcionalismo desse município; Sebastiana, ex-secretária de educação e atual diretora da EMFAS; Severino, professor de história e geografia em duas escolas e Alonso, professor e militante no resgate da história local mostraram o quanto a educação se encontra comprometida com a política partidária desse município, assegurada nos privilégios e apadrinhamentos emergindo com isso, as diferentes formas de discriminação e exclusão existentes na sociedade, nos revelando a opção clara e prioritária dos setores sociais, em condições de marginalidade econômica e desigualdade social.

A história da educação e da política nesse município, narradas pelos colaboradores desta pesquisa, refletem suas lutas, resistências e sonhos que superaram o desencanto e o desalento das influências políticas no espaço escolar, fazendo dessa escola o cabide de privilégios políticos, que em nada contribuiu em suas práticas.

Essas experiências descritas e registradas pelos colaboradores dessa pesquisa permitiram-me fazer, nessa teia de relações de poder e submissão, uma história tão minha quanto de outros colaboradores, quando minhas experiências, também, registradas como educador, nesse município, perpassaram as influências políticas e as relações de poder, pela submissão à tão marginal e temida dependência econômica. Rafaelenses e Rio Grandenses do Norte que não abdicaram de seus sonhos de uma São Rafael livre e independente das forças políticas que amedrontaram e amordaçaram as esperanças e os sonhos silenciosos, daqueles que, como eu, ainda não se deram por vencidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1989.

AMADO, J; Ferreira, M. de M.(Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

ANÔNIMO. Como conviver com a estiagem. Disponível em: [http://super.abril.com.br/superarquivo/1994/conteudo\\_114129.shtml](http://super.abril.com.br/superarquivo/1994/conteudo_114129.shtml) Acesso em: 24 abr. 2013

\_\_\_\_\_. Coronelismo. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/coronelismo.htm> Acesso em: 28 abr. 2013

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento com educação. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/> Acesso em: 20 abr. 2013

\_\_\_\_\_. Desigualdades sociais e pobreza. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada\\_eixo\\_2011/desigualdades\\_sociais\\_e\\_pobreza/pobreza\\_conceitos\\_mensuracao\\_e\\_enfrentamento\\_no\\_brasil.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/desigualdades_sociais_e_pobreza/pobreza_conceitos_mensuracao_e_enfrentamento_no_brasil.pdf). Acesso em: 26 abr. 2013

\_\_\_\_\_. Indústria da Seca. Disponível em: [www.facitec.br/erevista](http://www.facitec.br/erevista) [www.infoescola.com/autor/caroline-faria/4/](http://www.infoescola.com/autor/caroline-faria/4/) Acesso em: 19 mar. 2013  
<http://www.infoescola.com/geografia/industria-da-seca/> Acesso em: 19 mar. 2013

BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. / Walter Benjamin. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERTAN, Tereza Canhadas. *Os cargos de direção das escolas públicas do Paraná: A trama das relações de poder*. 1996. Tese. (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOURDIEU, Pierre Felix. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Veja, s.d.

CALAÇA, Celina Ferreira. *Eleição de diretor de escola e gestão democrática: um estudo de caso*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1993.

CANÁRIO, Rui. *Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas*. In: NÓVOA, Antônio (Orgs.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editor, 1989.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; CASTRO, Amélia Domingues de (Orgs.). *Ensinar a Ensinar: Didática para a escola fundamental e média*. São Paulo :Cengage Learning Editores, 2001.

CASTRO, Magali de. *Relações de poder na escola pública de ensino fundamental: uma radiografia a luz de Weber e Bourdieu*. São Paulo, Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *Contribuições da sociologia clássica e contemporânea para a análise das relações de poder na escola: um estudo do poder em Weber e em Bourdieu*. Educação e Sociedade, Campinas, abr. 1995. *Print version* ISSN 0102-2555 Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DÍEFEL, 1990.

CORRÊA, João Jorge. *Eleição para diretores na rede municipal de ensino de Belo Horizonte- MG no período de 1989 a 1994*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

COSTA, Alonso Arcanjo da. *A história da cidade que o progresso naufragou(São Rafael/RN): Jucurutu/RN: Gráfica S. Expedito*, 2010.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe. PROEX/CECAC, Programa Editorial: Gráfica Diplomata, 1987.

DELUMEAU, Jean, 1923- *História do Medo no Ocidente 1300-1800 : uma cidade sitiada*. Tradução por Maria Lucia Machado; Tradução de Notas por Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOURADO, Luís Fernandes. *Administração escolar na escola pública: perspectiva de democracia da gestão*. Inter-Ação, Goiânia, v. 14/15, n. 1 e 2, p. 31-54, jan./dez. 1990/1991.

\_\_\_\_\_. *Democratização da escola: eleições de diretores, um caminho?* 1990. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

\_\_\_\_\_&COSTA, Messias. *Escolha de dirigentes escolares no Brasil. Relatório final de pesquisa*. Brasília: ANPAE, 1998.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESCOLANO BENITO, Augustin. *Las culturas de La em Espãna. Tres Cortes Historiográficos*. Pro-posições. Revisa Quadrimestral, Faculdade de Educação: Unicamp, Campinas, jan./abr. 2005.

## FIGURAS.

Figura 1 – Caça F/A 18f - Fonte: Agência Reuters/ Chistpher Pasatiere. Disponível em: [www.abril.com.br](http://www.abril.com.br) - Acesso em: 02 jun. 2013.

Figura 2 - Mapa do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.mapas-brasil.com/rio-grande-norte.htm>> Acesso em: 01 jul. 2013.

Figura 3 - Mapa do Brasil. Disponível em: <<http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm>> Acesso em: 02 jul. 2013.

Figura 4 - Forte dos Reis Magos. Disponível em: <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nordeste/noticia/2013/04/26/em-natal-monumento-historico-forte-dos-reis-magos-sera-restaurado-415013.php> - Acesso em: 02 jul. 2013.

Figura 5 - Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Sul - Disponível em: [http://www.congressoabor2013.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=117](http://www.congressoabor2013.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=117)> Acesso em: 02 jul. 2013.

Figura 6 - Vista panorâmica da cidade de Natal – Zona Norte. Disponível em: [http://www.congressoabor2013.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=117](http://www.congressoabor2013.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=117). Acesso em: 02 jul. 2013.

Figura 7 - Chacina de Cunhaú. Disponível em: <http://redenomeudistrito.blogspot.com.br/2011/10/martires-de-cunhau-e-uruacu-03-de.html> - Acesso em: 02 jul. 2013.

Figura 8 - Chacina de Uruaçu. Disponível em: [http://www.canguaretamanossaterra.com/2011\\_07\\_01\\_archive.html](http://www.canguaretamanossaterra.com/2011_07_01_archive.html)> Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 9 - Leigo Mateus Moreira. Disponível em: [http://www.canguaretamanossaterra.com/2011\\_07\\_01\\_archive.html](http://www.canguaretamanossaterra.com/2011_07_01_archive.html) Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 10 - Monumento aos Mártires de Cunhaú e Uruaçu. Disponível em: [http://www.flickr.com/photos/michel\\_aaron/5643881401/](http://www.flickr.com/photos/michel_aaron/5643881401/) Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 11 – Capela de Uruaçu. Disponível em: [http://www.canguaretamanossaterra.com/2011\\_07\\_01\\_archive.html](http://www.canguaretamanossaterra.com/2011_07_01_archive.html) Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 12 – Basílica dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu. Disponível em: [http://www.flickr.com/photos/michel\\_aaron/5643881401/](http://www.flickr.com/photos/michel_aaron/5643881401/) Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 13 – Exportação de Roupas. Disponível em: <http://ojornaldacidadania.blogspot.com.br/2013/01/artesas-de-boasaudern-participarao-da.html> Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 14 – Exportação de peixes. Disponível em: <http://senarrn.com.br/site2011/imprensa.php?id=3032> Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 15 - Exportação de castanha de caju. Disponível em: <http://jornaldehoje.com.br/exportacoes-do-rn-aumentam-289-em-abril-com-destaque-para-castanha-de-caju/> Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 16 – Exportação de sal. Disponível em: <http://investirnoriograndedonorte.wordpress.com/por-que-investir-no-rn/100-2/> Acesso em: 03 jul. 2013.

Figura 17 - Dunas e passeio de buggy. Disponível em: <http://www.trilhaseaventuras.com.br/blog/index.php/2012/11/passeio-de-buggy-em-genipabu-dandara-tour/> Acesso em: 04 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://senarrn.com.br/site2011/imprensa.php?id=3032> – Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 18 - Praia da Pipa. Disponível em: <http://www.seunovodestino.net/2013/01/praiada-pipa-rio-grande-do-norte.html> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 19 - Praia do Cardeiro – São Miguel do Gostoso. Disponível em: <http://www.saomigueldogostosobrasil.com/english/beaches.htm> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 20 - Parrachos de Maracajaú. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/rafaelreale/4314938602/> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 21 – Morro do careca-Praia de Ponta negra. Disponível em: <http://natal-ncidadedosol.blogspot.com.br/2012/09/praiade-ponta-negra-certamente-voce-ja.html> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 22 - Maior Cajueiro do Mundo-Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.oceanimperium.com/praias-natal/natal.htm>. Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 23 – Mesorregiões. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Rio+Grande+do+Norte> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 24 - Microrregiões. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Listademicrorregi%C3%B5esdoRioGrandedoNorte>. Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 25 - Microrregião do Vale Açu. Disponível em: <https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>. Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 26 – Solo seco causado pela estiagem. Disponível em: <http://coletivoclaraboia.wordpress.com/2012/08/01/solo-arido/> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 27 - Cratera no solo provocada pela estiagem. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/07/11/desertificacao-ja-atinge-uma-area-de-230-mil-km%C2%B2-no-nordeste/> Acesso em: 04 jul. 2013.

Figura 28 - Secas no Nordeste. Disponível em: <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/1559> Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 29 - Antiga São Rafael. - Fonte: Vídeo “São Rafael, águas passadas que movem moinhos” - Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 30 - Antigo Mercado. - Fonte: Vídeo “São Rafael, águas passadas que movem moinhos” Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 31 - Antiga São Rafael(feira). - Fonte: Vídeo “São Rafael, águas passadas que movem moinhos” Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 32 - Antigo Mercado Público - Fonte: Vídeo “São Rafael, águas passadas que movem moinhos”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 33 - Microrregião Vale do Açu. Disponível em: <http://www.brasil-turismo.com/mapas/riogrande-norte>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 34 - Município de São Rafael. Disponível em: <https://maps.google.com.br/maps?hl=ptBR&tab=wl&q=densidade%20demografica%20de%20sao%20rafael> Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 35 - Caatinga. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Nordeste\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil) Acesso em: 02 ago. 2013.

Figura 36 - Mufumbeiro. Disponível em: <http://blog.tocandira.com.br/sobrevivencia/mufumbo-combretum-leprosum/> Acesso em: 02 ago. 2013.

Figura 37 - Faveleiro. Disponível em: <http://www.deag.ufcg.edu.br/rbpa/rev132/Art1326.pdf> Acesso em: 02 ago. 2013.

Figura 38 – Marmeleiro. Disponível em: <http://bsaudernontemehoje.blogspot.com.br/p/bos-saude-flora-e-fauna.html> Acesso em: 02 ago. 2013.

Figura 39 – Xique - xique. Disponível em: <http://www.petrolandiape.com/2011/05/mandacaru-xique-xique-cactus-do-sertao.html> Acesso em: 02 ago. 2013.



Figura 40 – Facheiro. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Facheiro> Acesso em: 04 ago. 2013.

Figura 41 – Carnaúba. Disponível em: <http://olhares.uol.com.br/carnauba-piaui-brasil-foto3161600.html> Acesso em: 04 ago. 2013.

Figura 42 – Artesanato feito com a palha da carnaúba. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=artesanato+feito+com+carnauba&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=X5BIUsiaBYL> - Acesso em: 04 ago. 2013.

Figura 43 – Algodão. Disponível em: <http://meioambiente.culturamix.com/natureza/plantacao-de-algodao> Acesso em: 04 ago. 2013.

Figura 44 – Milho. Disponível em: [http://radiovaledoapodiam1030.blogspot.com.br/2012\\_03\\_01\\_archive.html](http://radiovaledoapodiam1030.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html) Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 45 – Feijão. Disponível em: <http://www.sindrof.com.br/novo-feijao-resistente-a-antracnose/plantacao-de-feijao/> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 46 – Trigo. Disponível em: <http://brasil.wikia.com/wiki/Arquivo:TRIGO.jpg> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 47 – Criação Caprina. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=918832> Acesso em: 05 ago. 2013 .

Figura 48 – Criação Bovina. Disponível em: <http://www.riograndedonorte.net/2013/08/19/rn-esta-livre-da-febre-aftosa/> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 49 – Símbolo da seca e da resistência do povo Nordestino. Disponível em: <http://www.robsonpiresxerife.com/notas/prejuizos-economicos-no-rn-com-a-seca-nao-chegam-a-r-1-bilhao-diz-ibge/> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 50 – Scheelita. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Scheelita> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 51 – Mármore. Disponível em: <http://www.comtas.com.tr/comtasmarmarble/blocs.html> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 52 – Farinha de mandioca. Disponível em: <http://www.luizberto.com/2010/12/01> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 53 — Carnaubal. Disponível em: [http://brasilrn.com/\\_pt/SousmenuContenu.php?idmenu=2&idsousmenu=32](http://brasilrn.com/_pt/SousmenuContenu.php?idmenu=2&idsousmenu=32) Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 54 – A mineração para extração da scheelita. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/boa-viagem/rapel-mina-pintura-rupestre-no-sertao-do-serido-2931388> Acesso em: 05 ago. 2013.

Figura 55 – Scheelita. Disponível em: <http://www.luizberto.com/2010/12/01> Acesso em: 10 ago. 2013.

Figura 56 - Moradora antiga. - Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos” Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 12 jul. 2013.

Figura 57 - Indignação dos moradores.- Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinho. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 12 jul. 2013

Figura 58 – Parede interna da barragem. Disponível em: <http://itajaacontece.blogspot.com.br/2012/02/chefe-de-escritorio-do-dnocs-diz-que.html> Acesso em: 10 ago. 2013.

Figura 59 – Inauguração da Barragem. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/x5reObY0/TbviAGGJ45I/AAAAAAAAA4k/wFpAlwmLCn8/s1600/BARRAGEM+DE+A%25C3%2587U.jpg> - Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 60 – Cidade antiga após a barragem - Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em : 12 ago. 2013.

Figura 61 – Símbolo da resistência dos rafaélenses. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=918832> Acesso em: 12 ago. 2013.

Figura 62 – Casas de Taipa. - Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](http://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 10. jul. 2013.

Figura 63 – Indignação dos moradores. Disponível em: <http://sociedadealternativa.saorafaelrn.blogspot.com.br/2012/02/policia-militar-de-sao-rafael-acao.html> Acesso em: 12 ago. 2013.

Figura 64 – Casa de Taipa. Disponível em: <http://sociedadealternativa.saorafaelrn.blogspot.com.br> Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 65 – Casa de Taipa. Disponível em: <http://sociedadealternativa.saorafaelrn.blogspot.com.br> Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 66 – A mudança para o exílio na nova cidade. Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 67 – Desalento e Incerteza. Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 68 – O Renascer da cidade. Disponível em: [http://www.marcondesgurgel.com/2012\\_11\\_23\\_archive.html](http://www.marcondesgurgel.com/2012_11_23_archive.html) Acesso em: 12 ago. 2013.

Figura 69 — Desolação. Disponível em: <http://www.sidys.com.br/?p=2164> Acesso em: 14 ago. 2013.

Figura 70 – A Nova cidade de São Rafael. Disponível em: [http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael\\_rio-grande-do-norte.html#satelital](http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael_rio-grande-do-norte.html#satelital) Acesso em: 11 ago. 2013.

Figura 71 — Antiga cidade de São Rafael. - Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos” Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 10 ago. 2013.

Figura 72 – Vista panorâmica da nova cidade de São Rafael. Disponível em: [http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael\\_rio-grande-do-norte.html#satelital](http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael_rio-grande-do-norte.html#satelital) Acesso em: 13 ago. 2013.

Figura 73 – Rio Piranhas- Açú. Disponível em: <http://jarbasrocha.com.br/rn-pb-e-ana-discutem-gestao-compartilhada-do-rio-piranhas-acu/> Acesso em: 12 ago. 2013.

Figura 74 – Animais às margens da barragem. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=918832> Acesso em: 13 ago. 2013.

Figura 75 – Nova São Rafael- Fonte: Video “São Rafael, águas passadas que movem moinhos”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 13 ago. 2013.

Figura 76 – Tucunaré, Tilápia, Carpa. Disponível em: <http://animais.culturamix.com/informacoes/aquaticos/tucunare>

Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/opeixe/criada-a-camara-setorial-da-tilapia-no-ceara/tilapia/> Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 77 – Cutia, Tamanduá, Tatu- verdadeiro Animais as margens da barragem. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/opeixe/criada-a-camara-setorial-da-tilapia-no-ceara/tilapia/> Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 78 – TATU-PEBA, PREÁ. Disponível em: <http://www.pescaalternativa.com.br/2013/06/dica-massa-para-carpa-capim-e-espelho.html>

Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M\\_Rns](https://www.youtube.com/watch?v=1UNer4M_Rns) Acesso em: 10 ago. 2013.

Figura 79 – Fachada da EMFAS – Disponível em: [http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael\\_rio-grande-do-norte.html#satelital](http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael_rio-grande-do-norte.html#satelital) Acesso em: 12 ago. 2013

Figura 80 - Visão Panorâmica da Escola Municipal Francisco de Assis de Souza.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael\\_rio-grande-do-norte.html#satelital](http://www.mapasbrasil.net/sao-rafael_rio-grande-do-norte.html#satelital) Acesso em: 12 ago. 2013

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 6. ed. 1987.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al., Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FORQUIN Jean-Claude. Pedagogia, Sociologia e Cultura. In: \_\_\_\_\_ *Escola e Cultura - As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

\_\_\_\_\_. *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicos sociais, Teoria e Educação*. Porto Alegre: Pannonica, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Cadernos PUC, Rio de Janeiro, 4. ed. 1991.

FURLANI, Lúcia T. M. *A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno*. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. *Verdade da Profissão*. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/NTI0ODYz/> Acesso em: 29 mai. 2013

GHANEM, Elie. *Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização*. Revista Brasileira de Educação.[online]. 2013 ANPED Rio de Janeiro, n.03, pp. 31-63. 1996 ISSN 1413-2478.

GINZBURG, Carlo. *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HENRIQUES, Ricardo. *Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Organizado por Marlova Jovchelovitch Noletto e Jorge Werthein – Brasília: Edição da UNESCO no Brasil, 2003.

IBGE. Dados do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=241280#11> Acesso em: 17 mar. 2013.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. In Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, jan/jun. 2001- p. 34.

MENEGAZZO, Maria Adélia. *Cultura e língua portuguesa*. Campo Grande: UFMS.

Trabalho apresentado no GELCO – Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste – I ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto - O município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. 3.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LYRA, Augusto Tavares de Biblioteca digital de Teses. -Artigos relacionados – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação, programa de Pós-graduação em Educação. Disponível em: [Bdtd.bczm.ufrn.br/tde\\_busca/processaArquivo.php?codArquivo=6311FATDELSILVA](http://Bdtd.bczm.ufrn.br/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=6311FATDELSILVA) Acesso em: 29 set. 2013.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS, Cacilda, Morais Francisco. Pastoral da Comunicação-Natal/RN Disponível em: <http://www.pime.org.br/missaojovem/mjihistbrasilprimeiros.htm>. Acesso em: 19 set. 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Augusto & Lea: Um caso de (des) amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO NETO, João Cabral de. *Obra Completa*, Editora Nova Aguilar S.A. Rio de Janeiro, 1994, p. 171

MENDONÇA, Erasto Fortes. *A eleição de diretores do ensino público do Distrito Federal: avanço ou manipulação*. Revista Brasileira de Administração da Educação. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 49-62, jul./dez., 1987.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

\_\_\_\_\_. *Terra e trabalho na história: estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2007.

NOVAES, Ivan Luiz. *A democratização da gestão da educação: um estudo de eleição de diretores e vice-diretores nas escolas da rede municipal de ensino de Salvador*. 1996. Dissertação (Mestrado Faculdade de Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

NÓVOA, António, (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: D. Quixote/ Instituto de Inovação Educacional. 1992.

PARO, Vitor Henrique. *Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública*. Séries Ideias, São Paulo, n. 12, 1992.

\_\_\_\_\_. *Administração escolar: introdução crítica*. 6. ed. São Paulo, Cortez Editora, 1987

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. Sou um Homem de Causas, Ribeiro. Darcy. <http://www.overmundo.com.br/banco/sou-um-homem-de-causas>. Acesso em: 29 Mai. 2013.

RIBEIRO, Darcy. Sou um Homem de Causas. <http://www.overmundo.com.br/banco/sou-um-homem-de-causas>. Acesso em: 29 Mai. 2013.

ROCHA, Sônia Maria Rodrigues da. *Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. *Administração escolar: introdução crítica*. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Consciência e Ação Sobre a Prática Como Libertação Profissional Dos Professores*. Organização de: Antônio Nóvoa. Profissão Professor. 2ª e. Porto: Porto Editora, 1999, p. 63-92.

SILVA, Maria O.S. *Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina*. Editorial. São Luís. Revista de Políticas Públicas. V.13. n.2. p.157 a 159. jul./dez. 2009.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (et al). *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo ( 1890 – 1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Francisco das C. S. *Escafandristas do tempo: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN*. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum - Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. 5ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

Tribuna do Norte. 01 de fevereiro de 2009 e outubro de 2010. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/escolas-fecham-por-falta-de-alunos/99578/>  
Acesso em: 10 set. 2012

TRIVIÑOS, Augusto Silva. *A formação dos professores no Cone Sul*. In: PÁTIO: revista pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, n. 4, fev./abr. 1998. pp. 14-18.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.

VIEIRA, Maria Do Pilar (Org.). *A Pesquisa em História*. Professoras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ABDR. Editora Afiliada. 4º edição, 3º impressão, 2002.

WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*, Tribuna da História Editora, Lisboa, 2005.